

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA

MARIANA BONOMO

**Identidade social e representações sociais
de rural e cidade em um contexto rural comunitário:
campo de antinomias**

VITÓRIA

2010

MARIANA BONOMO

Identidade social e representações sociais
de rural e cidade em um contexto rural comunitário:
campo de antinomias

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutora em
Psicologia, da Universidade Federal do Espírito
Santo.

Orientador: Prof. Dr. Lídio de Souza.

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B719i Bonomo, Mariana, 1981-
Identidade social e representações sociais de rural e cidade
em um contexto rural comunitário : campo de antinomias /
Mariana Bonomo. – 2010.
468 f. : il.

Orientador: Lídio de Souza.
Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Grupos sociais. 2. Identidade social. 3. Representações
sociais. 4. Vida rural. 5. Vida urbana. I. Souza, Lídio de, 1954-.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

Nome: Mariana Bonomo

Título: Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Tese defendida e aprovada em: 18 de outubro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lídio de Souza

Instituição: UFES (Orientador)

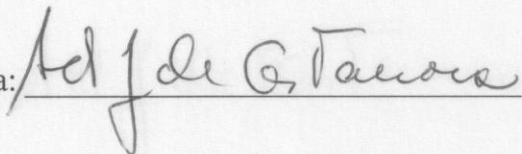
Assinatura: _____



Profa. Dra. Eda Terezinha de Oliveira Tassara

Instituição: USP

Assinatura: _____



Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes

Instituição: PUC/SP

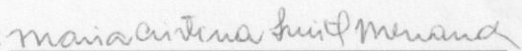
Assinatura: _____



Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro

Instituição: UFES

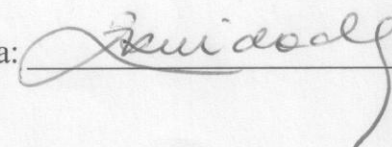
Assinatura: _____



Profa. Dra. Zeidi Araujo Trindade

Instituição: UFES

Assinatura: _____



Aos meus pais, Helena e Zoel, que
abriram o roçado e fizeram de mim um
jardim florido.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

*A liberdade é sempre a liberdade de quem
pensa diferente de nós (Rosa Luxemburgo).*

Ao Professor Lídio de Souza, meu sempre orientador, pela valorização, respeito e acolhimento à realidade retratada nesse trabalho. Por acreditar e idealizá-lo de forma tão generosa e atenta. Pela integração de valores como respeito à diferença, ética, solidariedade, dedicação à pesquisa e intelectualidade, tornou-se uma importante referência na minha formação acadêmica.

Este trabalho guarda o nosso esforço e o considero também fruto de sua história e engajamento com uma Psicologia comprometida com a justiça social. Meu agradecimento e admiração. Sinto-me honrada em fazer parte da geração de pesquisadores nascidos nesta safra.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano
Y luz alumbrando la ruta del alma
Del que estoy amando*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio
(...)*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto
(Gracias a la vida – Violeta Parra)*

Construir uma tese é contar uma história. Durante estes anos de Doutorado tive a alegria de encontrar pessoas singulares que, de diferentes formas, contribuíram para a concretização deste trabalho. Agradeço a cada um de vocês e os convido a sentir-se representados em cada página desta tese. Esta é uma história que contamos juntos.

Gostaria de destacar os meus agradecimentos a algumas pessoas que estiveram diretamente envolvidas neste processo e que colaboraram com diferentes recursos para que este trabalho pudesse florescer.

Às Professoras Zeidi Araujo Trindade e Maria Cristina Smith Menandro, pela generosidade com a qual sempre me acolheram durante todos esses anos e por

fazer brotar potencialidades através da RedePSO. Vocês são presença permanente e marcante na minha formação acadêmica e também neste trabalho. Pela amizade, confiança e exemplo de profissionalismo, minha admiração e mais profundo agradecimento. Agradeço ainda pelas contribuições ao planejamento e aprimoramento da Tese durante as bancas de qualificação e defesa.

À Professora Neide Maria de Oliveira, pelo incentivo e pela afetuosa participação na minha formação acadêmica, desde o início da graduação. Sua generosidade, paixão pelo conhecimento e posicionamento crítico frente à realidade foram inspiradores para que eu pudesse me aventurar no universo intrigante das Ciências Humanas e Sociais.

Às Professoras Eda Terezinha de Oliveira Tassara e Maria do Carmo Guedes, por nos honrar com sua valiosa participação na banca de defesa; pelas contribuições ao presente trabalho e pelas provocações que, certamente, me acompanharão ainda por muito tempo.

A todos da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePSO), integrantes e colaboradores, de hoje e de longas datas - Adriano R. A. do Nascimento, Ágnes B. Drago, Aline L. de Sousa, Ana Beatryce T. Moraes, Ana Paula Milani, Ana S. Alves, André M. Livramento, Andréa Nascimento, Beatriz Tesche, Célia R. R. Nascimento, *Daniel H. P. Espíndula*, Eduardo Ceotto, Elisa Avellar, Estela M. Cosme, Fabiana D. Canal, Fabrícia R. Amorim, Flavio Martins, Francisco L. Filho, Ingrid F. Gianórdoli-Nascimento, Julia A. Brasil, Juliana Brunoro, Kirlla C. Dornelas, Leandro G. Morais, Luciana M. B. Cruz, Luiz G. Souza, Maria Cristina S. Menandro, Mariane R. Ciscon-Evangelista, Milena

Bertollo, Mirian B. Cortez, Mônica V. Boas, Paola Barbosa, Paulo C. Perim, Priscilla O. Martins, Rafaela K. Rölke, Rebeca V. Bussinger, Rebecca V. Cunha, Renata D. M. Silva, Renata Valentim, Sabrine M. Santos-Coutinho, Sibelle M. M. Barros, Vitor M. e Zeidi A. Trindade – pela iniciação científica, pelos recursos para meu crescente aprimoramento como pesquisadora, pela amizade e respeitoso diálogo com a diferença.

Ao Professor Paulo Rogério Meira Menandro, pela valorização da temática retratada neste trabalho; sempre trazendo uma preciosa publicação na área e destacando, em nossas conversas e nas aulas de metodologia, a importância da Psicologia considerar também a realidade rural como objeto de estudo.

Às professoras Maria Margarida Pereira Rodrigues e Sônia Regina Fiorim Enumo, pela referência de seriedade com qual sempre assumiram a academia e pelo incentivo para que eu pudesse conduzir o Doutorado.

A Maria Lúcia Fajóli, secretária do PPGP, pela presença amiga, sempre positiva, atenciosa e disponível. Sua competência, sensibilidade, acolhimento e bom humor compõem uma dimensão importante do nosso Programa.

À Professora Heloisa Moulin de Alencar, pela presença alegre e acolhedora. Sua colaboração foi imprescindível durante os procedimentos preparatórios para o Estágio de Doutorado na Itália.

A André, Fabiana e Julia, hoje colegas de Pós-Graduação, pela amizade e experiência positiva durante a realização do Projeto de Iniciação Científica com os grupos ciganos em território capixaba.

À querida equipe do PIU (Programa de Intervivência Universitária com jovens rurais) - Ana Betryce, Bruno, Demian, Fabrícia, Lídio, Mirian e Rebecca - grupo animado, criativo, eficiente e incansável. Tenho aprendido muito com todos vocês.

À Escola Família Agrícola de Jaguaré/ES, estudantes e monitores. Especialmente a Eric, Glória, Madalena, Daiane e aos estudantes do 2º e 4º anos/2010 que participam conosco da experiência PIU. A Domingos, Madalena, Rosilea e Cristalino, monitores da EFA no meu tempo, a todos vocês, agradeço pela formação escolar, política e humana. Vocês fazem parte do que há de melhor em mim. Infinitos agradecimentos!

Aos Professores Célia Regina Rangel Nascimento, Edinete Maria Rosa, Maria das Graças Barbosa Moulin, Luziane Zacché Avellar, Kely Maria Pereira de Paula e Sávio Silveira de Queiroz, pelo carinho e incentivo.

À Professora Eliana Zandonade, do Departamento de Estatística e do Mestrado em Saúde Coletiva da UFES, pela ajuda com o tratamento estatístico de parte dos dados da tese.

A Mirian Béccheri Cortez, amiga querida e irmã de Doutorado, e à Professora Valeschka Martins Guerra, pela amizade, carinho e valiosa contribuição com a revisão das referências bibliográficas relacionadas aos estudos da tese. Agradeço ainda pelos momentos de festejos inesperados!

A Sibelle, amiga desde a iniciação científica, pelo carinho e incentivo durante todos estes anos; a Angélica pela torcida e pelos momentos de cafezinho e boa prosa.

Aos queridos amigos ufesianos André, Eduardo, Fabiana, Julia, Kirlla, Mirian, Sibelle e Valeschka, pela carinhosa colaboração durante a Defesa do Doutorado.

A Estanislau, pela presença amiga e solidária durante momentos preciosos do desenvolvimento da pesquisa.

Às amigas (de sempre!) Aline, Luciana, Camila e Daiana, pelo afeto e amizade.

A Marciano, pela solidária colaboração. Boa sorte com os estudos e não desista nunca!

A Mariane (e Daniel, que acaba de chegar neste mundão!), Milena, Paola e Thaís, pela amizade e boa prosa durante as atividades da nossa pesquisa *Identidade Capixaba*. Nunca se *pocou* tanto de rir em um grupo...

Ao CNPq, pela bolsa concedida durante o período de Doutorado, recurso fundamental para a total dedicação ao desenvolvimento da Tese.

A CAPES, pela bolsa de Estágio de Doutorado/PDEE na Itália.

Uno speciale ringraziamento al Prof. Augusto Palmonari dell'Università di Bologna, il mio tutor in Italia, per la cordiale accoglienza e per i preziosi contributi allo sviluppo di questa tesi.

Sono ancora particolarmente grata al Dott. Giannino Mellotti per il corso sul software SPAD-T.

A Prof.ssa Monica Rubini per le discussioni teoriche sulla Teoria dell'Identità Sociale.

A Dott.ssa Silvia Moscatelli e Dott.ssa Michela Menegatti del Laboratorio di Psicologia Sociale per la gentile accoglienza a Bologna.

A Dom Aldo Gerna, pela presença amiga e abençoada, por toda solidária colaboração durante momentos decisivos do Estágio de Doutorado na Itália.

A Eliane Albiero e Vanda Andreoli da ALCIES (Associação de Língua e Cultura Italiana do Espírito Santo) por toda a ajuda com a documentação para o Estágio de Doutorado na Itália. *Grazie mille!*

Alle mie amiche Francesca, Teresa e Filomena, per l'amicizia e per aver fatto la mia vita in Italia più dolce. Ragazze, in bocca al lupo, siete grande! Allora, crepi Il lupo...!

Alle Suore del Convitto Santa Elisabetta, per l'accoglienza a Roma e per avermi fatto sentire parte della vostra famiglia a Bologna. La Piccolina vi saluta con affetto e vi ringrazia per tutto ciò che avete fatto per me. Grazie mille!

A Perla e Tássila, pela paciência, carinho e amizade. Em especial a Perla, pela escuta acolhedora durante todos esses anos. A sua presença amiga e o café sempre vieram em boa hora!

A Andréia, Ademilson e Silvana, novos membros da família, pela gentil preocupação e pelo incentivo.

A Fernando, *sol de mi vida*, pela presença serena e acolhedora, por compartilhar a paixão pelo fazer ciência e por transmitir força e equilíbrio nos momentos certos.

Aos meus irmãos, Mônica, Bruno e Batista, com muito amor. Sempre representou muito pra mim a certeza de que vocês acreditavam que este sonho seria possível.

Aos meus avós, Virgílio & Duzolina e Batista & Teresa (em memória).

Aos meus pais, que mesmo com todas as dificuldades sempre valorizaram o estudo dos filhos. Pelo exemplo de responsabilidade social, militância e por acreditar que um mundo melhor é sempre possível, todo o meu amor e gratidão.

A Deus, pela vida que tenho, pelas pessoas que amo e pela história que trago comigo.

Finalmente, a todos os moradores do Jirau (Dom Daniel Comboni e Nossa Senhora Aparecida), por me ensinar o sentido de uma vida em comunidade e por acolher de forma tão comprometida e engajada a proposta de pesquisa que deu origem a este trabalho. Gostaria de poder mencionar aqui o nome de cada um de vocês, mas como filhos da comunidade, estamos todos sob a mesma árvore (quem sabe a mesma jaqueira, onde tudo começou...) e é em nome deste coletivo que agradeço. Gostaria, contudo, de prestar a minha homenagem a *Maria da Conceição Coutinho*. Se para a lei dos homens você nasceu aos 72 anos, aos nossos olhos, você já nasceu grande e guerreira. A você, toda minha admiração e carinho. A minha homenagem ainda a *Aline Aguiar Pontara, Antonio Zordan, Carli dos Santos, Domingos Rosato, Flor Rosato, João Bonomo, Orlanda Dalvi, Regina Cosme e Tereza Fração Fiorine* (entre tantos outros), que no Jirau plantaram seus sonhos e ajudaram a fundar a comunidade que hoje conhecemos.

Enfim, como Bertolt Brecht, “eu sempre pensei: as mais simples palavras devem bastar”. Então, a todos vocês, o meu mais profundo agradecimento por fazerem parte da minha história e desta especial conquista.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida [A Carta da Terra].

RESUMO

Bonomo, M. (2010). Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES.

A cena contemporânea coloca em relevo o avanço do processo de globalização, cujas características principais são o intenso fluxo de capitais e a exploração econômica, bem como pressões para uma cultura hegemônica. Como resultado deste processo os grupos *tradicionais* e suas vivências, considerados atrasados e representantes de uma temporalidade a ser superada, são lançados à margem das sociabilidades consideradas legítimas. Entender como as minorias têm vivenciado esse quadro de crescente pressão à hegemonia mostrou-se uma relevante tarefa, especialmente no que se refere ao modo de vida rural, simbolizado como contrário ao que é urbano, moderno e civilizado. O objetivo do trabalho consistiu em identificar, descrever e analisar a identidade social de membros de uma comunidade rural do ES a partir dos processos identitários e das representações sociais vinculadas às categorias *rural* e *cidade*, o que requisitou o aporte teórico-conceitual da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Social. Referenciada na confluência das citadas teorias, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: (E1): realização de um censo comunitário com representantes de 167 famílias da localidade a fim de conhecer a organização comunitária e familiar; e (E2): investigação da composição do campo representacional e dos processos de identificação e diferenciação sociais no contexto de comparação rural-cidade, tendo sido entrevistados 200 integrantes de quatro gerações da comunidade. O tratamento dos *corpora* de dados foi realizado através dos *softwares* EVOC-2003, SPAD-T, SPSS-17 e ALCESTE, bem como da Análise de Conteúdo, segundo os objetivos da pesquisa e a natureza dos dados. Os resultados referentes ao contexto comunitário evidenciaram uma organização social alicerçada no modo de vida rural, sistema de produção da agricultura familiar e no investimento em espaços para a interação entre as famílias. No plano constitutivo das representações sociais e das dimensões identitárias de *rural* e *cidade* observou-se a composição de um campo semântico regido pela valência positiva do endogrupo e negativa da cidade. Os significados de *rural* se apoiam na ideia de harmonia e vida feliz e estão associados a sentimentos de alegria e bem-estar, enquanto a *cidade* é representada como caótica, onde a vida é triste, provocando medo e desconforto nos componentes do grupo rural. A dinâmica subjacente a esse quadro de antinomias mobiliza e sustenta as representações dos referidos objetos de acordo com valores humanitários e coletivistas para o endogrupo vs. valores capitalistas para a sociabilidade urbana. As ambiguidades e tensões identificadas nos processos abordados ganham maior visibilidade no contexto de mobilidade e resistência sociais, os quais revelam a complexidade do fenômeno identitário, confirmam a força do imaginário na tomada de posição dos indivíduos, bem como destacam a função do grupo social na inserção de seus membros na estrutura e dinâmica da sociedade e da cultura.

Palavras-chave: grupo social; identidade social; representação social; ruralidade; urbanidade

ABSTRACT

Bonomo, M. (2010). Social Identity and Social Representations of rural and city in a rural comunitary context: Antinomous Field. PhD. Thesis, Post Graduation Psychology Program, Federal University of Espírito Santo, Vitória/ES.

An outstanding feature on the contemporary scene is the advance in the process of globalization, the main characteristics of which are the intense flow of capital along with economic exploitation as well as pressure towards a cultural hegemony. As a result of this process, traditional groups and their experiences, considered of being backward and representative of an outdated era, are cast aside from what is considered to be socially legitimate. It is an important task to reach an understanding of how minorities have experienced this increasing pressure towards hegemony, especially in terms of the rural way of life, personified as the opposite of all that is urban, modern and civilized. The aim of this thesis is to identify, describe and analyze the social identity of the members of a rural community in Espírito Santo taking as a starting point identity processes and social representations closely bound to rural and urban categories, which required the theoretical-conceptual input of social representation theory and social identity theory. Referenced in the junction of these two cited theories, the research was developed in two phases: (E1): a community census was carried out among representatives of 167 local families in order to gain a familiarity with the organization of both the community and the families and (E2): an investigation into the makeup of the representational field as well as the identification processes and social differentiation in the context of a rural-urban comparison was carried out through interviews with 200 members representing four generations within the community. The *corpora* of data was analyzed using the software EVOC-2003, SPAD-T, SPSS-17 and ALCESTE, as well as the Content Analysis, according to the research objectives and nature of the data. The results referred to the community context revealed a social organization based on the rural way of life, a familiar agriculture production system agriculture and the installation of places where families may interact. A semantic field governed by the positive valency of the in-group and negative of the city was observed on the conceptual level of social representations and dimensions of identity of rural and city. The meanings of rural rely on the idea of harmony and a happy life and are associated with feelings of joy and well being while the city is seen as chaotic, where life is sad life, awakening feelings of fear and discomfort among members of the rural community. The underlying dynamics of this contradiction picture moves and supports the representation of these objects, for the in-group, in line with humanitarian and collectivist values vs. capitalist values for urban sociability. The ambiguities and tensions identified in the discussed processes gain greater visibility within the context of mobility and social resistance, which expose the complexity of the phenomenon of identity, confirming the power of the imaginary when individuals take a stand, as well as highlighting the function of the social group when its members position themselves within the structure and dynamic of society and culture.

Key words: social group; social identity; social representation; rurality; urbanity

RÉSUMÉ

Bonomo, M. (2010). Identité sociale et représentations sociales de rural et ville dans un contexte rural communautaire: champ d'antinomies. Thèse de Doctorat, Programme de Spécialisation en Psychologie, Université Fédérale de l'Espírito Santo, Vitória/ES.

La scène contemporaine met en relief l'avance du processus de globalisation, dont les principales caractéristiques sont l'immense flux de capitaux et l'exploration économique, bien comme les pressions culturelles hégémoniques. Comme résultat de ce processus les groupes *traditionnels* et ses expériences, considérés arriérés et représentants d'une temporalité surpassée, sont jetés à la marge des sociabilités considérés légitimes. Comprendre comment les minorités vivent ce cadre de pression croissante à l'hégémonie devient une tâche relevante, surtout dans ce qui concerne la vie rurale, symbole de l'inverse de ce qui est urbain, moderne, civilisé. Ce travail a pour but d'identifier, décrire et analyser l'identité sociale des membres d'une communauté rurale de l'Espírito Santo à partir des processus identitaires et des représentations sociales attachées aux catégories *rural* et *ville*, ce qui a demandé l'appareil théorico-conceptuel de la Théorie des Représentations Sociales et de la Théorie de l'Identité Sociale. Référencée dans la confluence des théories référées, la recherche a été développée en deux étapes: (E1): réalisation d'un recensement communautaire avec les représentants de 167 familles de la région pour connaître l'organisation communautaire et familiale; (E2): investigation de la composition représentationnelle et des processus d'identification et différenciation sociales dans le contexte de comparaison rural-ville, avec 200 interviews d'intégrants du cadre de quatre générations de la communauté. Le traitement des *corpora* des données a été réalisé grâce aux logiciels EVOC-2003, SPAD-T, SPSS-17 et ALCESTE, bien comme l'Analyse du Contenu, selon les buts de la recherche et la nature des données, les résultats référents au contexte communautaire ont montré une organisation sociale fondée dans le mode de vie rurale, système de production d'agriculture familiales et dans l'investissement dans l'espace pour l'interaction entre les familles. Dans le plan constitutif des représentations sociales et des dimensions identitaires entre *rural* et *ville* on a observé la composition d'un champ sémantique constitué par la validité positive de l'endogroupe et négative de la ville. Les significations de *rural* se penchent sur l'idée d'harmonie et vie heureuse et sont associés aux sentiments de joie et de bien-être, tandis que la *ville* est représentée comme chaotique, où la vie est triste et provoque la peur et l'inconfort aux membres du groupe rural. La dynamique sous-jacente de ce cadre d'antinomies mobilise et soutienne les représentations des objets référés d'accord avec des valeurs humanitaires et collectivistes pour l'endogroupe vs. les valeurs capitalistes pour la société urbaine. Les ambiguïtés et les tensions identifiées dans les processus abordés gagnent plus de visibilité dans le contexte de mobilité et résistance sociales, ce qui révèlent la complexité du phénomène identitaire et confirment la force de l'imaginaire dans la prise de position des individus, bien comme détachent la fonction sociale dans l'insertion de ses membres dans la structure et dynamique de la société et de la culture.

Mots-clés: groupe social; identité sociale; représentation sociale; ruralité; urbanité

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

I – Objeto de estudo

- Figura 1: Distribuição das palavras-chave referentes às Teses e Dissertações encontradas no portal da CAPES a partir dos indexadores *psicologia* e *rural* para o período 1987-2009 48
- Figura 2: Frequência absoluta das Teses e Dissertações encontradas no portal da CAPES a partir dos indexadores *psicologia* e *rural*, específicas da área Psicologia, para o período 1987-2009 51

IV – ESTUDOS

Estudo 1: Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade

- Figura 1: Quadrantes das evocações de *comunidade* para as quatro gerações do grupo rural 121

Estudo 2: Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural

- Figura 1: Esquematização do processo de ressignificação do campo representacional segundo imaginário do grupo rural 173

Estudo 3: Representações sociais de rural e cidade em uma comunidade camponesa: campo de antinomias

- Figura 1: Análise hierarquizada das associações livres para os termos indutores *rural* e *cidade* 201
- Figura 2: Comparação entre as representações sociais dos objetos *rural* e *cidade* a partir da análise hierarquizada das associações livres 209

Estudo 4: Dimensão icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade

Figura 1: Classificação Descendente Hierárquica – Dendrograma das classes estáveis	246
Figura 2: Projeção das variáveis e classes no plano fatorial	260

Estudo 5: Princípios organizadores das representações sociais de rural e cidade

Figura 1: Análise de correspondência – plano fatorial referente ao campo representacional de rural	295
Figura 2: Análise de correspondência – plano fatorial referente ao campo representacional de cidade	302

Estudo 6: Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural

Figura 1: Análise hierarquizada das associações livres para os termos indutores <i>pessoas do rural</i> e <i>pessoas da cidade</i>	335
Figura 2: Esquema comparativo entre as representações sociais dos objetos <i>pessoas do rural</i> e <i>pessoas da cidade</i> a partir da análise hierarquizada das associações livres	344

Estudo 7: Identidade social e dimensões identitárias no contexto rural comunitário

Figura 1: Sistema dimensional D1-D2-D3 relativo à cidade (Fatores = 15)	384
Figura 2: Sistema dimensional D1-D2-D3 relativo ao rural (Fatores = 14)	384
Figura 3: Classificação Hierárquica Descendente – Dendrograma das classes estáveis	388

V – CONCLUSÕES

Figura 1: Resignificação identitária: um processo dialético	413

LISTA DE TABELAS

IV – ESTUDOS

Quadro geral de organização dos estudos

Tabela 1: Sistematização do quadro empírico-metodológico dos estudos	85

Estudo 1: Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade

Tabela 1: Distribuição da população: escolaridade x faixa etária (em anos) – frequências relativas	109

Estudo 2: Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural

Tabela 1: Motivações para saída/permanência no campo segundo participantes não migrados	153
Tabela 2: Motivação para saída/permanência no campo frente à hipótese de êxodo contemporâneo	156
Tabela 3: Valores urbanos e rurais para membros do grupo rural	169

Estudo 4: Dimensão icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade

Tabela 1: Distribuição das categorias e frequências absolutas do campo afetivo	239
Tabela 2: Distribuição das palavras segundo as classes fornecidas no Eixo 1	246
Tabela 3: Distribuição das palavras segundo as classes fornecidas no Eixo 2	251
Tabela 4: Caracterização do rural e da cidade a partir de pontos positivos e negativos	256

Estudo 5: Princípios organizadores das representações sociais de rural e cidade

Tabela 1:	Elementos característicos das representações de cidade e rural	289
Tabela 2:	Frequência absoluta dos valores associados a pessoas rurais	293
Tabela 3:	Composição de <i>cluster</i> - categorias de valores utilizadas (mais frequentes e menos frequentes) associadas ao rural	293
Tabela 4:	Composição dos <i>clusters</i> : representação social de rural	297
Tabela 5:	Composição dos <i>clusters</i> : representação social de cidade	304
Tabela 6:	Composição do campo representacional de rural e cidade	309

Estudo 7: Identidade social e dimensões identitárias no contexto rural comunitário

Tabela 1:	Frequência absoluta dos elementos referentes à endo e hetero-descrição	370
Tabela 2:	Número de elementos utilizados nos <i>corpora</i> de dados de rural e cidade	374
Tabela 3:	Composição do campo identitário – elementos por dimensão	375
Tabela 4:	Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial – comparação entre fatores dos objetos rural e cidade (Eixos temáticos 1 e 2)	379
Tabela 5:	Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial – comparação entre fatores dos objetos rural e cidade (Eixos temáticos 3 e 4)	381

V – CONCLUSÕES

Tabela 1	Representações sociais das categorias <i>rural</i> e <i>cidade</i> : campo de antinomias	404
Tabela 2	Composição do campo tema – representação social	408

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
INTRODUÇÃO	33
I. OBJETO DE ESTUDO	33
II. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	55
III. OBJETIVOS	78
IV. ESTUDOS	81
4.1 Quadro geral de organização dos estudos	81
4.2 Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade	90
4.3 Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário	139
4.4 Representações sociais de rural e cidade em uma comunidade camponesa: campo de antinomias	187
4.5 Dimensão icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade	222
4.6 Princípios organizadores das representações sociais de rural e cidade	275
4.7 Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural	324
4.8 Identidade social e dimensões identitárias no contexto rural comunitário	356
V. CONCLUSÕES	400

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	417
 APÊNDICES	 432
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista/ Fase 1 - Censo Comunitário	
Rural	433
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista/Fase 2 - Representações sociais	
rural/cidade	436
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista/Fase 2 – Dimensões afetiva e	
icônica	438
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista/Fase 2 - Evocações	
em rede/Cidade	439
APÊNDICE E – Termo de consentimento/Fase 1	441
APÊNDICE F – Termo de consentimento/Fase 2	442
APÊNDICE G – Fragmentos do diário de campo	443
APÊNDICE H – Listagem das Teses e Dissertações produzidas em Programas	
de Pós-Graduação no Brasil a partir da indexação das palavras <i>rural</i> e	
<i>psicologia</i>	445
 ANEXOS	 456
ANEXO A – Histórico da comunidade segundo	
seus moradores (1985)	457

APRESENTAÇÃO

O conjunto de pesquisas que resultou nesta tese objetivou conhecer os processos psicossociais que caracterizam a relação entre a minoria rural e o pensamento social hegemonicamente urbano, a partir do estudo da constituição da identidade social rural entre integrantes de uma comunidade camponesa do interior do Estado do Espírito Santo.

Defendemos que a *identidade rural* se constitui por meio de um processo de antinomias provocadas no contexto de comparação social campo-cidade. Tendo em vista que as antinomias constituem um sistema que articula oposição e complementaridade, neste estudo, a *identidade* é compreendida como uma unidade de contrários, na qual se configuram elementos relacionados à distintividade grupal e individual, em sua valência e conteúdo, mobilizados pelo confronto entre resistência, estabilidade e transformação. A tarefa de compreender a identidade em função de um sistema que pressupõe a interdependência entre *indivíduo – grupo de pertença – categoria social - relações intergrupais - estrutura social*, nos desafiou, sobretudo no campo de articulação conceitual-metodológica e, certamente, continuará nos desafiando por muito tempo ainda.

Antes de abrir as páginas deste trabalho ao leitor, parece ser importante explicar as motivações iniciais que me conduziram a procurar a aproximação entre psicologia e ruralidade, condição que foi tendo sua importância revelada com mais consistência à medida que o trabalho foi sendo desenvolvido e aprofundado. Para além das questões provenientes das reflexões teórico-conceituais e do fenômeno *identidade*, tal como evidenciado na esfera empírica deste trabalho, acredito que nossa missão inicial foi apreender o rural como modo de vida, dimensão raramente

retratada na literatura científica, o que denuncia o silêncio da própria Psicologia em relação aos rurais do nosso tempo.

A experiência de ter nascido em uma comunidade rural certamente favoreceu a identificação dessa tarefa e me colocou em uma situação privilegiada para a leitura do fenômeno *identidade* a partir da categoria rural, fator que me provocou a eleger a ruralidade como objeto de estudo do meu Doutorado. A realidade apresentada neste trabalho, portanto, além de se configurar como objeto de estudo da pesquisa empírica realizada, consiste também no meu contexto de socialização, o que representou um desafio complementar: a necessidade de distanciamento, de olhar “de fora”. Antes de assumi-lo como meu objeto de estudo, apresento, de forma breve, este rural comunitário no qual vivi.

Antes disso, gostaria de ressaltar o valioso exercício de ser pesquisadora na minha própria realidade social, o que foi possível com o aval dos professores que avaliaram o projeto. Acredito ter sido possível, respeitando as limitações ou vantagens comuns a todos os pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais, assumir o lugar de pesquisadora e desenvolver o estudo de forma comprometida com os parâmetros teóricos e metodológicos da Psicologia, avaliação que o leitor poderá fazer por si próprio. É mantendo, portanto, a seriedade e respeito pelo fazer científico que, a seguir, compartilho com o leitor um pouco de minha história a partir da minha realidade social de origem.

Nasci em uma comunidade rural cercada de matas por todos os lados e, durante a minha infância, acreditei que além destes limites territoriais, o resto do mundo era uma grande floresta. Os clarões que víamos das janelas de nossas casas, luz da energia elétrica que ainda não possuíamos, eram fogueiras de comunidades

distantes. Lembro particularmente quando minha mãe me apresentou, da varanda de nossa casa, a cidade de São Mateus, na direção norte, em uma noite de céu limpo e cheio de estrelas. A minha primeira imagem mental da cidade, portanto, era de um lugar cheio de luzes. Assim, era quando a comunidade, com todo o seu verde, desaparecia na escuridão que a cidade surgia, bem lá atrás da mata. Campo e cidade eram, pra mim, como o sol e a lua, cada um tinha seu lugar, um distante do outro. À noite, à luz da lamparina, meu pai nos contava história de aventuras, rezávamos o terço em família e cantávamos canções (quase sempre a do *Chico mineiro*, a pedido nosso). Meus irmãos e eu corríamos com nossos colchões e nos colocávamos aos pés de onde papai sentava, curiosos pela história da noite, e ele dizia “Estamos como na cidade: eu nos prédios altos, de gente rica, e vocês lá na rua, pobrezinhos e sem casa...”. Assim, surgia mais uma imagem da cidade, agora de um lugar perigoso, de desigualdade social, onde existiam pobres e ricos e, sendo assim, onde solidariedade e partilha com os menos favorecidos não existiam. Esta imagem me assustava, confesso, pois a solidariedade entre as famílias da comunidade era para mim tão natural e parte da nossa vida que era difícil imaginar um lugar onde pessoas dormiam na rua enquanto outras acumulavam riquezas.

Tive o prazer de conhecer uma das muitas faces que o rural assume no contexto social brasileiro, especialmente aquele que se organiza a partir do modelo comunitário. As folias de reis, as modas caipiras, as pescarias, a camaradagem e os mutirões, as histórias mirabolantes que tudo explicavam, um mundo de gente conhecida e de vidas intimamente ligadas, política, religiosa e economicamente. Mas também uma realidade muito sofrida pelas contingências climáticas e pelo esquecimento das tais “políticas públicas voltadas para o homem do campo”. Por

vezes, a colheita era literalmente um milagre. Os períodos de seca que castigavam ou as chuvas em momentos inapropriados, ou mesmo ainda depois de muito trabalho e da sorte de uma boa colheita, a desvalorização dos produtos no momento da comercialização. Saúde, agricultura, educação, conservação dos alimentos, meios de comunicação e transporte, uma linguagem que porta estratégias diferentes de sobrevivência e que traduz uma realidade marcada por muitas lutas, sobretudo através dos movimentos sociais organizados.

Minha comunidade, uma Comunidade Eclesial de Base militante e engajada no sonho de justiça social, esteve fortemente envolvida na luta pela reforma agrária, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, mas, principalmente, resistiu ao massivo investimento da Aracruz Celulose na compra de terras e consequente expulsão das famílias de seu território. De fato, depois do cinturão verde das matas ainda preservadas que dão contorno à comunidade, existem imensas áreas de eucalipto ocupando as terras onde viviam famílias de agricultores, os quais venderam suas propriedades e passaram a ocupar áreas de favelas nas cidades próximas. Ainda nos dias de hoje, a comunidade procura *resistir* através das escolas rurais, do sindicato de pequenos agricultores, das associações e cooperativas locais, e participam de movimentos de expressão da realidade rural como o Grito dos Excluídos¹ e a Marcha

¹ “O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular carregada de simbolismo, é um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. O Grito dos Excluídos, como indica a própria expressão, constitui-se numa mobilização com três sentidos: denunciar o modelo político e econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas à exclusão social; tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos, vítimas do desemprego, da miséria e da fome; propor caminhos alternativos ao modelo econômico neoliberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todos os cidadãos”. (Retirado de: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/#1>).

das Margaridas². É importante fazer uma ressalva no que se refere à lógica da resistência neste contexto: pensando o rural como movimento social, resistir significa mais do que conservar, significa também transformar. Embora isso pareça paradoxal, na realidade, o rural reivindica que seus próprios mediadores sejam reconhecidos como os agentes que pensam e conduzem o seu desenvolvimento, perspectiva bem diferente daquela fundamentada nas políticas de urbanização.

Como jovem rural, escolarizada no método da Pedagogia da Alternância das escolas rurais, que migrou de sua comunidade de origem para estudar Psicologia na capital, fui aos poucos sentindo o peso da tal *dor e delícia de ser o que se é*³. Muitos colegas da universidade confessavam a surpresa de pensar que existem pessoas no campo, outros ainda admitiam que a imagem do trabalho e da produção eram os únicos elementos que consideravam, além da novidade de saber que o campo tem grandes lutas, organizadas e bem sucedidas. Entre as memoráveis experiências que vivenciei na Universidade, no contato com os colegas do curso, um evento foi particularmente marcante, permanecendo na minha trajetória como uma síntese desse apagamento do modo de vida camponês: fui questionada justamente sobre minhas intenções em relação à Psicologia. Pareceu estranho a alguns colegas um indivíduo rural procurar formação no curso de Psicologia, que focaliza o *humano* e, certamente, em decorrência de uma representação do rural que desconsidera as pessoas que o compõem, me foi indagado se cuidaria de *boi estressado*. Então, é forçoso

² “A MARCHA DAS MARGARIDAS é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, 27 FETAG’s - Federações de Trabalhadores na Agricultura, 4100 STTR’s - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CUT – Central Única dos Trabalhadores, em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas”. (Retirado de: <http://www.contag.org.br>).

³ Da canção “Dom de iludir” de Caetano Veloso.

reconhecer que o “homem rural” é, marcadamente, visto como ferramenta agrícola, raramente sendo considerada sua forma de vida e organização social.

Sair dos guetos produzidos, mantidos pelos grupos externos e também pela própria comunidade, a importância de fazer conhecido o modo de vida rural como recurso para orientar as pessoas também na cidade em suas ações e impressões, mostrou-se mais do que importante, uma demanda elementar, em vista da possibilidade de realizar uma pesquisa tal como propomos. A produção desse estudo, portanto, já é fruto de uma percepção mais madura e proveitosa dessa vontade de conhecer e aproximar sentidos e traduz também a esperança de que as minorias possam participar das escolhas e decisões que desenham o futuro da nossa sociedade.

A entrada na comunidade para a realização da pesquisa de campo ocorreu no dia 29 de janeiro de 2007 e foi concluída em 27 de julho do ano seguinte. Todas as entrevistas foram conduzidas exclusivamente pela autora deste trabalho. No total foram 332 horas de entrevistas dedicadas aos procedimentos de coleta de dados, além dos momentos de interação com as famílias e da convivência na comunidade, experiência que procuramos registrar em um diário de campo (Apêndice G).

Partindo do objetivo de compreender os significados que fazem do território uma comunidade para as pessoas do lugar, iniciamos nossa empreitada procurando conhecer a organização social interna, sua estrutura e simbologia de integração, estratégia que se mostrou adequada, pois como já assinalava Trindade (1996), a compreensão do indivíduo está vinculada “ao conhecimento de suas experiências, de suas relações com a realidade, determinadas em grande parte pela sua inserção social e pela sua apreensão e interpretação da realidade” (p. 47).

A natureza das questões provocadas a partir do período de imersão na comunidade bem como a análise dos processos de identificação social que alinhava os diferentes resultados derivados dos estudos, nos conduz a uma interessante reflexão de Jovchelovitch (2008): “Necessitamos compreender a comunidade para compreender a identidade, as afiliações sociais, a rebelião e o conflito global” (p. 130). Como veremos, essa pequena comunidade, com sua recente e intrigante história, nos revelará aos poucos uma história mais complexa que a integra a um conjunto de grupos sociais organizados em torno de um modo de vida rural, com suas lutas e estratégias em busca da manutenção e defesa de sua identidade social.

A tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, *Definição do objeto de estudo*, focalizamos o tema da ruralidade com o objetivo de posicionar a proposta do trabalho a partir da perspectiva da Psicologia Social, marcando sua ausência na abordagem desta temática. Para compreender a ligação entre as representações intergrupais e a identidade social construída pelo grupo rural são recrutadas duas importantes teorias da psicologia social: a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social, cujas proposições teórico-conceituais são abordadas no capítulo II – *Identidade e representações sociais*. No capítulo III são explicitados os objetivos da pesquisa de acordo com os estudos desenvolvidos.

No capítulo IV são apresentados sete artigos que contemplam quatro núcleos principais de articulação empírico-teórica, quais sejam, a contextualização da comunidade rural (Estudo 1), a investigação das representações sociais de rural e cidade para os integrantes da comunidade (Estudos 2, 3, 4 e 5), a análise das representações intergrupais (Estudo 6) e, finalmente, a descrição dos elementos que constituem as dimensões identitárias da pertença ao rural (Estudo 7).

No Capítulo V são apresentadas as conclusões do trabalho, em consonância com o compromisso de discutir os processos de identidade e representações sociais para integrantes do grupo rural, articulando as principais contribuições dos estudos que compõem a tese.

No que tange à estrutura de apresentação do trabalho, é importante esclarecer que em função de sua composição com um conjunto de artigos articulados, embora independentes, optou-se por disponibilizar as referências utilizadas ao final do artigo correspondente. Na seção *Referências bibliográficas*, apresentada ao final da tese, constam apenas as referências relativas à *Introdução* e às *Conclusões*.

Ainda em decorrência da estrutura, optamos por não apresentar um capítulo com o Método, que se encontra resumido na Tabela 1 (pp. 85-89) e poderá ser conferido mais detalhadamente em cada estudo desenvolvido. Na elaboração do trabalho utilizamos a associação de diferentes estratégias teórico-metodológicas de investigação dos fenômenos abordados segundo as proposições das teorias da Identidade Social e das Representações Sociais, assumindo a perspectiva de triangulação ou abordagem multi-método (Apostolidis, 2006; Flick, 2004; Minayo, 2005) em consonância com os objetivos da pesquisa e com a natureza dos fenômenos/objetos estudados e dados obtidos.

INTRODUÇÃO

I - OBJETO DE ESTUDO

Entre as previsões dos teóricos clássicos das ciências sociais acerca dos rumos da sociedade humana encontrava-se o desaparecimento gradual das sociedades camponesas tradicionais, em função de um inevitável processo de mudança social que pressupunha a urbanização dos espaços rurais e a transformação da agricultura em ramos da indústria. As reformulações arranjadas no interior dos conceitos, em resposta a uma realidade que não sucumbiu à urbe em franca expansão, contemplaram representações polarizadas: de um reconhecimento de sua existência, mas não como categoria social, à sua compreensão como classe subordinada e explorada pela estrutura capitalista (Stropasolas, 2006).

Sobre essa negação do mundo rural como espaço de vida, Del Priore e Venâncio (2006) nos alertam que a história do rural brasileiro foi sempre contada a partir dos latifúndios, da monocultura e da escravidão, momentos históricos de uma nação em desenvolvimento econômico, e nunca apresentando os projetos alternativos de vida que se deram ao longo da história de constituição da ruralidade, tampouco lançando luz sobre a diversidade de estratégias e organizações micro-sociais que hoje compõem a realidade rural do nosso país, convite que permanece em aberto e que nos convoca à empreitada que assumimos com o desenvolvimento deste trabalho.

As contraposições entre os universos urbano e rural possuem suas fronteiras marcadas na gênese do processo de industrialização, embora se discuta que na Antiguidade Clássica tal oposição já se fazia presente nas relações sociais (Williams, 1990). Corbin (1989), Thomas (1988) e Williams (1990) informam sobre as diferentes configurações acerca deste universo na Europa pós-revolução industrial, que orientaram a produção de estereótipos de cunho moral associados à acessibilidade a recursos existentes em diferentes proporções nestes contextos.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais bastantes poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (Williams, 1990, p. 11).

A concepção de uma *ruralidade tradicional* tem suas raízes, portanto, na busca de diferenciação entre as sociedades industriais e as sociedades tradicionais. Segundo Gómez (2002), em 1930 o sociólogo russo Sorokin sistematizou nove importantes diferenças entre o mundo urbano e o rural: 1). ocupacionais; 2). ambientais; 3). tamanho das comunidades; 4). densidade populacional; 5). homogeneidade/heterogeneidade da população; 6). diferenciação, estratificação e complexidade social; 7). mobilidade social; 8). direção das migrações; 9). sistemas de integração social. Com Pahl (1966) surgiu a proposta de um *continuum* rural-urbano. De acordo com esta tese, “não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial” (Abramovay, 2000, p. 15), mas uma passagem gradual, através do acesso pela população rural ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, que lançaria a comunidade rural rumo à sua transformação em comunidade urbana. O que podemos assinalar de inovador na tese do *continuum* rural-urbano é que esta amplia a discussão sobre os territórios do campo e da cidade, rompendo com a dicotomia clássica e radical expressa na concepção da ruralidade tradicional.

Sobre essa questão, Saraceno (1994) observa que a distinção espacial entre urbano e rural era somente importante em vista dos processos de industrialização que funcionavam de maneira clássica nas primeiras gerações dos países desenvolvidos. Desta forma, como questionado por Caiado e Santos (2004), com o desaparecimento da velha dicotomia urbano-rural, a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a não mais explicar a diversidade dos usos dessas classificações, sendo necessária uma redefinição dos conceitos até então empregados. O Projeto Rurbano (2002) da Universidade de Campinas, por exemplo, desenvolve seus estudos reclassificando as informações estatísticas do IBGE, “segundo local de moradia, para fugir da clássica divisão entre rural e urbano e, mesmo considerando rural somente os moradores que habitam em áreas isoladas, constata a mudança do padrão e a existência de um novo rural” (Caiado & Santos, 2003, p. 123).

Esa observación de la sociedad rural como un ente separado de lo urbano, alejado de la modernidad, aislado muchas veces, y por ende visto con el estereotipo negativo de atrasado o con el romántico de puro, se terminó, o está pronto a terminarse. Este nuevo espacio rural se ha modernizado, cambiado, interconectado y muchas veces se ha resignificado frente al ámbito urbano (Bengoa, 2003, p. 43).

Embora essa *nova ruralidade*, que surge no cenário dos embates conceituais em suas tentativas de atualização frente à complexidade das relações estabelecidas entre o campo e a cidade no contexto atual, consiga se aproximar da realidade rural pluralizada em suas estratégias e organizações sociais, econômicas e culturais, parece

camuflar importantes pontos de fragilidade e negligências quanto às políticas de equidade social.

Entre os autores latinoamericanos, encontramos três definições desse *novo rural*. Para Pérez (2001), a nova ruralidade consiste em um conjunto de territórios cuja população desenvolve diversas atividades como agricultura, artesanato, pequenas e médias indústrias, pesca, comércio, extração de recursos naturais, turismo, entre outros. Llambí (1995) concebe a realidade urbano-rural, como um conjunto de reestruturações geoeconômicas e geopolíticas em níveis global, nacional e local, em que, no entanto, cada país assumiria suas próprias peculiaridades. Wanderley (2001), por sua vez, nos oferece uma interessante concepção, que compreende o mundo rural em suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. A autora apresenta dois elementos diferenciadores: a ocupação de um território com formas de dominação que têm sua base no uso da terra e de outros recursos naturais, e como lugar de vida que produz identidade.

Essa nova ruralidade, conforme avaliada por Gómez (2002), teria impacto nas dimensões territoriais (através de mudanças na valorização dos espaços rurais), ocupacionais (mediante a integração de diferentes atividades) e culturais (em função das transformações nos padrões de conhecimento e valores da população rural), permitindo uma análise mais ampla e coerente da diversidade que o universo rural comporta.

Tentamos assinalar, através deste breve resgate conceitual, a exaustiva discussão acerca da porosidade presente no conceito de ruralidade entre teóricos e pesquisadores do campo da sociologia rural, passando por diferentes propostas de diálogo entre as realidades rural e urbana como forma de entender e referenciar as

transformações em curso nas relações estabelecidas entre essas dimensões da sociedade. Do renascimento rural, novo rural, *continuum* rurbarno, aos chamados rurais (Lima, 2005; Moreira, 2005; Stropasolas, 2006), encontramos uma diversidade de perspectivas de análise do contexto campesino. Wanderley (1997) argumenta que, apesar das inúmeras produções da sociologia rural, estaríamos diante do esvaziamento do rural como objeto de estudo, o que nos permite compreender parte da dificuldade de sistematização conceitual.

Este complexo cenário, amplamente discutido (Beltrão & Camarano, 2000; Bengoa 2003; Gómez, 2002), tem sido acompanhado pelos autores latinoamericanos principalmente através de análises que se pautam em pensar os efeitos do processo de globalização, nos níveis econômico, político, social e cultural, na dinâmica das comunidades rurais e suas formas de organização (Brumer, 1996; Garcia Júnior, 1989; Herrera, Valenzuela & Bustamante, 2004; Torrent & Quintanar, 2004).

Por volta da década de 1970 a questão rural possuía um papel da maior importância na América Latina (Bengoa, 2003). No Chile enfrentava-se um processo de encerramento da Reforma Agrária e, por sua vez, uma contrarreforma; o Peru vivia o apogeu da Reforma Agrária enquanto o Equador também passava por reformas rurais, contudo mais tímidas; na Colômbia os embates políticos junto aos movimentos campesinos eram questões centrais ao país; o México, por sua vez, desenvolvia o sistema agroalimentar mexicano (SAM) em um esforço de reestruturação das relações urbano-rurais. O fracasso destas estratégias para uma política de desenvolvimento rural foi fator que contribuiu para as crises políticas posteriores na América Latina (Bengoa, 2003). O Brasil, contudo, ficou marcado pelos movimentos sociais organizados, sobretudo do Movimento dos Sem Terra

(MST), que buscaram e ainda buscam através do livre movimento identificado pelas ocupações de terra e estruturação de uma grande organização interna, além das discussões também junto às instâncias governamentais, os caminhos para uma Reforma Agrária Brasileira (Sawyer & Rigotti, 2001).

Os movimentos sociais no campo traduzem a resposta do próprio grupo rural em relação à clássica proposta desenvolvimentista, dinamizando representações e práticas internas às comunidades campesinas em defesa e luta pelo modo de vida rural. Como observado por Sauer (2003), o “envolvimento nas lutas é um processo social que possibilita a reorganização das diversas representações, provocando alterações da percepção da própria identidade” (p. 18), o que, para um grupo historicamente estereotipado como atrasado e carente de investimento de políticas urbano-cêntricas, se configura como uma estratégia necessária à sua própria existência e manutenção. É importante ressaltarmos que isso não significa entender o mundo rural como um contexto intocável, mas sim compreendermos - e uma análise mais detalhada das propostas dos movimentos sociais campesinos que emergiram aqui no Brasil nos permite identificar isso – que a luta desses movimentos têm sido justamente por transformações dessa realidade, almejando a conquista de seus direitos (tal como preconizado para todo ser humano) sem que, para isso, as comunidades campesinas tenham que se render a um projeto que prevê o seu desaparecimento. É nesta perspectiva que os movimentos sociais campesinos se pluralizam em ações concretas que buscam solucionar problemas práticos e representacionais de seu contexto, construindo escolas rurais, fortalecendo os sindicatos rurais, associações e cooperativas de pequenos agricultores rurais, movimento de mulheres, entre outras organizações que corporificam o objetivo comum de um grupo singular que, ao longo das últimas

décadas, tem se mobilizado como um coletivo que se identifica e milita pela sobrevivência dos seus modos de vida, uma vida rural.

Quanto à direção das mudanças ocorridas no mundo rural e nos estudos que lidam com esta temática, Brumer (2003) apresenta cinco aspectos importantes, discutidos pela Associação Latino-americana de Sociologia Rural em 2002: 1). Separação entre os estudos acerca da agricultura dos estudos sobre o mundo rural, efeito do processo de deslocamento da fazenda (marcado até os anos 1970 pela relação produção/poder, economia/poder local, e propriedade de terra/política) para a empresa exportadora moderna; 2). Mudança da questão camponesa para as questões referentes à pobreza rural; 3). Transformação nos sistemas de trabalho a partir do deslocamento da servidão dos camponeses sem terra nas fazendas para o trabalho temporário, gerando o aumento de sua precariedade; 4). A problemática que era centrada nos camponeses, em função dos movimentos sociais nos anos 1980, passa a ter como foco a questão indígena e especificidades locais; 5). As questões de gênero passam a ser consideradas, em função das novas discussões que surgem a partir dos movimentos feministas da década de 1980, tendo visibilidade a problemática específica das mulheres rurais.

A representação do mundo agrícola, a imagem de unicidade que se buscava no início do século, é hoje atravessada pela oposição dos agentes concebidos por categorias como ‘agricultura familiar’, ‘complexo agro-industrial’, ‘agricultura empresarial’, ‘agricultura tradicional’, a demonstrar a intensidade da competição por terra, por recursos financeiros, por força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo (Brumer, 2003, p. 18).

O período que compreende os anos de 1977 a 2002 é considerado, portanto, de grande relevância para a compreensão das mudanças ocorridas no mundo rural latino-americano, pois segundo Bengoa (2003), “este período se ha producido la pérdida de autonomía de la cuestión y sociedad rural” (p. 98) como espaço social, âmbito produtivo e *ethos* cultural. A sociedade latino-americana nestas três últimas décadas teria transitado por diversos “ciclos rurais”. O que na década de 1970 era marcado pela autonomia da sociedade rural junto aos diversos processos e movimentos vividos, hoje estaria diante de um espaço diferenciado, mas não claramente definido, quanto às suas estruturas e organizações. Estaríamos vivendo neste início de século o fechamento de um “ciclo rural” assinalado pela perda da autonomia do mundo rural como uma “sociedade” (Bengoa, 2003; Gómez, 2002).

Em vista do panorama apresentado acerca das diversas mudanças ocorridas no universo rural, faz-se necessário marcar nosso campo de estudo a partir da dimensão psicossocial, que se apresenta como possibilidade consistente de análise destas transformações desencadeadas na vida dos grupos campestinos. Como assinala Bengoa (2003):

la cuestión rural sigue siendo importante, y lo será crecientemente, pero ahora no quizá como sistema de producción o como sociedad diferenciada, sino como fuente y fuerza simbólica e identitaria para las sociedades que se encaminan a un proceso de globalización acelerado, anclándolas en sus profundidades culturales. Probablemente será una referencia a relaciones de convivencia, sistemas de pertenencia, sustrato de relaciones primarias, quizá las únicas proveedoras de sentido frente a la acción colectiva globalizada (Bengoa, 2003, p. 98).

Em função dessas novas relações que se estabelecem no cenário rural, Bengoa (2003) defende que deveriam surgir outras formas de compreender o sentido que o rural tem e continuará tendo em nossas sociedades, integrando os aspectos econômicos e culturais para o desenvolvimento de metodologias que possam acompanhar tais mudanças.

Sem perder a dimensão crítica acerca dos embates entre o que se tem denominado de “global *versus* local” (Teixeira, 2002), pois partilhamos de uma visão contextualizada acerca dos processos políticos e econômicos que também dinamizam os grupos humanos, é interessante introduzirmos a discussão realizada por Burity (2001) e Souza (2008), que põe em debate a afirmação da identidade frente ao avanço da globalização. Estes autores nos chamam a atenção para o movimento de resistência das categorias que se sentem ameaçadas pelos grandes projetos globalizantes que se pretendem homogeneizadores da diversidade, marcando o fortalecimento das identidades locais e regionais:

a emergência de demandas identitárias na cena contemporânea ora representam uma recusa dos grandes modelos mas também das tendências globalizantes; ora uma defesa da ‘autenticidade’ das experiências particulares e enraizadas num determinado tempo e espaço comunitário contra as forças desterritorializantes (Burity, 2001, sp.).

A produção de estereótipos com valoração negativa, como forma de mobilizar práticas de superação do mundo rural, também ocorreu em território brasileiro. Aqui as significações da vida no campo ganham consistência com a imagem do caipira, do caboclo interiorano, como importante figura na representação do mundo rural, que teria contribuído para a construção de uma verdadeira “cultura caipira”, patrimônio

popular e expressão da identidade nacional brasileira (Ianni, 2002; Linhares, 2004; Santos, 2004; Souza, 2004).

Entre as variantes do homem rural difundidas no imaginário social brasileiro encontramos, portanto, as imagens do sertanejo forte e resistente, “rocha viva da nacionalidade”, de Euclides da Cunha e, também, o caipira preguiçoso e ignorante personificado no jeca-tatu⁴ de Monteiro Lobato. Ambos, no entanto, amalgamados ao estigma da inferioridade do modo de vida rural. A participação dessas caricaturas nas produções literárias brasileiras ocorreu em meio à necessidade de pensar o “homem nacional”, cuja elite intelectual de meados do século XX pactuava com as classes econômica e politicamente abastadas, ansiosas pelo progresso do Brasil que, para as quais, somente seria possível através da superação do mundo agrícola pelo industrial. Essas produções contribuíram para a construção e circulação de uma imagem negativa e inferiorizada do homem rural (Aleixo, 2004).

A partir da difusão dessa representação do “homem do campo” uma série de práticas se consolidou, ratificando sua condição de passividade, sobretudo ligada às ações pedagógicas e de saúde que, como discute Martins, insistem em mostrar que

preguiça, fatalismo, nomadismo, ignorância, rotina, passividade, submissão, ingenuidade, desnutrição, rusticidade e desambição fazem parte do cotidiano do homem do campo. A consolidação desse estereótipo, formado nos conceitos de uma mentalidade urbana, objetiva favorecer todo um modelo de desenvolvimento, que tinha no homem do campo o grande obstáculo a ser transposto. A resolução dessa situação de atraso fundamenta-se nos

⁴ O personagem de Monteiro Lobato foi criado nas publicações “Velha Praga” e “Urupês” em 1914 no Jornal Estado de São Paulo, identificando o homem do campo com o atraso econômico, político e mental.

componentes ideológicos urbanos e será efetivada quando o mundo rural se integrar como consumidor da modernidade urbana (Martins, citado por Caliari, 2002, p. 69).

Paradoxalmente outra imagem ligada ao mundo rural se fortaleceu em meio ao desenvolvimento acelerado dos grandes centros urbanos: a visão romantizada que orienta o desejo urbano de vida no campo. Silva (2000) constata que de um total de 133.400 leitores assinantes da revista *Globo Rural*, 12.400 moram na cidade de São Paulo. Chama a atenção da pesquisadora, diante do frenético processo de urbanização brasileiro, o sonho urbano de morar em um ambiente que a maior parte da população abandonou.

Desta forma, ainda permanece a dicotomia entre os contextos rural e urbano, fortalecidos por significados tanto positivos quanto negativos que durante muitos anos acirraram a clássica distinção entre estas realidades. Apesar das tradicionais fronteiras entre o que é rural e o que é urbano estarem sendo diluídas do ponto de vista geográfico e tecnológico, “a oposição entre os dois ambientes se mantém nas mais diversas tentativas de compreensão do mundo em que vivemos” (Silva, 2000, p. 02).

Nessa rápida revisão, encontramos muitas interrogações e contrapontos conceituais, o que reflete a própria sinuosidade com a qual o tema da ruralidade tem sido tratado pelos teóricos e pesquisadores da área, em face da complexificação que tem ocorrido nas relações internas ao rural e ao urbano, como também nas próprias relações entre estes contextos em constante transformação. Quando adotamos a cidade e o campo como categorias sociais, lançamos essa discussão para a dimensão dialógica neste universo, tomando-os como realidades interdependentes na

orientação simbólica das pertenças vinculadas a estas categorias e, por sua vez, procuramos compreendê-las nas vivências dos indivíduos que fazem das categorias urbano e rural grupos sociais de pertencimento (Turner & Reynolds, 2001).

Sublinhamos a dimensão na qual o rural é visto como uma organização social, especialmente fundamentada no modelo comunitário, que oferece às suas gerações um conjunto de valores e expectativas a serem aprendidos e preservados. Esta é uma esfera que nos interessa, pois indica uma participação ativa dos membros do grupo rural e a atualização desses modos de vida, a partir dos quais se tornam homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Psicologia e modo de vida rural

Os indivíduos nascem em um mundo rural e urbano, e essa condição já demarca uma importante distinção entre os grupos humanos, que será estabelecida através de um processo de socialização também caracterizado por projetos de vida diferentes, bem como sistemas de normas, valores e crenças próprios daquele contexto social (Speltini & Palmonari, 1999). Vai se aprendendo a ser camponês ou citadino, a fazer parte daquele grupo e a compartilhar o seu modo de vida.

É entendendo o rural a partir de suas formas de sociabilidade que propomos o presente estudo. A proposição subjacente aos objetivos que se articulam focalizando a análise dos processos identitários entre membros de um grupo rural, portanto, fundamenta-se na perspectiva do rural como *modo de vida*. Tal distinção é importante, posto que já antecipa o imbricamento que se pretende estabelecer entre a vida rural como um tema importante para a psicologia e as contribuições deste

campo de conhecimento para os estudos que se tem produzido focalizando a ruralidade.

Diante de tais considerações, concordamos com a acepção de Albuquerque (2002) que entende o rural como “uma forma de vida que abarca todos os membros que vivem em uma coletividade rural, trabalham na agricultura ou em outras atividades diferentes” (p. 38). Também Wanderley (2001) e Pereira e Gomes (2002) compartilham dessa concepção em que os diversos modelos familiares, as relações de trabalho, a parceria e os laços de solidariedade necessários a essas redes sociais, o situam como um “modelo significativo e alternativo em relação a outras formas de organização social” (Pereira & Gomes, 2002, p. 94). Quando falamos do rural, portanto, o consideramos a partir de um sistema integrado grupo (comunidade) – categoria rural – estrutura social vigente. Estamos diante de uma conexão entre diversos fatores marcados por forças internas ao grupo (como valores, tradições, ideologias, relações de gênero, economia local) e pressões externas (as políticas públicas, o agrícola como lugar de produção, mercado integrado) (Abramovay, 2000; Durham, 2004), que nos lança em um campo de pesquisa complexo, especialmente pela escassez de estudos na perspectiva que propomos ou incursões teóricas ainda muito recentes.

Mas e a psicologia? O que tem a dizer acerca dos rurais do nosso tempo? Albuquerque (2002) nos orienta para uma possível resposta:

Uma revisão nos anais dos últimos congressos poderá nos mostrar que, embora pratiquemos uma psicologia aplicada ao Brasil e ao brasileiro, com sua cultura, sutilezas e nuances próprias, realizamos uma psicologia urbana. (...) Então, por que não estudamos essa parte da população? Por que

preferimos analisar os aspectos urbanos e não também os daqueles habitantes da zona rural brasileira? (p. 37).

Provocados pelas indagações levantadas por Albuquerque (2002), realizamos uma busca a partir da indexação das palavras-chave *psicologia* e *rural* no banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os critérios de busca incluíam a presença dos termos indexados no nome da área de concentração do Programa de Pós-Graduação, no resumo, no título ou nas palavras-chave dos trabalhos disponíveis no sistema. O objetivo desse levantamento foi o de fornecer um quadro geral dos possíveis estudos que focalizam o *rural* em um cenário de investigação próximo ao campo de pesquisa em Psicologia.

Os resultados encontrados indicaram o registro de 82 trabalhos, entre Teses e Dissertações, vinculados a 27 diferentes áreas de conhecimento⁵. A partir da busca realizada e com o objetivo de fornecer um panorama do conteúdo destes trabalhos, procedemos o processamento das palavras-chave indicadas pelos autores das Teses e Dissertações. É importante informar que não tivemos acesso aos trabalhos completos, mas consideramos oportuna a análise, posto que os descritores ou palavras-chave são termos representativos do trabalho realizado, através dos quais os autores procuram fornecer elementos que expressem as contribuições e focos principais do estudo.

⁵ No Apêndice H são fornecidas informações detalhadas sobre a revisão realizada.

Em função da quase absoluta dispersão dos dados (224 termos diferentes para o total de 251 palavras fornecidas), agrupamos as palavras-chaves em 11 categorias gerais, conforme informações disponibilizadas na Figura 1.

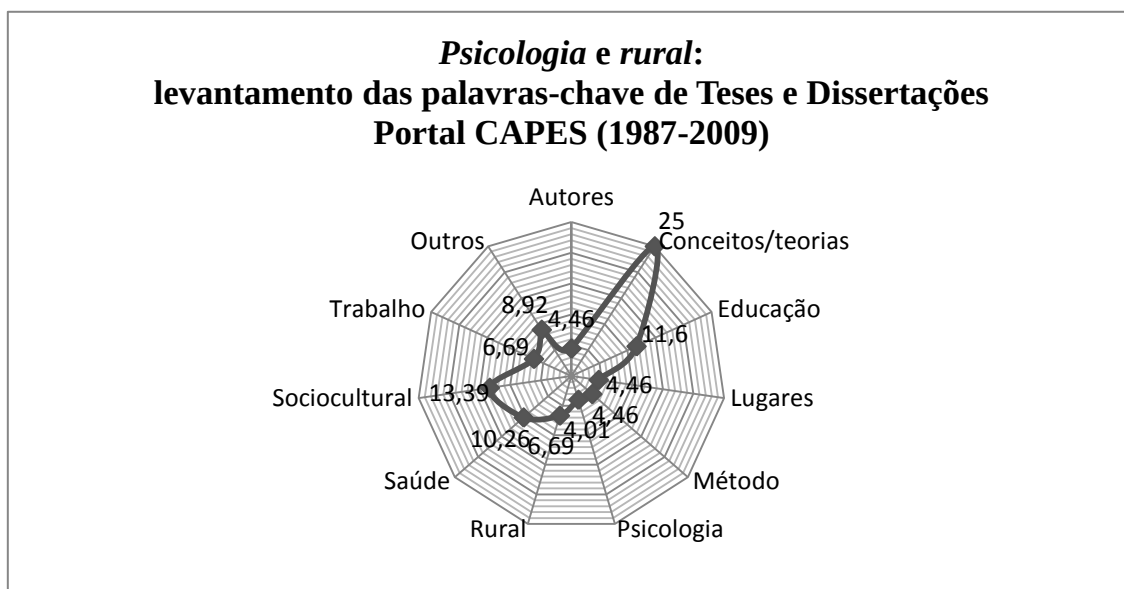


Figura 1: Distribuição das palavras-chave referentes às Teses e Dissertações encontradas no portal da CAPES a partir dos indexadores *psicologia* e *rural* para o período 1987-2009.

Cada categoria apresenta-se como um grande guarda-chuva abrigando formas bastante distintas de significados, o que é esperado considerando que os trabalhos são provenientes de 27 diferentes áreas de conhecimento. Devemos ressaltar ainda que estes trabalhos não consistem propriamente em Teses e Dissertações que tenham lidado com a *psicologia* e com o *rural*, mas, sim, estudos que por diferentes motivos vinculam-se a estes dois objetos, advertência que demanda cautela na leitura e interpretação das categorias apresentadas.

Em função das limitações ressaltadas, procuramos apenas oferecer informações gerais sobre o conteúdo que compõe cada categoria. Em *Conceitos/teorias*, categoria que integra a maioria das palavras-chave (25%),

concentra-se uma verdadeira mistura de conceitos (arquitetura, biomecânica, cognição, empoderamento, epidemiologia, gênero, fenomenologia, representações sociais, entre outros), variabilidade que se justifica pela diversidade de áreas de conhecimento às quais os estudos estão vinculados. Embora a categoria *Psicologia* (4,01%) pudesse ser incorporada em *Conceitos/teorias*, avaliamos como pertinente aos objetivos desta revisão destacar os elementos mais diretamente ligados à área, a saber: psicólogo, psicanálise, psicologia escolar, psicologia evolucionista, psicologia social e psicossocial, descritores que localizam o trabalho realizado dentro do campo de conhecimento das subáreas da Psicologia. Termos como *pesquisa e metodologia*, além de nomeações referentes a *softwares* de análise de dados, foram agrupados na categoria *Método* (4,46%); e em *Autores* (4,46%) constam tanto os autores cujas produções foram utilizadas como fonte de dados (romances de Graciliano Ramos) quanto aqueles que referenciaram a análise dos estudos a partir de suas proposições teóricas (Max Weber, por exemplo).

Em quatro categorias nota-se a existência de um conjunto de significados mais temáticos, tais como *Educação* (11,6%) (escolarização, formação de professores, relação professor-aluno, competências escolares), *Trabalho* (6,69%) (segurança no trabalho, trabalhadores), *Saúde* (10,26%) (câncer, cirurgia, saúde mental, PSF, estado nutricional) e *Sociocultural* (13,39%) (crenças, cultura, etnia, cidadania, identidade, tradição). Para o conteúdo relativo ao *Rural* (6,69%), duas subcategorias foram identificadas: termos representativos do indivíduo rural (assentado rural, camponês, pequeno produtor, produtor rural, proprietário, sertanejo), elementos vinculados ao modo de produção agrícola (agricultura familiar,

agrotóxicos e terra) e ainda relativos às condições climáticas, como os períodos de *seca*.

As regiões ou territórios mencionados foram reunidos em *Lugares* (4,46%) (Rio de Janeiro, São Paulo e Chapada Diamantina), conteúdo que se apresenta no quadro de informações acerca da pesquisa como a localização de onde o estudo foi realizado; e, finalmente, na categoria *Outros* (8,92%) está reunido um conjunto de elementos cujas características semânticas apresentaram-se muito específicas e distintas entre si, variando, por exemplo, de *cães* e *bondes* a *erotismo* e *alma*.

Focalizando os estudos produzidos especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, constam registrados no portal da CAPES (até o momento em que o estudo foi realizado) 31 trabalhos (38.80% dos trabalhos encontrados a partir dos indexadores ‘rural’ e ‘psicologia’) (06 teses e 25 dissertações). A fim de favorecer a visualização de como a referida produção se distribui ao longo do tempo, na Figura 2 constam as informações referentes ao número de Teses e Dissertações em função do ano de defesa. Como veremos oportunamente, os dados encontrados parecem confirmar a interpretação de que o *rural*, na Psicologia, não é assumido como objeto de estudo e tão pouco se apresenta na esteira de suas principais preocupações.

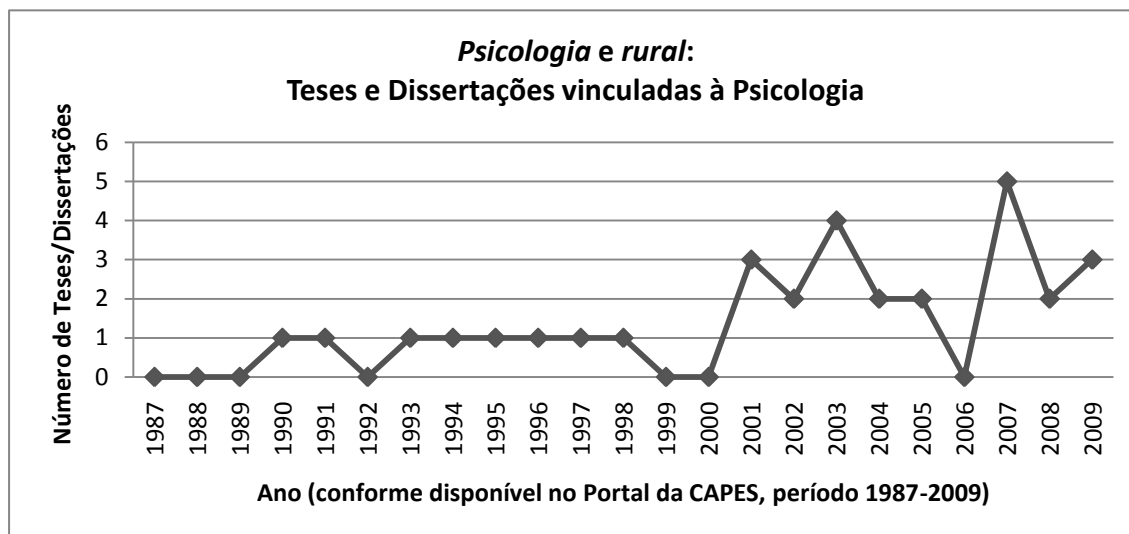


Figura 2: Frequência absoluta das Teses e Dissertações encontradas no portal da CAPES a partir dos indexadores *psicologia* e *rural*, específicas da área Psicologia, para o período 1987-2009.

No que se refere à localização do indexador *rural* na estrutura dos trabalhos encontrados no banco de Tese e Dissertações da CAPES (se presente no título, resumo e/ou palavras-chave): (1) em 58.06% destes trabalhos, o termo *rural* aparece, exclusivamente, nos resumos; (2) em 9.67% apenas no título, e, por fim, em igual porcentagem apresenta-se, simultaneamente, (3) no resumo e título (16.12%), e (4) no resumo, título e palavras-chave (16.12%).

Por meio da análise do conteúdo dos resumos das Teses e Dissertações, identificamos as seguintes referências ao rural: (a) um rural como “pano de fundo” do fenômeno estudado (29.03%), ou, em outras palavras, é feita referência ao território geográfico (na zona rural); (b) em 16.12% essa referência territorial possui uma conotação de *realidade rural*, o que indica maior proximidade com a utilização do rural como *modo de vida*; (c) refere-se à procedência dos participantes da pesquisa (29.03%); (d) como contexto ultrapassado cuja superação (transformação da sociedade rural para urbana) permitiu o nascimento do *sujeito*, marcadamente, o

sujeito da psicanálise (3,22%). Este trabalho refere-se à transmissão da psicanálise e serviu-se do rural para explicar que a modernidade só foi possível através da transposição do rural, através do êxodo de pessoas do seu território para compor as cidades, permitindo a produção dos sujeitos; e, finalmente, (e) em 19,35% dos trabalhos (6 Teses/Dissertações), o rural é o objeto de estudo ou é focalizado entre os objetivos principais da pesquisa desenvolvida. Esclarecemos que em um dos trabalhos (3,22%) não foi possível realizar essa classificação, posto que as informações disponíveis no resumo eram imprecisas.

Tendo em vista o panorama apresentado, algumas considerações merecem ser feitas. O número de produções, à primeira vista, poderia contestar a suposta negligência da Psicologia em relação ao rural, sugerindo a existência de uma considerável produção na área. Na realidade, os resultados evidenciados indicam a inexistência de um rural consolidado como objeto de estudo na Psicologia, conforme já alertado por Albuquerque (2002). O rural aparece como local de proveniência dos indivíduos e é abordado de forma periférica, sendo constituído como dimensão efetivamente estudada apenas em alguns trabalhos isolados.

Ainda em relação ao debate acerca da não consolidação do rural como objeto de estudo na Psicologia, é importante registrar a existência de alguns trabalhos (artigos), produzidos nos últimos anos, em maior consonância com a preocupação de análise das diversas realidades rurais em suas particularidades históricas, econômicas e culturais (Albuquerque, Souza & Martins, 2010; Bonomo & Souza, 2010; Naiff, Monteiro & Naiff, 2009; Pinto, Nascimento & Camino, 2003; Rocha, Albuquerque, Coelho, Dias e Marcelino, 2009) e não apenas como “grupo controle” em estudos urbanos. Isso é importante porque o “mundo rural constituye una realidad social y

cultural específica con sus propios depósitos de significados” (Herrera, Valenzuela & Bustamante, 2004, p. 02). O próprio surgimento da expressão “Psicologia rural” poderia evidenciar essa tentativa de aproximação e o reconhecimento das especificidades do modo de vida rural, que começa a ganhar uso em alguns espaços acadêmicos (Albuquerque, 2002; Albuquerque & Pimentel, 2004), como na Revista *Psicología para América Latina*⁶, por exemplo, que possui em sua lista de temas permanentes uma seção destinada à Psicologia Rural.

Outra mobilização no sentido de aproximar Psicologia e ruralidade foi a realização do encontro *A questão da terra: desafios para a psicologia*⁷, em julho de 2006, na Universidade de Brasília. Neste evento o então vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia dizia: “Esta, a ligação do homem com a terra, é uma das questões mais sintomáticas da sociedade brasileira. É onde principiam as desigualdades. A impossibilidade do acesso a terra leva ao sofrimento e à miséria”. Neste seminário, estiveram presentes representantes de diferentes movimentos sociais, os quais participaram do evento e compartilharam com os poucos psicólogos e pesquisadores presentes suas lutas e conquistas. Participaram do encontro: quebradeiras de coco, comunidades indígenas, trabalhadores atingidos por barragens, integrantes de acampamentos e assentamentos rurais, representantes dos sem-teto, grupos de movimentos ligados à terra. Discutiu-se que o grande desafio para a Psicologia, em relação à temática da ruralidade, consiste em reconhecer a relação humana com a terra, para atuar de maneira eficaz nas comunidades campesinas, o que ainda apresenta questões que nos instigam e desafiam a nossa própria identidade profissional.

⁶ Disponível em: <http://psicolatina.org/indice/12-rural.html>

⁷ Maiores informações em: <http://www2.pol.org.br/seminariodatterra/programacao.cfm>

Essas aproximações representam importantes ganhos, pois desde o seu início a Psicologia tem se dedicado a intervir e a estudar o mundo urbano, em função de razões históricas, econômicas e demográficas, como nos lembra Albuquerque (1998). *A Psicologia Rural* surgiria, então, como uma contribuição para se pensar a realidade rural, uma vez que, como alerta ainda o mesmo autor, continuam existindo pessoas nas pequenas comunidades, os trabalhos agrícolas não desapareceram, além da própria qualidade de vida nas grandes cidades que passa a ser questionada com maior intensidade, em vista da realidade e problemas enfrentados nos grandes centros urbanos. Ganha força na esteira das reflexões acerca das dificuldades encontradas na organização social citadina, a imagem do rural como lugar tranquilo e seguro, um retorno à ideia do campo como paraíso intocado e lugar dos bons ares (Moreira, 2005; Williams, 1990), representação que refletiria a ligação homem-ambiente/natureza e não propriamente um reconhecimento do modo de vida e do ser rurais.

Considerando a complexidade das relações objetivas e simbólicas estabelecidas entre estas realidades, acreditamos que o aporte teórico-conceitual da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Social pode fornecer recursos apropriados para o estudo do fenômeno identitário no contexto rural, contribuições que serão abordadas a seguir.

II - IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A perspectiva de análise baseada na articulação entre a Teoria da Identidade Social e a Teoria das Representações Sociais (Bigazzi, 2009; Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Souza, 2004, 2008) mostra-se como uma interessante via para a compreensão das dinâmicas identitárias implicadas no processo de construção da identidade rural. A utilização conjunta dessas teorias possibilita uma compreensão mais ampla e consistente acerca do fenômeno social estudado, pois “as representações sociais têm um importante papel na formação de identidades sociais (...) as identidades sociais, por outro lado, influenciam a exposição, a aceitação e a utilização de representações sociais que podem influenciar no seu desenvolvimento” (Breakwell, 1993, p.209).

Na acepção de De Rosa e Mormino (2000), a análise integrada desses constructos permite uma interessante síntese dos principais pontos de convergência entre os processos que concorrem para a elaboração da identidade grupal: (a) a pertença a um grupo específico determina quais elementos estarão presentes na memória, nas representações sociais e na identidade social do grupo; (b) através dos processos de integração do novo no pré-existente, o presente e o futuro encontram uma possibilidade de recombinação no passado que consente a continuidade do grupo, da sua identidade, da sua coesão, dos seus valores e das suas raízes; (c) é através da memória que os grupos encontram sua hereditariedade e suas próprias origens; é através das representações sociais (especialmente as hegemônicas) dos objetos sociais com os quais os grupos interagem que os indivíduos podem estabelecer espaços de comunicação/apropriação e trocas no âmbito de sua vida social; e é através da identidade grupal que a comunidade mantém sua unidade e coesão (possibilitados pelos princípios da autoimagem positiva, continuidade

histórica, distinção social, etc.); (d) os interesses, necessidades, crenças e valores do presente são a base para tornar coerentes as próprias origens e as novas perspectivas do grupo; e (e) a variabilidade das expressões folclóricas, através do tempo e do espaço, poderão ser interpretados como elementos de conservação da identidade grupal nos quais se manifestam os esforços para a continuação da comunidade.

A preocupação com a ampliação analítica sobre os fenômenos sociais a partir dos processos grupais, marcadamente corporificados nos processos identitário e representacional, já foi manifestada em alguns trabalhos (Bigazzi, 2009; Souza, 1995; Vala, 1997a) de relevância empírica em face do objeto social em estudo; trabalhos que procuraram, na articulação entre os conceitos de identidade e representações, recursos analíticos que pudessem respeitar com maior propriedade a complexidade inerente ao fenômeno identidade social. Também encontramos algumas aproximações teóricas (Breakwell, 1993; Cabecinhas, 2004; Deschamps & Moliner, 2009; Souza, 2004, 2008; Vala, 1997a) que nos auxiliam no exercício conceitual sobre os processos grupais, as quais ressaltam os inúmeros ganhos quando articuladas as teorias das representações sociais e da identidade social. Este diálogo teórico nos parece muito apropriado não apenas quando consideramos as dimensões conceituais e epistemológicas, mas principalmente pela necessidade de assumir o próprio fenômeno segundo linguagem e conteúdo que nos permita, gradativamente, nos aproximar de sua complexidade. Eis o nosso grande desafio como pesquisadores e psicólogos sociais.

Sobre essa dimensão concreta da realidade grupal, em vista da possibilidade de articulação entre representações e identidade, Vala (1997b) ressalta:

os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas representações que se autoposicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as representações sociais. Quer dizer, por um lado, as representações sobre a estrutura social, enquanto variável independente, suscitam sistemas de categorização ou grupos sociais; mas, por outro, as representações sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior dessas categorias ou grupos sociais (p. 381).

Diante das considerações apresentadas, entendemos que a articulação teórico-conceitual proposta, representação-identidade, cumpre os critérios de legitimidade e consistência, especialmente por possuírem processos epistemológicos muito semelhantes na arena da psicologia social, apresentando-se apropriados à análise do fenômeno identidade no contexto rural comunitário. A seguir, fornecemos um panorama conceitual referente à Teoria da Identidade Social e à Teoria das Representações Sociais, informações que poderão ser encontradas com um nível de maior detalhamento na seção relativa aos estudos desenvolvidos (capítulo 4).

Teoria da Identidade Social

A Teoria da Identidade Social (TIS), conforme proposta em Tajfel (1984, 1983, 1982a, 1982b, 1982c, 1974, 1972, 1970) e Turner (1986, 2001), é uma teoria sobre fenômenos e processos intergrupais. A TIS, como sugerida pela Escola de Bristol, foi a primeira a colocar a identidade “no centro da análise das relações intergrupos, atribuindo-lhe uma posição explicativa da diferenciação e da discriminação sociais” (Amâncio, 1997, p. 291).

O conceito de identidade social, como indicado por Tajfel (1984; 1983; 1982a; 1982b; 1982c; 1974; 1972; 1970) e desenvolvido a partir da década de 1960, entende a identidade como “aquela parcela do auto-conceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social” (1983, p. 290), ou seja, procede do reconhecimento das categorias sociais às quais se pertence, bem como do valor e significado emocional que se atribui a essa pertença. Esta concepção tridimensional da identidade social, postulada inicialmente por Tajfel (1983), sublinha:

um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados de emoções (tais como amor ou ódio, gostar ou não gostar), dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações (1983, p. 261).

Os estudos experimentais sobre grupos mínimos, realizados por Tajfel (1970), contribuíram para a compreensão do comportamento discriminatório entre os grupos em processo de comparação social. Através destes experimentos discutiu-se que não seria necessária a condição histórica de hostilidade entre grupos para a produção de comportamentos discriminatórios, mas o mero estabelecimento de fronteiras cognitivas intergrupais já seria suficiente para o fortalecimento da polaridade valorativa entre os grupos e a consequente produção de comportamentos de supervalorização do endogrupo em detrimento do exogrupo (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1970). A definição do grupo pode ser estabelecida, então, a partir de

critérios externos e internos, em outras palavras, designações exogrupais e identificação grupal, esta última considerada como função individual dos estereótipos sociais, que somente ganha consistência e relevância a partir do reconhecimento e avaliação pelo indivíduo quanto à sua pertença em relação aos diversos grupos aos quais sente pertencer (Tajfel, 1982b).

De acordo com os teóricos que focalizam os processos identitários (Brown, 1984; Doise, Deschamps & Mugny, 1980; Tajfel, 1982, 1983; Turner, 1984), possuímos tantas identidades quantos sejam os grupos sociais aos quais julgamos pertencer, posto que a identidade pode ser pensada como consequência do pertencimento a um grupo social (Tajfel, 1983). Nesta perspectiva, nos aproximamos das diversas categorias das quais fazemos parte no decurso da nossa vida. Assumimos, então, diferentes pertenças, estabelecendo múltiplas relações a partir da identidade construída em nossos contextos de inserção social. Ciampa (2001) sintetiza: “Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que sou sujeito” (p.171).

A TIS procura elucidar a constituição da identidade no âmbito das relações intergrupais, enfatizando os processos que delimitam um determinado campo de identificação. Os conceitos fundamentais que contribuem para elucidar os processos identitários estão em um arranjo interdependente na dinâmica C.I.C.: Categorização social – Identidade social – Comparação social (Hogg & Abrams, 1999; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004; Tajfel, 1970, 1972, 1974, 1982a, 1982b, 1982c, 1983, 1984). Estes são os principais conceitos que constituem o quadro teórico da

Identidade Social e que referenciam os demais conceitos-chave, como a mobilidade e a mudança social.

Para Tajfel (1983), a categorização social é o processo no qual “se reúnem os objectos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo” (p.290). Este processo decorre da necessidade e da capacidade cognitiva de apreender os elementos disponíveis nos diversos contextos sociais, e age como um princípio ordenador da realidade que define as fronteiras entre o “dentro” ou endogrupo e o “fora” ou exogrupo. A categorização social seria o coração cognitivo dos processos de identificação (Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004) visto que abarca os processos sócio-psicológicos que ordenam o mundo em termos de categorias: grupos de pessoas, de objetos ou de acontecimentos (Tajfel, 1972). O processo permite ainda a elaboração de estereótipos que protegem os indivíduos que pertencem a um determinado grupo, munindo-os de recursos simbólicos para o exercício da diferenciação social. A categorização social, que só é possível através da comparação social por meio do confronto entre o “próprio grupo” e os “grupos de relação”, compõe o mecanismo central para a construção da identidade social.

Na comparação social, por sua vez, opera uma norma social genérica de favoritismo endogrupal ou uma norma etnocêntrica (Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971), que depende sempre da avaliação do indivíduo no que diz respeito à sua satisfação em relação à pertença grupal. É importante ressaltarmos que quando falamos em grupo social ou mesmo em categorização social, tais conceitos devem ser lidos como dimensões psicológicas (Turner & Reynolds, 2001). Desta forma, os indivíduos se associam a “diferentes grupos sociais, assumindo diferentes

identidades” (Andrade, 1998, p. 142), identificando-se e tendendo a diferenciar-se, sendo a identidade constituída pelos diversos grupos dos quais fazemos parte através das relações intra e intergrupais.

Doise, Deschamps & Mugny (1980), discutem que as características sociais são inevitavelmente características relacionais, em que os “agentes sociais inserem-se nos sistemas de relações que os transformam continuamente. Estas relações desenrolam-se em função de pertenças categoriais e segundo a dinâmica de diferenciação categorial” (p. 33). Desta forma, através da diferenciação categorial ressaltamos as semelhanças endogrupais e acentuamos as diferenças em relação aos exogrupos. Nesse processo de comparação entre grupos, os indivíduos são motivados pela busca e manutenção de uma autoimagem social positiva, resultando dessa dinâmica a estratégia de supervalorização do próprio grupo em detrimento dos outros grupos (Souza, 2004).

O estabelecimento das fronteiras entre quem “somos”, ou endogrupo, e quem “são os outros”, ou exogrupo, permite a compreensão e ordenamento da realidade. É deste processo de categorização social, que decorre da capacidade cognitiva e valorativa que aplicamos ao apreender os elementos disponíveis nos diversos contextos, que elaboramos nossas representações acerca do outro e de nós mesmos. Essa distinção é mediada pela comparação social que se processa no confronto entre o “próprio grupo” e os “grupos de relação” (Greenland & Brown, 2000; Tajfel, 1983). As práticas empreendidas pelo próprio grupo e pelos outros grupos com os quais o grupo se relaciona são, então, orientadas por uma tendência à atribuição de características e valores negativos aos exogrupos e avaliação positiva das características relacionadas ao grupo de pertencimento, bem como uma constante

avaliação desta pertença a partir de seus componentes avaliativos, cognitivos e afetivos.

Através das relações grupais, segundo os processos de comparação e categorização social, surgem “as possibilidades de produção de solidariedade e exclusão a partir das identificações sociais” (Souza, 2004, p. 66-67). Pensar estes processos se mostra relevante, uma vez que as identificações e diferenciações sociais são mediadas por e mediadoras das representações que se tem de determinado grupo social, expressando por excelência “o espaço do sujeito, em sua relação com a alteridade do mundo, lutando para dar sentido, interpretar e construir os espaços nos quais se encontra” (Jovchelovitch, 2000, p. 81).

Nesta afiliação a um determinado grupo social temos a tendência de coletivização dos comportamentos de seus membros. Coletivo é entendido por Tajfel (1984), neste caso, referindo-se a como as pessoas agem e se sentem mais ou menos de forma homogênea, não somente porque existem similaridades gerais, próprias do comportamento humano, mas principalmente pelo estabelecimento de afiliações comuns a um determinado grupo social, buscando a manutenção da distintividade positiva da identidade social em *status* e poder. Essa distintividade é organizada através dos estereótipos que têm por função individual as dimensões cognitiva, valorativa e afetiva, uma vez que é o indivíduo que se apropria ou rejeita as representações associadas ao seu grupo. Quanto às suas funções para o grupo social, os estereótipos possibilitam a atribuição de causalidade social, justificação social e diferenciação social (Abrams & Hogg, 1999). Segundo Tajfel (1982a): (1) a *função justificadora* se dá na produção de ideologias para justificar o lugar de superioridade

que o grupo ocupa, no caso dos chamados grupos “superiores”⁸, e ressignificação dos estereótipos associados ao endogrupo, no caso dos grupos “inferiores”; (2) a *explicação causal* age sobre o ordenamento da complexa dimensão social (precisamos de explicações simples e que possam ser utilizadas de uma forma tão simples quanto possível); e (3) a *diferenciação social* cumpre a função da distintividade positiva do grupo, pois a única maneira de atribuir valores positivos ao próprio grupo é comparando-o com outros, associando-os a estereótipos com valoração negativa.

Uma importante questão a ser considerada acerca dos estereótipos, que medeiam a diferenciação social e que buscam o estabelecimento e manutenção da distintividade positiva, é que a identidade em suas dimensões cognitiva e avaliativa “fornece uma base para a compreensão da estrutura e direção da polarização em estereótipos e atitudes intergrupais, mas elas não podem nos dizer muito sobre o conteúdo das concepções recíprocas grupais” (Tajfel, 1982b, p. 22). Neste ponto, nos interessa, particularmente, a importância dos valores no contexto da categorização social no que se refere ao seu conteúdo e à sua participação na produção dos estereótipos sociais. Tajfel (1972) propõe algumas questões sobre o papel dos valores na gênese e manutenção das categorias sociais, tomando sua dimensão valorativa (valor conotativo como bom/mau, amo/detesto). Segundo o autor: (a) as diferenciações que operam em termos de valores tendem a ser mais distribuídas, mais frequentes e mais nítidas, nos sistemas de categorização que são de natureza social; (b) é provável que os critérios que estabelecem as categorias sociais, a gênese destas

⁸ Para Tajfel (1982b), a utilização dos termos “superior” e “inferior”, referentes aos grupos sociais em contexto de comparação social, é feita para representar as atribuições valorativas de cunho ideológico, conforme classificações realizadas na realidade social. O autor não teve, portanto, a intenção de estabelecer diferenças valorativas em sua teoria, mas serviu-se do contexto real, que possui tal valoração, para explicar a dinâmica intergrupar.

categorias, apoiem-se essencialmente sobre os valores; (c) um sistema de categorias que é associado a um sistema de valores tende a ser estável quando existir certos processos que busquem tornar claras e distintas as categorias entre eles; (d) produz-se uma condição relacional quando os valores de um sistema de categorias estão em conflito com outros valores pertinentes à distinção entre as categorias. Esta condição relacional favorece muito frequentemente as considerações avaliativas, as mais gerais, as mais importantes e as mais pertinentes à ação social.

Os conflitos de valores poderão, em certos casos, determinar as mudanças nos sistemas de categorias sociais. Sobre essa questão, Vala (1997b) chama a atenção para a necessidade de pensarmos os valores como ponte para a compreensão dos processos grupais, atentando para as concepções exgrupais, pois quanto maior a possibilidade de identificação, maior a força dos grupos para marcar a distinção entre eles (Tajfel, 1982b; Vala, 1997b), processo representado nos estereótipos criados pelos grupos em comparação social. De acordo com Tajfel (1982b), este conteúdo está geralmente vinculado ao contexto histórico e social, sendo transmitido aos membros dos grupos, e extensamente compartilhado entre eles, através dos canais de influência social.

Considerando que uma das funções principais do grupo é munir os indivíduos que a ele se ligam, a partir de seu sentimento de pertença, de uma identidade social positiva, Tajfel (1983) indica quatro tipos possíveis de relação, conflitual e não-conflitual, entre o indivíduo e o grupo de pertencimento:

(1) Um indivíduo tende a manter-se como integrante de um grupo e a procurar novos grupos se estes contribuírem para a construção de aspectos positivos de sua identidade social;

(2) Caso este critério não seja alcançado, tende o indivíduo a abandonar o grupo. Exceto: (a) caso seja impossível por vias objetivas, ou (b) se instale um conflito entre valores importantes para o indivíduo e estes sejam parte de sua autoimagem aceitável;

(3) Neste caso, duas alternativas se apresentam como soluções possíveis: (a) uma resignificação pessoal dos atributos negativos do grupo, tornando-os aceitáveis e justificáveis ou (b) aceitar a realidade tal como é e buscar formas de transformá-la através de uma ação social. Entre essas possibilidades haveria inúmeros outros caminhos como, por exemplo, a justificação dos atributos negativos concomitante a uma prática para modificá-los;

(4) Partindo do princípio que nenhum grupo vive isolado dos demais, os aspectos positivos da identidade social e os mecanismos para a sua manutenção só teriam sentido se relacionados ou comparados a outros grupos.

A permanência ou deserção relacionada a determinado grupo depende da força da ligação do indivíduo com ele e das possibilidades frente a esta mobilidade⁹. A migração, como exemplificada por Tajfel (1983), consiste em uma decisão mais difícil de tomar, pois envolve um abandono objetivo, além de, possivelmente, também o abandono psicológico. A ação de desvinculação do grupo ao qual se pertence, e que não mais permite ao indivíduo a manutenção de sua autoimagem positiva, “será partir, não fisicamente, mas partir psicologicamente” (Tajfel, 1982a, p. 19).

⁹ Conforme sugerido por Tajfel, “o pressuposto básico que estrutura as crenças sobre a mobilidade está apoiado na ‘flexibilidade e permeabilidade do sistema’ e na ‘crença do movimento livre de uma posição social para outra, seja pela sorte, pelo mérito, pelo trabalho, pelo talento e etc.’ Nesta estrutura de crença, a ação é quase sempre individual, já que está apoiada na noção de que é possível um movimento livre entre as posições e lugares sociais” (Prado, 2002, p. 59-60).

Considerando a função grupal de proteger a identidade social dos seus membros em relação aos outros grupos (Tajfel, 1983), a rede valorativa das interações sociais marca lugares distintos para os grupos humanos e essa dinâmica perfilar age também de forma diferenciada sobre as estratégias de preservação do *status* grupal. Sendo assim, a deserção de um grupo de conceito elevado é praticamente improvável, sendo produzidas as seguintes estratégias pra a manutenção da sua condição em *status* e poder:

A primeira é reforçar, tanto quanto possível, as barreiras existentes, as barreiras objectivas, sociais e psicológicas que existem entre os grupos. E a segunda é uma criação de ideologias. Há sempre certas ideologias ligadas a um sistema de valores mais geral e que justificam o *status quo* tal como ele é. É essa a criatividade social dos grupos que estão numa situação privilegiada mas cuja estabilidade se vê ameaçada (Tajfel, 1982a, p.19).

De acordo com Lima (2003), a possibilidade de mobilidade se alia a uma discussão de cunho ideológico acerca das classes sociais:

A mobilidade é uma grande característica dos tempos atuais e dos incluídos. O movimento e a liberdade de se deslocar são emblemas do bem-sucedido, como são característica do excluído a imobilidade e a prisão. O excluído nem ousa pensar em usar o espaço que considera além do seu universo (p. 07-08).

Seguindo essa preocupação de cunho ideológico Lane (2001) chama a atenção para o conceito de identidade como uma questão política, que pode ser referenciado no princípio dinâmico inerente à sua construção, uma vez que a identidade está imbricada nas condições sociais e institucionais onde desenvolvemos

nossas atividades. A questão da identidade, portanto, nem sempre se coloca de forma igual. Há que se considerar o momento histórico e a estrutura social em jogo, pois como nos alerta Sawaia (2001),

Identidade esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço. Portanto, não basta perguntar pela identidade, é preciso conhecer quem pergunta, com quais sentimentos se pergunta (p. 123).

Pensando que a presente discussão acerca da construção identitária se fundamenta em um diálogo contextual entre o campo e a cidade, e que na atualidade os “modos de vida urbanos tornaram-se padrões de existência social largamente partilhados” (Costa, p. 18, 2002), faz-se mister considerar que a velocidade e as formas de apropriação das informações que passam a circular entre estes espaços “afetam o universo cultural, social, político e econômico, provocam mudanças de comportamentos de indivíduos e de comunidades” (Lima, 2003, p. 08), influenciam na forma como as pessoas conduzem suas vidas e favorecem o surgimento de novas sociabilidades. Contudo, como questiona Costa (2002), argumento também partilhado por Burity (2001) e Souza (2008), nos deparamos com um paradoxo identitário:

à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente

particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se (Costa, 2002, p. 15).

A dinâmica de afirmação e negação dos elementos que compõem este processo identitário indica que ultrapassamos qualquer pretensa concepção da identidade como estrutura imutável do sujeito, pois conforme cuidadosamente ressaltado por Tajfel (1983), “não há dúvida de que a imagem ou conceito que um indivíduo tem de si próprio é infinitamente mais complexa, tanto nos seus conteúdos como derivações” (p. 290). A metamorfose de que nos fala Ciampa (2001; 2004), apresentada numa dialética da autorrepresentação, nos conduz à relação identidade e alteridade experienciadas no próprio indivíduo como mecanismo dinâmico de transformação identitária em um processo incessante que nos constitui. Nessa dialética de “morte e vida” da própria identidade através das representações de si frente a um *outro* negado e assumido, a identidade se constitui em uma metamorfose constante, numa verdadeira *alterização* da identidade. Essa “expressão do outro *outro* que também sou eu consiste na metamorfose da minha identidade, na superação da minha identidade pressuposta” (Ciampa, 2001, p. 180). A construção da identidade ocorre através de um processo de identificação sempre atuante em que o indivíduo se constitui nas relações que estabelece.

As contribuições, portanto, da Teoria das Identidades Sociais para a análise dos processos grupais, que fazem parte da histórica construção do rural brasileiro como categoria social (desde o êxodo rural até as estratégias de resistência para permanência no campo, expressos fortemente através dos movimentos sociais e da estrutura comunitária), ganham maior consistência quando associadas à Teoria das Representações Sociais.

A Teoria das Representações Sociais

Reconhecida como uma ferramenta teórico-metodológica de grande relevância para o campo de produção científica acerca dos objetos sociais, a Teoria das Representações Sociais (Abric, 2001, 2003a, 2003b; Doise, 1989, 2002a; Jodelet, 2001, 2005; Moscovici, 2003, 2005) tem contribuído largamente para a compreensão do pensamento social expresso na rede simbólica articulando as relações e práticas sociais cotidianas.

De acordo com Cabecinhas (2004) e Vala (1997b), na gênese das representações sociais apresentam-se os fatores sociocognitivos e sociais, que organizam seu funcionamento e estrutura junto ao corpo social. Os processos sociocognitivos correspondem à ancoragem e à objetivação, os quais sustentam a proposição basilar da teoria moscoviciano, qual seja, *tornar o estranho familiar* (Moscovici, 2003, 2005), “balizamento obrigatório da pesquisa proporcionado pela *grande teoria*” (Sá, 1998, p. 68), mas que foi tendo sua exigência de utilização atenuada em função da dificuldade de emprego de metodologias que pudessem apreender os referidos processos com bases fidedignas.

O processo de ancoragem, quando pensado de forma esquemática como alternativa para se obter o quadro conceitual das representações sociais, posto que junto com a objetivação atua de forma dialética na composição dos significados relativos às representações dos objetos sociais (Marková, 2006), precederia e estaria também na sequência do processo de objetivação. Como processo precedente, a ancoragem diz respeito aos sistemas de informações consolidados no pensamento social como pontos de referência para o ordenamento do mundo simbólico, a partir do qual as informações sobre o objeto são interpretadas e ancoradas em um sistema

de pensamento preexistente (Galli, 2006). Como processo que se segue à objetivação, refere-se à função social das representações sociais, as quais compõem uma “rede de significados que permitem a ancoragem da acção e a distribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos, factos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto” (Vala, 1997b, p. 362). A ancoragem, nesta perspectiva, aproxima-se do processo de categorização social, promovendo a organização das estruturas semânticas em categorias, que ganham sentidos através das representações sociais; em outras palavras, a ancoragem consiste em classificar e atribuir nome à “coisa” até então desconhecida (Galli, 2006; Moscovici, 2005). Em processo e conteúdo, a categorização é orientada pelas representações que temos acerca dos diversos objetos sociais, conduzindo os grupos sociais em suas interações e sistemas de distintividade.

A objetivação, por sua vez, trata da “forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural” (Vala, 1997b, p. 360), assumem uma imagem tangível e operacional para os indivíduos. O processo de objetivação atua através de três momentos: 1). *seleção e descontextualização* das informações, crenças e ideias acerca do objeto de representação, como forma de se obter um todo relativamente coerente; 2). *esquematização estruturante*, no sentido de se atingir um certo padrão das noções básicas que constituem uma representação; e 3). *naturalização*, onde o que era percepção se torna realidade, o abstrato se traduz em imagens e metáforas, ganhando

concretude junto às relações sociais (Deschamps & Moliner, 2009; Galli, 2006; Moscovici, 2003; Palmonari, Cavazza & Rubini, 2002).

Segundo Jodelet (2005), esses conceitos nos permitem compreender a organização processual da representação, em um nível diferente dos modelos empírico-mecanicistas, entendendo esse funcionamento “como o resultado de uma interação entre os dados de experiência e os quadros sociais da sua apreensão, da sua memorização” (p. 48), análise que se diferenciaria da psicologia cognitivista.

Quanto à dimensão social na construção das representações sociais (Cabecinhas, 2004; Galli, 2006; Vala, 1997b), apresentam-se os processos de dispersão da informação, focalização e pressão à inferência. Essa dinâmica regula o funcionamento e a emergência das representações através das relações sociais (Galli, 2006), que têm por função contribuir na percepção que um grupo tem acerca de si mesmo e dos grupos com os quais se relaciona (função identitária), bem como justificar e orientar determinadas práticas sociais (funções justificadora e orientadora) (Abric, 2003a).

Os estudos que visam conhecer as relações intergrupais encontram na Teoria das Representações Sociais uma grande aliada para a construção de um quadro conceitual e funcional dos processos grupais (Dedej, 2005; Joffe, 1995; Moreno & Moons, 2002; Nuvola, 2005), colocando em relevo os sistemas de valores, normas e crenças, que caracterizam a pertença de cada indivíduo aos diversos grupos sociais existentes (Doise, 2002a). No plano da afiliação grupal nas relações cotidianas, os indivíduos possuem representações acerca de sua própria realidade, as quais poderão orientar os comportamentos possíveis nas suas interações com os demais grupos e nortear as identificações/diferenciações sociais. Os objetos sociais, portanto, são

ressignificados pelos grupos a partir do contexto social mais geral no qual se inserem e das relações intergrupais que, como nos lembra Breakwell (1993), atuam sobre os sistemas de representações elaborando-os e colocando-os em movimento.

As representações sociais, embora sejam dimensionadas na realidade cotidiana e passíveis de ressignificações pelos grupos sociais, estão referenciadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, conforme tese moscoviciana (1988, 2005, 2003). Essa dimensão nos aproxima da discussão acerca dos grandes temas geradores das representações sociais, os thêmatas, ideias conceituais que seriam como ideias fontes ou ideias primeiras que orientam e motivam os regimes de discursos e imagens, produzindo famílias de representações. O complexo funcionamento e construção das representações sociais nos remetem aos quadros de pensamento pré-existentes, que são ricos em sistemas de crenças ancorados em valores, tradições, imagens, do mundo e dos seres. Como nos instiga Moscovici (2003):

no coração das representações sociais, no coração das revoluções científicas, existem temas que perduram como “imagens-conceitos” ou que são objetos de controvérsias antes de serem questionadas. Quais são elas? Que formas tomam? “Imagens-conceitos”? “Concepções primárias” profundamente ancoradas na memória coletiva? “Noções primitivas”? Certamente algo de tudo isso. Todos os nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. É uma questão de palavras, mas também de imagens mentais, crenças, ou “pré-concepções”. Faltando-nos a capacidade de dominar completamente a origem das concepções no longo espaço de tempo

(*longue durée*), a análise das representações sociais não pode fazer mais que tentar, por um lado, identificar o que, em determinado nível “axiomático” em textos e opiniões, chega a operar como “primeiros princípios”, “idéias propulsoras” ou “imagens” e, por outro lado, esforçar-se para mostrar a “consistência” empírica e metodológica desses “conceitos”, ou “noções primárias”, na sua aplicação regular ao nível de argumentação cotidiana ou acadêmica (p. 242).

Se nos lançarmos, então, desde a dimensão dos tópicos até os processos de ancoragem e objetivação no jogo das interações grupais (Doise, 1992; 2002a; 2002b; Jodelet, 2005), vislumbramos a potência de análise da proposta teórica das representações sociais, que se adotada frente a um objeto de estudo consistente (que se possa analisar como categoria social e apreender o processo identitário no contexto concreto das relações sociais) permite entender de forma mais aproximada o funcionamento do pensamento social em sua gênese e processo.

Cabe ressaltar que em torno das proposições moscovicianas iniciais foram sendo tecidas diferentes abordagens, cada uma focalizando um aspecto particular da chamada *grande teoria* (Sá, 1998). Para lidar com as questões que o recorte do fenômeno *representações sociais* demanda, foram sendo desenvolvidos e aperfeiçoados recursos metodológicos e conceituais específicos a fim de munir cada abordagem de instrumentos que as tornassem aplicáveis pelos diversos pesquisadores e interessados no campo de estudos em representações sociais. Entre as abordagens principais, também conhecidas como *abordagens complementares*, três são consideradas representativas do corpo de conhecimento produzido nos estudos em representações, quais sejam: (1) a abordagem processual das representações sociais

(Jodelet, 1998, 2001, 2005), mais próxima da proposta moscoviciana inicial; (2) a abordagem estrutural, representada principalmente por Abric (1997, 2001, 2003a, 2003b); e (3) a abordagem sociodinâmica de Doise (1992, 2002a, 200b).

No Brasil, os principais pesquisadores da área têm se vinculado a estas diferentes abordagens tendo como ponto de partida o fenômeno estudado, perspectiva que procuramos seguir no desenvolvimento do presente trabalho. É importante esclarecer que embora tenham constructos próprios, bem como metodologias coerentes com a perspectiva conceitual que sustenta sua autonomia em relação à *grande teoria*, essas abordagens não são excludentes, visto que estão todas elas vinculadas à escola moscoviciana e comungam de bases epistemológicas comuns e enfatizam o mesmo processo de significação que constitui a realidade dos indivíduos. Na acepção de Sá (1998):

Podemos, por exemplo, aderir à perspectiva de Jodelet, porque queremos dar conta de uma maneira maximamente compreensiva da representação de um dado objeto por um dado conjunto social. Não obstante, podemos associar a essa meticulosa extração das representações a partir de seus variados suportes, o que configura uma orientação etnográfica de base, uma consideração acerca dos “lugares” específicos de onde “fala” a representação (...) e pode ser bem apreciado no quadro de uma perspectiva sociologicamente orientada como a de Doise. Agora, se, além de combinar essas duas perspectivas, também nos interessa comparar as complexas representações (...) o melhor recurso disponível no campo das representações sociais é proporcionado pela perspectiva mais cognitiva ou psicológica da teoria do núcleo central (p. 78).

Neste sentido, a utilização da teoria das representações sociais para compreendermos os processos identitários vinculados aos grupos rurais, em sua relação com o contexto endo e exogrupal, justifica-se pela possibilidade de ampliarmos a compreensão dos significados que medeiam o comportamento dos indivíduos que partilham essa realidade em crescente complexificação.

As representações hegemônicas, como modalidade funcional do pensamento social, especialmente dos chamados *grupos superiores*, retratam no plano conceitual a unidade depositária dos elementos largamente compartilhados, caracteristicamente estáveis e salientes, acerca de determinado objeto social (Moscovici, 1979, 1988, 2003). Tal processo tem como um de seus efeitos a profusão de estereótipos estigmatizantes e a manutenção de práticas excludentes em direção aos grupos sociais minoritários, cujo modo de existência se organiza à margem das sociabilidades hegemônicas.

É importante destacar que as diversas instituições sociais são mediadoras de representações, intervindo na sua reelaboração/difusão, a partir de princípios que já operam nos interesses em jogo naquele contexto, processos de influência social ideologizados pelas históricas relações entre os grupos humanos e o próprio sistema social, político e econômico vigente. Como informa Cabecinhas (2004), as “representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar, as ações de resistência e de mudança social” (p. 2-3). É desta forma que se constroem estereótipos muito precisos e associam-se a determinados grupos, que assumem a condição depositária do mal social nas relações sociais em geral (Souza, 2008).

Tomando todo o quadro de proposta investigativa deste trabalho (o rural como um objeto de estudo importante para a Psicologia e os ganhos teóricos quando articuladas as TIS e TRS), avaliamos a teoria das representações sociais como uma estratégia-chave que nos permite contemplar o imaginário social em sua riqueza de conteúdos e processos que operam nas relações sociais, e, por sua vez, a própria dinâmica grupal em diálogo que proporciona a atualização das representações correntes em seu sistema simbólico.

III - OBJETIVOS

O objetivo geral, que norteou o desenvolvimento desta tese, consistiu em analisar o fenômeno da identidade social no contexto da cultura comunitária rural a partir dos processos identitários e das representações sociais vinculados às categorias rural e cidade para membros de uma comunidade rural do Estado do Espírito Santo. A proposta apresentada traduz-se nos seguintes objetivos específicos, conforme as modalidades de investigação implicadas no desenvolvimento da tese:

Da constituição psicológica de um sentimento de comunidade:

- (A1) Conhecer a organização comunitária rural através de representantes das famílias locais, focalizando: (1) investigação das representações sociais de *comunidade*, (2) história de constituição do grupo, (3) descrição sócio-demográfica do território, e (4) vivência cotidiana das pessoas no contexto da comunidade rural;

No âmbito da Teoria das Representações Sociais, propôs-se:

- (B1) Conhecer como os integrantes do grupo rural se posicionam frente à estrutura social e simbólica hegemonicamente urbana, tendo como referência o quadro conceitual das representações polêmicas e hegemônicas;
- (B2) Investigar o campo representacional vinculado aos objetos *rural* e *cidade* para o grupo rural abordado, a partir da análise estrutural das representações sociais;
- (B3) Descrever o processo de elaboração das representações de *rural* e *cidade* pelos integrantes da comunidade abordada a partir (1) da investigação do campo afetivo e (2) da identificação do núcleo figurativo dos objetos estudados, tendo como referência conceitual o processo de objetivação;

- (B4) Investigar a caracterização do campo semântico associado aos objetos *rural* e *cidade* a partir dos três níveis de ancoragem (social, psicossocial e psicológico) procurando conhecer as possíveis *tomadas de posição* pelos integrantes do grupo rural face aos significados elaborados;
- (B5) Analisar o processo de identificação social a partir das representações sobre *pessoas do rural* e de *pessoas da cidade* para membros da comunidade rural;

No domínio da Teoria da Identidade Social, objetivou-se:

- (C1) Identificar os elementos que constituem as dimensões identitárias (afetiva, cognitiva e avaliativa) associadas ao *rural* e à *cidade* e articular os referidos campos de significação no intuito de apreender os processos que concorrem para a construção da identidade social vinculada ao grupo rural abordado.

IV - ESTUDOS

4.1 - Quadro geral de organização dos estudos

O quadro geral de desenvolvimento da tese foi planejado prevendo-se duas etapas, nas quais procuramos eleger estratégias metodológicas que pudessem contribuir para a apreensão dos diversos significados implicados nos processos identitários e representacionais vinculados à comunidade rural. As etapas foram as seguintes: Etapa 1: *Censo Comunitário Rural* – levantamento censitário das unidades familiares do território com o objetivo de obter informações sobre as características demográficas da população local, sistema de produção e organização sociocultural da comunidade; e Etapa 2: *Representações sociais e processo de identificação social* – entrevistas com representantes das quatro gerações da comunidade focalizando as representações sociais dos objetos relacionados ao processo de identificação.

Os resultados da investigação foram organizados em sete estudos, apresentados no formato de artigos, cujo eixo consistiu em refletir sobre os processos psicossociais que caracterizam e constituem o fenômeno da construção social do indivíduo, tendo como aporte teórico-conceitual a articulação entre as representações intergrupais e os processos de identidade social.

Em seu conjunto, os estudos empíricos procuraram contribuir para a elucidação dos processos de identidade social vinculados ao contexto da cultura rural, provocados pela comparação entre as categorias sociais rural e cidade, as quais se constituem como objetos de representação salientes e privilegiados da dinâmica grupal. Cada estudo, em particular, esteve orientado pelos objetivos específicos da tese e forneceu subsídios apropriados à análise dos processos identitários segundo as diferentes dimensões implicadas neste fenômeno.

Neste sentido, a primeira questão norteadora da pesquisa (Estudo 1) consistiu em saber se os integrantes do território rural se reconheciam como um grupo social,

condição elementar para os estudos sobre identidade e representações sociais. No referido estudo foi abordada a representação social de comunidade e, a partir do Censo Comunitário Rural, obtivemos informações detalhadas sobre a formação populacional no território e organização das famílias da localidade.

Para entender a dimensão simbólica na qual se organizam as representações sociais do grupo rural, avaliamos como necessário conhecer a percepção dos integrantes do grupo acerca de seu lugar de pertencimento na estrutura social, através da análise do campo de forças que caracteriza o eixo hegemônico-minoritário. Nesta perspectiva, o Estudo 2 teve como objetivo conhecer como os integrantes do grupo rural posicionam-se frente à estrutura social, tendo como referência o quadro conceitual das representações polêmicas e hegemônicas. A partir desse cenário, investigamos as representações sociais de *rural* e *cidade*, através da Teoria das Representações Sociais em suas três abordagens principais: análise estrutural (Estudo 3), que possibilitou a comparação entre os elementos constituintes dos dois campos representacionais; processo de objetivação (Estudo 4), visando a identificação do núcleo figurativo dos objetos estudados; e a abordagem não consensual das representações sociais a partir da análise dos três níveis de ancoragem (psicológico, social e psicossocial) (Estudo 5).

No Estudo 6, “Das categorias aos grupos sociais”, foram analisadas as representações sociais de *pessoas do rural* e de *pessoas da cidade*, localizando no plano das relações intergrupais a análise acerca das realidades campo-cidade como territórios de pertencimento social, discussão que foi aprofundada no estudo seguinte, no qual foram investigadas as dimensões identitárias (afetiva, avaliativa e cognitiva), a partir da Teoria da Identidade Social (Estudo 7).

No Quadro 1 são fornecidas informações acerca do desenho metodológico dos estudos em consonância com os objetivos específicos da tese. Através da combinação destes diferentes métodos, conforme estratégia de triangulação metodológica (Flick, 2004; Minayo, 2005; Apostolidis, 2006) que “amplia o escopo, a profundidade e a consistência nas condutas metodológicas” (Flick, 2004, p. 238), procuramos aumentar o foco na análise sobre o fenômeno identitário em estudo, objeto que desafia a criatividade dos pesquisadores. Assim, a execução das etapas inicialmente planejadas nos possibilitou contextualizar o território em estudo, conhecer o imaginário rural através das representações sociais e discutir os processos identitários vinculados à comunidade rural no contexto de comparação com a categoria social *cidade*.

Tabela 1: Sistematização do quadro empírico-metodológico dos estudos

SISTEMATIZAÇÃO DOS ESTUDOS						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTUDOS	ETAPA	PROCEDIMENTOS			
			Participantes	Instrumentos e coleta dos dados	Análise	Tratamento dos dados
Conhecer a organização comunitária rural através de representantes das famílias locais, focalizando: (1) investigação das representações sociais de <i>comunidade</i> , (2) história de constituição do grupo, (3) descrição sócio-demográfica do território, e (4) vivência cotidiana das pessoas no contexto da comunidade rural	Estudo 1: Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade	(a) Etapa 1: Censo Comunitário Rural (b) Etapa 2: Representações sociais e processo de identificação social	(a) Representantes de 167 famílias da comunidade (b) 200 membros da comunidade rural das quatro gerações do grupo	(a) Etapa 1: entrevistas individuais com roteiro estruturado (Apêndice A) (b) Etapa 2: entrevistas individuais – técnica de associação livre para o termo indutor <i>comunidade</i> e questão aberta focalizando a justificativa para os termos evocados (Apêndice B)	(a) Análise descritiva dos dados provenientes do Censo Comunitário Rural (b) Análise estrutural das representações sociais de comunidade	(a) Análise de Conteúdo e <i>software</i> SPSS-17 (b) <i>Software</i> EVOC-2003
Conhecer como os	Estudo 2:	Etapa 2:	200 membros da	Etapa 2: entrevistas	Análise do campo	Análise de

integrantes do grupo rural se posicionam frente à estrutura social e simbólica hegemonicamente urbana	Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural	Representações sociais e processo de identificação social	comunidade rural das quatro gerações do grupo	individuais contemplando as seguintes unidades de informação: motivações para êxodo/permanência no território rural; experiência de preconceito; identificação de estereótipos atribuídos ao grupo rural; e valores associados às realidades campo e cidade (Apêndice B)	simbólico a partir do quadro conceitual das representações polêmicas e hegemônicas	conteúdo
Investigar o campo representacional vinculado aos objetos <i>rural</i> e <i>cidade</i> para membros da comunidade	Estudo 3: Representações sociais de rural e cidade em uma comunidade camponesa: campo de antinomias	Etapa 2: Representações sociais e processo de identificação social	200 membros da comunidade rural das quatro gerações do grupo	Etapa 2: entrevistas individuais – técnica de associação livre para os termos indutores <i>rural</i> e <i>cidade</i> e questão aberta focalizando a justificativa para os termos evocados (Apêndice B)	Análise estrutural das representações sociais	Análise de Conteúdo <i>Software</i> EVOC-2003
Descrever o processo de	Estudo 4: Dimensão	Etapa 2: Representações	200 membros da comunidade rural	Etapa 2: entrevistas individuais com	Análise processual das representações	Análise de Conteúdo

elaboração das representações de <i>rural</i> e <i>cidade</i> pelos integrantes da comunidade abordada a partir (1) da investigação do campo afetivo e (2) da identificação do núcleo figurativo dos objetos estudados	icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade	sociais e processo de identificação social	das quatro gerações do grupo	roteiro estruturado focalizando os seguintes núcleos de temáticos: campo afetivo vinculado ao <i>rural</i> e à <i>cidade</i> , levantamento das características positivas e negativas do <i>rural</i> e da <i>cidade</i> , e a tradução verbal das imagens de <i>rural</i> e <i>cidade</i> (complexo icônico) (Apêndice C)	sociais a partir do conceito de objetivação	<i>Software</i> SPSS-17 <i>Software</i> ALCESTE
Investigar a caracterização do campo semântico associado aos objetos <i>rural</i> e <i>cidade</i> a partir dos três níveis de ancoragem (social, psicossocial e psicológico), procurando conhecer as possíveis <i>tomadas de posição</i> pelos	Estudo 5: Princípios organizadores das representações sociais de rural e cidade	Etapas 2: Representações sociais e processo de identificação social	200 membros da comunidade rural das quatro gerações do grupo	Etapas 2: entrevistas individuais – técnica de associação livre para os termos indutores <i>rural</i> e <i>cidade</i> e questão aberta focalizando a justificativa para os termos evocados (Apêndice B)	Análise não consensual das representações sociais a partir do conceito de ancoragem	Análise de Conteúdo <i>Software</i> SPAD-T

integrantes do grupo rural face aos significados elaborados						
Analisar o processo de identificação social a partir das representações de <i>peças do rural</i> e de <i>peças da cidade</i>	Estudo 6: Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural	Etapa 2: Representações sociais e processo de identificação social	200 membros da comunidade rural das quatro gerações do grupo	Etapa 2: entrevistas individuais – técnica de associação livre para os termos indutores <i>peças do rural</i> e <i>peças da cidade</i> e questão aberta focalizando a justificativa para os termos evocados (Apêndice B)	Análise estrutural das representações sociais	Análise de Conteúdo <i>Software</i> EVOC-2003
Identificar os elementos que constituem as dimensões identitárias (afetiva, cognitiva e avaliativa) associadas ao <i>rural</i> e à <i>cidade</i> e articular os referidos campos de significação no	Estudo 7: Identidade social e dimensões identitárias no contexto rural comunitário	Etapa 2: Representações sociais e processo de identificação social	200 membros da comunidade rural das quatro gerações do grupo	Etapa 2: entrevistas individuais - questão comparativa entre grupos “Nós, peças rurais, somos... Eles, peças da cidade, são...” (Apêndice B) e questão de evocações em rede segundo as dimensões da	Abordagem dimensional das identidades sociais	Análise de conteúdo <i>Software</i> SPSS-17 <i>Software</i> ALCESTE

intuito de apreender os processos que concorrem para a construção da identidade social vinculada ao grupo rural abordado				identidade social (estereótipos, afetos e valores) associadas ao <i>rural</i> e à <i>cidade</i> (Apêndice D)		

DO TERRITÓRIO À CULTURA COMUNITÁRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COMUNIDADE¹⁰

Resumo

O presente trabalho é parte de um conjunto de estudos cuja discussão central focaliza as representações sociais dos objetos *cidade* e *rural* no processo de identificação social camponesa. O objetivo deste estudo consistiu em refletir sobre a organização comunitária rural, tendo como dimensões empíricas à análise psicossocial que referencia as interpretações da realidade investigada, as representações sociais de comunidade e sua história de constituição, bem como a descrição sócio-demográfica do território e a vivência cotidiana de seus moradores na unidade familiar e no espaço comunitário. Os resultados são provenientes de: 1). Censo Comunitário Rural com 167 famílias do território e 2). Evocações livres a partir do termo indutor *comunidade* com 200 pessoas do grupo rural, distribuídas entre quatro gerações. As informações foram organizadas utilizando-se os *softwares* SPSS-17 e EVOC-2003 e a Análise de Conteúdo categorial. Os resultados evidenciaram uma organização social alicerçada no modo de vida, no sistema de produção da agricultura familiar e no investimento em espaços de interação entre as famílias, processo que visa fortalecer o vínculo entre as pessoas e configura a unidade entre os moradores do território. Para além das dificuldades objetivas comungadas por diversas minorias sociais, verifica-se a transmissão de valores sociais ao longo das gerações entrevistadas que sustentam a identificação social e protegem o modo de vida comunitário, empreendendo uma socialização para o espaço coletivo e para a valorização simbólica do pertencimento ao grupo rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Comunidade; Identidade camponesa; Representação social; Ruralidade

¹⁰ Artigo publicado na Revista Electrónica de Psicología Política. (2010). n. 23, 1-50.

FROM TERRITORY TO A COMMUNITY CULTURE: SOCIAL REPRESENTATIONS OF COMMUNITY

Abstract

This work is part of a set of studies whose main argument focuses on the social representations of city and rural objects in the process of peasant social identification. The objective of this study is to reflect on community organization in rural areas, and uses as its empirical dimensions, psychosocial analysis that refers to interpretations of the investigated reality, social representations of community and the history of its formation, as well as a socio-demographic description of the territory and the quotidian of its residents within the family unit and the community area. The results were obtained from: 1). A rural community census carried out among 167 families in the territory and 2). Spontaneous reactions of 200 people from four different generations within the rural group, to the word “community”. The information was organized using SPSS-17 and EVOC-2003 software and categorical content analysis. The results revealed a social organization grounded in the lifestyle, in the production system based on family farming and in the investment in interaction spaces between the families, a process aimed at strengthening the ties between people and forming a unity between the residents of the territory. Apart from the objective difficulties shared by the various social minorities, a transmission of social values from generation to generation was identified among those interviewed and this maintains social identification and protects the communal life style, promoting a socialization of the collective space and a symbolic appreciation of belonging to a rural group.

Keywords: Family farming; Community; Peasant identity; Social representation; Rurality

DEL TERRITORIO A LA CULTURA COMUNITARIA: REPRESENTACIONES SOCIALES DE COMUNIDAD

Resumen

El presente trabajo forma parte de un conjunto de estudios cuya discusión central focaliza las representaciones sociales de los objetos *ciudad* y *rural* en el proceso de identificación social campesina. El objetivo del estudio consistió en reflexionar sobre la organización comunitaria rural, teniendo como dimensiones empíricas el análisis psicosocial que referencia las interpretaciones de la realidad investigada, las representaciones sociales de comunidad y su historia de constitución, así como la descripción socio-demográfica del territorio y la vivencia cotidiana de sus habitantes en la unidad familiar y en el espacio comunitario. Los resultados provienen de: 1). Censo Comunitario Rural con 167 familias del territorio y 2). Evocaciones libres a partir del término inductor “comunidad” con 200 personas del grupo rural, distribuidas entre cuatro generaciones. Las informaciones fueron organizadas utilizando los *softwares* SPSS-17 y EVOC-2003 y el Análisis de Contenido de categoría. Los resultados demostraron una organización social fundamentada en el modo de vida, en el sistema de producción de la agricultura familiar y en la inversión en espacios de interacción entre las familias, proceso que pretende fortalecer el vínculo entre las personas y configura la unidad entre los habitantes del territorio. Además de las dificultades objetivas comulgadas por diversas minorías sociales, se verifica la transmisión de valores sociales a lo largo de las generaciones entrevistadas que sustentan la identificación social y protegen el modo de vida comunitario, emprendiendo una socialización para el espacio colectivo y para la valorización simbólica de pertenencia al grupo rural.

Palabras claves: Agricultura familiar; Comunidad; Identidad campesina; Representación social; Ruralidad

Introdução

A procura por espaços de segurança ganha especial importância no mundo contemporâneo. As expectativas de justiça social e equidade, fruto do desenvolvimento civilizatório, parecem não ter se concretizado na dimensão real da vida dos diferentes grupos nacionais ou locais. A proposta desenvolvimentista avança entre os paradoxos de uma máxima que sobrevive da reprodução de ideologias que disseminam ideais de progresso e emancipação, discurso que envolve e seduz os cidadãos em escala global, mas que não pode esconder as rachaduras entre as ideologias propagadas e a realidade sem retoques de uma promessa ainda utópica. No seu interior, subsistem crises sociais profundas, pobreza, desemprego, fluxos migratórios, como uma verdadeira convulsão social que impele grupos humanos, especialmente os desfavorecidos, a procurar zonas de segurança socioeconômica.

Sobre as ambiguidades inerentes ao fenômeno da globalização, Francescato e Tomai (2002) destacam a polaridade entre o que alguns analistas entendem como ganhos - rápido desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural, que melhorariam a qualidade de vida - e os efeitos negativos refletidos na intensificação de problemas que colocam em discussão as esperadas metas e benefícios desse processo - aumento da diferença entre ricos e pobres, fortalecimento do fundamentalismo cultural e aumento dos conflitos socioculturais. O modelo de ocidentalização da vida promete sistemas de integração e desenvolvimento global, mas, na realidade, promove a crescente exclusão das minorias sociais (Teixeira, 2002), alimentando o preconceito e a xenofobia que resultam na institucionalização de espaços excludentes como, por exemplo, os guetos (Wacquant, 2004).

No complexo sistema de ordenamento da sociedade contemporânea, a noção de comunidade se opõe à de sociedade ao evocar um tipo de organização do passado que se contrapõe às sociabilidades hegemônicas. Durham (2004) esclarece que, como um mito do nosso tempo, o conceito de comunidade remete a um período inicial de formação das sociedades que implicava uma vinculação afetiva essencial à sua constituição e permanência. A sociedade, por sua vez, se fundamentaria numa hostilidade potencial, caracterizada pela “pluralidade de pessoas isoladas, com interesses particulares, entre as quais se estabelece um vínculo de natureza racional, cada qual buscando obter vantagens pessoais” (Durham, 2004, p. 221).

A oposição entre comunidade e sociedade também está vinculada à dinâmica entre campo e cidade. As contraposições entre os universos urbano e rural possuem suas fronteiras marcadas na gênese do processo de industrialização, embora se discuta que na Antiguidade Clássica tal oposição já podia ser notada nas relações sociais (Williams, 1990). Corbin (1989), Thomas (1988) e Williams (1990) informam que as diferentes configurações acerca desses universos na Europa pós-revolução industrial orientaram a produção de estereótipos com forte coloração moral associados à acessibilidade a recursos que se desenvolviam em diferentes proporções nestes contextos.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais bastantes poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e

ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (Williams, 1990, p. 11).

Com a emergência da sociedade moderna no século XIX, alimentada pelo projeto de desenvolvimento econômico e social que se assentava marcadamente no crescente processo de industrialização e urbanização, passou-se a pensar a organização comunitária como um obstáculo à modernização. Esforços foram empreendidos para a superação do modo de vida rural - baseado no sistema de produção primária, na troca de mercadorias e em uma estrutura de sobrevivência fundada nas relações de solidariedade e na defesa do espaço coletivo -, favorecendo o fortalecimento do modo de vida urbano e afirmando a sociabilidade do homem moderno e civilizado (Jessé, 2000; Oliveira, 2004).

Na atualidade, a lógica desenvolvimentista instaura as relações de mercado e as relações sociais ganham uma importância secundária, a favor da cadeia produtiva em ritmo crescente e acelerado. Assim, as interações baseadas em princípios solidários se misturam à ode a um sistema liberal que se pretende sem fronteiras, onde o individualismo como valor alimenta a estratégia da competição como caminho legítimo.

Dessa forma, a tensão entre comunidade – como reconstrução simbólica de um suposto passado perdido – e sociedade moderna tem de certa forma se mantido recorrente até o presente, obviamente sob distintas sínteses e ressignificações, tanto no campo das representações sociais, como nas formas concretas com que certos grupos sociais buscam se situar e se organizar dentro da cidade. Ou seja, a noção de comunidade persiste como uma espécie de referência simbólica – desejada ou imaginada (Frúgoli-Jr., 2003, p. 108).

Esta realidade social concreta é analisada por Oliveira (2005), que questiona os sistemas contemporâneos de vinculação social e nos oferece um diagnóstico de uma sociedade que se contrapõe à imagem romantizada de um desejo pelo espaço comunitário.

Uma leitura do mundo atual revela como hoje os indivíduos não estão mais facilmente sensibilizados para as antigas motivações das comunidades, aos projetos de vizinhos, às dificuldades de amigos e à solidariedade para os colegas, ocupando-se mais das relações abstratas, impessoais, com desconhecidos, comportamentos motivados pelo fenômeno da fluidez da virtualização e efeitos da tecnologia informacional (p. 156).

Se a comunidade foi lançada ao lugar de utopia - de um habitat paradisíaco -, o mito urbano da modernidade também não se concretizou no plano vivido. Font e Rufí (2006) colocam em evidência o paradoxo - que está presente tanto no âmbito das práticas sociais quanto do mundo representado - através do processo que denominam de “o retorno ao lugar”, imagem que recuperaria a importância das identidades no estabelecimento e afirmação de espaços territorializados em meio à tensão entre o local e o global. A relação entre identidade e globalização ganha, em Burity (2001), uma interessante discussão, que rompe com as análises que preveem o enfraquecimento dos grupos sociais e, conseqüentemente, a fragmentação do processo de elaboração e afirmação identitárias. A interpretação do autor acerca da organização dos grupos sociais na atualidade evidencia a resistência dos movimentos sociais que se articulam na atualização e defesa de seus ideais e modos de vida:

ao mesmo tempo que a globalização representa uma certa forma de interconexão e interpenetração entre regiões, estados nacionais e

comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo (sp).

Outra cadeia dicotômica do sistema associativo sociedade/comunidade – cidade/campo nos conduz à dinâmica representacional tensionada pelos modos de vida adotados como padrão existencial: a dicotomia liberdade/segurança. Bauman (2003) sublinha que a ideia de comunidade embora esteja vinculada aos sentimentos de aconchego, segurança e bem-estar, o acesso a estes privilégios do mundo comunitário deverá ser pago pelas moedas da liberdade, da autonomia e do direito à autoafirmação, espaço de pertencimento que anularia a identidade do indivíduo. Em síntese, segundo o autor,

para oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranquilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem; deve negar ser “apenas um substituto” – ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os tópicos das comunidades (p. 20).

Neste ponto da reflexão, assumimos a perspectiva na qual o conceito de comunidade refere-se ao espaço de produção de identidades sociais, para além do megaprojeto da globalização ou de uma visão de identidade individualizante, tal como a concepção presente na análise de Bauman (2003).

Da constituição psicológica de um sentimento de comunidade

A noção de comunidade teria recebido seus primeiros contornos no final do século XVII, com a definição de Schleiermacher que a entendia como uma entidade

social que se constituía em função de um vínculo particular entre seus membros, sustentado na afetividade e em objetivos comuns. Esta concepção de comunidade, como observam Palmonari e Zani (2003), refere-se a uma dimensão relacional que se opõe a outra entidade social, a sociedade, fundamentada no contrato social. No domínio do romantismo alemão do século XIX, Ferdinando Tonnies propõe o conceito de comunidade fundamentado em um tipo particular de relação social. O autor se referencia na relação dicotômica comunidade-sociedade, formas extremas e ideais da interação social, entre as quais se configuraram diferentes coletividades que sustentariam a produção do mundo moderno. Assim, a ideia de sociedade se basearia no comportamento egoísta, comportamento estratégico ao desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial, na qual as relações entre as pessoas se tornavam crescentemente pobres, raras ou inexistentes, um conjunto de indivíduos que se organizam em uma base utilitarista, enquanto a comunidade representaria a sede das relações familiares e afetivas, na qual se governa a vontade coletiva e o interesse comum (Palmonari & Zani, 2003; Prezza & Pacilli, 2002).

Comunidade tem presença intermitente na história das idéias. Ela aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explicita a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individualistas (Sawaia, 1996, p.37).

Um importante avanço conceitual para os estudos sobre comunidade no campo da Psicologia Comunitária consiste no constructo proposto por Seymour Sarason em 1974. O autor desenvolve o conceito de *sentimento psicológico de comunidade* (SPC), definido como “a percepção de similaridade com os outros, uma

reconhecida interdependência com os outros, uma vontade em manter essa interdependência dando ou fazendo pelos outros o que esperamos que nos façam a nós, o sentimento de que somos parte de uma grande e estável estrutura da qual podemos depender” (Sarason citado por Amaro, 2007, p. 25). A partir de Sarason, o SPC teve diversos desdobramentos metodológicos que requisitaram o desenvolvimento de instrumentos que permitissem trabalhar com o sentido de comunidade tomando-o como variável de análise nos estudos sobre diferentes grupos sociais, possibilitando assim distinguir a comunidade, como sentimento de pertencimento, de um conjunto casual de pessoas em interação objetiva, devido a algum evento determinado.

Como ponto de reflexão ética e política no interior das relações sociais na atualidade, Amerio (2003, 2004) destaca a comunidade como lugar privilegiado para o exercício de uma cidadania ativa, questão que reclama a necessidade de um bem comum como base para uma democracia que resgate a aliança entre os cidadãos e entre estes e o próprio Estado. Segundo o autor, o sentido de comunidade se organizaria em três dimensões: (a) *local-territorial* - que se refere tanto ao plano físico como histórico e cultural; (b) *relacional* - que garante a manutenção do tecido social; e (c) *de participação* – do qual emerge o comunitário como valor, fruto da convivência, escolhas e conflitos entre seus integrantes.

O percurso conceitual do sentido de comunidade possibilitou a apropriação dessa forma de organização social de maneira mais ampla, independentemente das bases objetivas, tornando possível sua aplicação aos mais diversos espaços e grupos sociais. Como sintetizam Palmonari e Zani (2003), a comunidade constitui um “nós”, unificado pelas linhas de significados afetivamente construídas e pelo

reconhecimento de que se faz parte desse espaço psicológico comum. Essa definição nos conduz ao conceito de grupo psicológico, que assumimos, neste estudo, como equivalente ao sentido de comunidade.

Baseada no sentimento de *pertença* (Speltini & Palmonari, 1999), nesta abordagem, a concepção de grupo se fundamenta na auto-categorização ou no fato de que o indivíduo *se sinta parte* do grupo, afiliação que implica os componentes *cognitivo* (reconhecimento de pertencimento ao grupo), *avaliativo* (atribuição de elementos positivos ao grupo de pertencimento) e *emocional* (os componentes *avaliativo* e *cognitivo* são acompanhados de afetos e emoções) (Tajfel, 1982a, 1983). O grupo teria, então, as funções: (a) *justificadora*, que se dá na produção de ideologias para justificar o lugar de superioridade que o grupo ocupa, no caso dos chamados grupos “superiores”, e busca de ressignificação de estereótipos valorados negativamente, no caso dos grupos “inferiores”; (b) *explicação causal*, que age sobre o ordenamento da complexa dimensão social produzindo explicações simples, aceitáveis e funcionais; e (c) *diferenciação social*, que cumpre a função da distintividade positiva do grupo, pois a maneira de se atribuir valores positivos ao próprio grupo seria compará-lo a outros grupos, associando-os a estereótipos com valoração negativa (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1982b Turner & Reynolds, 2001).

O grupo social no qual desenvolvemos este estudo consiste em uma comunidade rural. Como já assinalamos, as previsões dos teóricos clássicos acerca dos rumos da sociedade humana prenunciavam o desaparecimento gradual das sociabilidades camponesas tradicionais, fruto de um inevitável processo de mudança social que pressupunha a urbanização dos espaços rurais e a transformação da

agricultura em ramos da indústria (Stropasolas, 2006). A história do rural foi, marcadamente, contada a partir dos latifúndios, da monocultura e da escravidão, momentos históricos de uma nação em desenvolvimento econômico, mas nunca apresentando os projetos alternativos de vida engendrados ao longo da história da ruralidade. Esta história tampouco lança luz sobre a diversidade de estratégias e organizações micro-sociais que hoje compõem a realidade rural do nosso país (Del Priore & Venâncio, 2006), uma contribuição que esperamos oferecer através do presente estudo.

Objetivos do estudo

A categoria rural é uma importante fonte de produção de sentido, em seu conjunto de valores e patrimônio cultural, sendo as comunidades rurais a expressão concreta dessa organização (Bengoa, 2003). Adotamos o termo *comunidade* no sentido de “retratar as relações sociais construídas e mantidas por famílias ligadas por laços de parentesco ou não, modos de produção, estratégias de socialização, relações afetivas, crenças e valores partilhados” (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008, p. 154). Considerando que o contexto rural é composto por realidades diversas, cujas organizações sociais, políticas e econômicas se configuram em um verdadeiro “mosaico sociocultural”, partimos de um território específico a fim de acolher a complexidade do pensamento e relações sociais que concorrem à formação do espaço comunitário e orientam a vida de seus integrantes. Assim, investigamos o comunitário neste rural, bem como o rural que mobiliza e estrutura a vida das pessoas nesta comunidade, caminho de investigação que poderá nos auxiliar na compreensão dos processos que concorrem à construção da identidade camponesa.

Apoiado em tais considerações, o objetivo do estudo consistiu em apresentar a organização comunitária rural, tendo como pilares de investigação as representações sociais de comunidade e sua história de constituição, bem como a descrição sócio-demográfica do território e a vivência cotidiana de seus moradores neste espaço.

Estratégias metodológicas

Partindo para a região norte de um estado do sudeste brasileiro, a 202 km da capital, chegamos ao município no qual se encontra o território rural onde o estudo foi realizado, Jaguaré. Segundo dados do IBGE para o ano de 2008, o município possuía uma população de 23.125 habitantes, estando 54.76% em área urbana e 45.24% na zona rural. O município é essencialmente agrícola - considerado em 2007 o maior produtor de café *conilon* do país – e está localizado na região do semiárido brasileiro. Dados sobre a estratificação fundiária do município informam que 84.74% (1.822 propriedades) das unidades produtivas da região são de pequenos produtores rurais, ou seja, possuem área de terra inferior a 04 módulos fiscais (80.0 ha), sendo a mão-de-obra familiar a principal responsável pela manutenção dos trabalhos na propriedade (Fonte: INCRA/INCAPER, 2008).

A 12 quilômetros do centro do município, está localizado o território no qual desenvolvemos o estudo, no cinturão camponês da região formado pelas comunidades rurais. Realizar a pesquisa neste território se justifica por essa região possuir zonas de organização estruturadas caracteristicamente em comunidades, permitindo conhecer o rural na sua dimensão de grupo social de pertencimento. A pesquisa foi realizada em uma comunidade espacialmente referenciada pelo corte fluvial de dois córregos e demarcada por duas igrejas, pontos centrais à organização

dos grupos familiares locais e que servem para delimitar espacialmente o que está dentro e fora da comunidade, além de referendar a localização das residências dos moradores no território. No espaço de domínio do coletivo, encontraremos uma unidade de saúde, três escolas de ensino de primeira à quarta série, uma escola de ensino fundamental com sistema de ensino segundo a Pedagogia da Alternância, dois campos de futebol, uma quadra de esportes, três botecos, um cemitério e ainda duas associações e uma cooperativa de pequenos agricultores para beneficiamento da produção local de café.

Participantes e procedimentos de coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada em dois diferentes momentos de investigação: (a) levantamento censitário das unidades familiares da região entre os meses de janeiro e março de 2007, com o objetivo de coletar informações sobre as características demográficas da população local, sistema de produção e organização sociocultural da comunidade, e (b) entrevistas com representantes das quatro gerações da comunidade no período de novembro de 2007 a julho de 2008, focalizando as representações sociais de *comunidade*.

Embora tenhamos priorizado como local de coleta dos dados as residências dos participantes, em função da realidade agrícola com a dispersão das pessoas pelas lavouras, algumas distantes de suas casas, precisamos ajustar a situação de entrevista à disponibilidade dos moradores. Assim, além das entrevistas realizadas nas residências das famílias, na casa de algum parente ou amigo, ou mesmo nas lavouras durante o trabalho agrícola, também procedemos a coleta dos dados nos diferentes espaços anteriormente descritos. Durante todo o procedimento de coleta dos dados, percorremos a pé as estradas e picadas que ligam as famílias entre si e estas ao centro

da comunidade. Essa estratégia favoreceu a interação com as pessoas da comunidade, facilitou o acesso aos participantes e nos permitiu conviver de forma mais próxima com a realidade das famílias e conhecer sua rotina.

Censo Comunitário Rural

Participaram desta etapa os representantes das 167 famílias do território, com idades entre 18 e 80 anos, 106 do sexo feminino e 61 do sexo masculino. Geralmente, quando o casal estava em casa, escolhiam o homem para ser o respondente, mas como encontramos muitas mulheres sozinhas nas residências, estas foram a maioria. Tivemos a seguinte distribuição dos participantes segundo sua localização na unidade familiar: 60.47% era mãe/cônjuge, 32.33% pai/cônjuge e 7.23% filho(a), sogra/mãe de um dos cônjuges, genro/irmão de um dos cônjuges ou único morador da casa.

Representações sociais intergeracionais

A fim de conhecer as representações sociais de *comunidade* das quatro gerações do grupo, entrevistamos 50 pessoas de cada grupo geracional (25 do sexo feminino e 25 do sexo masculino), totalizando 200 pessoas. Informamos que a variável sexo foi utilizada apenas para equilibrar a amostra. No que se refere à faixa etária de cada geração, esta foi delimitada da seguinte forma: 4G - 07 a 12 anos, 3G - 15 a 25 anos, 2G - 35 a 45 anos e 1G - 60 anos ou mais.

Instrumentos e tratamento dos dados

Para o Censo Comunitário Rural, utilizamos como instrumento de coleta dos dados um roteiro estruturado baseado na metodologia do IBGE, adaptado aos objetivos da pesquisa. Seguindo a organização do instrumento, dois bancos de dados

foram criados: (a) referente à unidade familiar ($f = 167$) e (b) por morador da comunidade ($f = 574$). Para a sistematização dos dados provenientes do censo, utilizamos os recursos da estatística descritiva, possibilitada pelo *software* SPSS-17 (*Statistical Package for the Social Sciences*), segundo as variáveis identificadas como relevantes à apresentação das informações obtidas.

Para a organização dos dados resultantes da técnica da associação livre (Abric, 1998, 2003), a partir do termo indutor *comunidade*, utilizamos como recurso o *software* EVOC-2003 – *Ensemble de Programmes L'Analyse des Évocations* – (Vergès, 2000). Segundo critérios de frequência e ordem de evocação, este programa fornece quatro quadrantes com os elementos mais significativos, posicionados de acordo com a importância à estrutura e conteúdo do objeto representado. Utilizamos ainda a categorização de dados como sugerido pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), o que nos permitiu introduzir dados complementares e contextualizar as informações apresentadas.

Resultados

Composição populacional da comunidade

O quadro populacional da comunidade até fevereiro de 2007 era composto principalmente por famílias que se constituíram na própria localidade (71.9%), sendo os últimos 10 anos um período de forte imigração. Das 28.1% famílias que vieram de fora, em sua maioria de áreas rurais (87.23%) de municípios do estado, metade deslocou-se para este território durante o referido período, justificando a migração como uma “busca pela melhora”. O termo “melhora”, usado pela maioria dos respondentes, parece ser um sinônimo de esperança, sintetizando a procura pela terra, pelo trabalho e por um lugar para viver.

As famílias que migraram para o território entre 40 e 50 anos atrás (10.66%) eram famílias mais numerosas (6% compostas por 10-15 pessoas), que geraram núcleos familiares menores (11.4% por 7-9 pessoas, 55.7% por 4-6 e 26.9% por 1-3). Sobre o decréscimo da composição familiar, uma questão que merece ser ressaltada, considerando a especificidade do contexto rural, refere-se à escassez de terra da unidade familiar. Enquanto nas primeiras gerações a alta taxa de natalidade era interpretada como positiva, visto que representava mão-de-obra para o trabalho nas lavouras, nas novas gerações torna-se problemática, considerando que implica a necessidade de divisão dos recursos produtivos disponíveis (Durham, 2004).

Das 167 famílias entrevistadas, reunimos dados de 662 pessoas vinculadas às unidades familiares da comunidade. Desse total, 88 são membros das famílias entrevistadas que não viviam na comunidade no momento da coleta dos dados (migraram para outras regiões) e 574 são os moradores que compunham a população local no período em que foi realizado o Censo Comunitário Rural. Dos 574 moradores, 141 são filhos de núcleos familiares do território que deram origem a novas famílias na comunidade. Com o objetivo de fornecer informações mais detalhadas sobre a população local, apresentamos, a seguir, os dados referentes aos 574 membros da comunidade rural, moradores do território no momento no qual os dados foram coletados.

A maioria dos moradores nasceu no próprio território (55.22%). Das pessoas que imigraram, 8.9% vieram de outras localidades do município, 32.92% de outros municípios do estado e 2.96% de outros estados brasileiros, sendo que 85.6% de toda a população nunca moraram em áreas urbanas. A população da comunidade é composta por 285 pessoas do sexo feminino e 289 do sexo masculino, estando

55.74% casados, 0.89% divorciados e 2.26% viúvos. Os solteiros somam 41.11%, mas é importante registrar que 21.95% de toda a população possui entre 0 e 14 anos. A composição das famílias, tendo como ponto de referência os cônjuges, está distribuída da seguinte forma: mãe/a cônjuge: 29.80%; pai/o cônjuge: 26.48%; filho(a) do(a) cônjuge: 39.55%; sobrinho(a), irmão(ã), neto(a), sogro(a), genro/nora de um dos cônjuges: 3.82%; e único morador: 0.35%.

A população branca (60.1%) ainda é predominante entre os integrantes da comunidade, mas tal como a população negra (9.58%), tende a diminuir em função da mistura entre as diferentes categorias raciais presentes no território. Até o momento do censo, os morenos compunham 29.27% dos moradores da comunidade, os cafuzos 0.18% e os que se declararam mamelucos totalizavam 0.87%. No que se refere à inserção religiosa dos membros da comunidade, o território sofreu, em sua constituição histórica, a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), favorecendo a seguinte distribuição: 97.56% dos moradores se declararam católicos, 1.57% evangélicos e 0.87% protestantes. As CEB's surgiram na América Latina em finais da década de 1960, como movimento popular de resistência no campo e na cidade, e “em consonância com os princípios de conscientização através da fé, defendidos pela Igreja, permitiam aos moradores das comunidades se reunirem, refletirem e desencadearem ações para a busca de soluções dos diversos problemas vividos pela população” (Baltazar, 2004, p. 183).

A participação da Pedagogia da Alternância (PA) na política educacional camponesa se reflete no índice de escolaridade da população local. Este sistema pedagógico foi criado no interior da França em 1935, a partir do movimento de resistência de um grupo de agricultores insatisfeitos com a cultura escolar

urbanocêntrica. A metodologia da PA, fundamentada no tripé *ação – reflexão – ação* ou *prática – teoria – prática*, chegou ao Brasil na década de 1960, tendo sido institucionalizada através da Escola Família Agrícola (EFA) (Teixeira, Bernartt & Trindade, 2008). Das pessoas da comunidade que passaram pelo sistema escolar, 260 estudaram em escolas rurais. A Tabela 1 apresenta informações detalhadas sobre a distribuição etária das pessoas da comunidade e de seu nível de escolarização.

Tabela 1: Distribuição da população: escolaridade x faixa etária (em anos) – frequências relativas

Faixa etária	Sem idade escolar	Sem escolarização	Escolarizado	Primário	Fundamental	Médio	Superior	Total
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
0-4	5,75	-	-	-	-	-	-	5,75
5-9*	1,56	-	-	4,53	-	-	-	6,09
10-14	-	-	-	3,48	6,3	-	-	9,78
15-19	-	-	-	1,04	3,83	4,87	-	9,74
20-24	-	-	0,55	1,39	3,13	3,83	0,2	9,1
25-29	-	-	0,2	1,39	3,13	3,48	0,7	8,9
30-34	-	0,35	0,2	1,74	1,74	1,56	0,55	6,14
35-39	-	0,35	0,55	4,52	3,83	0,7	0,35	10,3
40-44	-	0,35	0,7	4,52	1,91	0,35	-	7,83
45-49	-	0,55	1,39	2,28	2,28	0,2	-	6,7
50-54	-	0,35	1,21	3,31	0,9	0,35	-	6,12
55-59	-	0,9	1,39	0,9	0,35	-	-	3,54
60-64	-	0,7	0,9	1,74	0,35	-	-	3,69
65-69	-	0,9	1,56	0,7	-	-	-	3,16
70-74	-	0,7	1,21	-	-	-	-	1,91
75 +	-	0,35	0,9	-	-	-	-	1,25
Total	7.31	5.5	10.76	31.54	27.75	15.34	1.8	100

Fonte: N_{total}=574 – Faixa etária segundo IBGE

* Nesta faixa etária (5-9 anos) estão incluídas tanto crianças *com idade escolar* (7-9 anos) quanto aquelas que encontravam-se *sem idade escolar* (5-6 anos) no momento em foram coletados os dados da pesquisa.

Observamos a renovação do tecido social da comunidade com o fortalecimento das novas gerações (40.46% da população total possuem entre 0 e 24

anos), quadro que também promete a ampliação das unidades familiares locais. A marca da dificuldade de acesso à escola entre as primeiras gerações pode ser identificada a partir do índice de analfabetismo de 5.5% (sem escolarização) e daqueles que frequentaram, no máximo, dois anos de escola, os *escolarizados*, que representam 10.76% de toda população. Os grupos etários mais jovens já crescem em uma comunidade com sistema educacional estruturado, aumentando as chances de ingresso e permanência dos jovens e crianças no sistema escolar.

Agricultura familiar: sistema de produção e modo de vida

Nas unidades familiares, o dia começa cedo. Durante a semana, os membros da família se dedicam às atividades laborais: aos homens, mais diretamente, é destinado o trabalho nas lavouras e às mulheres as atividades domésticas, embora elas também participem ativamente da agricultura e, muitas vezes, assumam permanentemente o trabalho na casa e na roça como funções cotidianas. A atividade doméstica das mulheres rurais, responsabilidade das mães e das filhas, consiste no cuidado com pequenas criações, horta, jardins e pomares, além da casa propriamente dita (costuram, preparam biscoitos, pães e todo tipo de alimentação para o provimento da família) e do cuidado com os filhos. Aos homens cabe a responsabilidade de cultivar a terra e também da construção de instalações que servirão à estruturação da propriedade. Na organização tradicional, a divisão social do trabalho a partir da categoria gênero envolve a lógica laboral segundo o sistema de produção e economia familiar, mas também relações de poder que regulam os papéis sociais vividos dentro da família e na sociedade local (Durham, 2004; Panzutti, 2006).

A maioria das mulheres se reconhece como agricultoras e, junto com os

homens, totalizam 72.3% da população da comunidade envolvida nesta atividade. Em relação às demais ocupações, 0.7% são mulheres que declaram realizar apenas atividades ligadas ao espaço doméstico. Entre os assalariados do sistema público (3.32%) estão as professoras, os agentes comunitários de saúde e os técnicos de enfermagem que trabalham na Unidade de Saúde local; os funcionários de empresas privadas (0.88%) consistem em três motoristas de caminhão e duas jovens que trabalham em uma loja no centro da cidade. Os aposentados por idade e invalidez somam 6.45% da população local e as crianças sem idade escolar e estudantes totalizam 16.35% da comunidade.

O sistema de produção presente na comunidade rural estudada é baseado na agricultura familiar (Bezerra & Cleps-Jr., 2004), ou seja, condução do estabelecimento pela família e mão-de-obra prioritariamente dos seus próprios membros (IBGE/MDA). De acordo com o Censo Agropecuário/2006 do IBGE, no Brasil existem 4.367.902 unidades organizadas no modelo da agricultura familiar, o que representa 84.4% do total de estabelecimentos rurais no país. Embora sua participação no Valor Bruto da Produção (VBP) seja de 38%, considerando que são responsáveis por 66.27% da produção animal e vegetal, os 12,3 milhões de trabalhadores da agricultura familiar ocupam apenas 24.3% da área total de terras no Brasil. A sobrevivência das famílias da comunidade estudada é garantida fundamentalmente por meio desse modo de produção, sendo alguns produtos comercializados, mas importante parte da produção de alimento destina-se ao consumo interno, à subsistência das famílias.

Na comunidade, os principais cultivos destinados à comercialização são: café (83.83%), pimenta (80.8%), maracujá (15.56%) e coco (7.78%). Algumas famílias,

além de trabalharem na agricultura também possuem gado para corte ou leite (13.77%). Fora do sistema agropecuário de produção, temos famílias que vivem da aposentadoria, do comércio ou que são diaristas e sem terra, obtendo seu sustento por meio do trabalho nas propriedades de outros membros da comunidade. É importante ressaltar que a maioria das famílias procura desenvolver mais de uma atividade produtiva como estratégia para obter a renda necessária à sua sobrevivência. Assim, em menor escala, as famílias também comercializam mamão, abóbora, melancia, milho, mandioca, amendoim, eucalipto, mel, porcos, galinhas e ovos. Como atividades para fins de comercialização, foram citadas ainda a confecção de roupas e bordados, a construção de móveis de madeira e espetinhos de bambu para churrasquinho, além da preparação de polpas de frutas, açúcar e farinha de mandioca. A renda proveniente é destinada prioritariamente ao pagamento de despesas com produtos agropecuários, roupas e calçados, supermercado, farmácia e com o consumo de energia elétrica e telefone.

As famílias que não possuem terra (10%) são as que vivem em situação de maior precariedade. Como veremos nos relatos sobre a vida comunitária, existe um sistema solidário que minimiza o impacto da condição socioeconômica desfavorável de algumas famílias, mas que é insuficiente para promover a sua mudança objetiva, uma vez que todos comungam de um mesmo conjunto de dificuldades vinculadas ao sistema de produção da agricultura familiar. Em função disso, algumas famílias estão inscritas em programas do governo para receber benefícios. A renda mensal das famílias, em salário mínimo (SM), está distribuída da seguinte forma: 30.53% vivem com até um SM, 41.94% com até dois SM, 16.76% com até três SM e 10.77% com mais de três SM. Utilizamos como valor base de referência o salário mínimo em vigor

no período da coleta dos dados (350,00 reais até março de 2007).

A maioria das famílias possui casa própria (90.4%) e praticamente todas as unidades familiares contam com geladeira, fogão a gás e TV (96.8%), muitas mantêm o fogão a lenha (71.9%). Nas casas existe ainda a seguinte estrutura: DVD (47.3%), freezer (67.7%) e telefone (67.7%), além de outros recursos como antena parabólica, filtro de barro, instrumentos musicais e rádio. Para o transporte, apenas 19.2% das famílias possuem carro, sendo mais frequente o uso de motos no deslocamento interno e na condução das pessoas até o centro da cidade, e também em atividades ligadas ao trabalho agrícola. Completando o quadro dos meios de transportes utilizados pela comunidade, temos o uso de bicicletas e cavalos. Em relação à estrutura fundiária, a extensão de terra de cada propriedade não foi dimensionada em função de as famílias constituídas pelas novas gerações participarem de um sistema integrado de terras ou de produção com as famílias de origem.

As dificuldades indicadas pelas famílias da comunidade em relação à vida no meio rural referem-se principalmente à desvalorização dos produtos produzidos na agricultura (52.7%), à falta de recursos para investir na propriedade (25.15%), falta de assistência médica (10.77%) e de transporte (10.77%). A escassez de políticas públicas para a realidade rural (5.98%) retrata a frágil participação das instâncias governamentais na resolução dos problemas locais. É preocupante que somente 9% dos agricultores do território tenham tido algum tipo de assistência técnica pública, sendo que 10.77% disseram que receberam a visita de um técnico apenas uma única vez e 80.23% nunca obtiveram qualquer tipo de orientação.

O condicionamento do sistema produtivo às condições climáticas (14.97%)

também contribui para o aumento das dificuldades enfrentadas no campo, sendo a seca ressaltada como grande responsável pela queda da produtividade, além do desgaste físico dos agricultores causado pelo próprio trabalho nas lavouras (7.78%). Todos estes fatores desenham um cenário que ameaça a vida e permanência das famílias no meio rural. Com menor frequência, mas não menos relevante, as famílias mencionaram ainda outros problemas que identificam como pertencentes ao quadro de dificuldades ligadas à vida no campo: não possuir terra, utilização de agrotóxicos nas plantações, a exploração dos chamados *atravessadores* na comercialização dos produtos, dificuldade de acesso ao estudo, condição precária das estradas que ligam as comunidades entre si e ao centro do município, pragas e doenças nas lavouras, dívidas com bancos (financiamentos agrícolas que não conseguem pagar). Além disso, foram também destacadas a pobreza gerada pela dificuldade para produzir e baixo preço dos produtos agrícolas, a fiscalização do trabalho infantil sem considerar a transmissão social do trabalho por meio da agricultura familiar, as poucas alternativas de lazer e o sistema de dependência do campo em relação à cidade, impedindo processos de autonomia ou tomadas de decisão a partir de uma lógica propriamente rural. Um mecanismo de comunicação que tem se mostrado estratégico para representar a realidade camponesa é o sindicato rural. Entre as 167 famílias entrevistadas, 67.1% fazem parte do Sindicato de Pequenos Agricultores Rurais do município, caminho utilizado para conquistar os direitos previstos à categoria de trabalhador rural (Ricci, 1999).

Ao final da jornada diária, a divisão social do trabalho a partir da categoria gênero fica novamente evidente: nas unidades em que a mulher foi a respondente (63.47%), todas fizeram crítica a ocupação pós-trabalho, pois os homens seguiriam

para um momento de lazer nos botecos enquanto as mulheres permaneceriam em casa, ainda com uma longa lista de atividades para realizar. Os homens respondentes apresentaram diferentes formas de ocupação desse tempo: alguns disseram que vão para os botecos para encontrar os amigos, jogar baralho, tomar uma pinga ou jogar bola na quadra de esportes, e outros relataram que preferem permanecer em casa e ajudar nas atividades ligadas à família. À noite, algumas mulheres bordam, as famílias assistem TV, visitam outras famílias ou se juntam em reuniões para resolver questões ligadas à condução da comunidade. Por volta das 21 horas as pessoas vão dormir para recomeçar, no dia seguinte, um novo ciclo na unidade familiar.

O horário das refeições é um importante marcador na organização do tempo para a família rural: entre 5 e 6 horas toma-se o café da manhã e, por volta das 10 horas, faz-se a refeição do almoço. O meio dia marcará o horário do primeiro café da tarde (nomeado: café do meio-dia) e em torno das 15 horas será saboreado o café da tarde. Entre 16 e 17 horas, as famílias chegam das lavouras e jantarão, no máximo, até as 18 horas. Como os representantes das famílias destacam, “o trabalho na roça é sem aquele horário rígido”, podendo ser ajustado em função da dinâmica familiar e comunitária. Embora exista uma rotina, a flexibilidade do trabalho autônomo torna possível a prática coletiva do mutirão entre as famílias, que se juntam em caso de doença ou morte de um membro da comunidade e, além disso, ainda durante a semana, no espaço coletivo as famílias desenvolvem atividades ligadas às associações, cooperativas e grupos da comunidade.

Para as crianças e jovens que estão em processo de escolarização, o tempo e as atividades serão sistematizados respeitando a orientação pedagógica da escola. Durante o período letivo, as crianças terão sempre as manhãs ocupadas com o estudo,

que acontece na própria comunidade, e à tarde poderão ajudar seus pais (na roça ou em casa) e também brincar. O ensino fundamental (Escola Comunitária Rural) funciona de acordo com a Pedagogia da Alternância, ou seja, o aluno estuda uma semana na escola das 7 às 17 horas (dorme na casa dos pais) e, na semana seguinte, permanece todo o tempo com a família. Procedimento similar é vivido pelos alunos do ensino médio, que estudam na Escola Família Agrícola (EFA). Como a EFA está localizada em outra área do município, durante a semana escolar os estudantes permanecem na escola em tempo integral, de segunda a sábado. Os filhos das famílias que não podem ser liberados das atividades na propriedade, seja pelo número de filhos disponíveis para o trabalho nas lavouras seja porque a família vive de diárias, estudarão à noite no centro da cidade segundo o sistema de ensino convencional.

Geralmente, no final de semana as famílias não trabalham nas lavouras (exceto durante o período de colheita de café, atividade prioritária sobre todas as demais). No sábado concentra-se a maioria das reuniões da comunidade e no domingo a celebração religiosa, além de atividades de lazer, como pescaria, futebol e passeios pela vizinhança. Os festejos dentro da comunidade estão relacionados aos santos padroeiros e demais dias celebrativos do calendário religioso, ao período junino, à comemoração das escolas rurais, à colheita do café e às cerimônias de casamento. Existem ainda festas ocasionais como encontros entre famílias/amigos e a chamada festa da cultura (cavalgadas e rodas de viola). A preferência musical das famílias reforça o vínculo com o estilo rural: 59.88% dos participantes dizem que em sua casa se aprecia o sertanejo, 38.92% o forró e 19.16% a música caipira de raiz.

No tempo das procissões, rezas e novenas pelo fim da seca, de benzedoiras

que curam espinhela caída e todos os tipos de males do corpo, a mística e a natureza estão presentes na relação *homem-saúde*, compondo um forte sistema de crenças que ajuda a dar equilíbrio à vida na comunidade. Identificamos diversas práticas que sustentam a busca pelo bem-estar coletivo ou individual, entre elas a promessa a um santo forte, uma simpatia, um chá ou uma garrafada. Assim, a chamada sabedoria popular oferece às famílias uma interpretação dos fenômenos vividos e formas de manutenção da saúde dos seus membros. Embora as pessoas da comunidade também façam uso de remédios farmacêuticos, é comum nos quintais das famílias a cultura da horta medicinal. Das 167 famílias entrevistadas no censo, todas relataram que recorrem às plantas medicinais como medida de prevenção e tratamento de doenças, tendo sido citadas 44 plantas medicinais diferentes utilizadas pelas famílias da região. Como observam Pilla, Amorozo e Furlan (2006), essa é uma prática comum nas populações rurais, servindo como um dos poucos recursos terapêuticos disponíveis no tratamento de doenças mais frequentes, já que o sistema público de saúde ainda não consegue fornecer uma assistência adequada a essas comunidades.

Se a natureza cuida do homem, a reciprocidade do cuidado é basilar à sustentação do modo de vida rural. As famílias procuram garantir a preservação dos ecossistemas locais por meio das seguintes práticas: manutenção das matas e áreas de reserva; reflorestamento das encostas e nascentes; não utilização de agrotóxico nas lavouras ou uso reduzido do mesmo; limpeza e manutenção das nascentes e dos córregos; não manter animais silvestres em cativeiro; reciclagem do lixo orgânico, que retorna às lavouras ou hortas, bem como a destinação adequada ao lixo inorgânico e, finalmente, promoção/participação em seminários e caminhadas ecológicas.

O conjunto de atividades que compõem o cotidiano da comunidade é garantido por meio de diferentes grupos. Foram citadas as seguintes organizações grupais que envolvem os membros do território: *religiosa* - pastorais (catequese, dízimo, liturgia, juventude e familiar), grupo de reflexão, grupo de limpeza da igreja e do pátio comunitário, equipe de cântico e equipe do conselho comunitário; *lazer* - time de futebol (adulto e infantil); *cultural* - canção italiana, folia de reis, moda de viola e coral em latim, e *sócioeconômica* - grupo de mulheres (pintura e bordados), sindicato de pequenos agricultores rurais, cooperativa e associação.

Além da fofoca e, mais recentemente, do uso dos celulares em algumas famílias, o sino da igreja é ainda um importante mecanismo de difusão de informação: as badaladas do sino não servem apenas para anunciar os já sabidos horários das manhãs de domingo, marcando sua função tradicional. O sino e o sineiro são centrais à comunicação de um evento muitas vezes não esperado pelas famílias, como a morte de um membro da comunidade. Assim, ele será tocado levando a notícia até as famílias mais distantes do território, informando que algo grave aconteceu, e será também tocado durante a procissão de enterro da pessoa, como um adeus coletivo da comunidade.

Imaginário endogrupal: do sentido de comunidade e de sua importância para o grupo rural

Para as famílias, a vida comunitária está alicerçada, principalmente, nos valores que esse modo de vida pode oferecer àqueles que vivem neste espaço, como veremos também através das representações de *comunidade* (Figura 1). As famílias destacaram a convivência (41.32%), a amizade (37.72%), a tranquilidade (23.34%), o povo local (15.56%), a solidariedade (14.97%), a união (10.77%), a segurança

(7.18%) e a participação (6.58%) como centrais à constituição da comunidade. Os fragmentos das narrativas dos representantes das famílias, a seguir apresentados, ilustram o estreito vínculo entre as relações construídas pelas pessoas do grupo e a organização da comunidade como uma espécie de síntese dessas relações.

A amizade com as pessoas é o mais importante. Acho que é por isso que a gente não se desespera e vai embora. Na cidade não tem isso. (Fam. 13); Se não viver em comunidade a gente fica perdido. (Fam. 31); Eu acho que é a união. Se não fossem os amigos, passava até fome. Minha condição melhorou por causa das pessoas daqui. (Fam. 49); A vida em comunidade, com os vizinhos, vivemos como irmãos. Eu não saberia viver sem esse lugar. Na doença, na morte, todos se ajudam. Nunca ficamos sozinhos aqui. (Fam. 96).

A liberdade - especialmente ligada ao trabalho, permite flexibilizar o tempo segundo as prioridades da família e da comunidade -, a religiosidade, a hospitalidade com os visitantes, o jeito simples de viver e os recursos naturais à disposição das pessoas, são também fortes na composição dessa vida em comunidade, compreendida pelos seus moradores como um projeto alternativo às relações individualizantes que teriam se constituído nos grandes centros urbanos.

Um ajuda o outro, na doença, na morte. As pessoas se conhecem há muitos anos, a gente vive uma vida em comum. Para eu sair daqui, só quando eu morrer. (Fam. 142); Não troco a roça pela cidade e a terra é da gente. O lugar é sossegado. Não gosto da cidade. Aqui temos a convivência e não precisamos comprar tudo. (Fam. 139).

Com o objetivo de conhecer como os membros do grupo rural representam a

sua própria organização social (De Rosa, 2005; Jodelet, 1998, 2001; Moscovici, 2003), investigamos as representações sociais de *comunidade* entre quatro gerações. Ressaltamos que o campo representacional do referido objeto é apresentado de forma descritiva, sem a pretensão de realizarmos uma análise estrutural desse campo. Para facilitar a exposição do conteúdo representado procedemos a categorização dos elementos, tendo sido elaboradas as seguintes categorias: atividades desenvolvidas, avaliação do contexto comunitário, descrição do ambiente, mobilização dos membros da comunidade, modo de vida, organização social e valores. Entendemos que considerar a imagem de *comunidade*, compartilhada pelos seus moradores, nos auxiliará na tarefa de composição do cenário no qual se organizam os objetos representacionais no processo de construção da identidade social camponesa.

Apesar de a religião ser uma forte dimensão da comunidade, apenas 10.5% dos participantes argumentou que sua organização deriva da articulação religiosa, prevalecendo a interpretação da vida comunitária como fruto de uma construção coletiva ao longo das gerações (89.5%). Acreditamos que o peso dessa visão, relativa à história e ao funcionamento da comunidade, sofra influência também da ideologia das CEB's, que tem como proposta-base a mobilização das pessoas para discutir suas vidas cotidianas, seus valores e suas necessidades políticas, com certa autonomia em relação às instâncias institucionalizadas (Mainwaring, 2004).

Na Figura 1 podemos visualizar a disposição dos elementos da representação de *comunidade*, especificados pelas quatro gerações do território rural.

Média da ordem média de evocação																					
Média das frequências	Primeira geração								Segunda geração												
	10	< 2.9				≥ 2.9				11	< 2.9				≥ 2.9						
		Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade									Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade										
		Bom-lugar	12	2.5	(+)	Convivência	10	3.3	(+)		Amizade	13	2.6	(+)	Lazer	11	4.0	(+)			
		Coletivo	13	2.2	(+)	Religiosidade	21	3.4	(+)		Famílias	19	1.6	(+)	Organizações	14	3.1	(+)			
		Famílias	11	2.0	(+)	Trabalho	10	3.9	(+)		Igreja	23	2.3	(+)	Religiosidade	17	3.1	(+)			
	Igreja	25	2.8	(+)	coletivo	União				11	2.3	(+)	Trabalho	12	3.5	(+)					
	União	17	2.1	(+)	Grupos	09				2.2	(+)	Bem-estar	06				3.0	(+)	coletivas	09	3.7
	< 10	Nosso modo vida	07	2.8	(+)	Festas	05	3.0	(+)	Solidariedade	10	2.5	(+)	Partilha	07	3.1	(+)				
		Povo	09	2.1	(+)	Lazer	06	4.0	(+)	< 11	Decisões	Pastorais	07	3.2	(+)						
Tradição		05	1.6	(+)	Organizações	05	3.0	(+)													
					Participação	07	3.0	(+)													
					Política	05	3.8	(+)													
					Reunião	09	3.0	(+)													
					Solidariedade	08	3.3	(+)													
Média da ordem média de evocação																					
Média das frequências	Terceira geração								Quarta geração												
	14	< 2.9				≥ 2.9				9	< 2.9				≥ 2.9						
		Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade									Termo - Freq. - Ord. Evoc. – Polaridade										
		Famílias	15	1.9	(+)	Solidariedade	19	2.9	(+)		Igreja	21	2.1	(+)	Amizade	16	3.3	(+)			
		Igreja	17	1.7	(+)	Trabalho	19	3.6	(+)		Lavouras	09	2.6	(+)	Casas	09	3.0	(+)			
		Religiosidade	14	2.4	(+)	coletivo					Nosso modo vida	09	1.7	(+)	Pessoas	10	3.3	(+)			
	União	14	2.0	(+)		Religiosidade				14	2.4	(+)									
	< 14									Solidariedade	15	2.8	(+)								
		Coletivo	10	2.8	(+)	Amizade	13	3.0	(+)	< 9	Bem-estar	06	2.3	(+)	Boteco	08	3.7	(+)			
		Convivência	12	2.8	(+)	Lazer	12	3.4	(+)						Bom lugar	07	2.4	(+)	Brincadeiras	05	4.4
Grupos		10	2.5	(+)	Organizações	13	3.0	(+)	Centro de encontros						05	1.4	(+)	Coletivo	07	3.1	(+)
Pessoas		07	1.5	(+)					Tranquilidade						05	2.2	(+)	Escola	08	3.5	(+)
									União						05	2.2	(+)	Festas	05	4.2	(+)
																		Lazer	06	4.1	(+)
																	Pastorais	06	3.0	(+)	

Figura 1 – Quadrantes das evocações de *comunidade* para quatro gerações do grupo rural. Ordem de apresentação dos dados: termo evocado – frequência absoluta – média de evocação e polaridade

Das 238 evocações fornecidas pela quarta geração, tivemos um total de 52 termos diferentes. A imagem de comunidade presente na quarta geração se alicerça nos valores difundidos pelo grupo (amizade, coletivo, religiosidade, solidariedade e união,), na *descrição* do cenário da comunidade (botecos, casas, escolas, igreja, lavouras e pessoas), nas *atividades* realizadas (brincadeiras, festas, lazer e pastorais), na *avaliação* desse território (bem estar, bom lugar e tranquilidade), na *função* de

mobilizar as pessoas (centro de encontros) e na ideia da comunidade como o *modo de vida* dos que vivem neste espaço. Algumas falas das crianças, provocadas pela questão “por que a comunidade é assim?”, ilustram o sentido de comunidade:

Nós somos a comunidade. Ela é o que a gente faz, o que a gente participa. (09 anos - ♂); Porque aqui damos valor um ao outro. As pessoas aqui se reúnem mais. Eu vivo em comunidade. (11 anos - ♂).

A comparação social *campo-cidade* também aparece nos significados e reflexões acerca do modo de vida comunitário, reforçando o processo de identificação com o meio rural:

É um lugar pequeno, com poucas pessoas e todos se conhecem, não tem coisa ruim como na cidade. (11 anos - ♀); Foram os mais velhos que fizeram a comunidade assim. Aqui fizeram diferente da cidade grande. (10 anos - ♀).

O banco de dados da terceira geração foi composto por 36 evocações diferentes, num total de 233 associações livres. Os elementos presentes na representação social de *comunidade* dos jovens consistem em *valores* (amizade, coletivo, convivência, religiosidade, solidariedade e união), *descrição* do ambiente (igreja e pessoas), *atividades* (lazer e trabalhos coletivos) e *organização social* da comunidade (famílias, grupos e organizações, como associação e cooperativa). O conteúdo verbal, a seguir apresentado, indica a organização comunitária como mediadora de transformações na realidade do grupo:

Forma de organização política, festividades que faz parte da vida do povo, reúne o povo. Pela própria condição das pessoas se reunirem é caminho de discussão dessas coisas aí. Precisa da comunidade pra preservar essa

condição das pessoas se reunirem, discutirem, socializar as questões e não ser individual. E se organizar ainda mais pra conquistar as coisas que ainda são possíveis de ser feitas. (22 anos - ♀); Abraçam um trabalho – sindicato, grupo de mulheres – buscando melhora para a comunidade. Porque são várias cabeças pensando, não é uma só... buscando um só objetivo pra todos. Pessoas que se juntam, com ideias diferentes, pra seguir um objetivo só. (20 anos - ♀).

Os jovens reconhecem ainda a importância da sua formação para a manutenção desse modo de vida, concebendo a família como principal apoio desse mecanismo de transmissão:

As pessoas se ajudam. Isso tudo é pela educação que recebeu. É a base de tudo, é um ponto muito importante na faixa de idade. O que ela aprendeu de novo, vai viver de velho. (19 anos - ♂); Hoje em dia é a nossa sociedade. As famílias fazem parte da comunidade e nós formamos ela. (16 anos - ♂).

Para a segunda geração tivemos um *corpus* composto por 42 termos diferentes, que somaram 241 palavras evocadas. Tal como na terceira geração, encontramos elementos vinculados aos *valores* fundamentais do grupo (amizade, coletivo, partilha, religiosidade, união e solidariedade), à *descrição* do território (igreja), às *atividades* desenvolvidas (lazer, pastorais e trabalho coletivo), à *organização social* (famílias, grupos e organizações) e às decisões coletivas.

As pessoas têm a necessidade de deixar o individual e de participar de algo coletivo. A comunidade é um projeto coletivo e você está em contato direto com a vida das outras pessoas. (35 anos - ♂).

O coletivo, na perspectiva desta geração, é entendido como um processo de construção que comporta a diversidade e também conflitos, aproximando-se de uma imagem mais realista da vida em comunidade:

Acho que nem todas as ideias batem, são iguais. Quando tem uma ação sempre há esses confrontos, alguém que não concorde. Por ser comunidade, já se sente responsável, é a aproximação um com o outro e aí aparece mais o ato de solidariedade. (39 anos - ♀); A maioria das pessoas se conhecem há muito tempo... daí passa a ser uma família. Tem briga, mas quando precisa, corre todo mundo. Um se dói pelo outro. (37 anos - ♀).

Como ilustrado anteriormente, o possível conflito provocado pelo encontro entre diferentes posicionamentos dos membros do grupo parece não ameaçar a unidade grupal. O confronto é também interpretado como estratégia de superação de problemas, onde as dificuldades da comunidade ou das famílias/indivíduos em particular ganham o compromisso coletivo de seu enfrentamento.

A comunidade é assim para poder reunir o povo, discutir os problemas, se informar, ver quem é quem, conhecer os problemas uns dos outros. (45 anos - ♂).

A primeira geração, por sua vez, apresentou um total de 240 palavras, distribuídas entre 40 termos diferentes. Os significados de *comunidade* para esta geração se baseiam nos *valores* (amizade, coletivo, convivência, participação, política, religiosidade, solidariedade, tradição e união), na *avaliação* positiva do espaço comunitário (bem estar e bom lugar), nas *atividades* (festas, lazer, reunião e trabalho coletivo), na *descrição* figurativa (igreja) e na *organização social* (família,

grupos e organizações), apresentando ainda a concepção de comunidade como *modo de vida e povo*. Encontramos novamente a comparação com a cidade:

Porque a gente não perde o amor às famílias. Lá na cidade nem lembra dessas coisas. A comunidade é uma história grande e eu tenho muito respeito. Lá são as empresas, aqui é a comunidade. Acho que lá na cidade eles nem sabe o que é uma comunidade. (77 anos - ♀); Porque o povo rural tem a ideia de viver junto, não é igual o povo da cidade. Um precisa de uma coisa, o outro socorre. A gente trabalha ajudando os outros. É um modo de viver em comum. (69 anos - ♂).

Na comparação entre o modo de vida urbano e rural verificamos a importância do conteúdo relativo à coletividade como valor do grupo e a ideia de conservação dos valores tidos como basilares. Vejamos alguns exemplos que destacam essas duas questões, respectivamente:

Sem a comunidade a gente não é ninguém. Já pensou se a gente não tivesse a comunidade? Seria muito ruim. (64 anos - ♀); Vem da tradição porque nossos antepassados foram criados defendendo a ética, a moral, a fé, mutirão, o trabalho comunitário. Hoje o mundo está dentro de casa, mas a gente continua mantendo tudo isso aí. (66 anos - ♂).

Os resultados das quatro gerações explicitaram significados que se complementam, desenhando uma representação de comunidade sustentada em um projeto de vida baseado, especialmente, em princípios coletivistas. Conforme ressaltado por Mendes (2008), compreender as relações que interligam as famílias e os valores de base solidária, geralmente estruturadores desse tipo de contexto social,

é um caminho basilar para estudos que focalizam as comunidades rurais.

Cinco valores foram comuns entre as representações de comunidade para as quatro gerações: amizade, coletivo, religiosidade, solidariedade e união. Na terceira geração, surgiu o elemento *convivência*, já sinalizando uma inserção no espaço grupal mais forte do que aquela identificada na quarta geração. Para a segunda geração, temos a inclusão da *partilha*, que embora também seja uma forma solidária de se relacionar com os outros, é aqui utilizada para expressar um tipo particular de ajuda referente à doação de produtos, praticada por esta geração. Na primeira geração, os elementos *participação*, *política* e *tradição* são incorporados ao campo representacional evidenciando o sentido temporal desse conteúdo, uma vez que esses elementos remetem à história de formação da comunidade, liderada principalmente por participantes desse grupo geracional.

A percepção da *organização social* como dimensão da comunidade - através dos grupos, famílias e associações/cooperativas - não foi explicitada na quarta geração. Todavia, tal como a primeira geração, apresenta uma apreciação avaliativa do contexto e o reconhecimento da comunidade como modo de vida, que na geração que fundou a comunidade ganha a ideia síntese de *povo*. É interessante sublinhar a redução dos elementos que configuram a categoria *descritiva* do campo representacional ao longo das gerações, permanecendo apenas o elemento figurativo “igreja”. Como podemos visualizar nos quadrantes, todas as gerações destacaram a *igreja* como uma imagem central à representação de comunidade, que confere um rosto ao território e que também comporta, em sua síntese imagética, o conjunto de atividades que são desenvolvidas principalmente no seu espaço físico (mutirões, festas, reuniões, lazer, entre outros). No que se refere às atividades, destacamos ainda

a especificidade do elemento “brincadeiras” para as crianças do grupo e a presença do “trabalho coletivo” para as demais gerações, indicando a passagem do lúdico ao laboral também no espaço coletivo, processo que implica no desenvolvimento das responsabilidades inerentes à vida adulta na comunidade.

Do nascimento de uma cultura comunitária

Iniciamos o relato do estudo refletindo sobre o processo de constituição da organização comunitária, descrevemos as representações sociais de *comunidade* presentes no imaginário de seus integrantes, bem como a dinâmica e estrutura das unidades familiares. Entramos nas casas dos moradores e conhecemos quem são e como vivem os homens, mulheres, adolescentes e crianças que constituem a comunidade. Sublinhamos neste contexto a dimensão na qual o rural é visto como uma organização social comunitária que prescreve às suas novas gerações um conjunto de valores coletivos que devem ser aprendidos e preservados. Esta é uma esfera que nos interessa, pois indica uma participação ativa dos integrantes do grupo rural e a atualização desse modo de vida, processo que concorre para a constituição da identidade social vinculada à comunidade.

Neste estudo assumimos a equivalência entre os termos *comunidade* e *grupo social*, considerando a função simbólica que mantém o status positivo do grupo de pertencimento. O conceito de grupo (Tajfel, 1982a, 1983) nos oferece um valioso instrumento à compreensão dos significados que compõem a representação social de *comunidade* para seus integrantes, do sistema de organização social interno, bem como das relações simbólicas e práticas sociais dirigidas aos grupos de oposição, processo basilar à construção da identidade social dos indivíduos que confere uma singularidade cultural àquela pertença. Considerando o imaginário local, é

interessante destacar que todos os elementos presentes na representação social de *comunidade*, para as quatro gerações, foram valorados como positivos. A partir do universo de significação endogrupal, a análise do conteúdo vinculado ao campo representacional nos revelou um processo de socialização voltado para a vivência do espaço coletivo, sustentada nos valores de amizade, coletividade, religiosidade, solidariedade e união, além dos laços sociais e atividades de interação cotidiana entre as pessoas desse contexto.

Bosi (2007) nos lembra que a cultura de uma determinada categoria está intrinsecamente ligada à sua própria história de sobrevivência, às escolhas necessárias para a existência e a manutenção daquele grupo. Apoiados nesta premissa de contextualização temporal da realidade entendemos que, para conhecer a organização do grupo rural, precisamos recuperar também a história de constituição da comunidade, buscando recolher elementos que nos permitam reconhecer o caminho percorrido pelas famílias para se afirmar como um coletivo, um grupo social. O histórico da comunidade, escrito por seus moradores em 1985, nos conduz a uma organização comunitária iniciada em torno de 1950, quando todo o território era ainda coberto por matas e as terras não possuíam nem mesmo registro. Ali seus moradores - fruto da migração do norte e do sul do estado - criaram os espaços para o desenvolvimento de uma economia local baseada na agricultura familiar e, através de mutirões, construíram a estrutura necessária ao funcionamento da comunidade.

Era grande a solidariedade entre os primeiros moradores. Se ajudaram transportando suas mudanças em mutirão nas costas e nos animais. Se ajudaram na construção das casas e na derrubada da mata para fazer as roças. Se ajuntaram para construir a igreja e a escola. Quando adoecia uma pessoa

se ajuntavam para transportá-la na rede. Faziam junto os transportes das mercadorias, sobretudo do café. A estrada de carro, cavada de enxadão, foi um duro trabalho que os moradores fizeram em mutirão. A ideia de se ajuntar em mutirão para fazer um trabalho continuou na comunidade através da construção de moradia quando foi necessário, na construção do salão comunitário, cemitério, galpão, escadaria, banheiro, reforma da igreja e da escola, no zelo do patrimônio da comunidade, na formação das equipes para organização das festas. Quando há necessidade se faz mutirão na roça. (Histórico, 1985) ¹¹.

Além dos mutirões, a descrição de atividades coletivas de lazer, em um tempo iluminado por lamparinas e lampiões, nos oferece uma imagem do grupo associada à forte convivência entre os moradores, práticas que podem ser reconhecidas nos valores centrais à representação social de comunidade entre todas as gerações (Figura 1).

Nos encontros das famílias se contava muitas histórias, os jovens brincavam de passa anel e se cantava rodinha nos terreiros. A sanfona animava a dança, a fogueira clareava a dança de quadrilha e a brincadeira do amigo x. O futebol, a tourada, a gincana e a brincadeira de rasgar Judas, trouxeram muita animação para o povo. O gosto de cantar contribuiu muito para a boa convivência da nossa comunidade. Aqui se cantou muita canção italiana, muita moda caipira e muita canção popular em torno do violão. (Histórico, 1985).

¹¹ O Histórico refere-se ao registro do surgimento e desenvolvimento da comunidade elaborado pelos seus próprios membros. Este documento não permite referência por não ter sido publicado.

Aos poucos a comunidade foi crescendo e se tornando uma organização social alicerçada em diversos grupos. Somada a essa estrutura socioeconômica baseada na agricultura, a partir da religiosidade e engajamento político de seus moradores, a comunidade foi sendo construída junto aos diferentes movimentos sociais que surgiram na década de 1970, sofrendo grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Essa forma de organização comunitária agregou outras lógicas de funcionamento à dinâmica local através de influências de pessoas de diferentes países e estados brasileiros. De repente, já não era somente um grupo de pessoas reunidas em torno de suas crenças e modos de sobrevivência compartilhados. Somadas à identidade camponesa, teceram-se elementos políticos que os tornaram também militantes de causas próprias e de minorias, participando ativamente dos movimentos de resistência junto com o MST, contra os avanços dos plantios de eucalipto durante as décadas de 1980 e início de 1990 (Bussinger, 1992).

Ao longo desses anos, as famílias de nossa comunidade sempre estiveram solidárias umas com as outras. Estivemos solidários também com outros povos quando foi necessário, com apoio material e moral, aos assentamentos com mutirão de alimentos e aração de terra. (Histórico, 1985).

A organização popular uniu diferentes comunidades em torno do movimento social camponês, passando a identificar os problemas em comum e a desenvolver estratégias de resolução para todo o coletivo. A partir dessa mobilização se originou o sindicato rural.

Até o ano de 1967 não se sabia nada de sindicato por aqui. No ano de 1981 deu-se início ao movimento sindical nas bases fazendo a conscientização dos trabalhadores de que sindicato não é assistencialismo, mas sim união da

classe trabalhadora em defesa dos seus direitos. O trabalho deu bons frutos, e no ano de 1982 a chapa de oposição foi vencedora. O assistencialismo continuou porque o sindicato é um órgão atrelado ao governo, mas ao mesmo tempo, com a nova diretoria, lideranças e trabalhadores ligados ao movimento, o sindicato transformou-se numa bandeira de luta e num instrumento de libertação da classe trabalhadora. (Histórico, 1985).

O êxodo em função do estudo, consequente das demandas surgidas no interior do próprio grupo, colocou em relevo a relação entre a comunidade rural e a cidade. A escolarização das gerações mais jovens, valorizada pelas famílias, tornou-se um grave problema considerando a necessidade de migração desta parcela da comunidade para os centros urbanos para estudar. A partir da atuação do movimento social camponês, a questão do êxodo em função do estudo foi solucionada com a criação da Escola Família Agrícola, espaço educacional que se propunha acolher os filhos e filhas dos agricultores e oferecia uma formação coerente com a realidade rural (Caliari, 2002; Nosella, 2007).

Houve a necessidade de criar uma escola onde as crianças pudessem aprender a ler, escrever e a fazer contas. Os moradores reunidos em mutirão construíram a sala, e uma filha de família do lugar foi a professora. Mas o tempo foi passando, a comunidade foi crescendo e algumas ideias começaram a surgir no sentido de que seria necessário enviar os filhos para estudar na cidade... Foi quando em 1970 iniciou uma conscientização nas comunidades sobre um novo tipo de ensino de escola, a EFA. (Histórico, 1985).

As memórias dos moradores, preservadas nos fragmentos do histórico da comunidade, nos auxiliam na compreensão do processo de síntese e amadurecimento

deste coletivo, fundamentado nas dimensões política, religiosa, econômica e ideológica, que conferem identidade ao lugar e ao seu povo, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade. Se retomamos a perspectiva de análise que assumimos como referência à interpretação da realidade social eleita como objeto de reflexão neste estudo, entenderemos que esta pertença revela muito mais do que apenas a vinculação territorial, favorecendo uma identificação propriamente psicológica, fundamentada no sentimento de vinculação e no reconhecimento ativo desse processo pelos integrantes do grupo (Turner & Reynolds, 2001). A partir da afiliação a um grupo social, como vimos no processo de constituição da comunidade, encontraremos a forte atuação da estratégia de coletivização dos comportamentos por parte de seus membros, sendo o coletivo entendido como a forma mais ou menos homogênea de agir e sentir. E isso, não somente porque existem similaridades gerais, próprias do comportamento humano, mas principalmente pelo estabelecimento de afiliações comuns ao grupo, buscando a manutenção da função de distintividade positiva da identidade social (Tajfel, 1984). Espera-se, portanto, a maximização dos atributos que possam manter e justificar o *status* positivo do grupo camponês, colocados em relevo em oposição à vida nos centros urbanos.

Como pudemos observar na realidade social estudada, o sentido de comunidade vivido e representado pelos integrantes do grupo rural questiona a ideia do lugar idealizado, isento de conflitos e dificuldades cotidianas. Para além da representação romantizada da comunidade, o sentimento psicológico de pertencimento emerge fornecendo unidade ao grupo e garantindo a continuação da comunidade através da transmissão de valores coletivos, especialmente para as gerações mais jovens, visando sustentar a identificação social e proteger o modo de

vida comunitário. Acreditamos que seria uma contribuição importante para o conhecimento sobre a vinculação grupo-território, a realização de pesquisas que contemplassem a comunidade como *categoria de análise* também em grupos urbanos, uma vez que o conceito de comunidade como campo de significação e identificação simbólica permite sua aplicação metodológico-conceitual independentemente da inserção territorial.

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. Paredes, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB editora.
- Abric, J. C. (2003). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. *Análise psicológica*, 1(25), 25-33.
- Amerio, P. (2003). *Psicologia di comunità*. Bologna: Il Mulino.
- Amerio, P. (2004). Présentation - Dimensions psychosociales du sentiment d'insécurité. *Psychologie et société*, n. 7, 07-10.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 183-190.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bengoa, J. (2003). 25 años de estudios rurales. *Sociologias*, 10, 36-98.

Bezerra, L. M. C., & Cleps-Jr., J. (2004). Associativismo rural e agricultura familiar – o caso de Orizona (GO). *Revista Sociedade & Natureza*, 16(31), 137-154.

Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181.

Bosi, E. (2007). *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Editora Vozes.

Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, 107. Recuperado em 10, setembro de 2010, de <http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>.

Bussinger, V. V. (1992). *Assentamentos e sem terra no Espírito Santo: a importância do papel dos mediadores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Caliari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.

Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras.

De Rosa, A. S. (2005). O impacto das imagens e do compartilhamento social das emoções na construção da memória social: uma chocante memória *flash* de

- massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In C. P. Sá (Org.), *Imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Durham, E. R. (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Font, J. N., & Rufí, J. V. (2006). *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume.
- Francescato, D., & Tomai, M. (2002). I profili di comunità nell'era della globalizzazione. In M. Prezza, & M. Santinello (Orgs.), *Conoscere la comunità – l'analisi degli ambienti di vita quotidiana* (pp. 39-65). Bologna: Il Mulino.
- Frúgoli-Jr., H. (2003). A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(52), 107-116.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- IBGE/MDA. Censo Agropecuário 2006 - *Agricultura Familiar: Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Capixaba de Pesquisa, assistência técnica e extensão rural – INCAPER (s.p.d.). Retirado de: <http://www.incaper.es.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.
- Jessé, S. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*.

Brasília: Editora UnB.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47- 67). Rio de Janeiro: Vozes.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Mendes, E. P. P. (2008). A produção familiar no/do cerrado: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In *II Simpósio Internacional Savanas Tropicais e IX Simpósio Nacional Cerrado*. Brasília.

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.

Nosella, P. (2007). *Origens da pedagogia da alternância*. Brasília: UNEFAB.

Oliveira, O. M. (2004). *Teorias globais: Elementos e estruturas* (volume I). Ijuí: Ed. Unijuí.

Oliveira, O. M. (2005). *Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo* (volume III). Ijuí: Ed. Unijuí.

Palmonari, A., & Zani, B. (2003). Les études de communautés. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 13-38). França: Puf Fundamental.

Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural: eminência oculta*. Campinas: Editora Alínea.

Pilla, M. A. C., Amorozo, M. C. M., & Furlan, A. (2006). Obtenção e uso das plantas

- medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, 20(4), 789-802.
- Prezza, M., & Pacilli, M. G. (2002). Il senso di comunità. In M. Prezza, & M. Santinello (Orgs.), *Conoscere la comunità: l'analisi degli ambienti di vita quotidiana* (pp.161-192). Bologna: Il Mulino.
- Ricci, R. (1999). *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis: Editora Vozes.
- Speltini, G., & Palmonari, A. (1999). *I gruppi sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Tajfel, H. (1982a). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

- Teixeira, E. (2002). *O local e o global – limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- Teixeira, E. S., Bernartt, M. L., & Trindade, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 34(2), 227-242.
- Thomas, K. (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theory, themes, and controversies. In R. J. Brown, & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 133-152). Oxford, UK: Blackwell.
- Vergès, P. (2000). *EVOC – Ensemble de Programmes permettant l'analyse des évocations: manual version 2*. Aix-en-Provence: LAMES.
- Wacquant, L. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista Sociologia Política*, 23, 155-164.
- Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS HEGEMÔNICAS E POLÊMICAS NO CONTEXTO IDENTITÁRIO RURAL

Resumo

O estudo objetivou conhecer as representações de rural/cidade com o intuito de compreender como membros de uma comunidade rural posicionam-se frente à estrutura social e simbólica hegemonicamente urbana. O conjunto de dados foi obtido através de entrevistas com 200 integrantes de uma comunidade rural, contemplando os seguintes núcleos de informação: motivações para êxodo/permanência no território, experiência de preconceito, estereótipos atribuídos ao grupo rural e valores endo/exogrupais. Os resultados referentes às motivações para êxodo ou permanência no campo revelaram o predomínio do projeto de vida vinculado ao rural. Os clássicos estereótipos de *roceiros*, *bobos* e *caipiras* foram identificados como a imagem social do homem do campo, elementos que deflagram o cenário conflitual estratégico à elaboração de representações defensivas, sendo o endogrupo rural associado a valores positivos e a cidade a significados negativamente valorados. Discute-se o imaginário grupal como campo de forças no qual são elaboradas representações polêmicas em resposta à hegemonia urbana.

Palavras-chave: conflito; estereótipo; hegemonia; minoria; representação social; ruralidade

REPRESENTACIONES SOCIALES HEGEMÓNICAS Y POLÉMICAS EN EL CONTEXTO DE IDENTIDAD RURAL

Resumen

El objetivo del estudio era conocer las representaciones de lo rural/ciudad con el intento de comprender cómo miembros de una comunidad rural se posicionan frente a la estructura social y simbólica hegemónicamente urbana. Se obtuvo el conjunto de datos a través de entrevistas a 200 integrantes de una comunidad rural, contemplando los siguientes núcleos de información: motivaciones para éxodo/permanencia en el territorio, experiencia de prejuicios, estereotipos atribuidos al grupo rural y valores endo/exo-grupales. Los resultados referentes a las motivaciones para el éxodo o permanencia en el campo revelaron el predominio del proyecto de vida vinculado a lo rural. Los clásicos estereotipos de *roceiros*, *bobos* y *caipiras* fueron identificados como la imagen social del hombre del campo, elementos que deflagran el escenario conflictivo estratégico a la elaboración de representaciones defensivas, siendo el endo-grupo rural asociado a valores positivos y la ciudad a significados negativamente valorizados. Se discute el imaginario grupal como campo de fuerzas en el que se elaboran representaciones polémicas en respuesta a la hegemonía urbana.

Palabras claves: conflicto; estereotipo; hegemonía; minoría; representación social; ruralidad

HEGEMONIC AND POLEMIC SOCIAL REPRESENTATIONS IN THE CONTEXT OF RURAL IDENTITY

Abstract

The objective of this study is to identify the rural/city representations leading to an understanding of how members of the rural community see themselves in relation to the hegemonically urban social and symbolic structure. The data was collected through interviews with 200 members of a rural community, covering the following topics: reasons for exodus from/permanence in the territory, experience of prejudice, stereotypes attributed to rural group and in/out-group values. The results in terms of reasons for exodus from/permanence in the rural area revealed a predominance of life projects linked to the countryside. The classic stereotypes of hick, dumb, country bumpkins were identified as the social image linked to the rural dweller, elements that provoke strategic scenarios in conflict with the elaboration of defensive representations, with the in-group associated to positive values and the city to negative values. The imaginary group is viewed as a force field where polemic representations are elaborated in answer to urban hegemony.

Key-words: conflict; stereotypes; hegemony; minority; social representation; rurality

Introdução

A cena contemporânea coloca em relevo o avanço dos processos de globalização cuja característica principal é a exploração econômica. Como efeito desta perspectiva desenvolvimentista, as vivências e grupos *tradicionais*, considerados atrasados e representantes de uma temporalidade a ser superada, são lançados à margem das sociabilidades consideradas legítimas. A noção de que uma realidade social e cultural diversificada é uma barreira a ser transposta para proporcionar o pleno desenvolvimento econômico associa-se aos modelos ideológicos amplamente sustentados nas políticas globalizantes que se pretendem forças inelutáveis e homogeneizadoras das identidades locais. Todavia, conforme análise apresentada por Souza (2008) e Burity (2001), por nós compartilhada neste estudo, chama a atenção o movimento de resistência que marca o fortalecimento das identidades locais e regionais, construído justamente por categorias minoritárias. A reflexão de Cabecinhas (2006) sintetiza a dinâmica discutida por esses autores:

Num mundo em acelerado processo de globalização, em que as pressões para a “massificação cultural” são constantes, cada grupo (nacional, regional, linguístico, etc.) ao mesmo tempo que absorve e transforma as idéias circulantes nos meios de comunicação “globais”, tenta preservar o que considera ser a sua identidade cultural própria, valorizando as suas tradições, usos e costumes, e definindo o seu “lugar singular” no mundo (p. 02).

Considerando que o pertencimento social implica o contexto de inserção dos grupos na organização mais ampla da sociedade (Doise, 2002; Moscovici, 1979, 1993), nossas reflexões procuram situar na estrutura social o pertencimento ao modo de vida rural a partir do imaginário de integrantes de uma comunidade camponesa.

Partindo dos processos psicossociais expressos através dos estereótipos e dos valores identificados no eixo hegemônico *versus* minoritário, a investigação procura evidenciar o posicionamento do grupo rural frente às categorias sociais ruralidade e urbanidade que nos parecem fundamentais na elaboração do campo de forças que caracteriza o sistema simbólico intra e intergrupar.

Entender como as minorias têm vivenciado a crescente pressão à hegemonia, especialmente aquelas vinculadas ao contexto cultural camponês, mostrou-se uma tarefa necessária tendo em vista as históricas representações constituídas por estereótipos que qualificam o *ser rural* como atrasado, sem educação ou desprovido de inteligência (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009) e ainda como aquele que não conseguiu ascender ao modo de vida moderno e urbano. De acordo com Tassara (2007):

Pari passu, os termos urbanidade e civilidade têm seus significados conotados com uma positividade ideal, carregada de valores e ideologias a respeito do que é o bom, do melhor lugar, do bem educado, do avançado, do civilizado, contrapondo-se muitas vezes ao sentido atribuído ao rural, ao campo como o lugar atrasado, do rude, do não civilizado. A associação do termo urbanidade à civilidade, sob o enfoque do idioma românico, vincula o modo de vida na cidade mediante as leis do bom convívio com a idéia de uma organização política baseada em um modelo de convivência e, portanto, de boa educação e de boas maneiras (p. 11).

Este processo nos interessa especialmente por propiciar a análise dos objetos de representação que entram nesse campo, cujos significados estão ancorados em categorias mais gerais da organização sociocultural e nas condições circunstanciais

mais imediatas nas quais os grupos estão inseridos. O estudo da dinâmica das representações exige tanto a análise das relações intragrupais quanto dos elementos representacionais referentes ao objeto social em questão. Mais do que isso, exige a análise da inserção do próprio grupo no sistema social mais amplo (Doise, 2002) do qual partem poderosas representações, hegemonicamente funcionais, que exercem um tipo particular de força sobre o sistema e proporcionam as condições para a elaboração de um campo identitário, regulador das representações sociais (Vala, 1997). Nesta perspectiva, a identidade social poderia ser pensada como a resistência (e contestação) de uma determinada minoria face às pressões de um grupo dominante e como afirmação de outro lugar na estrutura social segundo os valores e o grupo/categoria a que pertencem.

Conforme classificação apresentada por Moscovici (1988), três tipos de representações estariam em circulação, em função das relações estabelecidas entre os grupos sociais e da constituição da própria realidade social a partir das categorias simbólicas disponíveis em nosso sistema cultural: hegemônicas, emancipadas e polêmicas. Para Bigazzi (2009), a diferença entre as três modalidades expressaria a transição conceitual das representações coletivas durkheimianas às representações sociais propostas por Moscovici (1978), perspectiva que defende a não-consensualidade das representações e permite a análise da realidade social segundo a tomada de posição dos grupos e indivíduos a partir da sua inserção cultural, econômica, político-ideológica e religiosa.

As representações hegemônicas, segundo Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), “podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (uma nação, um partido, etc.) e prevalecem implicitamente em todas as práticas

simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas” (p. 03). Ao retomar o conceito de representação hegemônica, Arruda (1998) argumenta que é importante resgatar a dinamicidade do imaginário social. Segundo a autora, a construção das representações hegemônicas “também é de luta de territórios – físicos e simbólicos – cuja demarcação se quer estabelecer. A acomodação dos sentimentos ambíguos (...) tanto quanto atração e desejo de controle – se faz à custa da eliminação de certas características em benefício de outras” (p. 25), conflitualidade que ganha maior clareza quando pensada a partir do posicionamento oposto dos grupos minoritários baseado em representações polêmicas (Galli, 2006).

As representações emancipadas, por sua vez, refletem o compartilhamento de significados por subgrupos e podem resultar em práticas de solidariedade, enquanto as representações polêmicas são geradas em um processo oposto. As representações polêmicas provêm justamente de contextos conflituosos e de disputa entre grupos, indicando processos de resistência e de oposição que são centrais na elaboração da identidade social. No que se refere à modalidade de pertencimento que se configura a partir da noção de identidade, compartilhamos em nossas análises da proposição conceitual fornecida por Tajfel (1982a, 1982b, 1983), que congrega as dimensões do reconhecimento de pertença ao grupo (cognitivo), a atribuição de valência positiva ao próprio grupo e negativa ao grupo opositor (avaliativa) e, finalmente, a manifestação de componentes afetivos vinculados a esse sistema de diferenciação e pertencimento grupais.

Considerando o histórico conflito entre campo-cidade expressado pelos movimentos sociais camponeses (Fernandes, 2005; Gohn, 2006), nos pareceu relevante conhecer a relação entre o campo representacional hegemônico e o possível

movimento de afirmação identitária pelo grupo rural, quadro que se mostra particularmente favorável à utilização dos conceitos de representações sociais hegemônicas e polêmicas presentes no imaginário social (Arruda, 2005; Rodríguez, 2005).

Para Medeiros (2001), através de sua organização como movimentos sociais os trabalhadores rurais puderam construir uma categoria política, cumprindo uma proposta histórica de luta para permanência no campo e resistência contra o seu abandono através de uma consolidação do modo de vida rural. Como ensinam os autores que teorizam sobre os processos grupais, especialmente Tajfel (1982a, 1982b, 1983), se um determinado grupo não consegue munir os seus membros em torno de uma identidade social positiva, a tendência é que haja o abandono desse grupo pelo indivíduo ou o seu engajamento no processo de mudança social. O êxodo rural e os movimentos sociais camponeses são expressões desse funcionamento e estratégia, frutos de uma histórica comparação e luta entre as categorias urbana e rural (Fernandes, 2005).

Embora a análise aqui recaia sobre a ruralidade e as relações conflituosas que se estabeleceram entre o campo e a cidade, é importante ressaltar a existência de inúmeros movimentos sociais organizados também em áreas urbanas, emblemáticos, sobretudo na luta pelos direitos humanos, especialmente no contexto latinoamericano. O argumento defendido por Gohn (2006) sugere que, independentemente do contexto campo ou cidade, o que importa é a característica libertária de tais movimentos, os quais podem ser conferidos nos

movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos

coletivos, ou espaço para moradia (nas associações de moradores e nas comunidades de base da igreja), e nas lutas pela terra, na área rural (p. 15).

No Estado do Espírito Santo, podemos identificar o reflexo do conflito campo-cidade na variação da população rural nas últimas décadas. Segundo o IBGE, entre 1960 e 1970 essa variação foi de (-) 147.583 pessoas, entre 1970 e 1980 (-) 161.849, entre 1980 e 1991 (-) 39.538 e entre 1991 e 2000 (-) 42.323. Destacamos o período entre 1960 e 1980, período no qual mais de 300 mil pessoas abandonaram as áreas rurais. Nesta mesma época presenciou-se a implantação dos chamados Grandes Projetos (Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose e Plano Proálcool), bem como a consolidação de um dos mais sólidos movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Sem Terra (MST), regionalmente consolidado no norte do Estado. Como informa Valadão (1999), diferentemente do sul e da região central, o norte do Estado teve uma composição territorial marcada pelos grandes latifúndios. Ainda segundo a referida autora, a pobreza associada aos modos de vida organizados na pequena propriedade rural provocou o massivo investimento do governo em políticas e projetos de desenvolvimento que visavam, em última instância, o aniquilamento dessa forma de existência.

Os movimentos de resistência para a permanência no campo - desde as Ligas Camponesas e Sistema CONTAG, nas décadas de 1950 e 1960, ao MST e ao sindicalismo rural contemporâneo -, mantiveram-se historicamente comprometidos com a defesa do mundo campesino, procurando criar condições dignas, objetivas e simbólicas, para que homens e mulheres, agricultores e agricultoras, pudessem construir no campo os seus projetos de vida (Ricci, 2005). Como Martins (1994) e Sauer (2003) ressaltam, os movimentos sociais vinculados às lutas no campo não se

restringiram a uma tentativa de transformação da dimensão econômica, mas incluíram demandas por saúde, educação, justiça e paz, reivindicando “*integração política, [de] emancipação, (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), [de] reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário*” (Martins, 1994, p. 159).

Estratégias metodológicas

Participantes

A pesquisa foi desenvolvida com representantes de quatro grupos geracionais de uma comunidade rural da região norte do Estado do Espírito Santo, selecionados a partir de dados censitários da localidade (Bonomo & Souza, 2010). Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo masculino e 25 do sexo feminino, totalizando 200 participantes, com idade mínima e máxima de 07 e 81 anos, respectivamente. Informamos que o sexo foi considerado apenas para equilibrar a distribuição dos participantes nos diferentes grupos geracionais, não sendo uma variável de interesse para a análise dos dados.

Os grupos foram compostos de acordo com as seguintes faixas etárias: 4ª geração (G4) entre 07 e 12 anos, 3ª (G3) entre 15 e 25 anos, 2ª (G2) entre 35 e 45 anos e 1ª geração (G1) 60 anos ou mais. Todos os integrantes da 3ª e 4ª gerações eram solteiros, da 2ª geração casados (98%) ou divorciados (2%) e da 1ª geração casados (82%) ou viúvos (18%). O nível de escolaridade dos respondentes, segundo os grupos geracionais, esteve distribuído da seguinte forma: *primeira geração* - 50% não escolarizados, 18% escolarizados (sabem ler e escrever) e 32% possuem até o primário; *segunda geração* - 2% não escolarizados, 6% escolarizados, 52% possuem

até o primário, 26% o ensino fundamental, 10% o ensino médio e 4% o ensino superior; *terceira geração* - 34% pararam de estudar (24% concluíram o ensino médio e 10% o ensino fundamental), 60% estão cursando o ensino médio (93% em Escola de Pedagogia Rural) e 6% o ensino superior; *quarta geração* - 66% estão cursando o primário e 34% o ensino fundamental. Informamos que viveram em áreas urbanas, e que no momento da coleta dos dados viviam novamente na comunidade investigada, 12 participantes da primeira geração e 13 da segunda.

Procedimento de coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada na própria comunidade rural, de acordo com a disponibilidade dos participantes e respeitando os locais sugeridos para a realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas individualmente, tendo sido precedidas de informações sobre os objetivos do trabalho e da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisas.

Instrumentos e tratamento dos dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado contendo os seguintes núcleos de informação: (I) *dados pessoais do respondente* (sexo, idade, estado civil e escolaridade); (II) *relação com o território urbano* – (a) para os *retornados* (pessoas da comunidade que já haviam vivido em áreas urbanas e que retornaram à comunidade rural): informações sobre motivação para a saída do meio rural, tempo de permanência em área urbana, cidade de destino e se recomendaria a vida na cidade para demais pessoas da comunidade rural; (b) para os *não migrados*: se já haviam pensado em deixar o meio rural e viver na cidade (justificar a resposta); e (c)

motivações para êxodo no momento “atual” para todos os participantes do estudo (justificar a resposta); (III) *experiência de preconceito* (se já havia vivenciado alguma situação preconceituosa por ser reconhecido como pessoa do meio rural e relatar a experiência, quando fosse o caso); (IV) *metarrepresentação*– questão que consistiu em provocar o participante a imaginar o que as pessoas da cidade pensariam das pessoas do meio rural. Neste tópico solicitou-se aos participantes que indicassem até três palavras (ou características, ou nomeações) que representassem os significados por eles selecionados; e, por fim, (V) *identificação dos valores do rural e da cidade* (listagem com até três elementos por objeto).

As informações relativas à *relação com o território urbano e experiência de preconceito*, bem como os elementos provenientes da *metarrepresentação* e da *identificação dos valores do rural e da cidade*, foram sistematizadas através dos recursos metodológicos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003), estratégia que permite captar o “repertório semântico ou sintático de determinado grupo social” (Oliveira, 2008, p. 570). As informações sobre os respondentes, por sua vez, foram organizadas através de procedimentos da estatística descritiva.

Resultados e discussão

Relação campo-cidade: motivações para permanência ou êxodo rural

Em relação ao grupo de participantes que migrou, observou-se que expressões como “tentar a vida na cidade” ou “em busca de melhora” retratam a motivação de 12.5% dos respondentes (integrantes apenas da primeira e segunda gerações) para sair do meio rural em direção aos centros urbanos. O tempo médio de permanência dos *retornados* na cidade foi de 23 meses (entre 4 meses e 8 anos) e as cidades de

destino foram o centro do próprio município ($f = 6$), outras cidades do próprio Estado ($f = 18$) e cidade de outro Estado da federação ($f = 1$).

Entre os motivos para o êxodo rural vivenciado pelos participantes foram mencionados a busca por *trabalho* ($f = 22$) e o acesso ao *estudo* ($f = 03$), dados em consonância com fatores que têm mobilizado processos de migração campo-cidade em território brasileiro (Oliveira & Jannuzzi, 2005; Portela & Vesentini, 2008; Tassara & Rabinovich, 2007).

“Achava que ia ter uma vida melhor lá. Era empregado, vivia de aluguel. Não deu certo e voltei para cá. Sabia que no campo poderia trabalhar e comer, criar a família. Na cidade, não. A vida é melhor na roça. Não tenho saudade da cidade. Não gosto de cidade.” (G1);

“Fui em busca de melhora, mas vi que não dava certo e voltei.” (G2).

Dos 25 participantes que migraram e que retornaram para a comunidade (14 homens e 11 mulheres), apenas 04 afirmaram que recomendam a vida na cidade para os demais membros da comunidade rural, tendo como referência a acessibilidade a recursos médicos e a possibilidade de ser empregado/ter salário. Para a maioria (84%), a cidade não é um bom lugar para se viver e, portanto, não recomendam o modo de vida urbano, tendo em vista a seguinte argumentação, baseada na comparação entre os dois territórios: não gostam da cidade (ambiente preso, tumultuado, violento e sem amizade), o rural possui mais vantagens (sustentabilidade, segurança e tranquilidade), o migrante rural ocupa na sociedade urbana lugar de inferioridade (mora na periferia e passa fome) e na cidade os trabalhadores possuem patrão, contrariando a idéia do trabalho livre tal como

vivenciado na agricultura familiar (Schneider, 2003).

Dos participantes que não viveram na cidade (175 respondentes), 22.28% já pensaram em viver em áreas urbanas. Na Tabela 1 são fornecidas informações sobre as motivações para saída/permanência no território rural para os *não migrados*.

Tabela 1: Motivações para saída/permanência no campo segundo participantes não migrados

Motivos		G1 n _t = 38	G2 n _t = 37	G3 n _t = 50	G4 n _t = 50	Total n _t = 175
Pensou em viver na cidade	Acesso a serviços de saúde	04	-	-	-	04
	Acesso ao estudo para os filhos	-	01	-	-	01
	Acesso ao estudo	-	-	10	-	10
	Expectativas de que a vida seria melhor na cidade	02	02	03	-	06
	Dificuldade para produzir no campo	02	01	01	01	05
	Morar com parentes da cidade	-	-	01	01	02
	Oportunidade de emprego	-	05	03	-	08
	Não se identifica com o trabalho agrícola	-	-	01	01	02
Total	Pensou em viver na cidade	08	09	19	03	39
Nunca pensou	Identificação com o modo de vida rural	30	28	31	47	136
Total	Nunca pensou em viver na cidade	30	28	31	47	136

Nota: Frequência absoluta das motivações para saída/permanência no campo. N=175.

Conforme informações apresentadas na Tabela 1, entre os motivos para um possível êxodo prevalecem os fatores externos baseados na busca por recursos, resultados que confirmam pesquisas sobre migração em direção aos centros urbanos (Oliveira & Jannuzzi, 2005; Portela & Vesentini, 2008; Tassara & Rabinovich, 2007). No conjunto de dados, destacam-se algumas especificidades geracionais: na primeira geração a demanda por atendimento médico e na segunda e terceira gerações o acesso ao estudo e a oportunidades de emprego.

“Já pensei em ir para a cidade para trabalhar e estudar. Quando a situação

aperta, pensa que a cidade é melhor e pode conseguir coisa melhor lá.” (G2);

“Porque queria fazer faculdade. Diante desse momento de seca, falta de investimento no rural... Aqui não tem interesse de escolaridade. Eu quero ir pra lá e estudar, arrumar emprego. E quero ir também para poder ajudar minha família.” (G3).

As pressões propulsoras do processo de migração, como denominadas por Ribemboim e Moreira (2008), podem ser caracterizadas como forças “expulsionistas”, quando relacionadas à impossibilidade de sobrevivência no campo, ou “atrativistas”, quando relacionadas aos atributos existentes nas cidades que provocariam a atração voluntária de membros do território rural. As diferentes gerações apresentam diferenças cruciais no que concerne às possibilidades/necessidades de migração, o que indica a existência de mais uma força interveniente no sistema migratório: a ideologia desenvolvimentista centrada no processo de urbanização/capitalização (Latouche, 2009; Nóvoa & Fressato, 2007).

Em finais da década de 1980 e início da década de 1990, presenciou-se no Estado um expressivo e violento conflito entre a implantação e expansão dos chamados Grandes Projetos (Aracruz Celulose e Vale do Rio Doce), que garantiriam o desenvolvimento econômico regional defendido pela União Democrata Ruralista, e as lideranças camponesas resistentes às pressões para o abandono de suas terras e a dissolução das comunidades rurais, marcadamente, as Comunidades Eclesiais de Base (Valadão, 1999).

“O povo no meio rural foi sempre um povo sofrido, pouca proteção, e aí muitas pessoas desanimavam. Na nossa região teve muita influência das

grandes firmas que há muitos anos veio pra cá, como a Vale e a Aracruz. Veio aqui querendo comprar nossas terras, expulsando as famílias daqui para plantar eucalipto. O projeto das grandes indústrias, o projeto nosso aqui para o estado, era o plantio de eucalipto. Aí, as famílias batalhou muito, a diocese batalhou muito, e ainda conseguimos preservar as comunidades que tem aqui.” (G1).

O conflito entre as comunidades rurais do norte do Estado e a Aracruz Celulose (Valadão, 1999) está entre os fatores que influenciaram integrantes das primeiras gerações do grupo a considerar a possibilidade de saída do campo. A narrativa a seguir é reveladora desta condição: “Quando era solteiro, tinha 18 anos, não tinha muita opção no rural. A Aracruz foi apertando as coisas por aqui e pensei em ir pra cidade, mas eu não fui... preferi ficar”. (G2).

Para os 136 participantes que mencionaram nunca ter pensado em viver em áreas urbanas, as justificativas se fundamentaram em avaliações negativas sobre o modo de vida citadino e na predileção endogrupal, conforme processo de comparação social implicado na identificação social com o grupo rural (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001).

“Eu gosto de viver aqui no meio rural. Minha identidade é do campo, ser camponesa e não me vejo morando na cidade, me afastando de toda essa vivência aqui. Não me sinto menos valorizada ou inferior por viver no campo.” (G3);

“Eu já fui na cidade e pela minha análise, o rural é melhor. A gente vai onde

quer, tira leite de vaca e tudo.” (G4).

A Tabela 2 apresenta a sistematização dos dados relacionados à intenção de migração no momento da entrevista e as informações relativas às motivações para o êxodo.

Tabela 2: Motivação para saída/permanência no campo frente à hipótese de êxodo contemporâneo

Motivos		G1 n _t = 50	G2 n _t = 50	G3 n _t = 50	G4 n _t = 50	Total n_t = 200
Deixaria	Estudar	-	-	13	02	15
	Condições de estudo para os filhos	-	01	-	-	01
	Oportunidades de emprego	-	02	05	-	07
	Se a família fosse	01	-	-	05	06
	Se não existisse nenhuma possibilidade de sobrevivência no campo	-	04	-	04	08
Total	Deixaria o meio rural pelos referidos motivos	01	07	18	11	37
Não Deixaria	Jamais deixaria o meio rural	49	43	32	39	163
Total	Não deixaria o meio rural por nenhum motivo	49	43	32	39	163

Nota: Frequência absoluta das motivações para saída/permanência no campo frente à hipótese de êxodo contemporâneo. N=200

Entre os 37 participantes que mencionaram algum motivo para o êxodo contemporâneo, as justificativas novamente relacionam-se ao acesso a recursos escassos, ou ausentes, no contexto rural e disponíveis apenas na cidade, englobando fatores atrativistas (emprego e estudo) e expulsionistas (dificuldade de produção no campo). Todavia, alguns participantes, particularmente os jovens, expressam a tensão entre a necessidade/desejo de acesso aos recursos existentes na cidade e o vínculo afetivo com o modo de vida rural. É importante destacar que dos 19 jovens (Tabela 1) que disseram já ter pensado em ir para a cidade, 13 manifestam como motivo o

interesse em continuar os estudos (Tabela 2), problemática que assume centralidade na pauta de preocupações dos movimentos sociais camponeses (Brumer, 2006; Brumer, Pandolfo, & Coradini, 2008; Castro, 2009), visto que o êxodo seletivo a partir da geração juvenil poderia comprometer a reprodução do tecido social local – “Se for para escolher ficar no rural porque gosto ou ir para a cidade para estudar, escolho estudar. Mas o meu curso, o curso que quero fazer, é voltado pra aqui, pra roça”. (G3). Ficar no campo, em sua comunidade, ou partir para os centros urbanos, como discutido por Castro (2009), “é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (p. 205). O fragmento de entrevista a seguir é ilustrativo da demanda pelo investimento em infraestrutura na zona rural, um dos fatores que tem contribuído largamente para a tensão entre a cidade e o campo: “Diante do que está acontecendo, é o que vejo. Se tivesse emprego, iria para a cidade. A cidade não me chama a atenção... se tivesse investimento no rural, viveria aqui”. (G3).

Entre os 163 participantes que disseram que *nada os faria deixar o meio rural* estão 23 dos 25 que já viveram durante algum tempo na cidade. A argumentação fundada na predileção pelo modo de vida rural tem como referência uma comparação pautada por elementos afetivamente carregados que resultam na ênfase sobre as vantagens do campo e as desvantagens da cidade, e colocam em relevo a identificação com a categoria rural (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001).

“Nunca tive queda por cidade. A roça é a vida da gente, é o amor da gente.

Na roça você não é preso e escravizado, você tem tudo. Nunca trocaria a roça

pela cidade. Aqui tenho minha família e ninguém pensa em sair daqui. Começamos aqui e sempre ficaremos aqui.” (G1);

“Eu nunca pensei em deixar a roça. Uma hora que você vai na cidade, você fica assustado. Tanta coisa de ruim que está lá. Pelas facilidades e bondade de viver na roça, não tem coisa mais gostosa que viver na roça.” (G2).

Os resultados apresentados nesta seção indicam a prevalência, nas quatro gerações, de um projeto de vida vinculado à cultura rural. As novas gerações ressaltaram temas como o casamento e a incorporação ao modo de produção da agricultura familiar, elementos centrais para a reprodução e manutenção das unidades familiares camponesas e consequente renovação do tecido social da comunidade. A partir de um projeto de vida no campo, a socialização das novas gerações, apoiada na cultura comunitária e rural, vai orientando o futuro dos jovens, adolescentes e crianças como homens e mulheres rurais.

Nesta perspectiva de reprodução social, às mulheres destinam-se o cuidado com os filhos, a casa, a horta e as criações como responsabilidades principais (Panzutti, 2006; Stropasolas, 2004, 2006), elementos que já podem ser identificados nas informações fornecidas pelas mulheres das novas gerações da comunidade:

“O meu lugar é aqui. Vou casar e morar perto da casa da mamãe.” (G4 - ♀);

“Eu acho que eu não sirvo pra viver na cidade. A gente tem uma horta, uma criação aqui. Eu não quero viver na cidade. Não convém viver porque não é um ambiente de família. Quero sempre ter minha casinha aqui, casar, e, se Deus me permitir, quero morrer aqui.” (G3 - ♀).

Aos homens são destinados os cuidados com as lavouras e o provimento da

família (Romanelli & Bezerra, 1999; Santos, 2006), que já na quarta geração é incorporado de forma lúdica ganhando notável importância para a terceira geração, quando os jovens são impulsionados a conquistar recursos no local para a formação de sua própria família.

“A vida aqui é muito boa. As pessoas, os colegas. Eu quero viver aqui para sempre, vou é ser agricultor!” (G4 - ♂);

“Agora meu projeto de vida é como homem do campo... Estou com um pedacinho de roça, a terra é pouca, peguei café à meia, estou trabalhando e vou me organizar para casar em breve.” (G3 - ♂).

Os resultados apresentados evidenciam a identificação dos participantes com o modo de vida rural, predominando a manifestação de projetos de permanência no campo, apesar das dificuldades objetivas mencionadas. Na impossibilidade de acesso ao estudo e diante das dificuldades de produção no campo, busca-se na cidade alternativas de emprego e formação escolar, processo que, segundo Galizoni (2002), poderia representar também uma estratégia de preservação do próprio sistema rural, considerando que as novas gerações enfrentam o problema de distribuição dos recursos internos para a formação de uma nova unidade de trabalho. A migração motivada pela busca por recursos pode representar uma estratégia para a manutenção grupal e não para a sua superação. Neste caso, os emigrados poderiam fornecer subsídio financeiro à sua família e, na possibilidade de acúmulo de recursos, poderiam retornar ao campo e adquirir terra para sua unidade familiar, vivendo o êxodo de forma estratégica e temporária.

Ruralidade e imagem social: estereótipos, experiência de preconceito e valores endo/exogrupais

No conjunto de dados apresentado na seção anterior, contemplando informações acerca da prática migratória campo-cidade, se destacam alguns elementos introdutórios à discussão do fenômeno da identificação social (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001). É preciso, todavia, interrogar sobre a dinâmica subjacente a estes processos, dimensão na qual se revelam as representações criadas pelo grupo “como processo de elaboração psicológica e social da realidade” (Cabecinhas, 2009. p.04). A análise desta dinâmica pode apresentar maior consistência à luz dos processos psicossociais.

Com o objetivo de conhecer a imagem que membros do grupo rural possuem frente à sociedade urbana, coletou-se informações sobre o que denominamos ‘metarrepresentações’, ou seja, as representações do grupo rural investigado sobre as possíveis representações que grupo urbano possuiria sobre sua categoria de pertencimento, o *ser rural*. O propósito central foi obter informações sobre os estereótipos do *homem do campo*, dimensão que poderá revelar a representação da qual o grupo rural busca se diferenciar e defender (Cabecinhas & Lázaro, 1997). Conforme informado por alguns autores, o grupo rural poderia: (a) apagar os estereótipos negativos (Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003), amplamente difundidos no imaginário social (Arruda, 2005; Rodríguez, 2005), o que equivale a um processo de ressignificação valorativa a favor do endogrupo; ou, (b) reconhecer a imagem negativa hegemonicamente atribuída às pessoas rurais, opção que nos confere dupla tarefa, já que defendemos ser necessário conhecer o fenômeno

em sua eminência identitária (Deschamps & Moliner, 2009; Hogg & Abrams, 1999; Souza, 2004, 2008; Tajfel, 1982a; Turner & Reynolds, 2001). Neste segundo caso, precisamos focalizar dois processos que guardam estreita relação com o estabelecimento de territórios de pertencimento, quais sejam, a presença de um *contexto conflitivo* e, por sua vez, a *resistência* como campo de força que busca assegurar a representatividade simbólica positiva do endogrupo em face ao grupo de oposição (Doise, 1982, 2002; Glaveanu, 2009).

Os dados referentes às ‘metarrepresentações’ evidenciaram que os elementos constituintes possuem valoração negativa, tendo sido mencionado apenas um único elemento positivamente valorado (“elogiam”), que se contrapõe claramente a todos os demais. Como significados característicos da imagem do homem rural no universo citadino foram indicados os seguintes temas (entre parênteses são fornecidas as frequências absolutas): *sem conhecimento/instrução*: “burros” (27), “falam errado” (19), “não sabem nada” (16) e “desinformados” (10); *fora da moda*: “cafonas” (25) e “malvestidos” (14); *sem esperteza*: “bobos” (30) e “bestas” (12); *oposto à imagem de progresso/modernidade*: “pobres” (29), “moram mal” (14) e “atrasados” (11); e ainda: “pessoas ruins” (11). Além desses significados, verificou-se a menção aos clássicos estereótipos sobre os “roceiros” (59), o “caipira” (49), o “jeca tatu” (21) e o “capiau” (18), que sempre serviram para qualificar negativamente o homem do campo e que ainda permanecem no imaginário social (Campos, 2007; Vasconcellos, 2009).

Os estereótipos negativos de rural que circulam no imaginário urbano, segundo a interpretação do endogrupo, estão estreitamente ligados às imagens difundidas nos veículos de comunicação de massa e à imagem social do *homem do*

campo identificada por alguns autores (Campos, 2007; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009). Todavia, é nas conversações cotidianas e nos contatos com outros grupos que tais estereótipos se concretizam e provocam a resposta necessária para a defesa endogrupal e diferenciação dos grupos de oposição, cenário característico das experiências de preconceito. A narrativa a seguir é ilustrativa dessa condição:

“Nosso povo é humilde, trabalhador, povo de raça e qualidade, tem vontade de ir para frente, não enjeita nada, luta e pensa nas organizações para ser um povo mais justo. Eu me sinto discriminado nos meios de comunicação, coisas da cidade... Lá o homem do campo é apenas o descabelado, rasgado, carregando balaio, o banguelo. Eu sou um homem do meio rural. Pode até me chamar de caipira... eu não gosto! Mas se o homem rural se identificar como caipira, me chama de caipira então.” (G1).

Apesar de sua função basilar de simplificação da complexidade do mundo, que permite aos indivíduos se localizar no ambiente natural e social e se relacionar com os diferentes grupos (Arcuri & Cadinu, 1998; Brown, 1997; Mazzara, 1997; Pereira, 2002), os estereótipos podem provocar “consequências nefastas ao nível das relações intergrupais. Compreender os estereótipos, os seus efeitos e os processos que conduzem à sua formação, manutenção e mudança é, portanto, uma tarefa de extrema relevância” (Cabecinhas, 1996, p. 02), tendo em vista sua instrumentalidade à clivagem social e manutenção de representações compostas por elementos negativos associados às categorias e grupos minoritários.

Quando os membros do grupo rural vão à cidade ou estão em contato com os cidadãos, possivelmente, nessa relação está implícito um imaginário repleto de

estereótipos negativos (*pensam que sou bobo, feio, burro...*) que regulam a relação entre as partes. A representação sobre o rural associada ao exogrupo é uma imagem elaborada também a partir desse contato. A face nociva seja da expressão concreta do preconceito nas relações cotidianas seja a manifestação desse imaginário em seus diversos mecanismos de expressão (como a imagem negativa do homem rural sustentada pela mídia ou a desvalorização dos produtos provenientes do campo, por exemplo) influencia justamente a edificação de espaços-gueto nos quais a alteridade é cerceada e as relações são reduzidas à tonalidade do conflito e da ameaça. Embora a incorporação dos estereótipos pelos indivíduos possa provocar respostas defensivas que equilibrem o sistema simbólico que estrutura a imagem social dos grupos, bem como assegurar o pertencimento psicológico, também pode alimentar a timidez, o afastamento, a dificuldade de inserção nos espaços de domínio público, criando ou reforçando a fronteira entre os dois modos de vida, pois como definido por Souza (1996), as representações “constituem o conhecimento, originado nas trocas que ocorrem entre os indivíduos nos grupos sociais, através do qual tornamos a realidade física e social tangível” (p. 60).

O relato da experiência de preconceito possibilitou identificar pontos de conflito entre os universos urbano e rural no interior do grupo investigado. Um terço dos participantes relatou já ter vivenciado alguma situação na qual se sentiu discriminado por ser identificado como pessoa do meio rural, mas todos os integrantes do grupo afirmaram existir preconceito generalizado em relação à categoria camponesa, considerada inferior à urbana na hierarquia social.

“O meio rural mantém a cidade viva. Criam um conceito errado de quem vive nele. É como se a gente não pertencesse à sociedade. Jogam a gente sempre

pra baixo! Sempre que a gente tem contato com eles, jogam a gente pra baixo mesmo.” (G2).

Os dados geracionais fornecem evidências de que a experiência de preconceito resulta do contato com o ambiente urbano. A quarta geração, que possui menor contato com a cidade, apresentou justamente o menor número de indivíduos que mencionaram ter sofrido preconceito por serem reconhecidos como *pessoa rural* ($f = 06$). É importante ressaltar que já entre as crianças tanto a elaboração da autoimagem como as relações sociais são influenciadas pela distinção entre os membros da comunidade rural e os habitantes da cidade, como demonstrado nas narrativas a seguir.

“Quando a gente vai para a rua, eles ficam olhando a gente. Pensa que somos pobres e eles não, porque eles moram na rua [na cidade] e nós não.” (G4);

“Na casa do meu tio um menino me chamou de feio porque sou da roça.” (G4).

Na terceira geração o número de respondentes que afirma ter sofrido preconceito aumenta ($f = 21$), o que está principalmente relacionado ao espaço escolar. Os integrantes desta geração foram/são vinculados a duas diferentes instituições escolares durante o ensino médio: a Escola Família Agrícola (EFA), que funciona em regime semanal de alternância (o estudante permanece uma semana em casa, com a família, e outra na escola) e a escola convencional do centro da cidade em horário noturno (ensino diário). O ensino primário e o fundamental são feitos na própria comunidade, este último já no modelo da Pedagogia da Alternância (Nosella, 2007; Ribeiro, 2008; Teixeira, Bernartt & Trindade, 2008). Geralmente, os jovens

que não podem se ausentar da família durante a semana estudam à noite no centro da cidade, tendo maior contato com os jovens urbanos, bem como com os demais jovens provenientes de outras comunidades rurais da localidade. Os integrantes que estudam no centro da cidade mencionaram vários exemplos de situações ofensivas e que interferiam diretamente no processo de aprendizagem. O fragmento de entrevista apresentado a seguir ilustra essa condição:

“Tomei uma picada de marimbondo e riram de mim na escola, porque tomei a picada na roça. Também quando eu tava com a boca pocada por causa do sol, disseram que tava assim porque eu comia terra. Eu prefiro ficar mais quieta no meu canto, mas eles atenta a gente. Até mudei meu horário na escola por causa disso. A gente chegava na escola cansada do trabalho e eles atentava a gente. Eles só ficam atentando porque nem trabalham.” (G3).

Embora os estudantes da EFA não vivam situações de preconceito no ambiente escolar, a própria vinculação à pedagogia rural, uma marca social de identificação com o campo, é percebida como um ponto favorável à ocorrência de situações discriminatórias nas relações locais: “Falam que quem é da EFA não estuda, que só trabalha, que é da roça e que só sabe capinar, discrimina. Achem que a gente não aprende. A gente estuda a teoria e a prática. Eu me orgulho!” (G3). Na segunda geração, a frequência de relatos sobre preconceito se mantém praticamente igual ao apresentado na terceira ($f = 22$). É importante ressaltar que são, principalmente, os membros da segunda geração que *resolvem as coisas na cidade* (banco, supermercado, farmácia e lojas em geral) e entram mais frequentemente em contato com membros do grupo urbano.

“Fui ofendido, não atendem a gente direito. A gente não tem vez... Por ser da

roça, você já sabe: vai ser discriminado! É o falatório da roça. Dá uma raiva... Dá vontade de partir pra cima. A gente discute com eles. Eles necessitam da gente e mete ferro, fica desafiando e desmerecendo a gente.” (G2).

Na primeira geração, a frequência de preconceito percebido sofre leve redução em comparação à segunda geração ($f = 17$). A relação dos integrantes dessa geração com a cidade está especialmente vinculada ao recebimento da aposentadoria, exames médicos e acesso ao comércio local. Entre as situações mencionadas pelos indivíduos deste grupo geracional, retratando situações discriminatórias por serem identificados como pessoas do meio rural, estão principalmente eventos que permaneceram na memória do grupo, tendo sido vividos há muitos anos atrás – “Quando fui tirar a carteira na cidade, fui tratado como bandido por ser da roça. Rasgaram a minha documentação”. (G1). Os participantes ressaltaram que evitam o contato com a cidade para não serem submetidos a situações constrangedoras e humilhantes – “Fujo o máximo que posso para não ter contato com eles... se tiver, eles falam”. (G1); “Nem quero saber daquilo lá. Me chamaram de analfabeto da roça”. (G1).

As situações descritas referem-se a contato face a face em encontros da igreja, bem como em outros locais como lojas, instituições de saúde, escolas, pontos de comercialização dos produtos e atividades esportivas entre times de futebol da localidade. Os calos nas mãos, o rosto queimado de sol, as expressões e linguagem características ou a identificação da comunidade de origem, são algumas das marcas mencionadas pelos participantes que tornam visível sua identidade social, condição que se aproxima daquela vivenciada pelos grupos minoritários que possuem a marca visível da diferença, como os japoneses (Suda & Souza, 2006), os negros (Gomes,

2006) e ciganos (Souza, Bonomo, Livramento, Brasil & Canal, 2009), entre outros.

A experiência de conflito vinculada à história e a vivência do grupo abordado incluem diferentes dimensões que remetem desde um passado recente de luta entre comunidades rurais e grandes indústrias (Valadão, 1999) ao preconceito sofrido nas relações locais cotidianas. No que se refere ao conflito com as grandes indústrias (Valadão, 1999) na década de 1980, embora tal evento tenha sido esmaecido na memória da comunidade em favor da unidade interna e de sua estabilidade simbólica, permanece na lembrança das primeiras gerações como marco que instaura o que poderíamos designar de conflito fundador na relação campo-cidade para este grupo. Nesta perspectiva, a história da comunidade rural estudada se confunde com a história de conflito vivenciado por outros grupos camponeses, configurando-se em uma luta entre categorias sociais e seu sistema ideológico, político e econômico de sustentação. A análise fornecida por Fernandes (2005) contribui para sustentar o que foi afirmado:

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos... Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia

pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (p. 26).

A tensão entre as ideias de progresso e acesso ao capital, ligadas à imagem da urbanização, e a cultura rural, ainda representada sob o rótulo do atraso, pode ser conferida com mais propriedade nas relações sociais presentes nas pequenas cidades (Endlich, 2006). É importante considerar que na tentativa de afastamento da possibilidade de associação com o modo de vida rural, a perspectiva progressista das cidades do interior, que tem como referência os grandes centros urbanos, poderia atuar como força discriminatória em relação ao grupo camponês, condição que inclui mais uma unidade de análise a ser contemplada nos estudos que focalizam a relação campo-cidade.

As ‘metarrepresentações’ forneceram um panorama do lugar que os membros do grupo rural acreditam ocupar no imaginário social urbano. Os resultados apresentados indicam que o grupo rural reconhece a face hegemônica negativa de sua categoria de pertencimento, o que nos leva a indagar sobre os mecanismos elaborados pelo endogrupo para a manutenção de sua autoimagem positiva (Tajfel, 1982b, 1983). Nas reflexões desenvolvidas por Vala (1997), em estudo que procura articular identidade social, relações intergrupais e representações sociais, encontramos um caminho possível para responder a esta indagação. De acordo com o autor, a perspectiva de análise centrada apenas na identificação dos estereótipos, como única dimensão das representações intergrupais, mostra-se insuficiente à abordagem do fenômeno identitário, posto que

uma vez activada, num contexto dado, uma identidade social (a pertença a um endogrupo relevante) e uma categoria de pertença antagonista (exogrupo), os indivíduos não só activam e avaliam representações sobre os estereótipos que

definem os membros do endogrupo e os membros do exogrupo... mas activam e avaliam igualmente representações sobre os objectos que definem o espaço de vida dos grupos, nomeadamente sobre os valores que caracterizam a sua acção (Vala, 1997, p. 12).

Em consonância com esta proposta integradora das dimensões que mobilizam o campo representacional, procuramos conhecer os valores associados ao endogrupo e ao exogrupo. Na Tabela 3 são apresentados os elementos valorativos identificados pelo grupo como sendo próprios do rural e os que seriam característicos da cidade. A dinâmica subjacente a este conjunto de dados nos fornece algumas pistas acerca do posicionamento grupal face à imagem hegemônica de sua categoria social.

Tabela 3: Valores urbanos e rurais para membros do grupo rural

Valores do rural				Valores do urbano	
Termo	Freq.	Termo	Freq.	Termo	Freq.
Respeito	93	Amizade	32	Capitalista	62
Educação	54	Família	29	Malevolência	33
Honestidade	49	Religiosidade	29	Trabalho	33
Trabalho	46	Coletividade	28	Individualismo	50
Benevolência	44	Alteridade	27	Ganância	29
Solidariedade	38	Convivência	25	Aparência	28
				Curtição	27

Nota: Lista de palavras mais frequentes ($f \geq 25$) – frequências absolutas

Analisando os dados fornecidos na Tabela 3, verifica-se que todos os elementos identificados como valores rurais guardam profunda relação com o modo de vida comunitário-familiar (família e coletividade), com as interações sociais fundamentais para a vida na comunidade (amizade, convivência, educação, honestidade e respeito), com o provimento da unidade familiar (trabalho) e com o posicionamento político-religioso (alteridade, benevolência, religiosidade e solidariedade), em consonância com a forma de organização das Comunidades

Eclesiais de Base (Baltazar, 2004; Mainwaring, 2004). À cidade, por sua vez, são atribuídos valores que mobilizariam a sociedade urbana em torno da máxima produtivista (capitalista, ganância e trabalho), priorizando a imagem de *status* e poder (aparência e curtição), e ainda como negação dos valores coletivistas que caracterizam o rural (individualismo e malevolência). É interessante que mesmo o elemento “trabalho”, comum aos dois campos valorativos, assume conotação oposta: no contexto rural estaria a serviço da autossustentabilidade e é visto como virtude que garantiria o provimento da família e formação do chamado “homem de bem”; enquanto na cidade o trabalho representaria o mecanismo de manutenção do sistema de acúmulo do capital, associado à idéia de exploração e desigualdade social.

Foi possível observar a constituição de um quadro de valores claramente polarizados, que dão nitidez à oposição entre valores comunitaristas vs. valores capitalistas, indicando a ideologia que sustenta a arquitetura simbólica elaborada pelo grupo a fim de se diferenciar do modo de vida urbano. Poderíamos então sumarizar da seguinte forma a dinâmica simbolizada na valência dos valores apresentados, de acordo com a imagem social elaborada pelos participantes, em uma possível *máxima distinção*: no grupo rural o modo de produção estaria a serviço da vida, ao passo que no grupo urbano, segundo a perspectiva dos participantes, a vida é que estaria a serviço da produção.

Para entender a relação campo-cidade na dimensão do pertencimento social é preciso avançar na investigação do sistema simbólico que orienta a construção dessas realidades como campo de forças onde se posicionam os grupos sociais e seus membros. Neste estudo optamos por abordar a imagem social do *homem rural*, segundo o imaginário de seu próprio grupo, a fim de investigar se as representações

criadas estão ou não em consonância com as representações hegemônicas associadas a sua categoria de pertencimento. Procurou-se conhecer como os membros do grupo rural posicionam-se frente à estrutura social e simbólica, que “se constitui em torno de interesses que lutam para se impor como interesses dominantes, como normas de convivência, como reguladores das relações sociais, culturais, políticas e econômicas” (Souza, 2004, p. 64), bem como conhecer como estes indivíduos sistematizam sua própria realidade através das representações endogrupais.

Os conceitos de representações hegemônicas e polêmicas no contexto das minorias ativas, conforme propostos por Moscovici (1988, 1979), fornecem subsídios analíticos valiosos à interpretação dos resultados apresentados acima. Uma condição inicial que já nos lança na lógica subjacente a este enquadramento teórico-conceitual é a identificação do grupo rural no conjunto das minorias sociais. Seguindo a perspectiva de autores que têm discutido o movimento de afirmação identitária dos grupos sociais face às políticas globalizantes em seus impactos para as identidades locais (Burity, 2001; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Souza, 2008), é possível pensar que as representações compostas por elementos negativamente valorizados associadas ao *homem rural* (Campos, 2007; Fressato, 2008; Gonçalves, 2005; Oliveira, 2003; Nóvoa & Fressato, 2007; Vasconcellos, 2009) provocam a elaboração de representações polêmicas e essas, por sua vez, atuam em favor dos processos de identidade social (Tajfel, 1982a, 1983).

Nos resultados apresentados podemos identificar a constituição do campo representacional (Figura 1) nas relações de poder que atuam no eixo minoritário/dominado/rural vs. majoritário/dominante/urbano (nomenclatura que visa traduzir as relações de poder, conforme sistema de assimetria/desigualdade e

clivagem social, e não como uma análise conclusiva do confronto entre os grupos sociais) (Cabecinhas & Amâncio, 2004; Tajfel, 1982a; Vala, 1997).

A representação hegemônica do homem do campo é sustentada pela difusão de estereótipos que configuram uma imagem desqualificada e inferiorizante dos integrantes desta categoria. É importante destacar que o conteúdo identificado pelos respondentes [“*pensam que somos bobos, burros, cafonas, caipiras, jeca tatu, pobres e roceiros...*”] está em consonância com os elementos relatados em estudos que têm focalizado esta temática (Campos, 2007; Fressato, 2008; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Gonçalves, 2005; Vasconcellos, 2009). Em resposta à imagem com valência negativa são elaborados novos significados orientados para a distintividade positiva do endogrupo, significados que afastam os integrantes da comunidade da possibilidade de identificação com os elementos negativos que circulam no imaginário social, e lhes confere uma autoimagem positiva (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Assim, os membros do grupo rural se reconhecem como: *respeitosos, educados, honestos, trabalhadores, bons e solidários*. Dados semelhantes foram encontrados por Cabecinhas e Amâncio (2004) em estudo sobre os processos de dominação e exclusão sociais através das representações de grupos minoritários entre angolanos e portugueses. De acordo com a análise das referidas autoras, a presença de elementos positivos de sociabilidade, bem como significados relacionados a conflito e luta social “remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas” (p. 12).

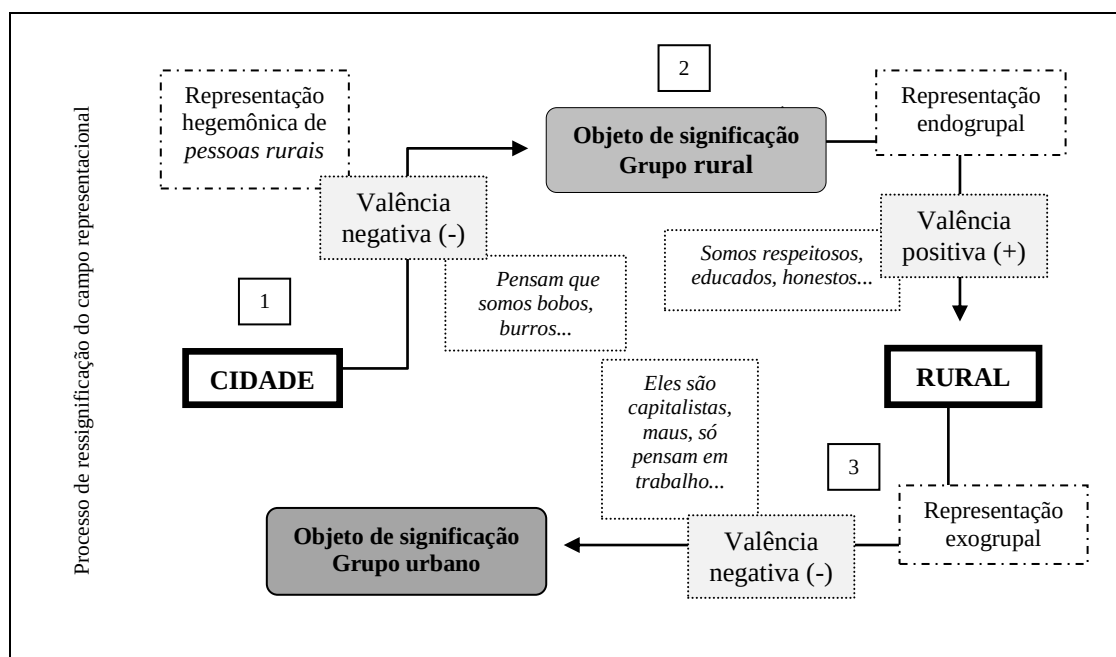


Figura 1. Esquemática do processo de ressignificação do campo representacional segundo imaginário do grupo rural. Frente à representação com conotação negativa que lhe é atribuída (1), o grupo rural elabora duas respostas defensivas: (2) ressignifica os elementos negativos associados ao seu grupo, dotando-os de valência positiva, e (3) elabora a representação dos cidadãos a partir de elementos negativamente avaliados, segundo seu sistema de valores. Ressaltamos que a descrição dos principais processos implicados na ressignificação do campo representacional, em sua polaridade e semântica, visa apenas fornecer uma base ilustrativa à discussão dos resultados, não tendo como pretensão esgotar a complexidade de variáveis e fatores que contribuem para a elaboração do referido campo.

A questão que resulta desta condição minoritária nos conduz à análise da função justificadora dos estereótipos (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Com base nos estereótipos (negativos) elaborados sobre o urbano, o grupo rural, com menor *status* social, procura ressignificar os estereótipos aos quais se encontra associado, atingindo, assim, sua distintividade social positiva em relação ao grupo de oposição. Na elaboração do conteúdo representacional a serviço da ressignificação identifica-se a formação e dinâmica das representações polêmicas, que, na acepção de Vala (1997), Pereira e Camino (2003) e Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), estariam a serviço da identidade social, visto que ao promover os significados de oposição e portadores de conflitualidade, “a minoria pretende o reconhecimento de sua

existência e de sua identidade” (Nóbrega, 1998, p. 135). Nas representações polêmicas se ancora o conflito intergrupal e pode-se reconhecer o campo de forças em função do eixo hegemônico-minoritário (Moscovici, 1979; Vala, 1997).

De acordo com essa perspectiva e considerando as informações sistematizadas na Figura 1, é possível verificar que os elementos endogrupal explicitam a ressignificação da imagem hegemônica pelo grupo rural, projetando no grupo urbano a significação negativa que lhe foi associada, segundo a representação sobre o exogrupo - *Eles são capitalistas, maus, só pensam em trabalho, individualistas e gananciosos*. Ainda em relação aos elementos da representação exogrupal (Tabela 3), é interessante observar que embora possuam conotação negativa (em comparação com o sistema de valores do grupo rural), seu conteúdo revela o reconhecimento da posição superior (dinheiro, *status* e poder) que este grupo ocupa na estrutura social e simbólica de nossa sociedade. Esta constatação não equivale dizer que o grupo rural se identifique como grupo submetido aos valores urbanos, considerando que não foram encontrados nas representações endgrupais elementos de submissão (Cabecinhas & Amâncio, 2004). Em complemento a essa análise, recuperamos a lógica das minorias ativas (Moscovici, 1979), a qual faz referência justamente ao protagonismo dos grupos minoritários frente ao hegemônico (Glaveanu, 2009). Nessa perspectiva e em consonância com os resultados apresentados, reconhecer-se como minoria não significa reconhecer-se como dominada, submissa, passiva ou inferior; tal reconhecimento poderia revelar, na realidade, a condição necessária para que um grupo seja provocado a assumir uma posição em defesa de seu modo de vida e a lutar pelos princípios e direitos de sua categoria social, tornando-se, portanto, uma minoria de fato ativa. Afinal, “lo que

transforma a la minoría en minoría activa es a resistencia misma” (Moscovici, 2006, p. 164).

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste estudo foram orientadas pelo quadro conceitual das representações hegemônicas e polêmicas (Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Ben-Asher, 2003; Glaveanu, 2009; Moscovici, 1988; Vala, 1997), o qual se apresentou adequado à análise do posicionamento de membros de um grupo rural frente à estrutura social e ideológica que os associa ao conjunto de categorias sociais minoritárias, consideradas inferiores e à margem das sociabilidades urbanas (Campos, 2007). As construções simbólicas derivadas desta dinâmica de poder e clivagem social refletem a elaboração de representações polêmicas ou contra-hegemônicas, sustentadas na ressignificação dos estereótipos negativos associados ao homem rural, processo que denota a manifestação ativa do grupo através da resistência à identificação com o modelo hegemônico.

Os resultados referentes às motivações para êxodo ou permanência no território rural revelaram a prevalência do projeto de vida vinculado ao campo nas quatro gerações investigadas, corroborando os demais dados do estudo que indicam a valorização do endogrupo. A análise do conjunto de significados referentes aos estereótipos e experiências de preconceito forneceu importantes subsídios à discussão centrada na dimensão valorativa em favor dos processos de identidade social (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). Os clássicos estereótipos de *roceiros*, *bobos* e *caipiras* foram identificados como a imagem social do homem do campo (Campos, 2007; Gonçalves, 2005), elementos estes que deflagram o cenário conflitual estratégico à mobilização de representações defensivas, que acarretam a associação

do endogrupo a valores positivos, fundamentados no modo de vida comunitário, e a cidade a significados negativamente valorados, associada ao modo de vida capitalista. É pertinente, portanto, a conclusão de que o contexto de diferenciação social mobilizado por relações de conflito ativam representações polêmicas em defesa do grupo de pertencimento, apresentando a valência dos elementos das representações em estreita relação com a identidade social (Cabecinhas & Lázaro, 1997; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Souza, 2004, 2008; Vala, 1997).

A partir da realização desse estudo foi possível verificar que as representações sociais estão inseridas em um campo de forças e sua elaboração, manutenção ou transformação estão vinculados aos diferentes níveis da dinâmica social, conforme ressaltado por Doise (1982, 2002). Como foi possível constatar, o conteúdo ativado para a composição do campo representacional, que organiza as realidades campo-cidade de acordo com o sistema de interpretação do grupo rural, diz respeito tanto à dinâmica local entre grupos de contato, quanto à dimensão macro-social de estrutura e organização da sociedade, na qual se revela a capacidade das representações articularem informações a respeito da hierarquia das categorias sociais de nossa cultura (Moscovici, 1988). Nesse sentido, reiteramos a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de análise dos fenômenos sociais para viabilizar o acesso à realidade em suas tensões e ambiguidades, processos nos quais se manifestam as normas, os valores e as crenças que estão sujeitos a atualizações, movimento que seleciona e reforça o que é central ao modo de vida dos grupos sociais e à elaboração de sua identidade.

Há de se problematizar, todavia, a face excludente da elaboração das categorias negativas (Souza, 2004) em seus efeitos para o campo da ação humana

frente às diferentes expressões de modos de vida. A hegemonia instaura o normativo e pressiona processos de distinção entre quem faz parte e quem está fora do circuito tido como legítimo, neste último caso, nomeadamente os grupos sociais minoritários. As experiências de preconceito, a esquiva em relação ao contato com pessoas da cidade, a inacessibilidade a recursos importantes para as novas gerações, especialmente o estudo, e a própria desvalorização da imagem do *homem do campo*, com a ampla difusão de estereótipo que reforça e reproduz a avaliação negativa dessa categoria e seu *status* social de inferioridade, são alguns dos exemplos do impacto dessa dinâmica de distinção social aos projetos de vida dos membros da comunidade. Permanece, contudo, a necessidade de se criar instrumentos e espaços de desmistificação em torno dos estereótipos com conotação negativa associados a determinados grupos sociais, o que pode ser viabilizado através da produção e difusão de conhecimento.

Face à relevância do tema abordado, destacamos a importância de realização de novas investigações sobre a relação entre valores e estereótipos, bem como sua função para os processos de identidade social. Acreditamos que a articulação entre as referidas dimensões poderá fornecer importantes contribuições à compreensão da identidade como fenômeno construído na interface entre indivíduo, grupo e seu contexto social, cultural e ideológico. Apontamos ainda a necessidade de novos estudos que contemplem a mobilidade/resistência endogrupal na esfera da relação campo-cidade, fortalecendo as investigações direcionadas às reflexões acerca da construção da identidade camponesa no contexto contemporâneo de hegemonia urbana.

Referências bibliográficas

- Arcuri, L., & Cadinu, M. R. (1998). *Gli stereotipi*. Bologna: Il Mulino.
- Arruda, A. (1998). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – negociando a diferença. In *Representando a alteridade* (pp. 17-46). Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- Arruda, A. (2005). Durkheim e imaginário social. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 209-232). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 183-190.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Ben-Asher, S. (2003). Hegemonic, Emancipated and Polemic Social Representations: Parental Dialogue Regarding Israeli Naval Commandos Training in Polluted water. *Papers on Social Representations*, 12, 6.1-6.12.
- Bigazzi, S. (2009). *Gypsy representation – Gypsy identity*. European Ph.D. on Social Representations and Communication, University of Rome Sapienza, Rome/Italy.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.

- Brumer, A. (2006). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In *Congreso Latino-Americano de Sociología Rural - ALASRU*. Quito, Ecuador.
- Brumer, A., Pandolfo, G. C., & Coradini, L. (2008). Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In *Fazendo gênero 8 Corpo, violência e poder* - UFSC - CFH - REF. Florianópolis.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, n. 107. Recuperado em 30 de novembro de 2009 de <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/multiculturalismo.pdf>.
- Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais. O papel da posição social e do contexto. *Análise Psicológica*, 16(1), 73-86.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: metodologias e investigação* (pp.51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004) Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Universidade do Minho,

Braga.

Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (1997). Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste*, (Braga), 10(1), 411-426.

Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda & M. I. João. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate* (pp. 67-92). Oeiras: Celta.

Campos, J. T. (2007). Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educ. Soc.*, (Campinas), 28(99), 589-606.

Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez*, 7(1), 179-208.

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.

Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 027-035.

Endlich, A. M. (2006). *Pensando os papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

Fernandes, B. M. (2005). Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento

- territorial. In A. M. Buainain (Ed.), *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Fressato, S. B. (2008). Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema. In J. Nóvoa & J. A. Barros (Orgs.), *Cultura popular: espaço de deboche e de resistência. Uma representação em tristeza do Jeca*. (pp. 183-199). Rio de Janeiro: Apicuri.
- Galizoni, F. M. (2002). Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 40(3), 77-96.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Glaveanu, V. P. (2009). What differences make a difference? A discussion of hegemony, resistance and representation. *Papers on social representations*, 18, 2.1-2.22.
- Gohn, M. G. (2006). *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gomes, L. M. (2006). *Sem perder a raiz – corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gonçalves, E. M. (2005). O Folclore na mídia de massa: Globo rural e aspectos folclóricos do homem do campo. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 3, 1-18.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado de decrescimento sereno*. São Paulo: Editora

WMF Martins Fontes.

Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Martins, J. S. (1994). *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo, Editora Hucitec.

Mazzara, B. M. (1997). *Stereotipi e pregiudizi*. Bologna: Il Mulino.

Medeiros, L. S. (2001). "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In N. Giarracca (Org.), *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* (pp. 102-128). Buenos Aires: CLACSO.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

Moscovici, S. (1993). *The invention of society – psychological explanations for social phenomena*. Cambridge/UK: Polity Press.

Moscovici, S. (2006). La psicología de las minorías activas revisitada. *POLIS*, 2(1), 141-177.

Nóbrega, S. M. (1998). Maiorias e minorias: do conformismo à inovação. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação*

- social* (pp. 131-139). Goiânia: AB.
- Nosella, P. (2007). *Origens da pedagogia da alternância*. Brasília: UNEFAB.
- Nóvoa, J., & Fressato, S. (2007). Um caipira ingênuo e malicioso debocha da modernidade: representações no cinema de Mazzaropi. *Politeia: Hist. e Soc.*, 7(1), 187-203.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. Enferm.* (UERJ, Rio de Janeiro), 16(4), 569-576.
- Oliveira, K. F., & Jannuzzi, P. M. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste- padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, 19(4), 134-143.
- Oliveira, L. L. (2003). Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural – eminência oculta*. Campinas/SP: Editora Alínea.
- Pereira, C., & Camino, L. (2003). Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 16 (3), 447-460.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E. P. U.
- Portela, F., & Vesentini, J. W. (2008). *Êxodo rural e urbanização*. São Paulo: Editora Ática.
- Ribeiro, M. (2008). Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educ. Pesqui.*, 34(1), 27-45.

- Ribemboim, J., & Moreira, F. G. L. (2008). O fenômeno da chegada urbana em contraponto ao do “êxodo rural”. In *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* – ABEP. Caxambu – MG.
- Ricci, R. (2005). A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 54.
- Rodríguez, M. A. B. (2005). Em busca de sentido: do imaginário social às representações sociais. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 233-246). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Romanelli, G., & Bezerra, N. M. A. (1999). Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. *Paidéia*, (FFCLRP-USP, Ribeirão Preto), 9(16), 77-87.
- Santos, I. E. (2006). *Homem idoso: vivência de papéis durante o ciclo vital da família*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Sauer, S. (2003). Movimentos sociais rurais em múltiplas dimensões. In *XI Congresso Brasileiro de Sociologia* – UNICAMP, Campinas/SP.
- Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Souza, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: identidade social e representação de justiça. In L. Camino & P. R. M. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: questões teóricas e metodológicas*. (pp. 47-69). Rio de Janeiro: Anpepp.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão*:

- convivendo com paradoxos* (pp. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A. M., Brasil, J. A., & Canal, F. D. (2009). Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit*, (Lima), 15(1), 29-37.
- Stropasolas, V. L. (2004). O Valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, 12(1), 253-267.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Suda, J. R., & Souza, L. (2006). Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES). *Psicologia e Sociedade*, 18(2), 72-80.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tassara, E. T. O. (2007). Urbanidade e periurbanidade(s). Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. *Série Documenta Eicos* (UFRJ), n. 17, 1-19.

- Tassara, E. T. O. & Rabinovich, E. P. (2007). Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: um estudo quali-quantitativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (UERJ, RJ), 7 (3), 502-520.
- Teixeira, E. S., Bernartt, M. L., & Trindade, G. A. (2008). Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educ. Pesqui.*, (São Paulo), 34(2), 227-242.
- Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theory, themes, and controversies. In R. J. Brown, & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 133-152). Oxford, UK: Blackwell.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32 (140), 7-29.
- Valadão, V. A. (1999). *Assentamentos e sem terra – a importância do papel dos mediadores*. Vitória: EDUFES.
- Vasconcellos, D. V. (2009). *O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social*. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro.

4.4 – Estudo 3
Representações sociais de rural e cidade em uma comunidade camponesa:
campo de antinomias

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RURAL E CIDADE EM UMA COMUNIDADE CAMPONESA: CAMPO DE ANTINOMIAS

Resumo

O estudo teve como objetivo investigar o campo representacional vinculado aos objetos rural e cidade para membros de uma comunidade camponesa. Os *corpora* de dados, processados através do *software* EVOC, consistiram em associações livres a partir dos termos indutores *rural* e *cidade*. Participaram da pesquisa 200 integrantes de quatro grupos geracionais, de ambos os sexos, com idades entre 07 e 81 anos. No plano constitutivo das representações, os resultados permitiram identificar antinomias entre os objetos abordados; no plano funcional, indicam que o processo de identificação social fundamenta o campo simbólico, atuando como sistema de referência para a elaboração de um território identitário rural compartilhado pelos participantes.

Palavras-chave: abordagem estrutural; cidade; representação social; ruralidade

SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE RURAL AND THE CITY IN A PEASANT COMMUNITY: ANTINOMOUS FIELD

Abstract

The aim of this work is to investigate the representational field closely bound up with rural and city objects as viewed by the peasant community. The *corpora* data, processed using EVOC *software*, consisted of free associations using the terms *rural* and *city* as inducers. 200 members, of both sexes, from four different generations, and aged between 07 and 81 years old, took part in the research. In the constitutive frame of representations, the results enabled the identification of antinomies between the objects addressed; in the functional frame, the results indicated that the process of social identification substantiates the symbolic field, serving as a reference system in the elaboration of the territorial rural identity shared by the participants.

Keywords: structural approach; city; social representation; rurality

Introdução

A proposição deste trabalho é analisar o campo representacional de dois objetos sociais, o rural e a cidade em um grupo caracterizado por uma cultura comunitária e pelo modo de produção agrícola. No domínio da comunidade rural, sua memória e vivência compartilhadas traçam teorias interpretativas, “que lhes proporcionam uma compreensão do mundo à sua volta, se referem aos mais diversos objetos sociais que pareçam ter alguma importância – real ou imaginada – para a sua existência, identidade, continuidade” (Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira & Sá, 2005, p. 126), processo que deriva não apenas da relação entre grupos no contexto contemporâneo, mas da história das categorias sociais às quais estão vinculados.

A ruralidade e o urbano são categorias sociais em constante transformação que marcaram a trajetória dos grupos humanos desde a antiguidade (Endlich, 2006; Williams, 1990). Da Revolução Industrial no século XIX, a onda de desenvolvimento tecnológico como propulsora do sistema produtivo, provocara significativas mudanças nos diferentes setores da organização e estrutura das sociedades, identificando o modo de produção baseado em atividades econômicas primárias como pretérito da era da industrialização e do progresso, estratégia que na atualidade também se projeta nas chamadas políticas de urbanização.

Tal como cristalizadas no pensamento social, as representações das categorias urbano e rural, expressam as contradições entre o atraso e o progresso, referenciadas na ideia de desenvolvimento, que comporta antinomias provocadas pela lógica subjacente ao modo de produção. A cidade passou a ser pensada como polo financeiro, político-administrativo e comercial, centro da tecnologia, indústria e saber; e o rural foi associado à atividade agrícola e a uma forma natural de vida,

atrasada quando comparada com os avanços da zona urbana. Para Silva (2001), representante do Projeto Rurbano, este mito do rural como atrasado tem raízes históricas, vinculadas à natureza do processo de colonização do território brasileiro, e o que se constata é, na realidade, a emergência de um novo rural:

composto tanto pelo *agribusiness* quanto por novos sujeitos sociais: alguns *neo-rurais*, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; e ainda milhões de *sem-sem*, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações (Silva, 2001, p. 37).

Neste conjunto coexistem diferentes expressões da ruralidade que podem ser caracterizadas pela inserção socioeconômica, pela atividade produtiva ou pela identificação com o campo como categoria social e espaço identitário. A dificuldade de conceituação de um objeto tão multifacetado como o rural reside também nessa diversidade de vivências e formas de apropriação do espaço, bem como na possibilidade de aplicação de critérios que variam desde os até então empregados (demográfico e por ocupação econômica da população), que focalizam a dimensão territorial, à noção de campo e cidade como modos de vida. A abordagem da relação campo-cidade contida nesta última perspectiva, embora se apresente como uma

interessante alternativa à apreensão destes territórios como realidades vividas e formas de sociabilidades, pode servir para ratificar a tese de superação de um pelo outro.

Embora se admita que não se pode traçar uma interpretação dicotômica de contextos interdependentes como a cidade e o campo (Bernardelli, 2006) na atualidade uma problemática recorrente se inscreve na esfera especulativa acerca do destino do mundo rural, questão que implicaria também o futuro das cidades. A partir da análise das perspectivas, funcionalmente opostas, da completa urbanização das sociedades, proposta por Lefebvre (1975), e do “renascimento rural”, anunciado por Kayser na mesma década de 1972, Veiga (2004, 2006) indica o que denomina “o caminho do meio”. A primeira tese baseia-se na equívoca redução do rural ao agrícola, e, ao identificar a industrialização deste setor produtivo, acaba-se por considerar o rural menos rural e, conseqüentemente, mais urbano. A segunda, fundamentada na ideia de um “renascimento rural”, defende que a mudança na tendência demográfica seria indicador de um retorno à organização social dos vilarejos e do resgate de uma cultura de desenvolvimento local. Na acepção de Veiga (2004), no entanto, a ruralidade não estaria *morrendo* ou *renascendo*, mas sim *nascendo*. Contudo, segundo o autor, esse fenômeno do “novo rural” se manifestaria apenas em situações de grande prosperidade, “capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de ‘turismo’, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis” (Veiga, 2006, p. 348).

A discussão sobre os critérios fronteiriços entre os dois territórios tem mobilizado fortes debates sobre a natureza dos espaços geográficos e o que se tem verificado é a insuficiência das classificações até então empregadas (Caiado & Santos, 2004), uma vez que demandam uma interpretação contextualizada e que os considere como realidades históricas e relacionais (Abramovay, 2003; Wanderley, 2000). As tentativas de atualização dos conceitos dos objetos em questão, frente à complexidade das relações estabelecidas entre o campo e a cidade no contexto atual, embora busquem se aproximar da diversidade da realidade rural refletida em suas estratégias e organizações sociais, econômicas e culturais (Moreira, 2005), parecem ainda obscurecer importantes fragilidades e negligências, como a participação da própria população camponesa na definição do que seja a ruralidade. Se nos referimos a territórios que incluem o modo de vida e que refletem a identidade de seu povo, parece ser forçoso reconhecer na dimensão identitária um dos critérios de análise dos territórios.

Neste sentido, acreditamos que a Psicologia, apesar do histórico silêncio em relação ao modo de vida rural (Albuquerque, 2002), poderia fornecer algumas ferramentas teórico-metodológicas estratégicas à compreensão dos diversos processos vividos por esta categoria. Quando falamos em campo e cidade, não nos referimos apenas a territórios geográficos, mas à relação entre duas importantes categorias sociais que tem orientado a formação de diversos grupos sociais e movimentos organizados. Souza (2004) e Burity (2001) têm discutido que apesar do extenso debate sobre o futuro das culturas locais, provocado pelo processo de globalização econômica e cultural no mundo contemporâneo, o que se tem verificado é o fortalecimento de processos identitários que visam preservar a singularidade dos

grupos. A resistência dos grupos nos faz refletir sobre a produção ideologizada das categorias sociais, especialmente no que se refere ao confronto entre o pensamento hegemônico e os grupos minoritários.

No caso da categoria rural, nota-se a criação de caricaturas do “homem do campo” - como o jeca e o bobo na literatura brasileira (Oliveira, 2003) – baseada na necessidade de pensar o “homem nacional” manifestada pela elite intelectual de meados do século XX, elite que pactuava com as classes políticas e economicamente abastadas, ansiosas pelo progresso do Brasil. Pensava-se que o progresso só ocorreria através da superação do mundo agrícola pelo industrial, o que contribuiu para a difusão de uma imagem negativa e inferiorizada do homem rural (Aleixo, 2004). Com a difusão dessa representação uma série de práticas se consolidou, ratificando a condição de passividade ligada, sobretudo, às políticas sociais que insistem em mostrar que “preguiça, fatalismo, nomadismo, ignorância, rotina, passividade, submissão, ingenuidade, desnutrição, rusticidade e desambição fazem parte do cotidiano do homem do campo. A consolidação desse estereótipo, formado nos conceitos de uma mentalidade urbana, objetiva favorecer todo um modelo de desenvolvimento” (Martins citado por Caliar, 2002, p. 69).

A constituição de um imaginário social repleto de estereótipos negativos sobre a ruralidade, bem como sua difusão através dos meios de comunicação, de materiais didático-pedagógicos e de produções culturais, atinge também os próprios agentes formuladores das políticas públicas, o que tem grande chance de resultar em proposições contrárias aos legítimos interesses das comunidades rurais. É nesta direção que Souza (2004) alerta para os perigos da construção de categorias negativas e sua interface justamente com a produção das políticas públicas, pois ao

“considerar que eu e meu grupo não somos afetados, nem somos responsáveis pelo problema, não há compromisso com a solução” (p. 65-66). Esta lógica produz espaços díspares de poder, associando grupos a territórios e construindo fronteiras objetivas e simbólicas que assegurem a distância entre eles. A teoria das representações sociais parece fornecer bases epistemológicas e metodológicas para o adequado conhecimento desta realidade.

A utilização do conceito de representações sociais neste estudo deriva da sua capacidade de elucidar a dimensão simbolizada da realidade pelos indivíduos. O conceito conseguiu alinhar o ponto de intersecção entre o psicológico e o social, trazendo à arena da psicologia social uma forte discussão sobre o conteúdo que mobiliza as práticas sociais a partir de um campo contextualizado, acolhendo a complexidade dos fenômenos à luz da singularidade dos grupos e de sua inserção cultural, política, econômica e religiosa. Nesta perspectiva, os estudos de representações sociais tornam-se um verdadeiro desafio aos pesquisadores que, ao se confrontar com os paradoxos e ambiguidades que lhes são próprios, precisará considerar que “não é à realidade tal como o experimentador imagina que o sujeito reage, mas a uma outra eventualmente diferente: uma realidade representada, isto é, apropriada, estruturada, transformada – a realidade do sujeito” (Abric, 2001, p. 156).

As reflexões foram orientadas pelo recurso analítico-conceitual fornecido pela Teoria das Representações Sociais (Abric, 1997, 2001, 2003a, 2003b; Doise, 1989, 2002; Jodelet, 2001, 2005; Moscovici, 2003) a partir de sua abordagem estrutural (Abric, 1997, 2001, 2003a, 2003b; Guimelli & Rouquette, 2004). A respeito da noção de significação, que integra as diferentes abordagens vinculadas à teoria geral, Abric (2001) informa que a representação é “o produto e o processo de

uma atividade mental por intermédio da qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e lhe atribui uma significação específica” (p. 156). No que se refere às contribuições da abordagem estrutural às investigações no campo das representações sociais, Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho (2009) destacaram que esta perspectiva permite a comparação entre representações para diferentes grupos e a identificação dos temas centrais que organizam seu conteúdo, ampliando o campo de investigação de dado fenômeno através da análise relacional entre os objetos que participam de sua formação e dinâmica.

A abordagem estrutural, mais centrada na dimensão cognitiva da representação, tem fornecido importantes contribuições aos estudos de identidade social e processos grupais, visto que, a partir da Teoria do Núcleo Central (Abric, 2003b; Sá, 1996a), tem sido possível conhecer temas fundamentais à organização dos grupos sociais. Apesar de sua base conceitual focalizar a composição de significados mais estáveis e consensuais, dentro de um quadro de investigação de determinado objeto de representação, os recursos analíticos da abordagem estrutural também consideram o contexto de produção mais imediato dos significados que emergem de uma situação mobilizadora específica. Sobre a dinâmica do sistema representacional, Sá (1996a, 1996b) esclarece que, como fenômenos, as representações são ao mesmo tempo estáveis/móveis, rígidas/flexíveis e consensuais/diferentes inter-individualmente, sendo tal funcionamento organizado, respectivamente, pelos sistemas central e periférico. Ao núcleo central destinam-se as funções de gerar significados e de organizar os demais elementos do campo representacional, sendo o núcleo menos propenso às contingências situacionais enquanto o sistema periférico,

mais conectado à realidade, manterá a representação munida de elementos contextualizados sem, contudo, afetar seus significados nucleares.

Objetivos do estudo

Considerando a relação entre representações sociais de dois objetos (Guimelli & Rouquette, 2004) e o interesse particular em discutir a função identitária que o campo representacional conjugado pode assumir na organização social do grupo investigado (Abric, 1997, 2003a; Jodelet, 2005; Moscovici, 2003), o objetivo do estudo foi o de analisar a estrutura da representação social (Abric, 1997, 2001, 2003a, 2003b; Sá, 1996a) dos objetos rural e cidade entre moradores de uma comunidade rural.

Método

Contexto comunitário

A comunidade onde o estudo foi realizado, caracterizada pelo sentimento de pertencimento ao coletivo, pelas crenças e valores compartilhados, pela convivência entre as famílias do território e pela tomada de decisão de modo a garantir certa unidade às escolhas que envolvem a realidade comum, configura-se como um contexto propício à investigação das representações sociais. Neste sentido, falamos de um campo de estudo das representações (Jodelet, 2001) no qual o sujeito conhecedor é membro de um grupo rural e inserido em um contexto social comunitário. A comunidade rural era composta por 167 famílias, com sistema de produção baseado na agricultura familiar (Fialho, 2005; Moreira, 1999), modelo sócio-religioso segundo as CEB's (Baltazar, 2004; Mainwaring, 2004) com forte interação entre as famílias e desenvolvimento de atividades conjuntas, além de uma

rede escolar fundamentada na pedagogia da alternância (Nosella, 2007) que focaliza a realidade rural.

Ainda no que se refere à contextualização da comunidade é importante ressaltar que por meio de sua organização social segundo a proposta das CEB's, a comunidade foi sendo formada junto aos diferentes movimentos sociais que surgiram na década de 1970 (Valadão, 1999). A partir desse engajamento, emergiram, na comunidade e entre seus membros, “elementos políticos que os tornaram também militantes de causas próprias e de minorias, participando ativamente dos movimentos de resistência junto com o MST, contra os avanços dos plantios de eucalipto durante as décadas de 1980 e início de 1990” (Bonomo & Souza, 2010, p. 41).

Participantes

Participaram do estudo 200 moradores de uma comunidade rural, com idades compreendidas entre 07 e 81 anos, distribuídos entre quatro gerações. A amostra foi constituída a partir de 50 integrantes de cada grupo geracional, tendo a seguinte distribuição etária como delimitação entre os grupos: para a quarta geração, idades entre 07 e 12 anos; para a terceira, idades entre 15 e 25 anos; para a segunda, idades entre 35 e 45 anos; e para a primeira, indivíduos com 60 anos ou mais. Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Informamos que a variável sexo foi utilizada apenas para equilibrar a amostra.

Procedimento de coleta dos dados e instrumento

A fim de fornecer ao respondente um ambiente de entrevista apropriado (Mantovani, 2003), a coleta dos dados foi realizada acompanhando a rotina das famílias e da comunidade, estratégia que também favoreceu o acesso à dinâmica

local durante o período no qual o estudo foi desenvolvido. Considerando a realidade agrícola e comunitária das famílias, procedemos a coleta dos dados respeitando a dispersão das pessoas nos diferentes espaços do território – boteco, igreja, posto de saúde, campo de futebol, escolas, lavouras e residências –, aumentando a interação com os diversos membros da comunidade rural. Informamos ainda que, em acordo com os participantes, as entrevistas, individualmente realizadas, foram antecedidas por explicações sobre os objetivos e procedimentos utilizados na pesquisa, bem como da leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisas científicas.

O conteúdo referente ao campo representacional dos objetos abordados no estudo foi obtido por meio da técnica de associação livre (Abric, 2003b), com a produção de respostas associativas a partir dos termos *rural* e *cidade*. Esta técnica consiste em propor aos participantes um termo indutor e, a partir deste, interroga-se sobre o que o indivíduo “*pensa, sente ou imagina*” em relação ao objeto apresentado. O objetivo é obter palavras ou expressões (de três a cinco elementos) que irão compor o *corpus* de dados. Em seguida, pede-se ao participante para justificar o conteúdo evocado no intuito de contextualizar os termos associativos. Esta estratégia complementar é interessante na medida em que amplia as chances de compreender o fenômeno de forma mais dinâmica e próxima à realidade simbolizada pelo sujeito, pois como discutem Trindade, Santos e Almeida (2000), a proposta metodológica decorrente da análise estrutural ainda oferece limitações no que se refere à captação das tensões entre os significados que compõem as representações sociais.

Procedimento de tratamento dos dados

Oportuno ao tratamento de dados provenientes da técnica de associação livre (Abric, 2003b), o *software* EVOC-2003 (*Ensemble de Programmes L'Analyse des Évocations*) (Vergès, 2000) fornece quatro quadrantes com os elementos mais significativos, posicionados de acordo com a importância na estrutura do objeto representado, segundo critérios de frequência e ordem de evocação. Para o tratamento dos dados resultantes das justificativas da associação livre, procedeu-se a categorização das informações obtidas obedecendo às orientações da análise categorial temática, como sugerido pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003).

Resultados e discussão

Configuração do campo representacional de rural e de cidade

Os termos associativos, que compuseram os *corpora* de dados referentes aos objetos de representação, foram classificados pelos participantes quanto a sua polaridade (elemento positivo ou elemento negativo), fornecendo informações complementares acerca do conteúdo evocado. Assim, foi possível identificar a relação dos indivíduos com os objetos estudados, visto que tal procedimento implica *avaliação e tomada de posição* pelo sujeito (Brown, 2000).

O conteúdo das evocações livres vinculadas ao rural foi majoritariamente avaliado como positivo. Na primeira geração 93.65% dos participantes destacaram os elementos positivos do campo representacional de rural e as demais gerações mantiveram percentuais muito próximos a este valor (94.07% na segunda, 95.56% na terceira e 95.98% na quarta), indicando coesão entre o sistema valorativo utilizado como referência pelos grupos geracionais. Em se tratando de territórios com uma histórica relação de conflito, possivelmente já amalgamada ao imaginário dos grupos

que a eles pertencem, é esperado, segundo lógica de discriminação grupal (Brown, 1997, 2000), a seleção de elementos prioritariamente negativos para significar o exogrupo, no caso, o urbano. No campo representacional da cidade, todavia, identificamos a avaliação negativa como processo principal apenas nas três primeiras gerações (59.13% na primeira, 73.63% na segunda e 54.73% na terceira) e, já na quarta geração, é a avaliação positiva dos elementos que prevalece (52.80%). Ainda em relação aos dados do objeto cidade, utilizando como referência os resultados projetados na Figura 1, é importante observar que os elementos

positivos apresentaram maior dispersão (menos coesão entre significados), enquanto que os elementos negativos tiveram maior saliência (Pecora & Sá, 2008), o que favoreceu sua presença no campo estrutural da representação.

Na Figura 1, que apresenta a análise das associações livres para rural e cidade em cada grupo geracional, podemos observar que, para o rural, apenas os elementos positivos permaneceram no campo representacional, enquanto para a cidade encontramos elementos que foram avaliados negativamente ou positivamente, e ainda identificamos um elemento (*comércio*) que foi avaliado como positivo por alguns participantes e negativo por outros.

Conforme a Figura 1, o núcleo central da representação social de rural sofreu variações em função do grupo geracional, guardando semelhanças e especificidades próprias da relação dos indivíduos com um objeto que está diretamente conectado à sua realidade social. Em linhas gerais, os significados que compõem a representação de rural se complementam, não apresentando contradições aparentes, mas sim peculiaridades coerentes com a inserção dos indivíduos nos diferentes grupos etários da comunidade.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE RURAL										REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CIDADE									
↻ Média da ordem média de evocação ↻																			
Média das frequências ↻	Primeira geração																		
	< 3.0					≥ 3.0					< 2.8					≥ 2.8			
	11 Λ	Agricultura	16	2.00	(+)	Convivência	11	3.36	(+)	10 Λ	Não gosto	13	2.30	(-)	Comércio	26	3.17	(+)/(-)	
		Roça	15	2.40	(+)	Tranquilidade	12	3.08	(+)		Tumulto	11	2.54	(-)	Inst. saúde	10	3.10	(-)	
		Trabalho	18	2.38	(+)				Vida ruim		12	2.58	(-)						
	11 v	Bom	09	2.22	(+)	Amigos	07	3.85	(+)	10 v	Lugar difícil	07	2.57	(-)	Pobreza	08	3.25	(-)	
		Comunidade	10	2.90	(+)	Família	08	3.37	(+)		Muitas pessoas	09	1.44	(-)					
		Criações	10	2.30	(+)	Modo vida	09	3.44	(+)		Resolver coisas	07	2.42	(-)					
		Natureza	08	2.12	(+)	Particip. coletiva	07	3.57	(+)		Violência	09	1.55	(-)					
		Vida feliz	07	2.57	(+)	Sustentabilidade	08	3.62	(+)										
					Todos se ajudam	07	3.28	(+)											
	Segunda geração																		
	< 3.0					≥ 3.0					< 2.8					≥ 2.8			
	10 Λ	Roça	12	1.33	(+)	Amigos	10	3.40	(+)	11 Λ	Comércio	13	2.46	(+)/(-)	Inst. Saúde	11	3.00	(-)	
		Trabalho	15	2.33	(+)	Convivência	16	3.68	(+)		Tumulto	16	2.00	(-)	Pobreza	11	2.90	(-)	
		Tranquilidade	20	2.50	(+)				Violência		17	2.11	(-)						
	10 v	Agricultura	09	2.88	(+)	Bom	07	3.00	(+)	11 v	Obrigados ir lá	09	2.77	(-)	Estudos	08	3.87	(+)	
		Liberdade	09	2.44	(+)	Comunidade	08	3.87	(+)		Poluição	08	2.62	(-)					
		Modo vida	08	2.87	(+)	Educação rural	07	4.14	(+)										
		Natureza	07	2.42	(+)	Lugar seguro	09	3.11	(+)										
				Qualidade vida	09	3.33	(+)												
				Todos se ajudam	09	3.11	(+)												
Terceira geração																			
< 3.0					≥ 3.0					< 2.9					≥ 2.9				
16 Λ	Roça	25	1.56	(+)	Convivência	16	3.12	(+)	11 Λ	Comércio	17	2.41	(+)/(-)	Poluição	11	3.27	(-)		
	Tranquilidade	16	2.56	(+)				Muitas pessoas		20	2.25	(-)							
								Muitos carros		12	2.50	(-)							
16 v	Agricultura	08	2.75	(+)	Amigos	10	3.80	(+)	11 v	Prédios	13	2.38	(-)	Desenvolvimento	07	3.57	(+)		
	Educação rural	08	2.75	(+)	Comunidade	09	3.88	(+)		Tumulto	15	2.06	(-)	Facilidades	07	3.14	(+)		
	Modo vida	07	2.71	(+)	Criações	07	4.14	(+)		Movimento	09	2.44	(-)	Pobreza	09	3.33	(-)		
	Natureza	13	2.76	(+)	Família	14	3.50	(+)		Muitas casas	09	1.66	(-)	Sem convivência	09	3.00	(-)		
	Sustentabilidade	11	2.72	(+)				Violência		09	2.66	(-)							
	Trabalho	12	2.66	(+)															
Quarta geração																			
< 2.9					≥ 2.9					< 2.8					≥ 2.8				
16 Λ	Animais	17	2.88	(+)	Brincar	16	3.06	(+)	09 Λ	Comércio	25	2.52	(+)/(-)	Muitas casas	23	2.87	(-)		
	Natureza	16	2.62	(+)	Casas	16	3.18	(+)		Prédios	16	1.93	(-)	Muitas pessoas	14	3.07	(-)		
	Roça	28	2.07	(+)									Muitos carros	19	2.84	(-)			
16 v	Bom	08	2.00	(+)	Frutas	09	3.33	(+)	09 v	Poluição	08	1.87	(-)	Sem natureza	10	3.10	(-)		
	Trabalho	07	2.71	(+)	Matas	07	3.28	(+)					Brinquedos	07	3.14	(+)			
				Rios	10	2.90	(+)												

Figura 1: Análise hierarquizada das associações livres para os termos indutores *rural* e *cidade*. Na sequência de apresentação dos dados: termo evocado – frequência absoluta – média da ordem média de evocação. Foram condensados nesta Figura os quadrantes referentes ao rural e à cidade, especificados segundo as quatro gerações investigadas.

Como elemento unificador e estabilizador (Abric, 2001), a *roça* é o único elemento comum às quatro gerações, funcionando como elemento síntese da

representação de rural, um sinônimo em circulação no vocabulário cotidiano do grupo, que congrega todos os demais significados presentes no campo representacional (a utilização do termo “roça” como sinônimo de *rural* pode ser conferido em alguns fragmentos de narrativas dos participantes na seção das justificativas às evocações enunciadas).

No que se refere às singularidades geracionais, utilizando como referencial o núcleo central da quarta geração, além do elemento síntese *roça*, visualizamos a composição de significados que priorizam a descrição do ambiente natural (*animais* e *natureza*), acompanhada de uma periferia que contém elementos ligados a atividades próprias do mundo infantil (*brincar*) e o reconhecimento do *trabalho* como dimensão basilar do modo de vida rural (elemento também presente nas demais gerações). A avaliação positiva do contexto (*bom*) e o elemento *casas* complementam o quadro que sugere identificação com o objeto representado.

A partir da terceira geração, encontramos um conjunto de significados similares. Os elementos *agricultura*, *trabalho* e *tranquilidade* formam uma zona nuclear forte nas três primeiras gerações, visto que quando não estão presentes no núcleo central, aparecem na primeira periferia. Este conjunto de significados retrata a importância da atividade agrícola para a sobrevivência do grupo, o *trabalho* como valor estruturante à constituição social e familiar, e a adjetivação do rural como modo de vida apazível aos seus membros. Estes elementos assumem a função protetora da significação nuclear, realçando a força simbólica do termo ‘roça’ e convalidando, assim, sua importância na representação do objeto rural, isso a despeito da conotação negativa que o termo adquiriu em certas práticas discursivas fora do universo rural (Oliveira, 2003). O sistema periférico, por sua vez, fornece

elementos complementares que detalham a importância das relações entre os membros do grupo, os recursos naturais, a organização social interna segundo o modelo comunitário e os valores que orientam a vida das pessoas neste espaço, mas, sobretudo, confirma a elaboração da representação social do rural como um modo de vida reconhecido e apropriado pelos participantes do estudo.

Através das justificativas dos participantes ($n_{\text{total}} = 200$) acerca do conteúdo evocado (*por que é assim?*) contextualizamos os significados que compõem o campo representacional estudado (alguns fragmentos de narrativas são apresentados a fim de ilustrar as justificativas empregadas). O rural, tal como realidade pensada pelo grupo de participantes, constitui-se a partir dos seguintes fatores: (1) organização base com rede de relações pautadas em práticas de solidariedade e convivência cotidiana entre os membros da comunidade ($f = 58$) – “Tem boa convivência, se organiza mais em ser agricultor. As pessoas são dispostas, doam seu tempo e se ajudam voluntariamente, são mais amigas”; (2) transmissão de determinados valores centrados na organização familiar ao longo das gerações ($f = 11$) – “É uma cultura passada e a gente cria uma cabeça, uma identidade rural. É um ambiente diferente. Eu me vejo muito diferente da cidade. A gente está no meio rural e vive aquilo, a gente tem uma formação... as escolas, as famílias”; (3) vivência do tempo de forma mais flexível e livre em função do modo de produção da agricultura familiar ($f = 20$) – “Aqui não somos mandados, não temos patrão. Temos mais tempo de fazer as coisas e planejar. Aproveitamos mais as coisas, temos mais tranquilidade”; (4) desenvolvimento de um sistema integrado de produção e consumo a partir do trabalho agrícola, conferindo sustentabilidade ao contexto rural ($f = 47$) – “Todos têm oportunidade de trabalhar no que é seu. Tem uma vida digna, onde acontece

solidariedade e união. Cada família trabalha e vive da sua terra. Aqui tem de tudo, da galinha ao passarinho, e não precisa comprar todas as coisas”; e, finalmente, (5) luta para permanecer no campo (em função da seca, desvalorização dos produtos agrícolas e falta de políticas públicas eficazes voltadas às questões rurais), entendendo-o como um modo de vida com o qual se identificam ($f = 12$) – “Aqueles que conseguem ficar, tentam manter essa opção de vida, de morar na roça. É uma escolha. É um trabalho sofrido porque é discriminado, é caipira. Eles acham que o povo da roça é besta, mas os nossos impostos vão é para a cidade e a distribuição é mal feita. Lá concentra tudo”.

A análise do campo representacional derivado do termo indutor *cidade* (Figura 1) sugere o *comércio* como elemento nuclear comum às quatro gerações (na primeira geração está localizado na periferia próxima, mas apresenta a maior frequência ($f = 26$)). O *comércio* foi avaliado de forma positiva ($f_{total} = 54$), (1) considerando sua importância na mediação do acesso a produtos não existentes no território rural e (2) na comercialização da produção agrícola; mas também de forma negativa ($f_{total} = 27$), (1) por concentrar-se na cidade, dificultando o seu acesso imediato, (2) por representar domínio sobre a produção agrícola no estabelecimento do valor dos produtos provenientes do campo, e ainda (3) por simbolizar o consumismo excessivo.

Todos os demais elementos do núcleo central foram avaliados como negativos. Os componentes afetivo (*não gosto*) e avaliativo (*vida ruim*) foram específicos da primeira geração, refletindo o contato restrito deste grupo com o espaço urbano. A terceira e quarta gerações, além do elemento nuclear comum, apresentaram no núcleo central elementos que retratam o funcionamento e a estrutura

da cidade, conectados por meio da ideia de concentração e excesso (*muitas pessoas, muitos carros e prédios*), presentes ainda na periferia próxima da primeira, terceira e quarta gerações. A lógica de concentração associada à cidade vincula-se também ao elemento *tumulto* (nas três primeiras gerações), reforçando o significado de cidade, apoiado na imagem de um território centralizador das relações comerciais, políticas e econômicas, do qual derivam também questões sociais como a *violência* (presente no núcleo central da segunda geração e na periferia próxima da primeira e terceira gerações), a poluição e a pobreza (estas localizadas no sistema periférico).

Na periferia próxima da primeira e segunda gerações, *instituição de saúde, lugar difícil, resolver coisas e obrigados ir lá* expressam a relação de dependência em relação a serviços oferecidos exclusivamente na cidade que, dadas as dificuldades de acesso, são avaliados negativamente, indicando uma situação problemática a ser resolvida. Na periferia distante identificamos os primeiros elementos positivos do campo representacional da cidade, especificados de acordo com interesses do grupo geracional: o *estudo* retrata a preocupação da segunda geração em relação à formação escolar dos filhos; a terceira geração indica, por sua vez, o *desenvolvimento* e as *facilidades* como oportunidades de emprego e acesso a recursos tecnológicos; e, finalmente, a quarta geração destaca os desejados *brinquedos*, abundantes nas lojas da cidade.

A constituição da cidade, tal como representada pelos participantes do estudo, é interpretada como: (1) fruto do êxodo rural, processo provocado pela sedução de determinada parcela da população camponesa que teria sido iludida pela imagem supervalorizada do que é urbano, e ainda pela falta de políticas públicas voltadas para a vida no meio rural ($f = 23$) – “As pessoas têm muita ilusão de que vai sair da

roça e vai para a cidade, e vai ter uma vida melhor lá. Aham que vão encontrar uma vida boa e quebram a cara... geram um grande número de pessoas e aumentam as favelas”; (2) gerada pela aglomeração populacional, em função da qual derivam ainda excessos estruturais (como carros, lojas e prédios, entre outros) ($f = 47$) – “É onde tem mais gente e os governantes favorecem mais lá. Daí tudo depende da cidade e junta o povo todo lá”; (3) determinada pela posição de grande centro que condensaria os diferentes recursos ($f = 31$) – “É um sistema econômico e político de concentração. É assim por causa da estrutura de desenvolvimento e tecnologia que é concentrada na cidade, para manter o poder lá”; (4) resultado do estabelecimento de relações sociais empobrecidas, fundamentadas em valores individualizantes ($f = 19$) – “As pessoas têm medo de conhecer o outro, acha que não tem importância. Por estarem envolvidas no trabalho, só se preocupam com o lucro. Acho que é falta de interesse mesmo de conhecer as pessoas, por serem individualistas”; (5) consequência do modelo capitalista assumido como motor de seu funcionamento, o qual regula relações de trabalho competitivas, produção e consumo de mercadorias em alta escala ($f = 33$) – “A mídia também passa essa correria e competição. Lá é explorado e tem que dar o máximo para ter o que o outro tem. O seu tempo lá é para trabalhar. O trabalho das pessoas e o resultado final desse trabalho, acho que produzir é o que determina tudo isso”; e (6) devido à fragmentação da sociedade em diferentes níveis de inserção socioeconômica em função de um sistema que gera e mantém a desigualdade social, expressando sua fragilidade em questões como a fome, o desemprego e a violência ($f = 13$) – “A cidade tem os grandes que mandam, que têm o poder na mão e exploram os pobres. Lá muitos não têm emprego, não conseguem as coisas e são *cantiados* nas favelas”.

Os campos representacionais

Os resultados apresentados nos conduzem a dois importantes processos que concorrem à elaboração das representações sociais dos objetos abordados: (I) da relação existente entre os objetos rural e cidade como realidades representadas e (II) da função dessas representações para o grupo.

É oportuno resgatar a contribuição de Jodelet (2001) sobre a compreensão do campo de estudo das representações sociais. Segundo a autora, a representação social, como forma de conhecimento, implica relação entre um sujeito e um objeto, os quais manifestam na representação as suas próprias características. Assim, a representação confere ao objeto significação que, em seu sentido prático ou como sistema de referência, atua como um importante instrumento na orientação dos indivíduos e grupos sociais acerca do como agir no mundo e na relação com os outros. Jovchelovitch (2004) complementa esse quadro epistêmico informando que a representação social é uma “estrutura de mediação entre o sujeito-outro, sujeito-objeto. Ela se constitui enquanto trabalho, ou seja, a representação se estrutura através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo” (p. 22). A ação comunicativa, à qual a autora se refere, vincula-se à capacidade da representação de conectar significados e elaborar a dimensão simbólica da realidade dos indivíduos.

Tais considerações são esclarecedoras à interpretação do campo empírico estudado na medida em que fornecem elementos à análise do sistema representacional no qual se confrontam um objeto que constitui a própria realidade endogrupal e outro que assume a significação do que poderíamos chamar seu oposto-complementar. A partir desta dinâmica coloca-se em questão a própria identidade do

objeto e, ao avançar na análise de sua organização e conteúdo, teremos empreendido esforços também no sentido de compreender a elaboração do espaço de identificação social do grupo rural, uma vez que sujeito e objeto assumem, nesta investigação, um campo de significação compartilhado.

Guimelli e Rouquette (2004) destacaram a importância de se considerar um objeto de representação social em conjunto com os demais objetos que a ele estejam, de certa maneira, associados. Nesta perspectiva, o tipo de relação existente entre os objetos envolvidos revela-se no próprio conjunto de significados, o que indica a interpretação semântica (Bardin, 2002, 2003; Barthes, 2006; Santaella, 2004) como caminho mais apropriado à análise.

Para viabilizar a comparação entre dois campos, integramos os *corpora* de dados dos grupos geracionais compondo um único banco por objeto. A partir da análise hierarquizada das associações livres realizada pelo *software* EVOC-2003, procedemos a comparação entre o sistema central e a periferia próxima dos objetos *rural* e *cidade*, conforme Figura 2. É importante ressaltar a saliência do conteúdo projetado nos esquemas comparativos, uma vez que foram submetidos aos critérios de frequência e ordem de evocação segundo método da análise estrutural.

A relação entre o conteúdo dos campos representacionais forneceu um esquema comparativo do tipo espelhar. No núcleo central estão em conexão os temas da natureza/artificialidade, produção agrícola/comércio, tranquilidade/violência e tumulto, cercados de uma periferia que revela o investimento em relações sociais marcadas pela convivência entre as pessoas do território rural, em contraste com a pobreza, indicada como reflexo da falta de solidariedade e integração entre as pessoas da cidade, o que fortaleceria a desigualdade social existente entre os

diferentes estratos da sociedade. Ainda na primeira periferia, na chamada zona de contraste, identificamos a presença de elementos que indicam a avaliação das categorias sociais abordadas, segundo orientação da polaridade esperada para processos de distintividade entre grupos (predileção endogrupal vs. atribuição de valoração negativa ao exogrupo).

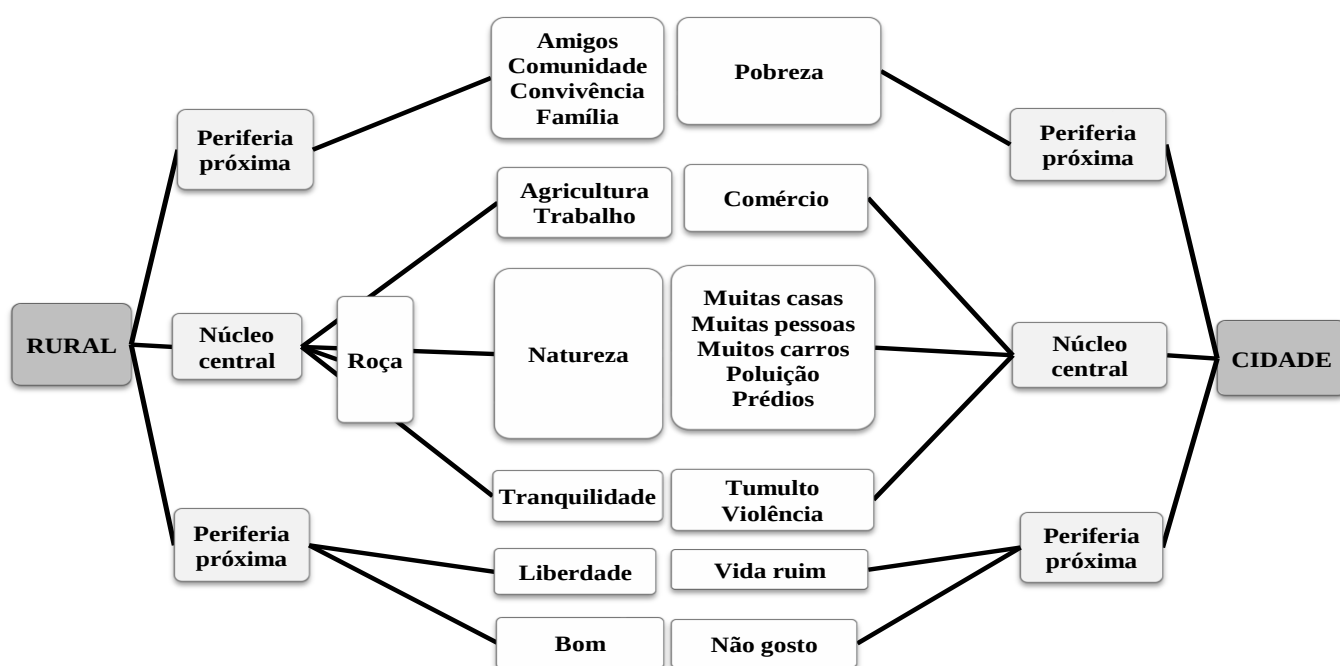


Figura 2: Comparação entre as representações sociais dos objetos *rural* e *cidade* a partir da análise hierarquizada das associações livres. Para o estabelecimento do quadrante de rural: frequência limite = 29 e média de evocação = 2.9; e para o quadrante de cidade: frequência limite = 30 e média de evocação = 2.8.

Das representações das categorias à comparação entre os campos representacionais, a análise do conteúdo sugere o estabelecimento de relação de antinomia entre os significados que as compõem. Através deste campo dinâmico, a construção conceitual (o que é rural e o que é cidade para os membros do grupo abordado) se estabelece em um plano relacional de produção de sentido (Barbosa, 2004). Conforme discussão resgatada por Coelho (2006), não se confere significado a um objeto isoladamente, pois o processo de significação pressupõe, como condição

inerente, a existência de relação entre objetos. Em outras palavras, ao criar um conceito, emerge com ele o seu significado relacional. Isso quer dizer que os objetos *rural* e *cidade*, como realidades representadas, se constroem reciprocamente, impondo suas características e se fazendo reconhecer no processo de comparação provocado. É importante ressaltar que no caso das representações sociais de rural e de cidade analisadas, embora tenhamos dois objetos em relação, o sentido conferido depende da inserção contextual dos indivíduos. Ou seja, tais representações não se constituem como conceitos fora de uma realidade, mas são, sobretudo, conteúdo e processo nela imbricados.

A partir das considerações apresentadas, destacamos alguns temas mobilizadores do campo representacional de rural e de cidade, como objetos em diálogo (Marková, 2006), conforme esquema comparativo (Figura 2): produção de subsistência vs. consumo e acúmulo de capital; social vs. individual; e, finalmente, natural vs. artificial. A referida tematização nos conduz à histórica relação entre os contextos urbano e rural, marcada por conflitos, integração, oposição e, por vezes, aniquilamento de um para afirmação do outro. A perspectiva político-econômica urbanocentrada, guiada pela proposta desenvolvimentista de superação do modo de vida rural, o qual representaria um obstáculo a ser transposto para o progresso do país, esta refletida nesta dinâmica (Aleixo, 2004; Caliari, 2002; Williams, 1990).

Na atualidade, este traço tensional chega carregado de força simbólica ao imaginário do grupo, estando presente nas conversações cotidianas do grupo ou mesmo na circulação de estereótipos de conotação negativa através da mídia (expressos nos personagens das novelas, seriados e programas humorísticos nos quais o homem do campo é retratado como o jeca, o feio ou o bobo, entre outros),

provocando ainda mais o debate e conferindo à relação o *status* conflitivo propício ao posicionamento grupal.

Diversos trabalhos (Dedej, 2005; Joffe, 1995; Moreno & Moons, 2002; Nuvola, 2005), destacaram o processo comparativo, mediado pelas representações, como mecanismo chave para o estabelecimento de espaços de identificação social. Arcuri e Cadinu (1998) esclarecem que as representações formuladas pelos grupos sociais acerca de outros grupos não consistem simplesmente em atribuição de características, mas são conduzidas por um processo avaliativo atuante, o qual opera através da simplificação do grupo externo através do uso de estereótipos. Na base deste sistema, encontra-se a categorização que, como retomado por Brown (1997, 2000), é um processo cognitivo inerente à existência humana, a fim de que o indivíduo possa apropriar-se do mundo, pois como contexto confuso e complexo, demanda o desenvolvimento da estratégia de sua simplificação e ordenamento. A eficácia do “mundo em categorias” permite aos indivíduos reconhecer e comportar-se de forma coerente com os padrões do grupo de pertencimento e com os grupos de oposição (em alguns contextos, este mecanismo é basilar à preservação, inclusive, da própria vida, como no caso de conflitos étnicos, por exemplo). O produto desta equação sócio-cognitiva apresenta-se a partir da seguinte dinâmica: minimiza-se as diferenças internas e maximiza-se as diferenças intergrupais, explicitando a avaliação positiva do endogrupo e a avaliação negativa do grupo opositor na relação estabelecida, como foi evidenciado nos resultados deste estudo. Mazzara (1997), todavia, sublinha que o mecanismo categorial de produção de estereótipos não é determinado apenas por fatores cognitivos, mas implica processos psicológicos que

são ativados na relação entre o indivíduo e o seu contexto social, pressupondo tensão entre o grupo de pertença e os demais grupos.

A partir da análise estrutural das representações sociais de rural e de cidade, entendemos que o investimento em um campo semântico relacional, expresso por meio das antinomias como faces do objeto, age como um recurso identitário orientando a percepção que o grupo rural tem de si e do grupo de oposição, o urbano (Abric, 2003a). Vimos que as representações endogrupais parecem fornecer as coordenadas para o estabelecimento de um campo identitário com significação compartilhada entre os grupos simbolizados, sendo, portanto, balizadoras do processo de categorização necessário à organização do modo de vida rural.

Como realidades construídas, as representações são determinadas “ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social” (Abric, 2001, p. 156). A tematização dos campos comparativos, como já discutido, reflete tal conexão a partir do sistema comunitário, do modo de produção baseado na agricultura familiar e da forte relação com a natureza. As representações, neste contexto dialógico (Marková, 2006), relacionam-se, portanto, a conflito, memória e reconhecimento de diferenças, pois emergem de um fenômeno saliente ao grupo rural. O compartilhamento e coesão intra e intergeracional sugere a existência de um forte debate sobre o fenômeno abordado e, considerando a coerência intragrupal na elaboração das imagens endo e exogrupo (como distintas, opostas, mas conectadas), chegamos, finalmente, à questão central dos significados comunicados: a relação entre os objetos concorre para a constituição de uma realidade social vivida; criar, manter e atualizar tal realidade através das

representações é a missão basilar de sua dinâmica, e a eficácia de sua transmissão, a garantia de que as novas gerações poderão orientar-se através deste sistema simbólico de referência e apropriar-se de uma identidade rural.

Considerações finais

O estudo versou sobre os significados que compõem o campo representacional de rural e de cidade para moradores de uma comunidade rural. A partir das representações vinculadas às categorias sociais mencionadas, os significados apreendidos nestas representações revelaram a presença atuante do processo de discriminação grupal, confirmando o pressuposto de interação entre a inserção social dos indivíduos e o como estes significam o mundo e os diferentes objetos sociais presentes em seu imaginário (Abric, 1997, 2001, 2003a, 2003b; Jodelet, 2001, 2005; Moscovici, 2003).

Uma questão que merece ser destacada apoia-se na discussão acerca da relação entre os chamados grupos hegemônicos e grupos minoritários. O campo representacional analisado está vinculado ao imaginário de um grupo social inserido no contexto das minorias sociais. Não poderíamos deixar de observar, portanto, que também as minorias constroem representações visando a distintividade para se afirmar frente ao pensamento hegemônico, adotando padrões discriminatórios que atribuem sentido negativo aos grupos considerados opositores. No plano grupal, essa é uma questão de afirmação e defesa da identidade associada à categoria social, estratégia simbólica munida de estereótipos valorados segundo o interesse dos grupos. É interessante verificar que esta dinâmica é um processo necessário ao ordenamento da sociedade e das relações sociais, não sendo específica dos chamados grupos superiores ou com maior *status* e poder (Arcuri & Cadinu, 1998; Brown,

1997, 2000; Mazzara, 1997). Contudo, a problemática da hegemonia instala-se justamente no impacto de sua lógica defensiva, uma vez que produz verdades que são disseminadas nas conversações cotidianas, ganhando o pensamento social através dos diferentes meios de comunicação, além de permitir a manipulação de recursos de forma desigual para diferentes grupos sociais, reflexo presente também na esfera das políticas públicas (Souza, 2004).

Outro ponto que merece nossa atenção é a questão da elaboração conceitual sem a participação do sujeito do significado. A porosidade do conceito de ruralidade (Moreira, 2005) enfatizada neste estudo, é ilustrativa dessa forte demanda para que se integre o grupo social à institucionalização de seu próprio conceito-realidade, compreendendo o sentido histórico do contexto dos grupos e indivíduos em constante transformação, o que poderia contribuir para a elaboração de políticas públicas mais coerentes com as demandas da população envolvida. Dos territórios aos grupos e destes à significação da realidade, acreditamos que a Psicologia Social dispõe de importantes ferramentas para pensar o contexto dos indivíduos respeitando a memória do lugar e as formas como as pessoas se apropriam e vivem suas vidas nestes espaços, reflexões que se aplicam também à área urbana, uma vez que ela congrega diferentes grupos sociais, com suas histórias e modos de vida. A abordagem de um conceito territorial a partir das pessoas que habitam os lugares, como o rural e o urbano, agrega à lógica de classificação objetiva a dimensão também simbólica da realidade na qual as crenças, valores e ideologias tornam-se chaves-interpretativas que orientam as práticas sociais dos grupos e lhes confere singularidade cultural.

Os dados obtidos neste estudo evidenciam a importância de se discutir o sistema de pertencimento para compreender a relação entre os objetos sociais vinculados ao campo representacional dos grupos. Como vimos, os temas e suas antinomias concorrem à produção de significados associados aos objetos, o que sugere que os elementos constitutivos deste campo estão também ancorados em especificidades da vida e história dos grupos sociais. Por fim, focalizamos a ruralidade como um possível objeto de estudo para a Psicologia, contexto que tem sido historicamente negligenciado pelas investigações desta área (Albuquerque, 2002). Considerando a relação campo-cidade na sociedade contemporânea, como discutimos, a realidade rural tem sido marcadamente pensada a partir de uma matriz urbanocêntrica, tendo sido raras ou inexistentes as possibilidades de se pensar a condução do modo de vida nos grandes centros a partir da sociabilidade e vivência camponesas. Entendemos que o investimento científico neste âmbito pode contribuir para se avançar na análise de fenômenos comuns a ambas as realidades (ainda que em diferentes contextos e temporalidades), fornecendo subsídios para se refletir sobre o como vivemos e, finalmente, pensar a condução da nossa própria sociedade.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS.
- Abric, J. C. (1997). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 155-171). Rio de Janeiro: EDUERJ.

- Abric, J. C. (2003a). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In J. C. Abric, *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Abric, J. C. (2003b). L'analyse structurale des representations sociales. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 375-392). França: Puf Fondamental.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(01), 37-42.
- Aleixo, A. C. V. (2004). A imagem literária de um sertão chamado Brasil. *Revista da UFG*, 7(01). Recuperado em 15 de dezembro de 2009, de www.proec.ufg.br
- Arcuri, L., & Cadinu, M. R. (1998). *Gli stereotipi*. Bologna: Il Mulino.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(02), 183-190.
- Barbosa, M. A. (2004). Antonímia: a dialética entre os contrários e os contraditórios. *Revista Philologus*, 10(28), 58-72.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Barthes, R. (2006). *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Bernardelli, M. L. F. H. (2006). Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. In M. E. B. Sposito, & A. M. Whitacker (Orgs.), *Cidade e campo: Relações e*

- contradições entre urbano e rural*. (pp. 33-52). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Bonomo, M. & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, 107. Recuperado em 10, setembro de 2010, de <http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>.
- Caiado, A. S. C., & Santos, S. M. M. (2004). Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado de São Paulo. In *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Minas Gerais.
- Calari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.
- Coelho, B. J. (2006). Antônimos – mais do que palavras de sentidos contrários. *Linguagem - Estudos e Pesquisas*, 8-9, 42-83.
- Dedej, A. (2005). *La rappresentazione sociale della donna musulmana in alcuni quotidiani della stampa italiana*. Tese de Doutorado em Psicologia, Università degli studi di Genova, Genova.
- Doise, W. (1989). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.
- Doise, W. (2002). *La forza delle idee*. Bologna: Il Mulino.

- Endlich, A. M. (2006). Perspectivas sobre o urbano e o rural. In M. E. B. Sposito, & A. M. Whitacker (Orgs.), *Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural*. (pp. 11-32). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Fialho, M. A. V. (2005). Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 109-126). Rio de Janeiro: DP&A.
- Guimelli, C., & Rouquette, M. L. (2004). Étude structurale de la relation d’antonymie entre deux objets de représentation sociale: la sécurité vs l’insécurité. *Psychologie & Société*, 7, 71-87.
- Jodelet, D. (2001). As representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet, *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Joffe, H. (1995). Eu não, o meu grupo não – representações sociais transculturais da aids. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 297-322). Rio de Janeiro: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31.
- Lefebvre, H. (1975). *De lo rural a lo urbano*. Barcelo: Península.
- Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

- Mantovani, G. (2003). I metodi qualitativi in psicologia. Strumenti per una ricerca situata. In G. Mantovani, & A. Spagnolli (Orgs.), *Metodi qualitativi in psicologia* (pp. 15-45). Bologna: Il Mulino.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais – as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mazzara, B. M. (1997). *Stereotipi e pregiudizi*. Bologna: Il Mulino.
- Moreira, R. J. (1999). *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moreno, J. D., & Moons, T. (2002). Representaciones sociales, identidad y cambio. *Redes*, 10, 51-69.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nosella, P. (2007). *Origens da pedagogia da alternância*. Brasília: UNEFAB.
- Nuvola, F. (2005). *Quando l'altro è uno straniero - Stereotipi e pregiudizi nella cultura giovanile*. Tese de Doutorado em Psicologia, Università degli Studi di Perugia, Perugia.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá, C. P. (2005). A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 125-133.

- Oliveira, L. L. (2003). Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Pecora, A. R., & Sá, C.P. (2008). Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 319-325.
- Sá, C. P. (1996a). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. (1996b). *The central nucleus approach to social representations*. In LSE Methodology Institute and Department of Social Psychology. Recuperado em 03 de fevereiro de 2010, de <http://www2.lse.ac.uk/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/CELISO-Core-periphery.pdf>
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., Castro, R. V., Vetere, R., & Carvalho, R. V. C. (2009). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia*, 26(2), 159-171.
- Santaella, L. (2004). *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Silva, J. G. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, 15(43), 37-50.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2000). Psicologia popular, práticas e representações sociais. In *VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico – ANPEPP*. Serra Negra, São Paulo.
- Valadão, V. A. (1999). *Assentamentos e sem terra – a importância do papel dos mediadores*. Vitória: EDUFES.
- Veiga, J. E. (2004). Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, 18(51), 51-67.
- Veiga, J. E. (2006). Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, 20(57), 333-353.
- Vergès, P. (2000). *EVOG – Ensemble de Programmes permettant l’analyse des évocations: manual version 2*. Aix-en-Provence: LAMES.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e “ator coletivo”. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 15, 69-129.
- Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

DIMENSÃO ICÔNICA E CAMPO AFETIVO NA OBJETIVAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RURAL E CIDADE¹²

Resumo

O estudo objetivou investigar a articulação entre campo afetivo e dimensão icônica na objetivação de representações de *rural/cidade* junto a quatro gerações de moradores de uma comunidade rural. Os dados foram coletados através de entrevistas que focalizaram: 1). campo afetivo - sistematizado através da Análise de Conteúdo; 2). levantamento das características positivas e negativas do campo/cidade - dados submetidos ao SPSS-17, e 3). núcleo figurativo dos objetos e articulação entre a dimensão afetiva e o componente icônico - dados processados através do *software* ALCESTE. Os resultados indicaram a associação dos objetos rural e cidade, respectivamente, a afetos positivos e negativos, dinâmica que se confirma no conteúdo icônico das representações. A elaboração do núcleo figurativo de rural apoia-se na ideia de equilíbrio/harmonia, enquanto a cidade é representada como caótica/desordenada. Na articulação entre dimensão afetiva e componente icônico, discute-se a função das imagens objetivadas como sistema de referência que orienta processos de identificação social com a categoria rural.

Palavras-chave: representação social; objetivação; afeto; ruralidade; urbanidade

¹² Artigo publicado na Revista Memorandum: memória e história em Psicologia. (2010). v.19, 159-183.

ICONIC DIMENSION AND AFFECTIVE FIELD IN THE OBJECTIFICATION OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF RURAL AND CITY

Abstract

The objective of this study is to investigate the interaction between the affective field and the iconic dimension in the objectification of rural/city within four generations of residents of a rural community. The data was collected through interviews which focussed on: 1). the measurement of the affective field using Content Analysis; 2). an investigation of the positive and negative aspects of the country/city, analysed via SPSS-17 and 3). an analysis of the figurative centres of the objects and the interaction between the affective dimension and the iconic components using ALCESTE software. The results associate the rural objects with positive affects and the city with negative affects, a dynamic which is confirmed by the iconic content of the representations. The formulation of the rural figurative centre relies on the idea of balance/harmony, while the city is chaotic/disorderly. The function of objectified images as a system of referencing which inform the processes of social identification within the rural category in the interaction between the affective dimension and the iconic component is discussed.

Keywords: social representation; objectification; affect; rurality; urbanity

Introdução

Historicamente consolidada no imaginário social como “contraponto societário à modernização” (Frúgoli Jr., 2003), no discurso contemporâneo a ideia de comunidade se concretiza em duas acepções principais: (1) como expressão de uma organização social baseada em relações solidárias entre conhecidos, em um sistema produtivo fundamentado na economia primária, associa-se à ideia de passado/atraso (Prezza & Pacilli, 2002; Williams, 1990); (2) como expressão do domínio público e civil da sociedade, que permitiria resgatar a dimensão idealizada de bem comum, símbolo da imagem de democracia, bem como refletir sobre a condução das sociedades e grupos humanos (Jovchelovitch, 2008; Sawaia, 1996).

Como dimensões de uma mesma realidade, comunidade e ruralidade retratam um modo de vida que se manifesta nas formas de organização local. Para muitos soa como uma questão paradoxal que, em meio aos avanços da *vida moderna*, grupos sociais ainda identifiquem-se com o modo de vida camponês (Naiff, Monteiro & Naiff, 2009). Como sociabilidade na contramão das ideias de progresso e desenvolvimento, o processo vivido por comunidades rurais fica mais claro quando pensado a partir dos movimentos de afirmação identitária que ocorrem no confronto com a globalização (Cabecinhas, 2006; Souza, 2008). Jovchelovitch (2008) argumenta que a “globalização do mundo, paradoxalmente, recrudescerá identidades locais e indivíduos hoje continuam a procurar os laços de solidariedade e comunalidade que são constitutivos da vida em comunidade” (p. 131).

No entanto, Del Priore e Venâncio (2006) alertam que na história do rural brasileiro não há o reconhecimento do modo de vida rural como uma das expressões da organização social do país: “Para dizer do espaço que fica além dos grandes

centros urbanos falou-se durante muito tempo em ‘fronteiras’” (Del Priore & Venâncio, 2006, p.13), lógica subjacente a um progressivo processo que fortaleceu a segregação entre os territórios em sua delimitação espacial e hierarquia simbólica. Se no plano da história o rural foi sendo esquecido, do outro lado da fronteira a realidade constituída pelos grupos sociais camponeses solidificou-se, e eles assumiram expressivo protagonismo na reivindicação de direitos e acesso aos bens sociais. Nesta perspectiva, Wanderley (2001) destaca o movimento de revalorização dos espaços rurais conduzido pelos próprios movimentos sociais que reivindicam as dimensões *rural* e *agrícola* em diferentes partes do mundo, processo que visa afirmar “a existência do rural, como espaço específico e como ator coletivo” (Wanderley, 2001, p. 33). A tomada da capital francesa por uma comitiva de tratores conduzidos por agricultores de todas as regiões do país evidencia a luta pelo reconhecimento da importância do trabalho agrícola na economia nacional e no funcionamento da sociedade. Conforme noticiado, “Uma das mais conhecidas avenidas de Paris, a Champs-Élysées, foi transformada em uma fazenda da noite para o dia, com toneladas de terra e milhares de plantas e até árvores” (Fonte: O Estado de São Paulo).

No Brasil, apesar da contínua luta dos movimentos sociais rurais, as evidências históricas desenham um quadro de conflitos com diferentes impactos para os grupos rurais em todo o território nacional (Passos, 2008; Silva, 2004). Não escapam à luta camponesa a violência sofrida por integrantes de acampamentos rurais, o êxodo rural em direção aos grandes centros, a pobreza vinculada à escassez de recursos e às contingências climáticas que agravam as dificuldades de produção, a falta de acesso a saúde e a educação e a desvalorização dos produtos agrícolas nas

cotações do mercado. É com o objetivo de transformar a realidade social camponesa que “marcham as margaridas” (movimento nacional das mulheres rurais), organizam-se os Sindicatos de Pequenos Agricultores Rurais e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), mobilizam-se os integrantes do Movimento Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros representantes da categoria rural no cenário nacional e local (Feliciano, 2006; Gohn, 2006; Ricci, 1999).

As reflexões realizadas por Burity (2001), Cabecinhas (2006) e Souza (2008), contribuem para compreender como as tensões inerentes a uma estrutura social e econômica que engloba tanto ideias e práticas comunitárias quanto o modo capitalista de produção se projetam nestes movimentos. É possível constatar que tanto no campo quanto na cidade emergem diferentes arranjos e expressões de sociabilidades possíveis na tensão entre os dois modelos. Todavia, a partir da ideia de desenvolvimento, as primeiras foram tomadas como conservadoras e tradicionais, resistentes às inovações e avanços tecnológicos, subsistentes em sua forma de produção primária, e o último justamente como símbolo do progresso, cenário no qual o moderno se personifica e do qual parte o projeto de urbanização do “além fronteira”. Assim, “as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos” (Wanderley, 2001, p. 33).

A construção de uma realidade compartilhada, sustentada também por uma simbologia que represente fielmente o grupo frente à sociedade, emerge do trabalho de elaboração de um imaginário que envolve a mobilização afetiva das pessoas e a seleção, manutenção e transmissão dos elementos relevantes para o grupo. No

prefácio do livro *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, trabalho onde o autor discute a construção do sentimento de nacionalidade, Schwarcz (2008) nos convida à reflexão sobre os processos envolvidos na formação de uma identidade associada a determinado objeto social:

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados “naturais e essenciais”; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do “nós”, presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à idéia de individualidade e apague o que existe de “eles” e de diferença em qualquer sociedade (p. 16).

No plano da formação grupal das comunidades rurais, há de se considerar a construção social de sua realidade a partir de dois objetos essenciais à modulação simbólica e afetiva que sistematiza a comparação necessária para o posicionamento e expressão identitários: ruralidade e urbanidade como categorias sociais dialógicas (Marková, 2006). São estas categorias que orientam o estabelecimento dos códigos endogrupais e de sociabilidade que retratam a vida da comunidade e de seus membros. A construção de uma imagem grupal é parte do necessário processo de afirmação de fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, que garante a apropriação de um ambiente seguro e familiar, nuclear ao sistema de crenças e valores do grupo (Jodelet, 2005). É no imaginário que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro... O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias” (Carvalho,

1990, p. 10), berço de representações estratégicas acerca dos diversos objetos que compõem a realidade dos grupos sociais.

A preocupação principal do presente estudo, qual seja, a análise das representações sociais de rural e cidade a partir de integrantes de uma comunidade rural, conduziu à adoção do aporte teórico-conceitual da Teoria das Representações Sociais na abordagem processual. A abordagem processual (Jodelet, 2001, 2005, 2009; Moscovici, 1978, 2003, 2005) focaliza o fenômeno das representações não apenas como *produto* do pensamento social, mas também como *processo*, proposição que permite compreender como as representações são criadas e mantidas no interior dos grupos sociais (Aragão & Arruda, 2008; Cruz & Arruda, 2008; Deschamps & Moliner, 2009). No domínio sócio-genético das representações sociais, Moscovici (2003) propôs a ação de dois processos sócio-cognitivos centrais, a ancoragem e a objetivação. *Tornar o estranho familiar*: eis a função elementar dos referidos processos, o primeiro para ancorar ideias incomuns em categorias cotidianas e conhecidas, e o segundo, por sua vez, transformando o abstrato em imagem concreta e tangível, dando corpo à realidade social dos grupos e indivíduos (Cerrato & Villarreal, 2007; Galli, 2006; Palmonari, Cavazza & Rubini, 2002).

O processo de objetivação, que consiste em “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso (...) reproduzir um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2003, p. 71-72), compreende três fases: 1). *seleção e descontextualização* das informações, crenças e ideias acerca do objeto de representação, como forma de se obter um todo relativamente coerente; 2). *esquematização estruturante*, permite atingir um certo padrão das noções básicas que constituem uma representação. Assim, as imagens que foram retidas são

incorporadas em um “padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias” (Moscovici, 2003, p. 72); e 3). *naturalização*, onde o que era percepção se torna realidade, o abstrato se traduz em imagens e metáforas, ganhando concretude nas relações sociais (Cabecinhas, 2006; Deschamps & Moliner, 2009; Galli, 2006; Moscovici, 2003; Palmonari, Cavazza & Rubini, 2002).

O trabalho de elaboração das representações é mobilizado por “um fluxo de afetos, imaginários, estilos cognitivos e se configura por meio de processos que, sendo sociais, são ao mesmo tempo psicológicos” (Arruda, 2009a, p. 742), convergindo para a elaboração de uma realidade compartilhada pelos grupos e ganhando o status de sistema de referência para as práticas sociais (Jodelet, 2001). Em seu estudo clássico sobre as representações sociais da loucura, Jodelet (2005) refere-se à dinâmica de *familiarização*, na qual atua a distorção ou o revestimento da realidade em favor do sistema interpretativo do grupo, processo apoiado nos valores normativos de onde partem poderosas significações em torno dos objetos sociais.

O hábito traduz então a experiência, pela qual tudo, até o insólito, tornando-se costumeiro, acaba por tornar-se banal. O poder de conhecimento e de aceitação atribuído ao simples fato de ver só se compreende, entretanto, se se admite que essa experiência está socialmente codificada. Aprende-se a ver ou a não ver (p. 90).

Neste quadro de constituição de um sistema de referência, a partir da realidade tal como simbolizada, Moscovici (2003) chama a atenção para o fato de os indivíduos não serem apenas consumidores do imaginário social. Eles são, sobretudo, agentes que o colocam em movimento e o recriam segundo sua inserção na esfera

social, cultural e histórica, perspectiva que resgata a autonomia relativa do sujeito da representação (Jovchelovitch, 2008). Moscovici (2003) esclarece que

Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas é outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso (p. 55).

Ao discutir os riscos de reificação do campo representacional, Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1995) argumentam que o processo de *objetivação* não pode ser concebido como sendo estático e nem a *consensualidade* como suficiente para apagar as diferenças individuais. Ao considerar a trama social das representações como *compartilhada*, e não simplesmente consensual, há de se questionar sobre “a influência dos discursos culturalmente conscientes sobre o pensamento cotidiano” (Doise, Clemence & Lorenzi-Cioldi, 1995, p. 77 – tradução nossa), atentando para as trocas simbólicas na esfera das relações entre grupos, contexto em que as representações são produzidas, justificadas, mantidas ou transformadas. A reflexão de Lloyd e Duveen (1990), acerca das representações sociais de gênero a partir da análise semiótica, se associa a esta perspectiva. Os autores explicam que os sistemas de signos (Barthes, 2006; Pietroforte, 2007; Santaella, 2004), por meio dos quais as imagens são produzidas pelos grupos nas conversações cotidianas, dependem do compartilhamento entre seus membros dos significados associados ao objeto, coesão simbólica construída ao longo do processo de socialização.

A imagem social de um objeto, fruto da representação como processo de significação, de acordo com Moliner (1996), consiste em um conjunto de

características e propriedades atribuídas pelos indivíduos que apresenta dupla função: (a) constitui a forma sobre a qual os objetos sociais existem no universo cognitivo dos indivíduos, e (b) possui função avaliativa: as características e propriedades associadas aos objetos permitem aos indivíduos estabelecer julgamento sobre os mesmos. Este mecanismo favorece o processo de comparação social (Brown, 1997, 2000), posto que a elaboração da imagem baseada na representação da realidade tem como objetos fatos, pessoas, coisas ou sentimentos que permaneceram na memória e no imaginário dos indivíduos (Moliner, 1996). Como modalidade histórica que tem forte participação na manutenção dos elementos simbólicos significativos para os grupos, a memória apresenta-se, neste contexto, como “produto social construído nos processos comunicativos, que reflecte as pertenças e as identidades sociais dos indivíduos assim como as suas trajectórias pessoais, também elas marcadas pelo social” (Cabecinhas, 2006, p. 06). O estudo realizado por De Rosa (2005), sobre o papel das imagens na memória social, confirma a relação entre a dimensão icônica e os elementos simbolicamente relevantes, destacando a participação dos afetos neste processo.

Arruda (2009b) também enfatiza a dimensão dos afetos no eixo *processo de significação - objeto/grupo*, destacando a importância da identificação social como linha estratégica do processo de familiarização, em função do qual os grupos elaboram as representações sociais.

A representação social, portanto, não cumpre uma função apenas com relação à familiarização do objeto, mas também em relação à familiaridade com o grupo, e a dimensão afetiva está na base deste trânsito, apoiada na memória, na experiência, nas contingências da situação... A forma a ser dada à

interação social irá contemplar, na sua concretização, o desejo de se identificar e ser identificado – ou não – pelo grupo como um dos seus (Arruda, 2009b. p. 91).

De acordo com Moliner (1996), a imagem emociona justamente porque está vinculada diretamente a experiências anteriores que permitem resgatar elementos significativos da história dos grupos e dos indivíduos. Como dimensão compartilhada, estaria também na base do sistema de manutenção da segurança, nas fronteiras entre um mundo conhecido e aquele do qual se deve proteger ou ainda explorar, a fim de torná-lo um espaço dominado pelos indivíduos e seus grupos. Rimé (2008) explica:

A evolução da discriminação perceptiva conduz, assim, ao estabelecimento de um sistema binário de resposta ao ambiente, no qual a percepção se conecta aos modelos internos e às emoções: diante de um elemento familiar, sintonia, emoção positiva e aproximação; diante de um elemento não familiar, assintonia, emoções negativas (medo, gritos, angustia, etc) e afastamento. Graças a este dispositivo simplíssimo, o jovem indivíduo se mantém perto aos objetos familiares – e então, seguro – e distante dos elementos estranhos (p. 346 – tradução nossa).

A despeito de sua presença nos processos elementares da experiência humana no mundo (Lima, Bomfim & Pascual, 2009; Rimé, 2008) e da reconhecida contribuição para o estudo das representações sociais, visto que sob a ótica dos afetos poderíamos “retomar processos clássicos da construção das representações” (Arruda, 2009b, p. 93), a dimensão afetiva ainda apresenta-se como um grande desafio para os pesquisadores da área. Campos e Rouquette (2003) sugerem que esta dificuldade

decorre da ausência de uma *teoria da afetividade* que possa ser associada ao campo sócio-cognitivo, amplamente explorado na esfera dos estudos em representações sociais. É neste sentido que De Rosa (2005) tem desenvolvido alguns estudos focalizando a semiótica como recurso metodológico. Segundo a autora, a semiótica ou a capacidade de representar o que é conhecido através dos signos ou dos sistemas de significação (Barthes, 2006; Pietroforte, 2007; Santaella, 2004), tem sido utilizada como caminho estratégico para a obtenção de dados acerca dos aspectos afetivos, cognitivos e culturais, contribuindo para o acesso a níveis ainda pouco explorados dos fenômenos psicossociais.

Diante de tais considerações, investigou-se a constituição das imagens elaboradas acerca dos objetos *rural* e *cidade*, sua significação para o grupo rural, bem como a experiência afetiva a eles associadas, com o objetivo de conhecer o processo de *objetivação* das referidas representações no contexto sociocultural comunitário e rural, tomando a ruralidade e a urbanidade como categorias sociais dialógicas (Marková, 2006).

Método

Participantes

A amostra foi constituída por 200 moradores de uma comunidade rural, com idades entre 07 e 81 anos, distribuídos em quatro grupos com base no critério geracional. Foram entrevistadas 50 pessoas de cada grupo geracional, 25 do sexo feminino e 25 do sexo masculino, o que representou 34.84% dos habitantes locais. Informamos que o sexo foi considerado apenas para equilibrar a distribuição dos participantes nos diferentes grupos geracionais, não sendo uma variável de interesse

para a análise dos dados. A distribuição dos respondentes segundo os grupos geracionais foi realizada da seguinte forma: 4ª geração entre 07 e 12 anos; 3ª entre 15 e 25 anos; 2ª entre 35 e 45 anos e 1ª geração 60 anos ou mais. Todos os participantes da 3ª e 4ª gerações eram solteiros, da 2ª geração casados (98%) ou divorciados (2%) e da 1ª geração casados (82%) ou viúvos (18%).

Contexto comunitário e procedimento de coleta dos dados

A comunidade rural era composta por 167 famílias, reunidas segundo organização social alicerçada no modelo sociocultural comunitário, sendo notável o investimento em espaços para interação entre os grupos familiares. O sistema de produção baseado na agricultura familiar favorecia a existência de mediadores que visavam a manutenção da realidade camponesa, como escolas de pedagogia rural, sindicato de pequenos agricultores e associação/cooperativa local para beneficiamento da produção agrícola das unidades familiares. Em função da realidade agrícola e comunitária das famílias, procedeu-se a coleta dos dados respeitando a dispersão das pessoas nos diferentes espaços do território, aumentando a interação com os diversos membros da comunidade rural e favorecendo a realização da pesquisa de forma mais contextualizada. Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas individualmente e foram precedidas de leitura, esclarecimentos sobre os objetivos e procedimentos utilizados e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisas científicas. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para processamento das informações obtidas.

Instrumentos e tratamento dos dados

Como estratégia de captação do campo afetivo e das imagens associadas aos objetos de representação abordados, utilizou-se os seguintes recursos: (I) relato de como o respondente *se sentia* quando estava na cidade através de (i) uma palavra que para ele fosse representativa da referida situação e, em seguida, pedia-se que (ii) justificasse a resposta fornecida (o mesmo procedimento foi adotado para o território rural); (II) descrição do conteúdo icônico vinculado à cidade e ao rural. Nesta segunda parte pedia-se ao respondente para imaginar uma figura que representasse os referidos objetos (como se fosse pintar um quadro ou fazer um desenho) e, posteriormente, o participante descrevia detalhadamente as imagens referentes ao rural e à cidade; e (III) listagem de três pontos positivos e três negativos para o rural e para a cidade. Informações sobre a identificação sócio-demográfica do participante também foram coletadas.

Para a organização dos dados provenientes da investigação sobre o campo afetivo vinculado ao rural e à cidade utilizou-se o procedimento de análise categorial temática, de acordo com as orientações metodológicas da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003). Este recurso é estratégico para o reconhecimento da natureza da informação e de seus significados associados, baseado na classificação dos objetos a partir de propriedades comuns e da construção de conjuntos semânticos distintos. O banco de dados resultante do conteúdo verbal das imagens, por sua vez, foi processado através do *software* de análise textual ALCESTE (Reinert, 1990). Na concepção de Lima (2008), o programa pode ser interpretado como um instrumento que permite identificar o *coletivo* no discurso dos indivíduos e, através da

classificação fornecida, atingir os “nódulos culturais das representações sociais: a cognição partilhada, a experiência conjunta” (p. 88).

As informações derivadas da identificação de “coisas boas” e “coisas ruins” do rural e da cidade foram submetidas ao *software* SPSS-17 a fim de obter a frequência dos elementos e identificar os mais representativos em cada *corpus* de dados. No que se refere aos dados sócio-demográficos, utilizou-se procedimentos da estatística descritiva.

Resultados e discussão

O familiar e o não familiar: campo afetivo vinculado ao rural e à cidade

A abordagem do campo afetivo é utilizada para compreender o processo de elaboração das representações sociais de rural e de cidade a partir das imagens presentes no universo simbólico de membros de uma comunidade rural. Entende-se que a identificação da dinâmica afetiva vinculada aos objetos de representação auxiliará na tarefa de contextualização de tais objetos segundo a familiaridade do grupo com as realidades investigadas (Jodelet, 2005; Moscovici, 2003, 2005). Nesta perspectiva, a seguinte questão torna-se relevante: existe um campo afetivo, compartilhado pelos membros do grupo rural, vinculado aos objetos de representação *rural e cidade*? Ou, em outras palavras, como na acepção de Rimé (2008), o conjunto de dados estudados refere-se à dimensão social dos afetos? A identificação da marca social, que possa conduzir à expressão do conteúdo investigado, será um primeiro referencial à exploração do complexo icônico e de seu processo constitutivo, permitindo avançar no estudo das representações sociais dos objetos abordados.

Com a finalidade de delimitar os objetivos implicados na análise referente ao conjunto de dados desta seção, ressalta-se que o estudo não buscou focalizar o desenvolvimento dos afetos ou estabelecer uma análise tipológica do conteúdo fornecido pelas narrativas dos participantes. É importante informar ainda que a distinção entre afeto, sentimento e emoção não foi aqui adotada, assumindo em conjunto todas as manifestações que representem as dimensões do *sentir*, como categorias de um mesmo fenômeno (Leite, 1999; Martins, 2004).

Cada campo afetivo foi constituído por um total de 200 elementos, os quais representam o *como* os participantes se sentiam quando iam à cidade e *como* se sentiam em território rural. Embora cada participante tenha elegido um único estado afetivo para descrever como se sentia nos espaços estudados, na justificativa os respondentes mencionaram ainda sinônimos para as nomeações principais ou incorporaram outros afetos, além da frequente menção a sensações físicas como argumentação mais detalhada do processo afetivo vivenciado. Bonomo e Araujo (2009) informam que este processo é esperado, considerando que raramente será encontrado um campo afetivo isolado de reações orgânicas, sendo mais apropriado pensar este campo como um complexo formado por características fisiológicas, subjetivas e motivacionais, no contexto em que os indivíduos estão inseridos.

O campo afetivo de rural foi constituído por 199 elementos afetivos avaliados como positivos (AP) e apenas 01 elemento com significação negativa. Para a cidade foram mencionados 177 elementos afetivos avaliados como negativos (AN), 17 positivos e 06 ambíguos, casos em que um mesmo respondente apresentou, simultaneamente, um AP e um AN em relação à cidade. Na Tabela 1 dispomos os elementos que constituem os campos afetivos associados aos referidos objetos,

segundo a dinâmica prevalecente (AP/rural – AN/cidade). Como expressão das imagens vinculadas aos objetos abordados, o dado referente à distribuição dos afetos em um campo polarizado fornece uma primeira indicação acerca da *tomada de posição* dos indivíduos em função dos objetos *rural* e *cidade* (Brown, 1997, 2000; Moliner, 1996).

Tabela 1: Distribuição das categorias e frequências absolutas do campo afetivo

ESTAR NO RURAL E ESTAR NA CIDADE					
RURAL			CIDADE		
Campo afetivo		Polaridade		Campo afetivo	
		Positivo ← ----- → Negativo			
Gosto	n = 42	(+) ← ----- → (-)		Não gosto	n = 48
Alegre/feliz	n = 38	(+) ← ----- → (-)		Triste	n = 10
Bem-estar	n = 37	(+) ← ----- → (-)		Mal-estar	n = 12
Livre	n = 33	(+) ← ----- → (-)		Preso	n = 44
Tranquilo	n = 31	(+) ← ----- → (-)		Ameaçado	n = 46
À vontade	n = 18	(+) ← ----- → (-)		Incomodado/confuso	n = 17

Confrontando a polaridade dos campos afetivos de acordo com a dinâmica AP/rural e AN/cidade, conforme pode ser visualizado na Tabela 1, existe correspondência entre o conteúdo dos afetos referentes ao *estar* no rural e *estar* na cidade. Essa dinâmica merece ser analisada com atenção, visto que 99.5% das respostas para o rural foram de AP e 88.5% para a cidade de AN, e como será apresentada nos dados mais específicos referentes às representações sociais dos dois territórios, a *dimensão afetiva* forneceu importante contribuição para a interpretação do processo de elaboração do núcleo figurativo dos objetos analisados (Moscovici, 2003, 2005).

Para compreender a função dos afetos no contexto estudado, é necessário resgatar a natureza do vínculo estabelecido entre o grupo rural e a cidade, e ainda em relação ao seu próprio território. Geralmente, a cidade é um lugar no qual as pessoas do grupo vão para *resolver coisas* – banco, supermercado, farmácia, hospital,

cartório, prefeitura e pagar as contas –, estabelecendo uma relação instrumental com este espaço. Diferentemente do sistema de contratos verbais que regulam os acordos estabelecidos entre os membros do grupo, baseados no valor da honra sobre o nome (Maia, 2006) e na confiança entre as pessoas da comunidade, na cidade, o grupo rural precisa obedecer ao sistema burocrático, com linguagem e conjunto de informações próprias daquele sistema. Assim, o estranhamento e o desconforto, frutos desse hiato sociocultural entre os dois espaços (Delumeau, 2007), tornam-se basilares e regulam as diferentes interpretações sobre a interação dos indivíduos com o que está fora do universo rural.

O vínculo com o próprio espaço e a valorização do modo de vida a ele associado se traduzem em um campo afetivo do rural dotado de significação positiva (“gosto”, “me sinto alegre/feliz”), comparado com um ritmo de vida mais acelerado nos centros urbanos, o que não é apreciado pelos membros do grupo rural (“não gosto”, “me sinto triste”), como pode ser verificado na narrativa a seguir.

“Você tá feliz aqui. O psicológico da pessoa rural é mais saudável. Lá é coração fechado, angustiado, triste, como se você estivesse em uma prisão. Nossa, quando tenho que ir à cidade, sinto mal-estar e dor de cabeça. É um atrito. Você tem que proteger a bolsa, carro para todo lado, as pessoas te tratam mal.” (3ª geração).

A estratégia de comparação se expressa como lógica subjacente ao conteúdo afetivo também no que se refere às respostas fisiológicas de rejeição à cidade e adaptação ao rural. A descrição de sintomas físicos relacionados ao estar na cidade – como náuseas, dor de cabeça, cansaço corporal, dor nas pernas ou dificuldade para

respirar – esteve presente na justificativa apresentada para diversas nomeações do campo afetivo.

“Você chega, parece que o jeito da gente viver, a gente respira melhor aqui. Na cidade é muito ruim por conta da muita matança que tem lá. Eu acho que se eu tivesse que morar na cidade, eu não sobreviveria não. Quando tenho que ir lá, eu sinto dor de cabeça, vontade de fazer vômito, me dá uma dor de cabeça enorme e eu chego em casa e vomito mesmo. Eu não sei explicar bem o porquê, mas eu não me sinto bem na cidade. Eu não consigo respirar direito lá.” (2ª geração).

A oposição entre o conhecido e o desconhecido ganha o sentido também metafórico do indivíduo *livre* no campo vs. uma vida *presa* na cidade, esta reconhecida pelo grupo como condicionada a um contexto relacional limitado e submetido a uma convivência obrigatória entre estranhos.

“No meio rural tenho aquilo que planto, tenho liberdade. Porque na cidade a gente vê pessoas, pessoas que a gente não conhece. Quando tenho que ir lá sinto muita dor de cabeça. Não aguentava a minha cabeça, doía. Muita zoadá, poluição do ar... é muita atribulação lá. Na cidade nem todos se conhecem, você fica com a pulga atrás da orelha, é uma prisão.” (1ª geração).

“Tenho muitos sonhos bons aqui no rural. Me sinto solta! Não precisa tomar cuidado aqui. Na cidade, tem muita zuada lá... eu sinto dor de cabeça.” (4ª geração).

Os elementos *tenso* ($f = 06$), *inseguro* ($f = 09$), *medo* ($f = 20$) e *preocupado* ($f = 11$) foram reunidos na categoria *ameaçado*. Este conteúdo retrata a oposição entre

a vida percebida como *tranquila* no rural, um espaço protegido possibilitado pela interação cotidiana entre os núcleos familiares conhecidos, e a cidade, mais uma vez interpretada como um contexto não familiar e perigoso ao grupo rural.

“Campos abertos para lazer... você se sente voando aqui. Lá você não sabe o que pode acontecer. Sinto dor de cabeça, dor nas pernas... é o meu sistema nervoso. Você já sai de casa com aquele negócio... você fica preocupado com o povo estranho, com os carros da rua. Te ataca aquele estresse e nós não somos acostumados com isso, não tem estresse aqui na roça.” (2ª geração).

A relação com o tempo (no desenvolvimento dos trabalhos agrícolas, domésticos e comunitários) e o completo domínio dos espaços dentro da comunidade rural imprimem uma rotina de atividades e formas de resolução de problemas segundo lógica e complexidade construídas e apropriadas pelo grupo. Assim, a entrada na cidade e a necessária submissão à sua lógica de funcionamento geram incômodo, insegurança e confusão nos participantes do estudo.

“Aqui não acontece tanta coisa como na cidade. Aqui tem as amizades, o costume. Na cidade eu não tenho costume, nem sei explicar direito... tem roubo, muita coisa. Quando vou na cidade, sinto dor de cabeça, perturbação, fico doida pra chegar em casa. Quando chego em casa, passa. Quando eu chego lá, acho que não vou ser capaz de resolver as coisas.” (2ª geração).

O campo afetivo associado à cidade, composto por elementos positivos (8.5%), reflete a relação dos respondentes com o território urbano (“me sinto bem” e “gosto”) no qual realizam alguma atividade e também manifesta a comparação entre os recursos disponíveis na cidade e os ausentes no espaço rural: “Na cidade têm

coisas que aqui não tem” (4ª geração); “Lá é legal porque tem as lojas e os supermercados” (3ª geração). A cidade foi associada simultaneamente a AP e AN por 3% dos participantes (bem/medo, bem/injustiçado, feliz/não gosto, gosto/não gosto e tranquilo/medo) – “Lá tem mais violência, mas a gente também precisa dela [da cidade]” (3ª geração) – que reconhecem a dependência dos recursos existentes na cidade, mas consideram os aspectos negativos associados àquele contexto. No que se refere ao campo afetivo associado ao rural, apenas um respondente (4ª geração) mencionou sentir-se *mal* em seu território (o termo foi associado também à cidade por este mesmo participante), destacando a questão da pobreza vivida em ambos os espaços.

Acreditamos ser pertinente retomar aqui as questões que colocamos no início da exposição dos resultados relativos à dimensão afetiva: Existe um campo afetivo, compartilhado pelos membros do grupo rural, vinculado aos objetos de representação *rural* e *cidade*? Como o conjunto de dados estudados refere-se à dimensão social dos afetos? Os resultados apresentados e a consistência do conteúdo manifestado pelos participantes do estudo permitem destacar pontos que podem subsidiar a formulação de possíveis respostas.

O “conhecer através do sentir”, expressão do filósofo Stanley Cavell recuperada por Moscovici (2008), fornece um argumento que, diante dos dados, devemos considerar: comunicamos nossas experiências afetivas para nos informar a respeito de um mundo que compartilhamos. O estudo realizado por Macedo, Oliveira, Gunther, Alves e Nóbrega (2008), a respeito do afeto pelos lugares, apresenta evidências importantes sobre a mediação afetiva para o estabelecimento dos vínculos com o território: “a história de vida do indivíduo, as suas interações

com o ambiente, a qualidade dessas interações e o afeto a elas relacionado influenciam na configuração de um ambiente como preferido ou evitado” (p. 448).

A manifestação significativa da dinâmica afetiva AP-rural vs. AN-cidade reflete a dimensão *compartilhada* dos afetos (Rimé, 2008), que orientam processos de identificação com o modo de vida rural e a ligação entre os membros do grupo. Esse processo é favorecido pela comparação com contextos interpretados como ameaçadores ao funcionamento do próprio grupo (Moser, 2004), como na pesquisa sobre a apropriação do território local por nativos de uma comunidade pesqueira de Santa Catarina, realizada por Jerônimo e Gonçalves (2008). Os resultados encontrados pelas autoras indicaram que a intensa presença de turistas na comunidade, apesar de provocar mudanças negativas segundo a perspectiva dos moradores, reforçava o sentimento coletivo de pertencimento, ativando as relações afetivas entre as famílias locais e fortalecendo a interação entre os membros do grupo.

Na função de comunicabilidade dos afetos (Leite, 1999; Parkinson, 1996), verifica-se a ação da afetividade no fortalecimento dos laços sociais, como instrumento de apropriação do mundo e sistema de referência em relação aos objetos de significação relevante para os diferentes grupos sociais (Moscovici, 2003, 2005, 2008). Como se pôde verificar, os resultados confirmam a existência de um campo afetivo *compartilhado* que indica a formação do grupo como unidade simbólica, acentuando as diferenças entre o próprio contexto e o território urbano, ou, como na máxima moscoviciana, entre *o familiar e o não familiar*. Nesta dinâmica de familiarização, os universos consensuais, como ensina Moscovici (2003), “são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito.

Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição” (p. 54), processo que ficará ainda mais evidente na discussão que procura articular o campo afetivo às representações sociais de cidade e de rural.

Do processo de objetivação nas representações sociais do rural e da cidade

Das 200 entrevistas (UCI's - Unidade de Contexto Inicial) processadas pelo programa ALCESTE houve um aproveitamento de 78.05% do *corpus* de dados original, tendo sido fornecidas 544 UCE's (Unidade de Contexto Elementar – fragmentação do *corpus* de dados segundo critérios de pontuação e tamanho do banco de informações). A análise lexical sugerida pelo *software* é apresentada por meio (I) da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), constituída pelas classes formadas com as palavras mais representativas a partir do valor do qui-quadrado, e (II) da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), com a projeção das classes e variáveis relevantes ao estudo (Figura 2) (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). A CHD, referente ao conteúdo verbal das imagens associadas ao rural e à cidade, foi sistematizada em 4 classes, conforme Figura 1. Para representar os significados presentes em cada classe foram selecionadas as 10 palavras com maior qui-quadrado (Tabelas 2 e 3), cálculo que indica a força de associação entre a palavra e a classe correspondentes (Kronberger & Wagner, 2002) e, para fins de contextualização, serão apresentadas ao longo das análises, as classes acompanhadas de suas respectivas UCE's, como sugeridas pelo programa ALCESTE.

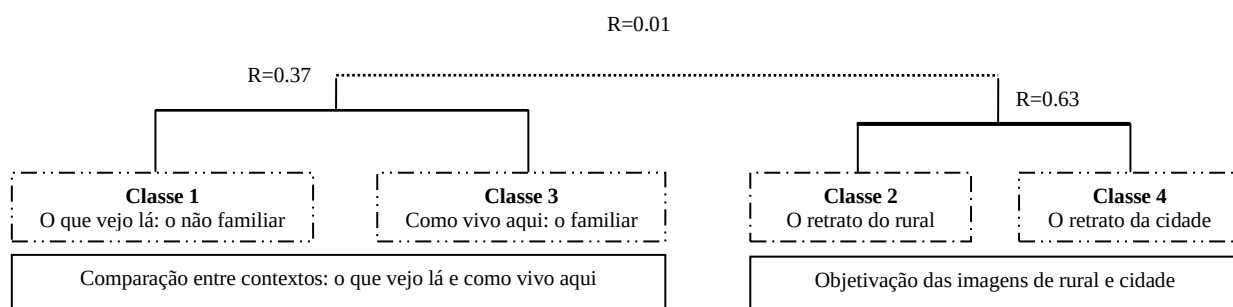


Figura 1: Classificação Descendente Hierárquica – Dendrograma das classes estáveis

O Eixo 1 “Comparação entre contextos: o que vejo lá e como vivo aqui” (Tabela 2) é formado pelas Classes 1 e 3, tendo índice de relação de 0.37, o que indica uma fraca ligação entre as classes - valores acima de 0.5 indicam ligação mais forte (Menandro, 2004). Em outras palavras, pode-se dizer que a fraca relação entre as classes sinaliza a distância simbólica entre o tema da ruralidade vivida pelo grupo e a cidade, ainda assumida como um lugar diferente e associada a sentimentos de rejeição.

Tabela 2: Distribuição das palavras segundo as classes fornecidas no Eixo 1

EIXO 1							
COMPARAÇÃO ENTRE CONTEXTOS: O QUE VEJO LÁ E COMO VIVO AQUI							
CLASSE 1				CLASSE 3			
O que vejo lá: o não familiar				Como vivo aqui: o familiar			
Termo	Chi-2	Termo	Chi-2	Termo	Chi-2	Termo	Chi-2
Ir	40.46	Parece	11.29	Vivo	35.96	Prefiro	16.04
Lá	29.54	Meu Deus	11.19	Tranquilo	29.60	Livre	12.78
Vir embora	23.54	Medo	11.19	Aqui	25.21	Igualdade	10.87
Doido	18.17	Não gosto	11.19	Gosto	21.61	Melhor	10.76
Vejo	11.76	Triste	11.07	Pode	17.08	Carinho	10.04

A Classe 1 “O que vejo lá: o não familiar” é composta por 30.88% do *corpus* analisado tendo sido gerado, a partir desse conteúdo, um total de 168 UCE’s. Para esta classe foram selecionadas 167 palavras, com uma média de 12.24 palavras analisadas por UCE. O contato limitado com a cidade, especialmente nas primeiras gerações, contribuiu para a elaboração do seu sentido como um lugar também desconhecido e distante da realidade rural, conforme UCE’s a seguir (O símbolo # é

inserido pelo programa para indicar palavras relevantes para a constituição da classe):

A #gente #nasceu e se criou no meio da macega sempre, nunca estudou, só trabalhar e pronto. Naquele tempo a gente nem sabia que tinha cidade. Ninguém ia. Era tudo nas costa de animal no meio da mata. Existia cidade, mas a #gente #nem_sabia que existia. ($X^2=40$);

Eu #lembro quando eu era pequeninha, ia pegar remédio, nós #ia a cavalo. #Saía às seis_manhã e #voltava às seis_noite. Eu não_fui muitas #vez na cidade não. ($X^2=12$).

As novas gerações, herdeiras deste imaginário, além de conceberem a cidade como incógnita, sobre a qual podem tecer impressões (“parece”, “vejo”), a ela associaram a ideia de um mundo potencialmente perigoso (“medo”, “meu Deus”, “triste”, “não gosto”) e distante da proteção oferecida pela comunidade – Você #chega no asfalto, você já #sabe que está #indo #pra cidade. Nesta #porta você #entra #nela #sem_saber o que #vai ter lá na frente, a cidade é assim. ($X^2=13$). A necessária relação com a cidade, para fins burocráticos, de atendimento médico, compras no supermercado ou no comércio de produtos agrícolas, é descrita por meio do ir-e-vir (“ir” e “vir embora”), confirmando a relação instrumental com este espaço, como demonstrado no campo afetivo (Tabela1).

A cidade eu #vou #fazer o que tem que #fazer e quero #vir_embora. Pra mim, que #não_moro em cidade, eu dou #graças_a_Deus quando #venho_embora. Eu #não_gosto de cidade, eu #gosto daqui, eu #gosto da roça. Eu #não_gosto da cidade, eu #não_ligo pra cidade, #não_gosto. Minha vida é aqui. ($X^2=14$).

O desconforto expresso na UCE acima manifesta a avaliação negativa acerca da organização e funcionamento da vida urbana, colocando novamente em evidência o contraste entre os dois modos de vida – É muito #povoada, #muita_gente, muito_carro, zuada_de_som, aquela bagunça toda que perturba a #gente. Quando tem que #ir lá, fico #doida pra #vir_embora pra casa, tem vez que #fico até com a cabeça_perdida. ($X^2=13$). A partir desta avaliação, a face positiva do contato com a cidade é o retorno à comunidade (“doido(a) para vir embora”) – Quando #tem_que_ir na cidade, fico #doido pra #vir_embora, #não_gosto não. Eu #gosto mesmo é do meu barraco. Eu cheguei aqui, pronto! Eu falo que eu estou em um #pedaço_de_céu. ($X^2=20$).

A classe 3 “Como vivo aqui: o familiar” representa 33.46% do conteúdo processado pelo programa, tendo sido analisadas 182 UCE’s (com média de 12.35 palavras/UCE) e 111 vocábulos foram selecionados para esta classe. As palavras mais significativas da Classe 3 (Tabela 2), descrevem os temas da ruralidade vivida (“vivo”), destacando o contexto das famílias, a vida comunitária e as relações de trabalho como dimensões integradas pela forte convivência entre os membros do grupo (“carinho” e “tranquilidade”), que guardam vantagens em comparação com a vida urbana.

Aqui a gente é #livre, #igual a gente #convive aqui em #família, os #vizinhos todos #juntos, cada um com seu #pedacinho de #terra, cada um na sua casinha. ($X^2=16$);

Eu #prefiro o #campo porque “vive mais em #família, pela sobrevivência, por #lutar #pelos seus #ideais e por #gostar mesmo do trabalho no campo. ($X^2=13$).

O sistema integrado *escola – família – trabalho*, baseado na pedagogia rural, no modelo comunitário e na agricultura familiar, fortalece o contexto como positivo (“gosto”, “melhor” e “prefiro”), através de alternativas singulares que garantem a permanência no campo e a vinculação com o modo de vida rural.

No rural você aprende muitas coisas #diferentes, pode se #informar, ser um técnico agrícola para #viver no que é seu, na sua #terra. Na cidade é #estudar para ter um #emprego. Eu #prefiro o campo. ($X^2=10$);

Pra mim, a #vida é #melhor aqui. Lá é empregado e mandado pelos outros. Vale a pena #viver aqui. ($X^2=10$).

Os *acordos livres* mantidos pelos moradores da comunidade, que vivem do mesmo tipo de trabalho e possuem desafios comuns, oferecem à vida das pessoas a tonalidade de um sistema solidário (“igualdade”, “livre” e “pode”) que atenua as dificuldades enfrentadas cotidianamente, conforme se pode verificar na UCE’s abaixo:

A #vida aqui é #diferente, nossa #vida aqui é melhor, melhor pra #viver, pra tudo, no sentido de #viver. Aqui mesmo sem_estudo, a pessoa #trabalha e ganha seu dia aqui. ($X^2=13$);

Aqui é mais #união. Na roça é mais fácil conseguir o #dinheiro, porque na cidade se #não_tiver a renda, você passa #fome e é humilhado. Aqui na roça você não tem #dinheiro, mas se um amigo tem, você #paga com o seu #trabalho na lavoura dele e na cidade #não_tem isso. ($X^2=14$).

Estes elementos explicitam especificidades que solidificam a imagem de um rural com o qual o grupo se identifica, e mesmo considerando a dependência de

alguns recursos presentes na cidade (como apresentado na Classe 1), os respondentes defendem a ideia de um modo de vida sustentável, com a autonomia necessária para a condução da vida das famílias dentro da própria comunidade.

Os campos semânticos das Classes 1 e 3 (“lá” e “aqui”) evidenciam o nítido contraste entre os significados que retratam a cidade e o rural, formulados segundo a dinâmica da polarização temática: (a) dimensão perceptiva - *parece/vejo* vs. *vivo*; (b) dimensão avaliativa - *não gosto* vs. *gosto/melhor/prefiro*; e (c) dimensão afetiva-valorativa - *doido/medo/meu Deus/triste* vs. *carinho/igualdade/livre/pode/ tranquilo*. O conteúdo de natureza opositiva que sustenta a comparação entre as duas categorias sociais (Marková, 2006) revela significados que se contrapõem; no entanto, tais significados guardam profunda relação de interdependência no que se refere ao campo simbólico, posto que a representação social “é formada a partir de um esquema funcional fundado sobre antinomias, entretidas pela relação dialética de oscilação entre tensão e integração de teses opostas” (Lima, 2007, p. 05). A conexão entre os dois mundos, como realidades representadas ou simbolizadas pelos participantes, se expressa no contato fugaz do ir-e-vir (campo-cidade-campo), o que reforça os elementos contidos nas representações cuja função é garantir a distintividade entre os dois grupos.

O Eixo 2 “Objetivação das imagens de rural e cidade” é constituído pelas Classes 2 e 4, com índice de relação entre elas de 0.63. Este conjunto de dados (Tabela 3) fornece elementos que indicam a seleção do conteúdo específico sobre o complexo icônico referente aos objetos de representação abordados no estudo.

Tabela 3: Distribuição das palavras segundo as classes fornecidas no Eixo 2

EIXO 2							
OBJETIVAÇÃO DAS IMAGENS DE RURAL E CIDADE							
CLASSE 2				CLASSE 4			
O retrato do rural				O retrato da cidade			
Termo	Chi-2	Termo	Chi-2	Termo	Chi-2	Termo	Chi-2
Café/ Pimenta	154.65	Supermercado	28.01	Poluição	79.99	Aglomerados	26.94
Árvores	72.10	Estradas de terra	23.43	Movimentação	61.49	Lixo	25.85
Lavouras	58.57	Lojas	20.46	Prédios	45.66	Trânsito	25.85
Casas	57.74	Rural	20.30	Comércios	30.42	Favela	20.49
Criações	28.04	Hospital	13.01	Indústria	27.87	Cidade	11.07

A classe 2 “O retrato do rural” é formada por 17.28% do *corpus* e contém 94 UCE’s, tendo sido analisadas, em média, 15.29 palavras por UCE. O número total de palavras selecionadas para esta classe foi 106. Como se pode verificar, o rural é retratado principalmente por meio dos temas da *natureza* (com rios, animais, árvores e terra) e da expressão da *apropriação humana* deste espaço, com as *casas*, *estradas de terra* e as pessoas envolvidas em atividades de lazer e de trabalho.

No #rural as #lavouras, capim, #rio com #peixe, #café/pimenta, #homem #plantando, os #passarinhos e as #árvores. Aqui eu gosto de #pescar, vou à #escola, ajudo meu avô na #roça, gosto de #brincar. ($X^2=31$);

No meio #rural tem um #homem #capinando, um #menino #andando de bicicleta, uma #casa e #árvores, tem um pato nadando na água, bebendo água. ($X^2=19$).

Os elementos que configuram o retrato do rural sugerem uma conotação paradisíaca que inspira a interpretação deste espaço como tranquilo e dotado de completude, conforme UCE a seguir: tem o #córrego, a #natureza, as #plantações, as #pessoas trabalhando #juntas, com muita harmonia e o #companheirismo. #Desenharia o #córrego, terras cheia de #córregos e #frutas, é isso que o pessoal está acostumado a ver no meio #rural. ($X^2=17$). A ação do homem através do trabalho é

uma das dimensões que reforça a imagem positiva do rural e que completa o seu sentido, dotando de segurança a sobrevivência na comunidade rural. As seguintes UCE's ilustram essa dimensão:

Aqui tem muita #árvore, as #roças que a gente planta #café/pimenta, as #represas, as florestas, as #hortas, #alimentação sem veneno, muito pássaros, a gente #cria as #galinhas, tem os vaqueiros, os bois, as #vacas, a terra. ($X^2=16$);

No meio #rural tem o #sol, as #nuvens, as #casas #simples, igual tem aqui, tem as #lavouras de #café/pimenta, #milho e #feijão, aqui a gente #produz para comer, é a nossa sobrevivência. ($X^2=21$).

Ainda na Classe 2 (Tabela 3), é interessante destacar a presença dos elementos “supermercado”, “lojas” e “hospital”, que foram associados ao campo lexical que reúne o complexo icônico vinculado ao rural. Estes elementos retratam a demanda de alguns serviços, necessários à sobrevivência dos membros do grupo rural, mas que ainda estão disponíveis apenas na cidade. Os referidos elementos do território urbano foram associados ao contexto lexical rural por compartilharem um mesmo contexto de ocorrência (Oliveira, Gomes & Marques, 2005) - *No #rural é #campo_de_futebol, a comunidade, cooperativa, posto_de_saúde, #igreja. Eu vivo aqui e é assim. Na cidade é #lojas, #supermercados e #hospital.* ($X^2=16$).

Este arranjo conceitual se aplica apenas aos recursos, se referindo a elementos reclamados como necessários à vida no campo, mas não ao plano do modo de vida, mantendo o conflito que estabelece distância simbólica entre os dois grupos – *Cidade seria uma #casa, um #homem e uma gaiola. Faria uma torre e um passarinho na*

gaiola, lá na cidade. No #rural, um #sol, um #passarinho na #árvore, um #rio com um monte de #peixes e as #árvores com um monte de #frutos. ($X^2=16$).

Na Classe 4, “O retrato da cidade”, foram analisadas, em média, 15.72 palavras por UCE, sendo constituída por 18.38% do *corpus* total processado, com 100 UCE’s e 115 palavras selecionadas para esta classe. Na imagem da cidade são destacados a estrutura e o funcionamento dos grandes centros urbanos (“comércio” e “indústria”) como polos aglutinadores das decisões comerciais, econômicas e políticas.

Na #cidade é o #grande_centro, muitos apartamentos, carros, #trânsito, aquele #barulho infernal, #muitas_pessoas apressadas #correndo pra lá e pra cá, aquele #tumulto. Na cidade se #aglomera as pessoas e tudo está envolvido para estar próximo do #grande_centro, #representa muito a #questão financeira do dinheiro, tudo esta envolvido ali. ($X^2=15$).

Como “grande centro”, a cidade concentraria ainda a maior parte da população, demandando uma estrutura apropriada não apenas à dimensão demográfica, mas também à diversidade de grupos sociais existentes no território urbano de modo a garantir o funcionamento dos serviços e da vida cotidiana das pessoas neste espaço (“aglomerados”, “movimentação”, “prédios” e “trânsito”).

A #cidade é muitas_casas, #prédios, #indústrias, a #fumaça das #indústrias, muitos_carros, #muitas_pessoas, #prefeituras, asfalto, #sinal. A #cidade é assim, urbanização, aquela #aglomeração de #prédios, #muita_gente. ($X^2=21$);

É um #espaço que dá pra visualizar que é diferente. O #quadro da #cidade seria mais do concreto: casas, #prédios, lojas, pessoas_de_carros, um #ambiente de #poluição, #indústrias, com muitas_pessoas. ($X^2=13$).

A participação do contexto rural na constituição das cidades também foi mencionada pelos participantes como um dos fatores que contribuiu para a sua expansão – Essa #imagem é por causa do #movimento da urbanização, vai crescendo, sai do meio rural e vai pra #cidade, vai crescendo, aumenta a população, a #cidade quer crescer, vai apertando e ficando cheia de #indústrias. ($X^2=12$). Os efeitos negativos (“lixo” e “poluição”), provenientes do processo de industrialização e dos “excessos estruturais” (muitos carros, muitas pessoas, muitas lojas, por exemplo), caracterizam a cidade como negação de um dos elementos centrais do quadro rural, a natureza.

Na #cidade seria #indústrias soltando #fumaça, #poluindo o #meio_ambiente, #poluindo o ar, criando o efeito estufa, #causando uma péssima #qualidade_de_vida para todos. Na cidade tem muita #poluição, o lixo das indústrias. ($X^2=12$);

A imagem da #cidade é um #local horrível: muita #poluição, desmatamento, #sem_verde, não dá pra ver a terra. Na #cidade é difícil ver o #verde e a terra. ($X^2=11$).

Além da interferência negativa sobre o meio ambiente, a lógica de concentração dos recursos por determinada parcela da população urbana é ressaltada como uma das faces da cidade, indicando que na interpretação dos participantes há

um *desequilíbrio* também na dimensão humana, processo que está representado no elemento “favela”, entendido neste contexto como sinônimo de pobreza (Classe 4).

Um aspecto que merece ser destacado, tendo em vista a contextualização da comunidade no cenário territorial mais amplo, é que a imagem de cidade tal como representada pelos participantes parece englobar não apenas elementos da vivência local (Classe 1), mas, sobretudo, uma imagem generalizada e abstraída da cidade de contato (Classe 4). Neste ponto, é necessário considerar que os elementos assimilados pelo grupo sofrem a influência também dos meios de comunicação de massa, os quais se tornam mecanismos centrais na difusão de padrões existenciais, crenças, valores e estereótipos, “exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a auto-imagem” (Alexandre, 2001, p. 216). Como fenômeno ativo e compartilhado, a elaboração da representação social no interior do grupo implica na seleção dos elementos que irão compor o seu significado: os indivíduos se apropriam dos objetos sociais incorporando/rejeitando informações, influenciados também por mecanismos institucionais internos como escolas, botecos, família e igreja, ganhando as conversações cotidianas nos diversos espaços de interação entre as pessoas do grupo – É o meu modo de pensar, na escola_rural #ensinaram isso, como é a #tecnologia e o convívio das pessoas da #cidade, o desenvolvimento, e aí cria uma imagem na sua cabeça. ($X^2=10$).

Para a análise do processo de objetivação das representações sociais de rural e cidade, adotou-se para comparação o conjunto de dados relativo às “*coisas boas*” e “*coisas ruins*” do rural e da cidade. Como se observou a manifestação de respostas

estereotipadas (*não tem nada de bom na cidade e tudo é bom no rural*), utilizou-se as questões complementares “se existisse algo de bom na cidade, o que seria?” e “se existisse algo de ruim no rural, o que seria?”. A estratégia contribuiu para atenuar o efeito identificatório nas informações solicitadas.

O contraste entre os elementos sugeridos pelo *software* ALCESTE (Tabelas 2 e 3) e o conteúdo evidenciado a partir da identificação dos *pontos bons e ruins do rural e da cidade* (Tabela 4), permite destacar a *fase seletiva* do processo de objetivação das representações sociais. No que se refere aos componentes das Classes fornecidas pelo *software* ALCESTE, o referido conteúdo é resultado deste processo seletivo realizado pelo sujeito da representação e é também produto da significância que este conteúdo assume no contexto discursivo grupal.

Tabela 4: Caracterização do rural e da cidade a partir de pontos positivos e negativos

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE RURAL E CIDADE						
	POSITIVO				NEGATIVO	
	Termo	Freq.	Termo	Freq.	Termo	Freq.
RURAL	Natureza	45	Lazer	32	Agrotóxicos	75
	Comunidade	42	Escolas-rurais	30	Clima-tempo	36
	Convivência	39	Igreja	28	Sem-política-rural	34
	Lavouras	37	Trabalho	28	Botecos-bebidas	24
	Amigos	34	Tranquilidade	28	Transporte	20
	Vida-saudável	34	Família	27	Nada de ruim	20
CIDADE	Comércio	120	Lazer	31	Violência	99
	Instituição de saúde	93	Igreja	30	Drogas	61
	Estudo	44	Banco-cartório	24	Poluição	55
					Pobreza	53
					Tumulto	31

Nota: constam neste conjunto de dados os elementos com frequência acima de 20 para a listagem “coisas boas” e “coisas ruins” do rural e da cidade, conforme procedimento do *software* SPSS-17.

Como reconstrução do objeto, o processo de elaboração das representações sociais sofre a interferência de três efeitos de defasagem, quais sejam, a distorção, a subtração e a suplementação (Jodelet, 2001). Na construção seletiva (primeira fase do processo de objetivação), o efeito de (i) *distorção* imprime ao objeto a tonalidade

acentuada ou diminuída de características que lhes são próprias. Para o objeto cidade, por exemplo, os atributos negativos a ele associados são enfatizados favorecendo a constituição de um núcleo figurativo cuja imagem comunica o urbano como um contexto ameaçador e desordenado. Assim, a cidade não é *apenas* “tumultuada” e “barulhenta”, ela é *muito* “tumultuada” e “barulhenta”, evoluindo para a imagem metafórica de um ambiente “infernai” (Classes 1 e 4). Seguindo semelhante estratégia, o rural não é *apenas* um lugar “tranquilo” e “calmo”, ele é *muito* “tranquilo” e “calmo”, um contexto de *muita* “harmonia”, praticamente um “pedaço de céu” (Classes 2 e 3).

Na *seleção* dos elementos que irão compor as representações sociais dos objetos abordados, rural e cidade, verifica-se também (ii) a *subtração*. Favorecendo a lógica seletiva submetida ao processo de identificação com a categoria social ruralidade, permanecem no campo representacional de cidade apenas elementos valorados negativamente e, por sua vez, para o rural somente elementos positivos. A partir da Tabela 4, pode-se conferir a elaboração das representações no imaginário grupal, com a retenção apenas dos significados positivos para cidade e dos negativos para rural. Além disso, o elemento “comércio” indica que o efeito seletivo atuou ainda sobre a valoração dos elementos, uma vez que no retrato da cidade o mesmo possui uma conotação negativa (como ícone da supervalorização do financeiro), enquanto nos pontos positivos da cidade aparece como elemento principal. Este efeito de polarização ilustra o trabalho de elaboração das representações pelo grupo em função de seus interesses, processo que concorre para a significação dos objetos sociais. É esperado, portanto, que em função de “sua posição na sociedade, de seus interesses ou de seus valores, o grupo vá concentrar sua atenção num ponto que o

preocupa mais particularmente” (Deschamps & Moliner, 2009, p. 126). Por fim, os indícios de uma aproximação entre elementos tidos como próprios da cidade (hospital, supermercados e lojas) e o retrato do rural (Classe 2) sugere a possível atuação do efeito de (iii) *suplementação*, processo através do qual são atribuídas ao objeto características que este não possui. Eis o engenhoso trabalho de simbolização empreendido: “As pessoas configuram seus mapas mentais a partir de suas perspectivas sociais e afetivas, buscando localizar-se num espaço que é representado e, portanto, fruto também da criatividade” (Cruz & Arruda, 2008, p. 800).

Da elaboração simbólica empreendida na fase da construção seletiva deriva a *esquematização estruturante* ou o *núcleo figurativo* (segunda fase da objetivação), o qual concretiza o objeto da representação em uma imagem tangível. A estrutura figurativa e simbólica do objeto rural contempla o conjunto temático *modo de produção, natureza e ambiente familiar-comunitário* (Classe 2). Assim, o rural é materializado através da imagem da casa, com as lavouras e criações, as pessoas trabalhando, conversando e se divertindo, em constante interação, uma vida tranquila. A simbologia apresentada é coerente com a realidade vivida pelo grupo e pelas famílias camponesas tradicionais em território brasileiro (Moreira, 2005), mas não apresenta o rural que sofre com as oscilações climáticas e com a falta de políticas públicas, ou ainda que utiliza agrotóxicos e que também possui práticas nocivas ao meio ambiente, por exemplo (Tabela 4). No que se refere à *seleção* dos elementos constitutivos do complexo icônico do objeto cidade, os indivíduos apreenderam mais facilmente os significados apoiados na ideia de urbanização e de seus efeitos negativos, sintetizados na cena do trânsito tumultuado, da indústria poluindo o ar, das favelas e da mendicância, do lixo pelas ruas e da aglomeração de pessoas em prédios,

uma vida corrida e estressante. Tal como a face negativa do rural, a dimensão positiva da cidade foi apagada, sendo os elementos problemáticos ou ruins percebidos como a totalidade do objeto cidade e de sua significação para o grupo rural.

Finalmente, o esquema figurativo *naturalizado* (terceira e última fase da objetivação) assume a conotação de realidade concreta para os indivíduos, confirmando a proposição *jodeletiana* de que o ato de representar implica sempre um sujeito e um objeto, relação epistêmica na qual “a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito” (Jodelet, 2001, p. 27). Esse princípio constitutivo e funcional da realidade tem especial aplicação na orientação das práticas sociais e no processo identificatório dos grupos (Cruz & Arruda, 2008), pois o “fato de compreendermos o cotidiano através das imagens significa que nosso mundo, nossa realidade social não é apenas representada de forma imagética, mas também constituída ou produzida dessa forma” (Bohnsack, 2007, p. 289). Os resultados relacionados à dimensão afetiva (Tabela 1) ilustram essa imagem naturalizada. Como foi possível verificar, as práticas mencionadas pelos indivíduos em relação aos dois territórios, bem como as manifestações afetivas verbalizadas, retratam a elaboração de uma realidade tida como naturalmente ameaçadora e não familiar vs. a segurança e familiaridade oferecida pelos espaços da comunidade, do endogrupo, ratificando as discussões apresentadas por Amerio (2003, 2004), Moser (2004), Rimé (2008) e Arruda (2009b).

Após a descrição do processo de simbolização e objetivação dos objetos rural e cidade faz-se necessário refletir sobre a função e operacionalidade que este imaginário possui para o grupo rural, tarefa que será realizada a seguir.

Articulando representações sociais e campo afetivo

A polaridade do campo afetivo foi adotada como variável à análise das representações sociais do rural e cidade, identificada pelos seguintes códigos correspondentes: *afetru_01 (afetos positivos ao rural), *afetcid_01 (afetos positivos para a cidade) e *afetcid_02 (afetos negativos para a cidade). Em função da baixa frequência do AN-rural e do campo ambíguo referente à cidade, estas variáveis não foram projetadas no plano fatorial pelo *software* ALCESTE. A Figura 2 fornece a configuração das relações entre as classes e as variáveis associadas.

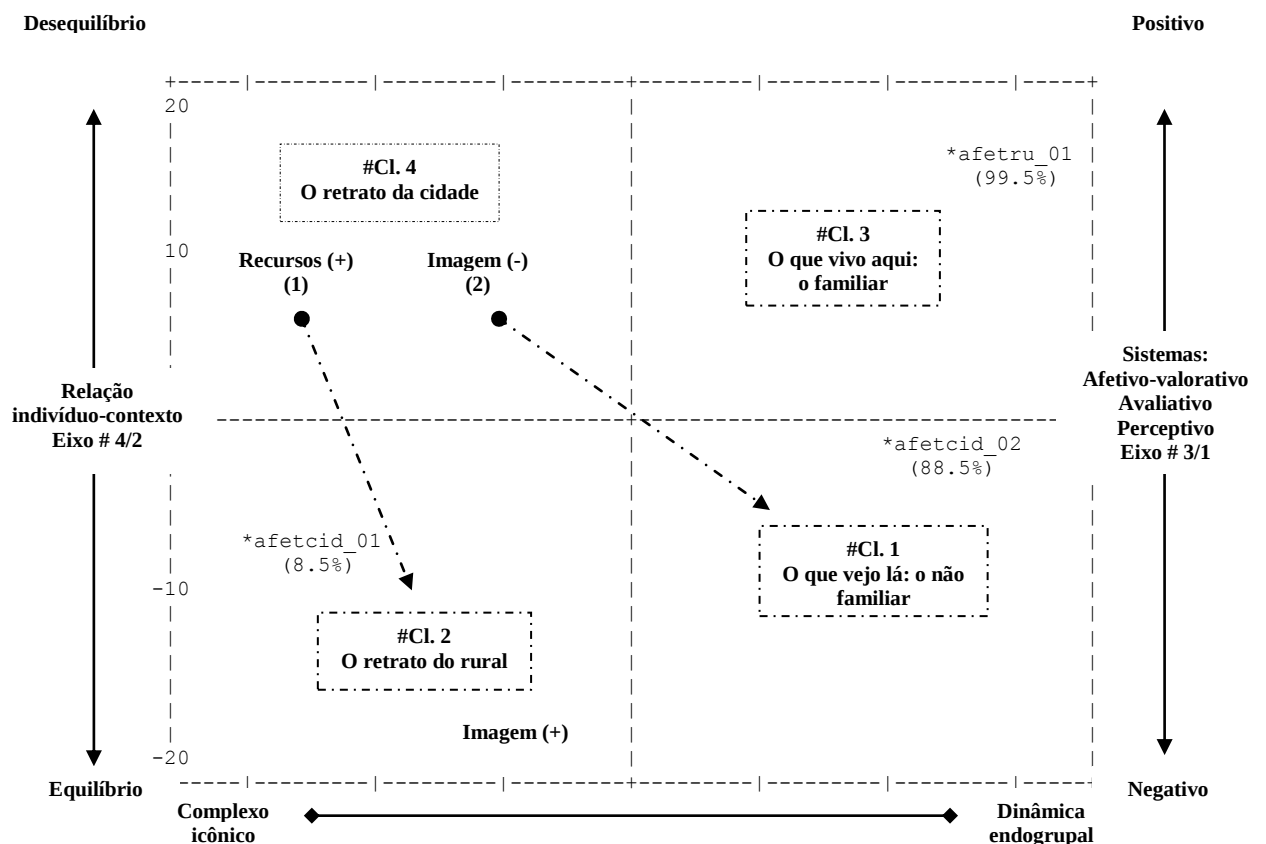


Figura 2 - Projeção das variáveis e classes no plano fatorial

Nota: Eixo horizontal: primeiro fator: V.P. = .2250 (45.42% de inércia); Eixo vertical: segundo fator: V.P. = .1405 (28.37% de inércia)

Na Figura 2 pode-se observar a disposição do campo representacional formado na relação entre o complexo icônico dos objetos e de sua função/presença na dinâmica endogrupal da comunidade rural estudada.

Conforme Eixo 2 (Classes 2 e 4), a análise temática sugere que a constituição do núcleo figurativo de rural e de cidade apoiam-se no sistema funcional *equilíbrio↔desequilíbrio*, retratando o rural como sistema harmônico e a cidade como caótica, nas dimensões estrutural-espacial, das relações sociais e da interação indivíduo-território. Das UCI's referentes ao campo lexical do objeto cidade, o imaginário do grupo rural promoveu o deslocamento de elementos [Recursos (+) (1)] que são ausentes no território, mas que pelas características da relação campo-cidade tornam-se uma extensão do rural em espaço citadino. Como estratégia de simbolização em favor da imagem do endogrupo, o deslocamento permitiu a elaboração de uma imagem completa do rural, introduzindo em seu campo os elementos “hospital”, “supermercado” e “lojas”, como já discutido. É interessante destacar a associação da variável *afeto positivo-cidade* (8.5%) à Classe 2 (Retrato do rural), demonstrando coerência entre o conjunto de dados apresentados na primeira parte do estudo – onde se verificou a valorização de recursos necessários à condução da vida no campo que estão disponíveis apenas na cidade – e a elaboração integrada e extendida da figura do rural contemplando elementos complementares e relevantes ao contexto campesino. A face negativa da cidade [Imagem (-) (2)] é concebida, por sua vez, como a representação do objeto, contribuindo para que as relações entre o grupo rural e o território urbano sejam mediadas pelo desconforto e pelo medo, conforme já demonstrado acima.

No campo relativo ao contato entre os grupos (Eixo 1), verifica-se a conexão entre a Classe 1 e o afeto *positivo-rural* (99.5%), e entre a Classe 3 e o afeto *negativo-cidade* (88.5%), ratificando a interpretação de que o processo de elaboração das representações sociais está subordinado ao favorecimento dos processos identitários (De Rosa & Mormino, 2000; Deschamps & Moliner, 2009) vinculados à categoria ruralidade, com o consequente esforço para afastar a possibilidade de identificação com o modo de vida urbano. Os resultados apresentados no plano fatorial confirmam os dados encontrados no campo afetivo (Tabela 1) e na Classificação Descendente Hierárquica (Tabelas 2 e 3).

Integrando os resultados que sustentam as análises desenvolvidas no estudo, a imagem *equilíbrio/desequilíbrio* operacionalizada na dinâmica *aqui/lá*, traduz o rural e a cidade a partir de um sistema relacional que define a fronteira simbólica entre dois modos de vida distintos, apoiados no contexto de significação a partir do pertencimento ao grupo rural. A vinculação identitária imprime ao processo de representação a função de sistema de referência que serve com eficácia aos propósitos da organização grupal [de ordenamento sócio-cognitivo do mundo e de seus eventos, de localização simbólica entre o grupo de pertencimento e aquele do qual procura se diferenciar, ou, como sumarizado pelos teóricos da identidade social, entre *nós* e *eles*].

Moser (2004) e Amerio (2003, 2004) explicam que na apropriação territorial por um grupo, a familiaridade tecida através da rede de relações sociais solidifica o funcionamento estratégico no qual os conflitos internos são minimizados e o contexto externo e os demais grupos são percebidos como ameaça ao equilíbrio da comunidade. O resultado é a elaboração de um sistema paradoxal que articula

segurança e vulnerabilidade (Delumeau, 2007), processo que se reflete nas representações a serviço da categorização social, garantindo a maximização das diferenças entre grupos e a diminuição das diferenças identificadas no interior do grupo (Brown, 1997, 2000). Como matéria-prima ao trabalho de elaboração da pertença social, os elementos de identidade e representações sociais (Souza, 2008) são mobilizados no eixo processual igualdade-diferença resultando na significação a favor da coesão grupal (Cruz & Arruda, 2008), como se identificou nos resultados deste estudo.

Considerando o fenômeno estudado, a comunicação/composição (conteúdo/processo) da dimensão afetiva confirma e expressa a imagem da representação reconhecida no plano da estruturação figurativa, conteúdo revestido de ideologia e interesses grupais. Seguindo a proposição teórica das representações sociais (De Rosa, 2005; Jodelet, 2001, 2005; Moscovici, 2003, 2005; Palmonari, Cavazza & Rubini, 2002), entende-se que o complexo afetivo e o núcleo imagético das representações de rural e cidade se reúnem formando/orientando o *sentimento de pertencimento* ao grupo rural e de *não pertencimento* à cidade. Nesta perspectiva, a observação de Brown (2000) é esclarecedora, quando tomada no contexto da participação da cultura comunitária na elaboração do campo representacional estudado: “um dos aspectos mais elementares da formação do grupo pode ser a experiência de um destino comum, ter a noção de que o resultado pessoal está ligado ao dos outros” (p. 70 – tradução nossa). Esta dependência mútua favorece o envolvimento em projetos compartilhados e o nascimento de uma sociabilidade grupal, ampliando o contexto propício à elaboração de um coletivo e de uma

identidade social vinculada às vivências comunitária e rural pelos moradores do território.

Considerações finais

As reflexões que orientaram o desenvolvimento do estudo focalizaram a investigação e análise das representações sociais de rural e cidade para moradores de uma comunidade rural. A interpretação do campo empírico foi conduzida tendo como referência a análise processual das representações em consonância com o conceito de objetivação.

Os resultados indicaram a associação do território endogrupal a afetos positivos, destacando a familiaridade com o contexto local e a forte convivência entre as pessoas nos diferentes domínios do espaço comunitário rural. À cidade, por sua vez, manifestou-se experiências de medo, desconforto e mal-estar físico, sintetizadas no campo afetivo que confere ao universo urbano significação negativa. No que se refere à elaboração do núcleo figurativo dos objetos abordados, verificou-se que o rural apoia-se na ideia de um sistema em equilíbrio e harmonia, enquanto a cidade é representada como caótica e desordenada. Finalmente, na articulação entre a dimensão afetiva e o componente icônico das representações observa-se a função que as imagens objetivadas assumem no contexto discursivo grupal, concretizando na esfera identitária o pertencimento à categoria ruralidade.

Das discussões proporcionadas pela análise dos resultados, podem-se destacar dois aspectos que integram os processos de identidade e representações sociais como fenômenos vividos pelo grupo a partir da esfera categorial *ruralidade*: (a) como sistema de interpretação da realidade (Jodelet, 2001), as representações orientam

práticas sociais; no contexto em análise orientam mais especificamente a interação entre o grupo e diferentes territórios. Servindo aos propósitos da ideologia endogrupal, o objeto *cidade* foi revestido de uma significação negativa e ameaçadora, marcadamente personificada a partir do processo de urbanização como superação do rural em favor da cidade. A cidade de contato, uma típica cidade do interior, passou a ser tratada como uma grande metrópole, como aquela objetivada no imaginário do grupo rural, processo que evidencia e reforça a proposição teórica de influência das representações nas práticas cotidianas; e (b) em uma dimensão mais singular deste processo representação-identidade (Souza, 2008), como fenômenos recíprocos que atuam na defesa e atualização dos campos simbólico e cultural do grupo, verifica-se que as representações sociais, tal como elaboradas, servem aos interesses da comunidade em favor de sua identidade social, localizando-a e representando-a na organização social na qual está inserida a partir de sua dinâmica endogrupal e das relações estabelecidas com os demais grupos.

Os resultados encontrados indicam ainda a necessidade de novos estudos que focalizem as contribuições do campo afetivo na esfera constitutiva e comunicativa das representações (Campos & Rouquette, 2003; Cruz & Arruda, 2008), como gênese e expressão dos elementos objetivados a partir dos processos grupais e das modalidades de ideologia presentes na realidade social. Por fim, as comunidades rurais, e a própria ruralidade como objeto de estudo, apresentam-se como campo privilegiado para a investigação sobre o imaginário e as práticas sociais, bem como sobre os processos de identidade social que se inserem na contramão das sociabilidades contemporâneas tidas como hegemônicas. No contexto da ruralidade, com escassos trabalhos de investigação focalizando os fenômenos presentes na

realidade dos grupos camponeses a partir da Psicologia, entende-se que a possibilidade de desenvolvimento de novas pesquisas poderia auxiliar tanto na compreensão de processos do cotidiano rural quanto na implementação de políticas públicas demandadas pela população rural, em consonância com a cultura e a simbologia local.

Referências bibliográficas

Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, Rio de Janeiro, 6(17), 111-125.

Amerio, P. (2003). *Psicologia di comunità*. Bologna: Il Mulino.

Amerio, P. (2004). Présentation - Dimensions psychosociales du sentiment d'insécurité. *Psychologie et société*, n. 7, 07-10.

Aragão, C. O. M., & Arruda, A. (2008). Bahia, um Brasil evocado em exotismo: alegria, negritude, sabor e movimento nas representações sociais de universitários. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 14(2), p. 187-202.

Arruda, A. (2009a). Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 739-766.

Arruda, A. (2009b). Meandros da teoria: a dimensão afetiva das representações sociais. In A. M. O. Almeida & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais – Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 83-102). Brasília, DF: Thesaurus.

Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Barthes, R. (2006). *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Bohnsack, (2007). A interpretação de imagens e o método documentário. *Sociologias*, Ano 9, 286-311.
- Bonomo, A. M. S., & Araujo, T. C. F. (2009). Psicologia aplicada à cardiologia: um estudo sobre as emoções relatadas em exame de Holter. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 25, 65-74.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, 107. Recuperado em 10, setembro de 2010, de <http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.
- Campos, P. H. F., & Rouquette, M. L. (2003). Abordagem Estrutural e Componente Afetivo das Representações Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 435-445.

- Carvalho, J. M. (1990). *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cerrato, J., & Villarreal, M. (2007). Representaciones sociales: historia, teoría y método. In J. Cerrato & A. Palmonari (Orgs.), *Representaciones sociales y psicología social – comportamiento, globalización y posmodernidad* (pp. 40-116). Valencia: PROMOLIBRO.
- Cruz, A. C. D., & Arruda, A. (2008). Por um estudo do ausente: a ausência como objetivação da alteridade em mapas mentais do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Ano 8, n. 3, 789-806.
- De Rosa, A. S. (2005). O impacto das imagens e do compartilhamento social das emoções na construção da memória social: uma chocante memória *flash* de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Museu da República.
- De Rosa, A. S., & Mormino, C. (2000). Memoria sociale, identità nazionale e rappresentazioni sociali: costrutti convergenti. Guardando all'Unione Europea e i suoi stati membri con uno sguardo verso il passato. In G. Bellelli, D. Bakhurst, & A. Rosa Rivero (Eds.), *Tracce. Studi sulla memoria collettiva*. Napoli, Italy: Liguori.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Delumeau, J. (2007). Medos de ontem e de hoje. Em A. Novaes (Org.), *Ensaio Sobre o Medo*. (pp. 39-52). São Paulo: Editora Senac – Sesc.

- Deschamps, J-C, & Moliner, P. (2009). A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1995). *Rappresentazioni sociali e analisi dei dati*. Bologna: Il Mulino.
- Feliciano, C. A. (2006). *Movimento camponês rebelde – a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Frúgoli Jr., H. (2003). A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *RBCS*, 18(52), 107-216.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Gohn, M. G. (2006). *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Jerônimo, R. N. T., & Gonçalves, T. M. (2008). O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 195-200.
- Jodelet, D. (2001). As representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet, *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 679-712.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber – Representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

- Kronberger, N., & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto – análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 416-441). Petrópolis: Editora Vozes.
- Leite, I. (1999). *Emoções, sentimentos e afetos – uma reflexão sócio-histórica*. Araraquara: JM Editora.
- Lima, D. M. A., Bomfim, Z. A. C., & Pascual, J. G. (2009). Emoção nas veredas da psicologia social: reminiscências na filosofia e psicologia histórico-cultural. *Psicol. Argum.*, Curitiba, 27(58), 231-240.
- Lima, L. C. (2007). Articulação dos conceitos de «*Thêmata*» e de «*Fundos tópicos*», por uma abordagem pragmática da linguagem em psicologia social. In *V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. UnB, Brasília.
- Lima, L. C. (2008). Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, 33, 83-97.
- Lloyd, B., & Duveen, G. (1990). A semiotic analysis of the development of social representations of gender. In G. Duveen & B. Lloyd (Eds.), *Social Representations and the Development of Knowledge* (pp. 27-46). Cambridge: C.U.P.
- Macedo, D., Oliveira, C. V., Gunther, I. A., Alves, S. M., & Nóbrega, T. S. (2008). O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: o que dizem os idosos? *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 441-449.
- Maia, D. (2006). Conflito e família: formas de sociabilidade no sertão cearense. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 5, 15-30.

- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais* – as dinâmicas da mente. Petrópolis: Editora Vozes.
- Martins, J. M. (2004). *A lógica das emoções* – na ciência e na vida. Petrópolis: Vozes.
- Menandro, M. C. S. (2004). *Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002)*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Moliner, P. (1996). *Images et représentations sociales* – De La théorie des représentations à l'étude des images sociales. Grenoble/França: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais* – investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2005). *Le rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Moscovici, S. (2008). Prefazione. In B. Rimé, *La dimensione sociale delle emozioni*. (pp. 13-17). Bologna: Il Mulino.

- Moser, G. (2004). Les conditions psychosociales et environnementales d'un sentiment de sécurité. *Psychologie et Société*, 7, 11-24.
- Naiff, D. G., Monteiro, R. C., & Naiff, L. A. (2009). O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. *Psico-USF*, 14(2), 221-227.
- O Estado de São Paulo*. (2010, 23 de maio). Agricultores franceses transformam Champs-Élysées em fazenda. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. S. Menin & A. M. Shemizu (Orgs.), *Experiência e representação social – questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-200). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Palmonari, A., Cavazza, N., & Rubini, M. (2002). *Psicologia sociale*. Bologna: Il Mulino.
- Parkinson, B. (1996). Emotions are social. *British Journal of Psychology*, 87, 663-683.
- Passos, C. L. (2008). *O modo de ser camponês e a propriedade da terra entre camponeses – a exclusão inspirando os movimentos sociais*. Curitiba: Juruá.
- Pietroforte, A. V. (2007). *Análise do texto visual – a construção da imagem*. São Paulo: Contexto.
- Prezza, M., & Pacilli, M. G. (2002). Il senso di comunità. In M. Prezza, & M. Santinello (Orgs.), *Conoscere la comunità – l'analisi degli ambienti di vita quotidiana* (pp.161-192). Bologna: Il Mulino.

- Reinert, M. (1990). Alceste, une methodology d'analyse des donnees textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, Paris, 26, 24-54.
- Ricci, R. (1999). *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Rimé, B. (2008). *La dimensione sociale delle emozioni*. Bologna: Il Mulino.
- Santaella, L. (2004). *A teoria geral dos signos – como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis: Editora Vozes.
- Schwarcz, L. M. (2008). Imaginar é difícil (porém necessário) – Prefácio. In B. Anderson (Autor), *Comunidades imaginadas* (pp. 09-17). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. A. M. (2004). *A luta pela terra – experiência e memória*. São Paulo: UNESP.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In N. Giarracca (Org.), *Una nueva ruralidad en America Latina?* (pp. 31-44). Buenos Aires: CLACSO.

Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

PRINCÍPIOS ORGANIZADORES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RURAL E CIDADE

Resumo

O estudo foi desenvolvido com o propósito de conhecer os princípios que organizam as tomadas de posição de integrantes de um grupo rural frente às representações de rural e cidade, a partir da análise dos processos de ancoragem psicológica, social e psicossocial. Foram realizadas entrevistas individuais com 200 integrantes de uma comunidade rural, distribuídos em quatro gerações. O roteiro foi composto por questões que focalizavam: (1) dados sócio-demográficos referentes ao sexo, idade, geração e se o participante já havia vivido em áreas urbanas; (2) experiência de preconceito, expectativa de vida na cidade para não migrados e recomendação para viver na cidade pelos participantes que já tinham vivido em território urbano; (3) valores sociais do rural; e (4) evocações livres associadas aos objetos de representação. Os resultados, sistematizados através da Análise de Conteúdo e processados por meio do *software* SPAD-T, indicaram a presença de três princípios organizadores dos significados vinculados aos objetos *rural vs. cidade*: “mundo natural vs. mundo artificial”, “vida feliz vs. vida ruim” e “quase autossuficiente vs. centro dos recursos”. As discussões focalizaram as funções das representações nos processos de elaboração da identidade social, destacando-se entre elas a de produzir equilíbrio e sustentar a defesa do espaço de pertencimento.

Palavras-chave: cidade; princípios organizadores; representação social; ruralidade

ORGANIZING PRINCIPLES OF THE SOCIAL REPRESENTATION OF THE RURAL AND CITY

Abstract

From the analysis of the anchorage process, the study was designed to assess the principles that organize the positions taken by members of a rural group faced with rural/city representations. 200 representatives of four generations of a Brazilian rural community took part in the study. The script for the interview was made up of questions which focused on: (1) socio-demographic data relating to sex, age, generation groups and previous experience of living in urban areas; (2) contact with prejudice, life expectancy in the city for non-migrants and recommendations on life in the city from participants who have already lived in urban areas; (3) rural social values; (4) free evocations associated with objects of rural-urban representation. The results, synthesized using Content Analysis and SPAD-T software, indicated the presence of three organizing principles of the meaning of *rural* vs. *city* objects: “natural world vs. artificial world”, “happy life vs. bad live” and “almost self-sufficient vs. resource centred”. The function of the process of social identity, which aims to preserve the rural community way of life and guarantees the survival of its sociability through new generations, is discussed.

Key-words: anchorage; city; organizing principles; rurality; social representation

Introdução

A construção de uma imagem social que represente o grupo e seus membros frente à sociedade é um processo complexo que envolve diferentes recursos simbólicos e afetivos. Uma vez que se entra ou nasce em um grupo, é necessário aprender a fazer parte e a encontrar ou desenvolver estratégias para permanecer nele (Speltini & Palmonari, 1999).

A sociabilidade camponesa, marcadamente aquela que se organiza por meio da estrutura social comunitária, apresenta-se como um contexto de estudo favorável à reflexão acerca da dinâmica grupal e de sua relação com os processos de identidade e representações (Moscovici & Doise, 1992; Speltini & Palmonari, 1999; Tajfel, 1982, 1983; Vala, 1997). A inserção dos homens, predominantemente, no trabalho agrícola e das mulheres no mundo doméstico e do cuidado com os filhos, as crenças e os valores compartilhados, o conjunto de atividades em comum e o investimento em espaços de convivência entre as famílias (Bonomo & Souza, 2010; Panzutti, 2006; Romanelli & Bezerra, 1999; Santos, 2006; Stropasolas, 2004, 2006), todas essas condições confluem tecendo o modo de vida das pessoas do lugar. Esse sistema de identificação se fortalece e se mantém especialmente através de representações sobre o próprio grupo, conferindo uma face comum aos seus membros, e pela distinção em relação ao ambiente externo, estranho à sua organização e, por vezes, portador de elementos ameaçadores e perturbadores da ordem e funcionamento grupais. Cabe ao grupo/comunidade, portanto, fornecer aos seus membros os mecanismos apropriados para a manutenção da ordem e do equilíbrio no seu sistema interno e na interação com demais grupos (Moscovici, 2005; Speltini & Palmonari, 1999).

O indivíduo, todavia, “não é uma entidade inerte ou passiva, que apenas responde às forças ambientais que existem fora dele e independentemente dele, mas, sim, é um sujeito ativo (...) que elabora as informações que recebe ordenando-as em categorias e atribuindo seus significados diversos” (Palmonari, 1995, p. 13 – tradução nossa), reflexão que reclama o reconhecimento da autonomia relativa do sujeito frente às relações e ao contexto no qual está inserido. Fala-se em *autonomia relativa* porque o indivíduo se desenvolve numa condição grupal que implica, necessariamente, no compartilhamento de um sistema simbólico, o qual constrange o indivíduo à dimensão coletiva, mas permite o grau de liberdade que possibilita a diversidade de posicionamentos, conflito e negociação entre seus integrantes. É assumindo essa condição dinâmica da vida social que Moscovici e Doise (1992) esclarecem que os indivíduos que compõem determinado grupo precisam “reconhecer a realidade de conflitos de opinião a fim de procurar uma solução iluminada entre as posições antagonistas (...) descobrir que coisa, dentro da aparente diversidade, pode fazer alcançar o consenso” (p. 13 – tradução nossa).

Como construídas pelos grupos sociais com a finalidade de “enfrentar a realidade com critérios e linguagem dotados de sentido, compreensíveis não apenas para quem compõe o grupo, mas também, se possível, para os membros dos outros grupos” (Palmonari, 1995, p. 54 – tradução nossa), as representações sociais guardam profunda relação com os processos de identidade social (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Vala, 1997). De acordo com Breakwell (1993), existiriam três maneiras através das quais as identidades sociais poderiam influenciar as representações: *exposição* (os membros do grupo focalizam determinados aspectos da representação em função dos interesses e objetivos do grupo), *aceitação* (os

integrantes do grupo podem aceitar ou rejeitar as representações de determinado objeto dependendo da credibilidade de sua fonte e comunicação explícita) e *uso* (a extensão da utilização das representações poderá ser afetada pelos indivíduos, os quais influenciam a frequência de seu uso nas conversações, bem como a sua tomada como sistema de referência para o controle e decisão sobre novas informações e situações a que são submetidos).

De fato, a relação entre as representações e os processos identitários, conforme demonstrado por Breakwell (1993), pode ser compreendida com maior clareza quando pensada a partir das relações intra e intergrupais. As hipóteses moscovicianas acerca das funções das representações sociais (Moscovici, 2005) fornecem elementos que fortalecem essa perspectiva dialógica entre os referidos processos: *de interesse* – o indivíduo ou grupo social procura criar imagens e discursos que deem conta das exigências de harmonizar os objetivos contrapostos entre grupos ou dos indivíduos em relação à coletividade; *de equilíbrio* – como discursos ideológicos, as representações são utilizadas para resolver tensões psíquicas e emotivas decorrentes de problemas nas interações sociais, visando restaurar o equilíbrio grupo-indivíduo; e *de controle* – as representações são construídas para serem utilizadas como instrumento de seleção das informações que chegam do ambiente externo, visando controlar a realidade dos indivíduos em relação ao grupo de pertencimento.

Em *Dissensi e consensi*, Moscovici e Doise (1992) dedicaram-se à reflexão acerca dos processos através dos quais os desacordos são vencidos em favor da construção de uma ideia compartilhada, condição gestada não pela conformidade inerte dos indivíduos, mas, sim, pela sua participação ativa. Três seriam as instâncias

suficientes para resolver a questão fundamentada na divergência de posições frente a determinado objeto social: a *tradição*, a *ciência* e o *consenso*. As duas primeiras teriam sucumbido gradativamente em sua autoridade sobre os indivíduos, restando o *consenso*, cujas ideias de sustentação se fundamentam na *escolha*, nos laços de *confiança* e na identificação de princípios *lógicos* que justifiquem a opção por uma vida em comum. Moscovici e Doise (1992) esclarecem:

Os atos de decisão, como também os atos de consenso, são, antes de tudo, atos de participação. Por vários motivos, o seu valor decorre do vínculo que os indivíduos constroem entre eles e da impressão que cada um elabora ao contar com olhar de todos, desde o momento em que participa (...) este vínculo, ainda que tênue, é uma condição preliminar para alcançar um objetivo, realizar uma missão política, religiosa, econômica, ou, simplesmente, dar um sentido ao mundo em que vivemos (p. 73 – tradução nossa).

Os autores concluem suas análises considerando que esse trabalho de elaboração de uma *interpretação compartilhada* transforma as categorias de pensamento individual em categorias de pensamento social, processo que tem na dinâmica grupal sua condição mediadora. É necessário, neste ponto, resgatar as contribuições de Mazzara (1996) acerca do pertencimento social, posto que este processo orienta fortemente não apenas o modo como as informações sociais são tratadas, mas também como cada um pensa a si mesmo e, por conseguinte, como se organizam os fundamentos dinâmicos que constituem e garantem certa permanência à identidade social.

Em torno da questão do *consenso* desenvolveram-se duas das abordagens principais da teoria das representações sociais (Palmonari, 2009; Rateau, 2004), a partir de perspectivas opostas: a teoria do núcleo central (Abric, 2003) e a teoria dos princípios organizadores das representações sociais (Doise, 1992, 2002a, 2002b; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1995), ou o paradigma das “três fases”, como também é conhecida (Palmonari, 2009). Enquanto a primeira focaliza a análise sobre os elementos compartilhados em relação a determinado objeto, a segunda se apoia na investigação dos princípios sobre os quais os elementos se diferenciam. De acordo com Rateau (2004), o pressuposto subjacente à teoria consensual consiste na *significação constitutiva do objeto*, enquanto para a teoria não consensual (dos princípios organizadores das representações) a questão central dirige-se à *avaliação do objeto*.

A proposta de investigação desenvolvida neste estudo orienta-se pela teoria não consensual das representações sociais, cuja contribuição à análise dos objetos de representação abordados decorre da possibilidade de apreensão dos componentes simbolicamente relevantes à construção da identidade social do grupo, segundo as diferentes inserções individuais na comunidade rural (Bonomo & Souza, 2010).

De acordo com Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1995), as representações podem ser definidas “como princípios geradores de tomadas de posição que estão vinculadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais capazes de organizar os processos simbólicos que intervêm nestas relações” (p. 187 - tradução nossa). A noção de princípios organizadores insere a perspectiva que valoriza as diferenças interindividuais no campo de estudos das representações sociais, fornecendo contribuições para sua apreensão e análise como fenômeno dinâmico e

complexo. O quadro teórico-metodológico dessa abordagem fundamenta-se no desenvolvimento do estudo das representações por meio de três fases, a saber: composição do campo representacional (campo semântico associado aos objetos), identificação dos princípios organizadores das diferenças individuais (variabilidade do campo) e análise da ancoragem dos princípios organizadores das representações (Doise, 1992; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1995).

No que concerne à análise dos processos de ancoragem, esta foi proposta em três modalidades, conforme esquematização teórico-conceitual fornecida por Doise (1992): (1) a *ancoragem psicológica* – modulações individuais do campo representacional. Posicionamento interindividual frente ao conteúdo das representações sociais, o qual se expressa na variabilidade do campo semântico elaborado pelos participantes; (2) a *ancoragem social* – a partir das crenças, opiniões e experiências comuns compartilhadas pelos membros de um dado grupo, originam-se representações com uma dinâmica semelhante. Em outras, palavras, através desta modalidade de ancoragem é possível investigar as relações entre diferentes tipos de inserção grupal e representações; e, por fim, (3) a *ancoragem psicossocial* – focaliza as representações a partir do modo como os indivíduos estão simbolicamente ligados às relações sociais e aos diferentes posicionamentos e categorias próprios de determinado campo social. Neste ponto, é importante ressaltar que, junto com o processo de objetivação, a ancoragem consiste em um dos mecanismos que conferem às representações sociais a eficácia *de tornar o estranho familiar* (Moscovici, 2005), permitindo, conforme síntese conceitual elaborada por Galli (2006), “a transferência de algo estranho e, por isso, ameaçador, proveniente de um espaço externo para o

nosso sistema de categorias de modo a enquadrá-lo nas categorias que avaliamos como as mais adequadas” (p. 38 – tradução nossa).

Pereira (2004) chama a atenção para o fato de no Brasil poucas pesquisas terem sido desenvolvidas a partir dessa abordagem das representações sociais. Entre as ainda escassas contribuições que podem ser encontradas na literatura nacional apresentam-se o estudo sobre preconceito contra homossexuais a partir da análise da ancoragem social realizado por Lacerda, Pereira e Camino (2002), a investigação sobre os princípios organizadores do envolvimento nos direitos humanos e ideologia política conduzida por Pereira e Camino (2003), e o trabalho sobre as representações sociais de envelhecimento realizado por Wachelke et al. (2008), no qual também os princípios organizadores das representações foram estudados. Sobre a demanda de novos estudos a partir dessa abordagem, Almeida (2009) conclui:

Ainda que se considere que a adesão à TRS pressupõe o estudo de indicadores que organizam o campo representacional, com a análise dos posicionamentos individuais neste campo e a ancoragem desses posicionamentos nas dinâmicas sociais, é preciso reconhecer que esta forma de fazê-lo ainda precisa ser mais difundida nos meios científicos da América Latina. Um caminho ainda a ser aberto (p. 733).

Clémence (2003) chama a atenção para a análise do campo representacional a partir da estratificação das posições de pertencimento social em conformidade com as categorias hierárquicas produzidas em meio ao campo de força dominante-minoritário, fortalecendo o argumento apresentado por Doise (1992, 2002a, 2002b) de que as “produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos,

como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais” (Doise, 2002b, p. 28). A diversidade de significados que sustentam e constituem o pensamento social são, portanto, orquestrados pelos princípios que organizam as diferenças individuais, e que indicam que “a sociedade é um sistema de relações caracterizadas pela pluralidade de alternativas, onde cada indivíduo tem uma inserção específica no campo social” (Pereira, 2004, p. 40). Speltini e Palmonari (1999), retratando a dimensão essencialmente dinâmica da organização da sociedade, complementam:

A vida social é caracterizada pela realidade da mudança, por aquele permanente movimento de “entrar” e “sair”, de separação e união, que se refere seja ao indivíduo nas suas múltiplas pertencas aos grupos e nos seus *status* e papéis sociais, seja os grupos e as organizações a partir dos quais se compõe uma sociedade (p. 49 – tradução nossa).

Dirigindo o foco de análise para os processos que regulam a elaboração da imagem social de um grupo que se estrutura a partir da categoria social camponesa, indicamos a seguir os objetivos que orientaram a investigação dos objetos de representação tendo em vista a organização social do modo de vida dos participantes a partir da comunidade rural.

Objetivos do estudo

Seguindo a abordagem teórico-metodológica de estudo das representações sociais proposta por Doise (1992, 2002a) e Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1995), os quais sugerem “analisar o conteúdo, a ancoragem psicológica, a ancoragem social e a ancoragem psicossocial do objeto de conhecimento das representações sociais” (Berti, Pivetti & Melotti, 2008, p. 289), a proposição deste

estudo fundamenta-se nos seguintes objetivos: (a) conhecer o campo semântico associado aos objetos de representação *rural* e *cidade*; (b) investigar os princípios organizadores das tomadas de posição individuais em relação ao conteúdo compartilhado das representações sociais abordadas; (c) analisar os processos de ancoragem psicológica, social e psicossocial das representações sociais em questão; e, finalmente, (d) articular os resultados do campo representacional de *rural* e *cidade* a fim de discutir as funções da elaboração do referido campo para o grupo rural investigado.

Estratégias metodológicas

Participantes e procedimento de coleta dos dados

A amostra foi constituída por 200 integrantes de quatro gerações de uma comunidade rural, com idades que variavam entre 07 e 81 anos, conforme detalhamento a seguir: 4ª geração entre 07 e 12 anos, 3ª entre 15 e 25 anos, 2ª entre 35 e 45 anos e 1ª geração 60 anos ou mais. Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo feminino e 25 do sexo masculino.

Os dados foram coletados na própria comunidade rural por meio de entrevistas individuais, em locais sugeridos pelos participantes e respeitando a sua disponibilidade. Todas as entrevistas foram precedidas de um momento para esclarecimento dos objetivos do trabalho, bem como para a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisas.

Instrumento e tratamento dos dados

O instrumento utilizado para a coleta das informações pertinentes aos objetivos do estudo foi sistematizado em quatro núcleos de informação: (1) dados sócio-demográficos referentes a sexo, idade, grupo geracional e se o participante já

havia vivido em áreas urbanas; (2) conjunto de informações sobre experiência de preconceito (se já havia vivenciado alguma situação preconceituosa por ser reconhecido como pessoa do meio rural), expectativa ou não de viver na cidade (para os participantes que sempre viveram no meio rural) e se os participantes recomendariam viver na cidade (apenas para os migrados que retornaram à comunidade rural); (3) identificação dos valores vinculados ao rural (listar pelo menos três elementos); e (4) evocações livres associadas aos objetos de representação rural e cidade, de acordo com a técnica de associação livre (Abric, 2003; De Rosa, 2003; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1995). Esta técnica consiste em propor aos participantes um termo indutor e, a partir deste, interroga-se sobre o que o indivíduo “*pensa, sente ou imagina*” em relação ao objeto apresentado. O objetivo é obter palavras ou expressões (de três a cinco elementos) que irão compor o *corpus* de dados referente a cada objeto em particular.

O tratamento do material coletado foi conduzido a partir da natureza e qualidade das informações obtidas e de sua função para o corpo de discussões centrais ao estudo. Assim, os dados provenientes dos dois primeiros tópicos foram sistematizados através de procedimentos da estatística descritiva. Em relação às *corpora* de dados derivadas dos valores associados ao rural (tópico 3) e das evocações livres vinculadas aos objetos rural e cidade (tópico 4), primeiramente procedeu-se a categorização dos elementos que constituíram os três bancos de dados a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003), segundo utilização do critério semântico de agrupamento/distinção, e, posteriormente, submeteu-se as categorias de cada conjunto de dados aos procedimentos do *software* SPAD-T (Lebart, Morineau, Becue & Haeusler, 1994). A repetição de um mesmo elemento entre as

evocações de um mesmo participante implicou a seleção do termo na primeira posição e sua supressão nas posições subsequentes (Deschamps, 2003). Por meio da análise realizada pelo programa foi possível identificar os *clusters* referentes aos valores associados ao rural, às representações de rural e às representações de cidade.

O arranjo desse conjunto de dados forneceu as bases empíricas para a definição das variáveis para o processo de análise das ancoragens das representações sociais dos objetos investigados. É importante ressaltar que a descrição e análise dos resultados têm como referência o posicionamento dos indivíduos no campo representacional a partir de suas inserções grupais, conforme método de investigação proposto por Doise, Clémence e & Lorenzi-Cioldi (1995).

Resultados

Os resultados são apresentados em duas seções: (1) caracterização do campo semântico referente aos objetos rural e cidade a partir do conteúdo compartilhado; e (2) análise dos processos de ancoragem (psicológica, social e psicossocial) relativos a cada objeto de representação. Esta última seção está subdividida em três conjuntos de resultados, a saber: (i) definição das variáveis que orientaram a análise das três modalidades de ancoragem, (ii) representações sociais de rural e (iii) representações sociais de cidade.

Conteúdo compartilhado das representações sociais de rural e cidade

O *corpus* de dados referente ao *rural* foi composto por 984 palavras, tendo sido consideradas pela análise do *software* SPAD-T 89.63% desse total (882 termos), com média de evocação por participante de 4.9. Para o banco de dados concernente ao *objeto* cidade, por sua vez, foram aproveitados 803 elementos (87.66%) de um

total de 916 termos resultantes da associação livre (Abric, 2003; De Rosa, 2003; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1995), a qual teve como evocação média 4.6 palavras por indivíduo. O conjunto total de elementos constituintes do campo semântico de cada objeto (a partir do corte referenciado por $f \geq 07$) apresentou o mesmo número de categorias diferentes ($n = 47$), denotando um investimento equilibrado no sistema de significação relativo aos objetos de representação propostos, conforme disposição dos elementos na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Elementos característicos das representações de cidade e rural

Cidade				Rural			
Cidade				Rural			
Descrição do ambiente físico	Muitas pessoas	61	Natureza	50	Violência	45	Sem política
	Muitas casas	52	Casas	24	Pobreza	37	pública
	Muitos carros	44	Animais	20	Desigualdade	14	Veneno
	Prédios	42	Frutas	17	Acidente	14	Sem dinheiro
	Poluição	36	Terra	17	Drogas	12	
	Rua	14	Ar puro	14	Exploração	11	
	Sem natureza	14	Rios	12	Desemprego	09	
	Asfalto	11	Águas	09	Roubo	07	
	Fábricas	07	Matas	09			
	Luzes	07	Menos carros	07			
Modo de vida	Tumulto	57	Vida tranquila	59	Comércio	90	Roça
	Vida ruim	32	Convivência	50	Hospital	30	Trabalho rural
	Sem convivência	29	Amigos	36	Estudo	24	Colheita
	Sem liberdade	16	Comunidade	33	Comprar	20	Criações
	Diversão	15	Família	33	Banco	17	Educação rural
	Vida fácil	15	Modo de vida	29	Centro político		Igreja
	Ganância/dinheiro	12	Todos se ajudam	26	e administrativo	15	Plantio
	Movimento	12	Liberdade	22	Igreja	14	Propriedade
	Sem solidariedade	10	Brincar	18	Emprego	12	rural
			Participação coletiva	18	Brinquedos	10	Saúde
			Agricultores	11	Cartório	09	Escola
			Lazer	11	Resolver coisas	09	
			Onde vivemos	09			
			Pessoas boas	09			
			Tradição	09			
			Vida feliz	09			
			À vontade	08			
			Autonomia	08			
			Diversão	08			
			Festas	08			
Componentes avaliativos	Não gosto	27	Bom	31	Desenvolvimento	11	Sustentabilidade
	Obrigados ir lá	15			Facilidades	11	Lugar seguro
	Lugar difícil	12			Urbanização	10	Qualidade de
	Diferente do rural	10			Oportunidade	09	vida
	Bonita	07					

Nota: Listas de palavras mais frequentes ($f \geq 07$)

As seis categorias elaboradas procuraram fornecer um panorama dos elementos que constituem o conteúdo compartilhado das representações sociais de rural e cidade facilitando sua exploração inicial. As informações a seguir objetivam apresentar maior detalhamento acerca das categorias (Bardin, 2002, 2003):

1). *Descrição do ambiente físico*: apresenta elementos relacionados à organização espacial dos territórios (rua/asfalto/poluição vs. terra/rio/ar puro) denotando a composição de ambientes distintos ainda quando apresentam o mesmo elemento, como *carro*, por exemplo, que foi categorizado pelos participantes a partir da magnitude de sua presença na cidade e no rural (mais carros vs. menos carros);

2). *Problemas identificados*: engloba os pontos críticos e as dificuldades enfrentadas em cada contexto;

3). *Modo de vida*: integra significados que, em sua maioria, colocam em oposição as sociabilidades rural e citadina (*convivência/liberdade/vida feliz vs. sem convivência/sem liberdade/vida ruim*). Para o rural, todos os elementos associados possuem valência positiva, enquanto para a cidade prevaleceram os significados negativamente valorados;

4). *Recursos e serviços*: refere-se à infraestrutura de cada território, como *comércio, banco ou cartório* para a cidade (recursos que são utilizados também pelo grupo rural) e *propriedade rural, educação rural e criações* para o campo, os quais constituem elementos basilares à sobrevivência das pessoas do lugar. Destacamos ainda o elemento *igreja*, comum aos dois conjuntos semânticos, significado que possivelmente resgata a relação entre a Comunidade Eclesial de Base (Baltazar, 2004; Mainwaring, 2004) rural e os encontros religiosos no centro da cidade;

5). *Componentes avaliativos*: refere-se ao posicionamento avaliativo dos participantes em relação aos dois territórios. Ao rural foi associado um único elemento, este com conotação positiva (*bom*), e à cidade foram relacionados significados positivos (*bonita*) e também negativos (*não gosto*);

6). *Expectativas dos contextos*: diz respeito a elementos que poderíamos considerar “as promessas” de cada território à população. Os significados subjacentes aos elementos referentes à cidade compõem uma imagem que sugere sua perspectiva desenvolvimentista, enquanto o sentido associado ao rural parece transmitir a ideia de um modo de vida autossustentável.

Os elementos que constituíram o campo representacional vinculado aos objetos em análise, rural e cidade, foram agrupados em categorias semânticas gerais a fim de fornecer uma visão mais ampla e integral dos significados que concorrem para a elaboração dos referidos campos. Embora possam apresentar contraposições no que se refere à polaridade do conteúdo que representam [evidência que já indica a possível tomada de posição dos participantes a partir do pertencimento ao grupo rural (Brown, 1997; Doise, 2002a, 2002b; Tajfel, 1982, 1983)], as categorias elaboradas visam retratar os aspectos comuns em termos semânticos tendo como referência a comparação entre os dois campos.

Análise dos processos de ancoragem

Definição das variáveis de acordo com cada modalidade de ancoragem

Tendo como objetivo evidenciar as diferenças individuais em relação aos objetos de representação rural e cidade, foi realizada uma análise de correspondência a partir do procedimento ASPAR do *software* SPAD-T (Lebart, Morineau, Becue & Haeusler, 1994). Esta análise permite individualizar os princípios sobre os quais se

organizam as tomadas de posição dos participantes através da análise da oposição entre os polos de cada fator (Doise, 2002a). A formação de *clusters*, por sua vez, fornece as posições individuais dos participantes frente às representações sociais, de acordo com o campo semântico que as constitui (Berti, Pivetti & Melotti, 2008). Para cada objeto de representação foi possível identificar três *clusters* de sujeitos segundo os elementos associados aos termos indutores *rural* e *cidade*. Nas Tabelas 4 e 5 são apresentados, respectivamente, os *clusters* concernentes às representações de rural e cidade acompanhados das categorias significativamente mais frequentes e menos frequentes, bases empíricas para a investigação da *ancoragem psicológica*.

Para demonstrar como as diferentes pertenças sociais modulam as representações sociais de rural e cidade, analisamos a colocação dos indivíduos nos fatores formados através da projeção das variáveis sexo ($n_f=100$ e $n_m=100$), geração ($n_{G1}=50$, $n_{G2}=50$, $n_{G3}=50$ e $n_{G4}=50$) e se o participante viveu na cidade ($n=25$) ou não ($n=175$), análise que possibilita discutir a *ancoragem social* das representações de rural e cidade.

Para a análise da *ancoragem psicossocial* considerou-se as seguintes variáveis: se já pensou em viver na cidade (para os participantes que sempre viveram no meio rural) ($n_{sim}=39$ e $n_{não}=136$), se recomenda a vida na cidade (para os participantes que já viveram na cidade) ($n_{sim}=04$ e $n_{não}=21$), se já sofreu preconceito por ser identificado como *pessoa rural* ($n_{sim}=66$ e $n_{não}=134$) e *clusters* referentes aos valores sociais associados ao rural (Tabela 3). No que se refere especificamente à formação dos *clusters* de sujeitos a partir dos valores associados ao rural, foi produzido um total de 768 termos, com 52 categorias distintas. Foi adotada como limite de corte para redução do banco de dados a frequência ≥ 6 . Os 31 elementos

que compuseram o *corpus* de dados referente aos valores associados ao rural são apresentados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Frequência absoluta dos valores associados a pessoas rurais

Termo evocado	Frequência	Termo evocado	Frequência
Respeito	93	Tradição da roça	12
Alteridade	61	Humildade	10
Educação	54	Terra	09
Honestidade	49	Partilha	09
Trabalho	46	Responsabilidade	09
Pessoa direita	44	Dignidade	08
Solidariedade	38	Si mesmo	08
Amizade	32	Vontade de progredir	07
Família	29	Alegria	07
Religião	29	Companheirismo	07
Vida em comum	28	Participação	07
Convivência	25	Ser verdadeiro	07
Bondade	23	Honrar nome/palavra	06
Estudo	21	Se comportar bem	06
Paz	21	Sinceridade	06
Simplicidade	18		

Nota: Lista de 31 palavras mais frequentes ($f \geq 6$)

Com a finalidade de conhecer as diferentes tomadas de posição em relação aos valores relacionados ao rural, por meio do *software* SPAD-T procurou-se identificar a formação de *clusters* de sujeitos frente ao conteúdo valorativo, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Composição de *cluster* - categorias de valores utilizadas (mais frequentes e menos frequentes) associadas ao rural

Cluster 1 Valores comunitários-endogrupais 99 indivíduos		Cluster 2 Valores intergrupais 48 indivíduos		Cluster 3 Valores individuais 53 indivíduos	
Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes
Vida em comum	Alteridade	Bondade	Amizade	Honestidade	Estudo
Convivência	Se comporta bem	Alteridade	Vida em comum	Simplicidade	Educação
Amizade	Sinceridade	Paz	Honestidade	Dignidade	Alteridade
Família	Honrar nome/palavra	Se comporta bem		Honrar nome/palavra	Vida em comum
Responsabilidades	Humildade			Sinceridade	Paz
Relação com a terra	Dignidade			Humildade	Bondade
Religião	Simplicidade			Ser verdadeiro	Convivência
Vontade de progredir	Honestidade				
	Bondade				

Nota: Listagem das categorias significativamente mais frequentes e menos frequentes segundo critério V-test $\geq |2|$

A análise sugere a distribuição dos participantes em três categorias que representam: valores que poderiam ser considerados mais individuais (*cluster 3*), no sentido que expressam a prática de princípios relevantes ao grupo pelos seus integrantes; valores comunitários (*cluster 1*), os quais retratam as relações endogrupais, suas unidades internas de organização e a caracterização do modo de vida do grupo rural; e, finalmente, os valores intergrupais (*cluster 2*), categoria composta por elementos que indicam a comunidade como acolhedora e solidária no confronto com demais grupos.

O quadro que permite a análise do campo semântico dos objetos de representação social pode ser sintetizado da seguinte forma: a *ancoragem psicológica* será evidenciada através da análise de correspondência e da formação de *clusters* compostos por sujeitos segundo o conjunto de elementos das representações sociais de cada objeto; a *ancoragem social* por meio da projeção das variáveis suplementares sexo, geração e se viveu na cidade; e, por fim, através dos valores associados ao rural, da experiência de preconceito, da expectativa ou não de vida na cidade (para os participantes que sempre viveram no meio rural) e se recomenda a vida na cidade (para os migrados que retornaram à comunidade rural) será analisada a *ancoragem psicossocial*.

Para determinar o nível de aceitação dos elementos mais significativos à formação dos fatores, na Análise Fatorial de Correspondência, é utilizada a regra $c.a. \geq 100/n$ das categorias/elementos, sendo $c.a.$ = contributo absoluto. Considerando que cada campo semântico vinculado aos objetos de representação foi constituído por 47 categorias, o valor considerado para destacar os elementos significativos à

formação dos fatores foi de 2.12. Para estabelecer o nível de aceitação das variáveis usa-se o critério do V-test $\geq |2|$ (Berti, Pivetti & Melotti, 2008).

Apresentaremos, a seguir, os resultados relacionados à análise dos processos de ancoragem relativos ao rural e, na sequência, o conjunto de dados referentes às representações sociais de cidade.

Representações sociais de rural

1). Ancoragem psicológica

Na Figura 1 é apresentado o plano fatorial proveniente do cruzamento dos Fatores 1 e 2, selecionados para a apresentação dos resultados referentes ao campo representacional de rural.

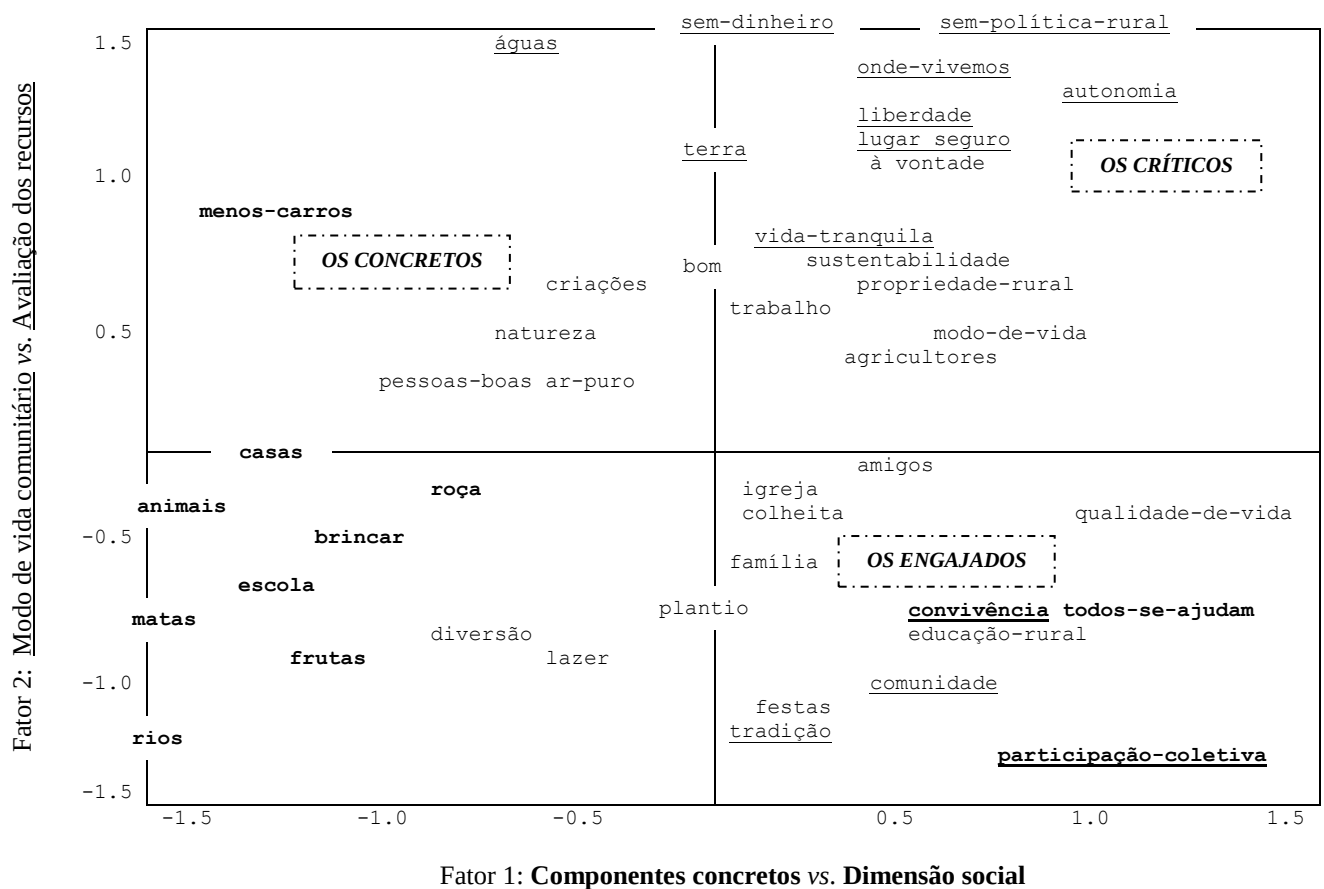


Figura 1: Análise de correspondência – plano fatorial referente ao campo representacional de rural

O Fator 1 “Componentes concretos vs. Dimensão social” (5.8% de inércia empregada) evidencia a contraposição entre uma imagem objetiva do rural e a dimensão social que organiza o modo de vida na comunidade. O polo negativo (“Componentes concretos”) apresenta o tema natureza, com os *animais* (c.a.=11.2), as *matas* (c.a.=8.5), os *rios* (c.a.=7.9) e as *frutas* (c.a.=7.8), espaço menos movimentado, com *menos carros* (c.a.=3.4), convidativo a atividades como o *brincar* (c.a.=4.5), especialmente para as novas gerações. Contribuem ainda para a elaboração da imagem do rural a partir de componentes figurativos, elementos como *casas* (c.a.=10.1), *escola* (c.a.=3.0) e *roça* (c.a.=5.8), os quais destacam a apropriação humana de seu espaço.

Em oposição ao polo concreto, posiciona-se a “Dimensão social”. Projetam-se, sobre a referida dimensão, elementos que retratam o rural a partir de seu modo de vida, com a *convivência* (c.a.=5.2) entre as pessoas do lugar e a *participação coletiva* (c.a.=3.4) dos membros da comunidade nas atividades desenvolvidas, formas de mobilização social nas quais *todos se ajudam* (c.a.=3.1) e a vivência de uma sociabilidade compartilhada é fortalecida.

O segundo fator, “Modo de vida comunitário vs. Avaliação dos recursos” (4.38% de inércia empregada) permite ampliar a análise sobre a sociabilidade camponesa. No polo negativo deste segundo fator, “Modo de vida comunitário”, pode-se identificar claramente o modo de vida rural. Em comparação com o eixo anterior, nota-se a inclusão dos elementos *comunidade* (c.a.=2.7) e *tradição* (c.a.=3.0), o que fortalece os significados *convivência* (c.a.=2.2) e *participação coletiva* (c.a.=8.9) e indica a importância do modelo comunitário para a estruturação e organização do grupo.

No polo positivo, “Avaliação dos recursos”, por sua vez, pode-se identificar os recursos naturais, como *águas* (c.a.=5.3) e *terra* (c.a.=2.7), e os recursos sociais, os quais organizam o modo de vida do lugar, com *autonomia* (c.a.=2.2) e *liberdade* (c.a.=5.0), tornando o território rural um *lugar seguro* (c.a.=4.5) e de *vida tranquila* (c.a.=2.7). O elemento *onde vivemos* (c.a.=2.6) indica a relevância dos significados associados ao objeto rural para a identidade social do grupo. Contrastam, todavia, com essa imagem harmônica e autossustentável os elementos *sem política rural* (c.a.=3.1) e *sem dinheiro* (c.a.=6.0), incluindo no corpo de significação do rural as dificuldades concretas de sobrevivência no campo, questão que pode ser interpretada também como uma crítica à hierarquia social, política e econômica que confere à cidade maior poder que ao campo.

Associados às representações de rural, foram identificados três *clusters* compostos por sujeitos que, em função dos significados mais característicos que os constituem, foram denominados de *Os engajados*, *Os críticos* e *Os concretos*, conforme detalhamento na Tabela 4.

Tabela 4: Composição dos *clusters*: representação social de rural

<i>Cluster 1</i> <i>Os engajados-rural</i>		<i>Cluster 2</i> <i>Os críticos-rural</i>		<i>Cluster 3</i> <i>Os concretos-rural</i>	
Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes
Convivência	Brincar	Sem política rural		Frutas	Liberdade
Modo de vida	Menos carros	Sem dinheiro		Animais	Vida tranquila
Amigos	Sem dinheiro			Casas	Trabalho
Sustentabilidade	Escola			Rios	Modo de vida
Vida tranquila	Matas			Matas	Amigos
Liberdade	Rios			Brincar	Convivência
Participação coletiva	Animais			Escola	
	Casas			Menos carros	
	Sem política rural			Roça	
	Frutas				

Nota: Listagem das categorias significativamente mais frequentes e menos frequentes segundo critério V-test $\geq |2|$

De acordo com Berti, Pivetti e Melotti (2008), cada conjunto de significados expressos pelos *clusters*, os quais estão constitutivamente associados ao campo representacional, pode ser considerado uma representação específica do objeto investigado, proposição que será retomada oportunamente.

O *cluster* 1 agrupa a maioria dos participantes, 143 indivíduos (68 do sexo feminino e 75 do sexo masculino), e foi originalmente composto por 647 termos analisados que correspondem a 41 palavras distintas. Este grupo congrega majoritariamente significados relativos aos aspectos da sociabilidade da comunidade rural e, por isso, foi chamado de *Os engajados*, visto que representa o rural como o envolvimento com o modo de vida do grupo. Localizam-se de forma significativa nos polos “Dimensão social” (V-test =8.5 – Fator 1) e “Modo de vida comunitário” (V-test =-3.7 – Fator 2) e estão menos envolvidos no posicionamento crítico frente ao contexto rural ou ainda com sua face mais objetiva/concreta.

No que se refere ao *cluster* 2, este é formado por 15 sujeitos (09 do sexo feminino e 06 do sexo masculino). Seu conteúdo baseia-se em 55 termos analisados, agrupados em 26 elementos diferentes, e apresentam exclusivamente a crítica em relação à ausência de política pública voltada para o meio rural e à pobreza decorrente dos diversos fatores que confluem agravando o quadro de dificuldades de produção e comercialização dos produtos agrícolas. Em função dessa tomada de posição crítica foram definidos como *Os críticos*. Foram incluídos no polo “Avaliação dos recursos” (V-test =6.4 – Fator 2).

Finalmente, O *cluster* 3 é composto por 42 indivíduos (igualmente distribuídos no que se refere ao sexo) e os significados que o caracterizam são decorrentes de 180 termos analisados (33 palavras distintas). Os indivíduos que

formam este grupo focalizam menos o modo de vida rural e priorizam os aspectos mais concretos, tendo sido projetados justamente no polo “Componentes concretos” (V-test = -11.5 – Fator 1). Em função disso, foram chamados de *Os concretos*.

2). Ancoragem social

Entre as variáveis selecionadas para a análise da ancoragem social, apenas *geração* e *ter vivido na cidade* concorrem para a elaboração do campo representacional de rural. A variável *sexo* não é significativa na tomada de posição dos participantes frente ao referido objeto.

Os significados de rural organizados a partir de “Componentes concretos” (Fator 1) são elaborados principalmente pelos membros da quarta geração (V-test = -21.4, coord₁: -1.3) e por aqueles que não viveram na cidade (V-test = -6.2, coord₁: -.08), participantes que possuem menores recursos para a comparação entre os contextos campo-cidade e, portanto, elaboram uma imagem do objeto que pode ser considerada mais simplificada.

O tipo de sociabilidade parece ocupar um lugar central no campo representacional elaborado, posto que organiza os polos positivo do Fator 1 (“Dimensão social”) e negativo do Fator 2 (“Modo de vida comunitário”). No segundo polo do Fator 1 estão a primeira (V-test = 7.1, coord₁: .41), a segunda (V-test = 9.3, coord₁: .53) e a terceira gerações (V-test = 4.4, coord₁: .26), inclusive os indivíduos que já viveram em áreas urbanas (V-test = 6.2, coord₁: .56), sustentando a interpretação de que as experiências na cidade contribuem para a construção de uma imagem mais elaborada do rural, uma vez que o contato pode favorecer processos de comparação entre as duas realidades.

No Eixo 2, “Modo de vida comunitário vs. Avaliação dos recursos”, projeta-se apenas a variável geração, conjunto de significados que sugere a preocupação dos participantes com a continuidade do modo de vida na comunidade. Assim, destaca-se a valorização endogrupal por parte das novas gerações que se associam aos significados que compõem o “Modo de vida comunitário”. A terceira (V-test = -7.4, coord₂: -.27) e a quarta geração (V-test = -2.0, coord₂: -.21) colocam-se significativamente sobre este polo. Já a primeira (V-test = 2.7, coord₂: .16) e a segunda geração (V-test = 2.0, coord₂: .11), mais preocupadas com o futuro da comunidade e de seus filhos, são responsáveis pela dimensão “Avaliação dos recursos”.

3). Ancoragem psicossocial

Sobre o polo negativo do Fator 1, “Componentes concretos”, estão os indivíduos que nunca pensaram em viver na cidade (V-test = -7.1, coord₁: -.16), os que não sofreram preconceito (V-test = -7.3, coord₁: -.17) e os sujeitos que compõem o *cluster 2 (valores intergrupais)* (V-test = -10.4, coord₁: -.64). Já no polo oposto, “Dimensão social”, estão os participantes que viveram na cidade e que não recomendam o modo de vida desse contexto (V-test = 5.4, coord₁: .55), os que nunca viveram na cidade, mas já pensaram na possibilidade de emigrar (V-test = 3.1, coord₁: .22), os que sofreram preconceito por serem identificados como *pessoas rurais* (V-test = 7.3, coord₁: .35) e ainda os indivíduos com valores comunitários-endogrupalis (*cluster 1*) (V-test = 5.4, coord₁: .18) e aqueles com valores individuais (*cluster 3*) (V-test = -3.9, coord₁: .22).

A comparação entre os polos deste primeiro eixo ratifica a análise empreendida anteriormente, na seção referente à ancoragem social: os indivíduos que

vivenciaram situações que favoreceram a avaliação entre os contextos campo-cidade (ter sofrido preconceito por ser *pessoa rural*, ter vivido na cidade e não aprovar o modo de vida urbano, e ainda já ter considerado a possibilidade de mudança para a cidade) elaboram uma representação mais complexa do rural quando comparada com aquela mais descritiva do território (retratada por meio de componentes físicos), indicativa de uma comparação social campo-cidade mais estereotipada.

No segundo fator, “Modo de vida comunitário vs. Avaliação dos recursos”, as variáveis *ter sofrido preconceito* e *se recomenda a vida na cidade* (para os que já moraram em áreas urbanas) não se projetam significativamente sobre esse eixo. A tomada de posição dos indivíduos no confronto com os significados que articulam a imagem do *rural-comunitário* (polo negativo) é favorecida por integrantes que nunca pensaram em viver na cidade (V-test = -3.8, coord₂: -.08) e pelos sujeitos incluídos no *cluster 1* (*Valores comunitários-endogrupais*) (V-test = -2.5, coord₂: -.08). As variáveis associadas a este polo fornecem evidências da composição de uma imagem do rural que tem como função a delimitação de fronteiras entre campo-cidade. No polo oposto, por sua vez, estão os que já pensaram em viver na cidade (V-test = 3.5, coord₂: .25) e aqueles que apresentam valores individuais (*cluster 3*) (V-test = 2.6, coord₂: .14), denotando que as dificuldades de vida no campo influenciam as reflexões acerca da mobilidade social, processo peculiar aos indivíduos que localizam-se mais caracteristicamente no plano dos valores individuais (Tajfel, 1982, 1983).

Representações sociais de cidade

1). Ancoragem psicológica

O plano fatorial resultante da análise de correspondência referente ao campo representacional de cidade é apresentado na Figura 2 através da projeção dos Fatores 1 e 2.

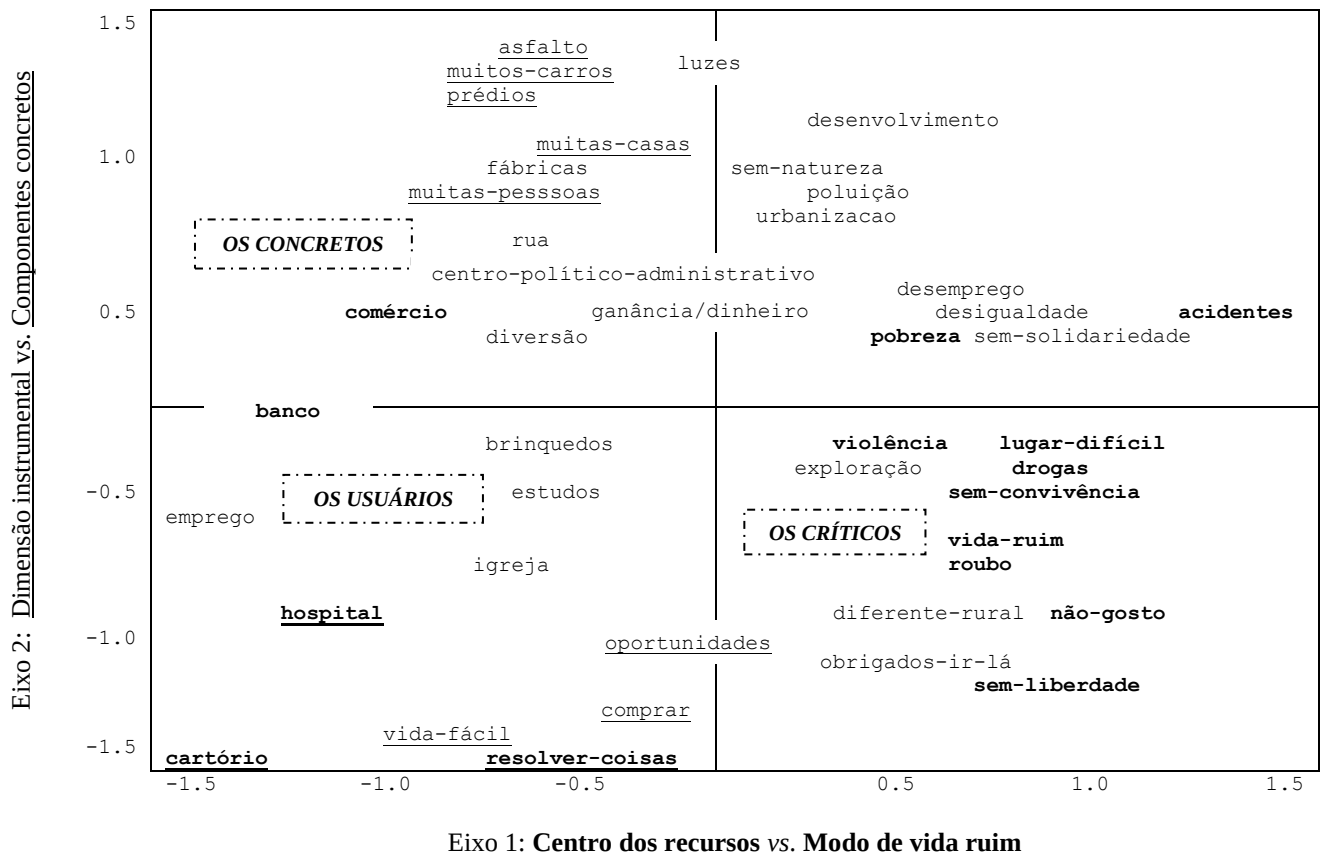


Figura 2: Análise de correspondência – plano fatorial referente ao campo representacional de cidade

O campo representacional vinculado ao objeto cidade é apresentado através do cruzamento dos fatores 1 “Centro dos recursos vs. Modo de vida ruim” (5.71% de inércia empregada) e 2 “Dimensão instrumental vs. Componentes concretos” (4.97% de inércia empregada).

O polo negativo do primeiro fator (“Centro dos recursos”) contém significados que organizam a representação de cidade a partir dos serviços disponíveis em seu território, como *banco* (c.a.=3.0), *cartório* (c.a.=4.6), *comércio* (c.a.=13.1) e *hospital* (c.a.=5.6), um lugar aonde se vai para *resolver coisas* (c.a.=3.3). Portadora de elementos com significação muito semelhante à representação anteriormente descrita, a “Dimensão instrumental” da cidade (Fator 2) também indica os recursos do *cartório* (c.a.=5.5) e *hospital* (c.a.=2.5), os quais reforçam a ideia de cidade como lugar para *resolver coisas* (c.a.=26.7) ou *comprar o que se precisa* (c.a.=9.4), sendo percebida pelos participantes como *vida fácil* (c.a.=15.7) e *oportunidades* (c.a.=3.3).

Bem diferente da imagem positiva dos recursos da cidade, no polo oposto, ainda no primeiro eixo, encontra-se a ideia de cidade como um contexto que congrega diversos problemas, como *pobreza* (c.a.=3.5), *violência* (c.a.=5.6), *drogas* (c.a.=3.9) e *acidentes* (c.a.=7.4), além da *falta de convivência* (c.a.=4.5) e de ausência de *liberdade* (c.a.=4.0) entre as pessoas que vivem neste lugar. O posicionamento avaliativo dos indivíduos expressa a não identificação dos integrantes do grupo rural com o modo de vida urbano, afastamento que se reflete em elementos como *não gosto* (c.a.=6.1), *lugar difícil* (c.a.=4.2) e *vida ruim* (c.a.=6.0).

Finalmente, o polo positivo do Fator 2 (“Componentes concretos”) refere-se à dimensão figurativa do espaço citadino, composta por *asfalto* (c.a.=2.2), *prédios* (c.a.=4.9), *muitos carros* (c.a.=5.9), *muitas casas* (c.a.=4.6) e *muitas pessoas* (c.a.=2.9), esses últimos elementos destacando excessos e aglomerações na organização e funcionamento dos centros urbanos.

O agrupamento de categorias de indivíduos frente ao objeto de representação resultou na identificação de três *clusters* de sujeitos associados a significados distintos das representações sociais de cidade. Na Tabela 5, são fornecidas as informações relativas aos grupos formados e os elementos mais e menos característicos.

Tabela 5: Composição dos *clusters*: representação social de cidade

<i>Cluster 1</i> <i>Os críticos-cidade</i>		<i>Cluster 2</i> <i>Os usuários-cidade</i>		<i>Cluster 3</i> <i>Os concretos-cidade</i>	
Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes	Categorias de elementos mais frequentes
Não gosto	Asfalto	Vida fácil		Comércio	Vida boa
Violência	Vida fácil	Resolver coisas		Muitos carros	Pobreza
Sem convivência	Banco	Cartório		Prédios	Lugar difícil
Vida ruim	Hospital	Oportunidades		Muitas pessoas	Drogas
Acidente	Diversão	Comprar		Muitas casas	Acidente
Lugar difícil	Muitas casas	Hospital		Asfalto	Sem convivência
Drogas	Muitas pessoas			Diversão	Vida ruim
Pobreza	Prédios			Banco	Sem liberdade
Sem liberdade	Muitos carros			Movimento	Violência
Desigualdade	Comércio				Não gosto

Nota: Listagem das categorias significativamente mais frequentes e menos frequentes segundo critério V-test $\geq |2|$

O primeiro *cluster* é formado por 76 indivíduos (39 do sexo feminino e 37 do sexo masculino). Os significados que o compõem são provenientes de 301 termos analisados (41 distintos) e espelham a avaliação negativa do modo de vida urbano, posição que resultou no nome de *Os críticos*. Em consonância com o conteúdo que o constitui, esse *cluster* localiza-se de maneira significativa no polo “Modo de vida ruim” (V-test = 11.7 – Fator 1).

O *cluster 2*, composto por 16 sujeitos (07 do sexo feminino e 09 do sexo masculino), foi denominado de *Os usuários* por retratar a cidade a partir da imagem de “Centro dos recursos” (V-test = -2.8 – Fator 1) e de sua “Dimensão instrumental”

(V-test = -10.2 – Fator 2). Integram o conjunto de elementos associados a este grupo 60 termos analisados, distribuídos em 23 categorias diferentes.

O agrupamento mais numeroso de indivíduos, a partir dos significados do campo representacional de cidade, está localizado no *cluster* 3 e foi composto por 108 participantes (igualmente distribuídos no que se refere ao sexo). O conjunto de dados vinculado a este grupo foi constituído por 442 elementos do total de termos analisados pelo programa SPAD-T, o que equivale a 40 categorias semânticas distintas. Pelo conteúdo mais significativamente característico desse grupo, seus integrantes foram chamados de *Os concretos*, de fato, mais preocupados com os “Componentes concretos” da cidade (V-test = 7.2 – Fator 2) e menos interessados com o seu modo de vida.

2). Ancoragem social

Tal como no conjunto de dados referentes ao rural, a variável *sexo* não é significativa na tomada de posição dos participantes no que se refere à elaboração do campo representacional de cidade.

A cidade como o “Centro dos recursos” é privilegiada pela quarta geração (V-test = -7.2, coord₁: -.46) e por aqueles que nunca viveram em território urbano (V-test = -4.3, coord₁: -.06), imagem que se contrapõe à avaliação negativa do modo de vida urbano (polo positivo do Fator 1), a qual é destacada pela primeira (V-test = 3.6, coord₁: .22) e segunda gerações (V-test = 4.6, coord₁: .29), e por aqueles que já viveram na cidade (V-test = 4.3, coord₁: .41).

No Fator 2, sobre o polo “Dimensão instrumental”, projetam-se a primeira geração (V-test = -13.4, coord₂: -.83) e os integrantes do grupo rural que já viveram

na cidade (V-test = -3.1, coord₂:-.29). A terceira (V-test = 5.2, coord₂:.30) e a quarta geração (V-test = 9.1, coord₂:.58), e ainda os que não viveram na cidade (V-test = 3.1, coord₂:.04) elaboraram uma imagem mais concreta e objetiva (“Componentes concretos”) da cidade.

3). Ancoragem psicossocial

Sobre o polo negativo do primeiro fator (“Centro dos recursos”) nenhuma das variáveis projetou-se de forma significativa, o que sugere que este conjunto de significados tende a uma maior generalização no grupo rural. Em oposição a esse conceito de cidade opõe-se a imagem negativa de um “Modo de vida ruim”, o qual é representado principalmente pelos indivíduos que não recomendam a vida neste território (V-test = 3.0, coord₁: .31). Vale ressaltar que este grupo é composto apenas por pessoas que já viveram em áreas urbanas, o que indica a maior possibilidade de comparação entre os modos de vida do campo e da cidade.

Para o segundo fator, no conjunto de significados concernentes à “Dimensão instrumental” estão os que já sofreram preconceito (V-test = -3.6, coord₂: -.17), os que não recomendam a vida na cidade (V-test = -3.7, coord₂: -.38) e os sujeitos do *cluster 1* (*valores comunitários-endogrupais*) (V-test = -2.1, coord₂: -.07). Os participantes que nunca pensaram em viver na cidade (V-test = 3.2, coord₂: .08), não sofreram preconceito (V-test = 3.6, coord₂: .09) e os sujeitos do *cluster 2* (*valores intergrupais*) (V-test = -2.6, coord₂: .17), por sua vez, vincularam-se aos significados que retratam a cidade a partir de componentes concretos ou figurativos.

Discutindo os princípios organizadores das representações de rural e cidade

A discussão dos processos evidenciados através do “paradigma das três fases” (Palmonari, 2009), os quais incluem a identificação: (a) do campo semântico associado aos objetos rural e cidade, (b) dos princípios organizadores das diferenças individuais e (c) dos processos de ancoragem do conteúdo representacional (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1995), será conduzida tendo como referência as antinomias que regulam os significados que constituem os dois objetos (Marková, 1999, 2006), cuja manifestação pode ser conferida na polaridade temática dos fatores extraídos (Clémence, 2003).

Em consonância com a aceção de Vala (1996), a qual condiciona a abordagem da representação ao “sujeito social desta representação, ou seja, o grupo social em que ancora ou as identidades sociais que lhes subjazem” (p. 150), é necessário esclarecer que, neste trabalho, a ideia de comunidade é conceitualmente equivalente à de grupo social e psicológico de pertencimento (Speltini & Palmonari, 1999). Em pesquisa anterior com integrantes desta mesma comunidade, Bonomo e Souza (2010) investigaram as representações sociais de *comunidade* para o grupo de moradores do território e constataram a elaboração de um sentimento compartilhado de *comunalidade* entre os seus integrantes, condição que se reflete no conjunto de resultados analisados no presente estudo. Esse é um dado importante, pois as representações consistem em “um processo interativo (dialógico) de re-construção e criação de sentidos relativos a fenômenos que se impõem à atenção de um grupo ou de uma comunidade” (Palmonari, 2009, p. 39), ou seja, o caráter compartilhado das relações sociais entre os indivíduos que constituem os *sujeitos da representação* é

uma condição basilar para o estudo dos objetos sociais segundo a teoria das representações sociais.

Conforme Berti, Pivetti e Melotti (2008), cada *cluster* de indivíduos proveniente do campo semântico do objeto investigado indica a existência de uma representação distinta, proposição que pode ser reconhecida através da equivalência entre os *clusters* (*os críticos, os concretos, os engajados e os usuários*) e seus respectivos campos de significação no plano fatorial (Figuras 1 e 2 – projeção dos *clusters*). Orientando-se por tal perspectiva, pode-se visualizar na Tabela 6 as dimensões que qualificam as representações de cada objeto, pareadas segundo sua representação relacional.

Assim, (1) na *dimensão figurativa* apresentam-se as representações do rural como *mundo natural* e da cidade como *mundo artificial*; (2) na *dimensão sociabilidade* o rural é significado como *vida feliz* e a cidade como *vida ruim*; e, por fim, (3) na *dimensão sustentabilidade* o rural é visto como *quase autossuficiente* e a cidade como *centro dos recursos*. As antinomias que operam sobre os princípios organizadores das representações de rural e cidade fornecem evidências de sua interdependência constitutiva e funcional.

De fato, já na primeira fase da análise do campo semântico associado aos objetos abordados (Tabela 1), o conteúdo indicava a presença de elementos polarizados, possivelmente referenciados pela lógica de favorecimento endogrupal (Tajfel, 1982, 1983). Seguindo os três níveis de análise das ancoragens dos elementos de representação, a confluência entre as dimensões identitárias e representacionais do processo de significação dos objetos rural e cidade foi sendo verificada com maior consistência e detalhamento.

Tabela 6: Composição do campo representacional de rural e cidade

RURAL						CIDADE		
ANCORAGENS			PRINCÍPIOS ORGANIZADORES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS			ANCORAGENS		
Psicossocial	Social	Psicológica	Fatores	Antinomias	Fatores	Psicológica	Social	Psicossocial
- Os que nunca pensaram em viver na cidade - Os que não sofreram preconceito - Valores intergrupais	- Quarta geração - Os que não viveram na cidade	Os Concretos-rural	Fator 1 (polo negativo): Componentes concretos	Dimensão figurativa <i>Mundo natural</i> vs. <i>Mundo artificial</i>	Fator 2 (polo positivo): Componentes concretos	Os Concretos-cidade	- Terceira e quarta gerações - Os que não viveram na cidade	- Os que nunca pensaram em viver na cidade - Os que não sofreram preconceito - Valores intergrupais
- Os que não recomendam a vida na cidade - Os que nunca pensaram em viver na cidade* - Os que sofreram preconceito - Valores comunitários-endogrupais*	- Primeira, segunda, terceira e quarta gerações - Os que viveram na cidade	Os Engajados-rural	Fator 1 (polo positivo): Dimensão social Fator 2 (polo negativo): Modo de vida comunitário	Dimensão sociabilidade <i>Vida feliz</i> vs. <i>Vida ruim</i>	Fator 1 (polo positivo): Modo de vida ruim	Os Críticos-cidade	- Primeira e segunda gerações - Os que viveram na cidade	Os que não recomendam a vida na cidade
- Os que já pensaram em viver na cidade - Valores individuais	Primeira e segunda gerações	Os Críticos-rural	Fator 2 (polo positivo): Avaliação dos recursos (sociais e naturais)	Dimensão sustentabilidade <i>Quase autossuficiente</i> vs. <i>Centro dos recursos</i>	Fator 1 (polo negativo): Centro dos recursos Fator 2 (polo negativo): Dimensão instrumental	Os Usuários-cidade	- Primeira geração* - Os que não viveram na cidade*	- Os que não recomendam a vida na cidade - Os que sofreram preconceito - Valores comunitários-endogrupais

Nota: * Para as categorias que foram compostas por dois polos (Modo de vida/rural e Os recursos/cidade), selecionou-se a variável com maior valor V-test $\geq |2|$ para integrar o conjunto de resultados gerais que organizam o campo representacional de rural e cidade

A partir das dimensões indicadas na Tabela 6 (*figurativa, sociabilidade e sustentabilidade*), foram agrupados os principais resultados que caracterizam a elaboração das representações sociais de rural e cidade. Sugere-se que a leitura do referido material seja iniciada a partir da coluna central “Princípios organizadores das representações sociais”, constando à esquerda desta coluna a síntese do campo representacional vinculado ao rural e à direita a síntese referente à cidade.

O primeiro princípio organizador das representações sociais de rural e cidade, “mundo natural vs. mundo artificial”, foi ancorado basicamente nas mesmas variáveis para os dois objetos abordados (exceto pela presença da terceira geração especificamente na ancoragem social de cidade). Os indivíduos que nunca pensaram em deixar o meio rural e migrar para a cidade, que sempre viveram no campo e que não sofreram situações de preconceito por serem reconhecidos como *pessoas do meio rural*, concorrem significativamente para a elaboração das representações de rural e cidade a partir de sua dimensão concreta (mais alicerçada na descrição objetiva do espaço), conceito que sugere uma imagem mais simplificada das duas realidades. Os *concretos* (rural e cidade), como foram designados os indivíduos associados a esse conjunto de significados, aparentemente estiveram menos envolvidos em situações que favoreceram o processo de comparação social campo-cidade e foram menos provocados a se posicionarem de forma distintiva frente à cidade e seu grupo social, o que pode ter contribuído para a construção de recursos simbólicos menos avaliativos ou afetivos. Apesar desta representação de cidade não conter elementos indicativos de ameaça e perigo, tal como se pode identificar na *dimensão sociabilidade*, é importante destacar a

clara distinção entre o conteúdo que referencia o campo representacional do rural e da cidade como mundos distintos. Este processo de diferenciação social, conforme Lloyd e Duveen (1990) destacam, indica a função grupal no processo de ideologização dos dois objetos ao longo do processo de socialização das novas gerações da comunidade que crescem inseridas em um mundo que separa campo e cidade, camponeses e citadinos.

Os *engajados* e os *críticos-cidade* anunciam o segundo princípio organizador das representações de rural e cidade “vida feliz vs. vida ruim” como objetos em relação (Marková, 1999, 2006). A *vida ruim* na cidade, especialmente destacada pelos integrantes da comunidade que já viveram em áreas urbanas e não recomendam a vida na cidade para as demais pessoas do grupo, contrasta com a *vida feliz* no meio rural, o que é compartilhado por todas as gerações da comunidade. A cidade como ameaça é reforçada principalmente pelas primeiras gerações, responsáveis pela transmissão dos recursos simbólicos de distinção entre os dois universos para as novas gerações, cuja função é evitar o abandono do grupo. Contribuem para a construção de um rural como *vida feliz* os membros da comunidade que já viveram na cidade e não recomendam o modo de vida citadino, os que nunca pensaram em migrar para centros urbanos, os que já sofreram preconceito por serem camponeses e ainda aqueles que possuem valores fundamentalmente comunitários (endogrupais).

Tomando como referência o conjunto de resultados que organiza a representação de rural/cidade a partir da oposição *vida feliz/vida ruim*, pode-se considerar que a *experiência de preconceito* e a presença dos *migrados* que retornaram à comunidade contribuem de forma positiva para a identidade social do grupo rural, fortalecendo o

sentido de *comunalidade*. Os indivíduos incluídos nessa condição acrescentam novos recursos ao imaginário grupal, posto que ao relatarem as experiências negativas vivenciadas no contato com o contexto e grupos urbanos contribuem para justificar e fortalecer a fronteira entre os dois territórios.

O terceiro e último princípio, “quase autossuficiente vs. centro dos recursos”, abre a possibilidade de discussão sobre as implicações da elaboração das imagens endo e exogrupal para a tomada de posição de seus membros em relação a temas polêmicos como a migração e a reprodução social da comunidade.

O conceito de um território completo, com recursos naturais e sociais disponíveis ao pleno desenvolvimento e manutenção do modo de vida na comunidade rural, é fragilizado. Os *críticos-rural* incorporam a este sistema de significação os problemas de ordem principalmente econômica enfrentados no campo e responsabilizam a cidade pela falta de políticas públicas que minimizem esse contexto desfavorável. Os indivíduos associados ao rural como “*quase autossuficiente*” possuem valores mais individuais e já pensaram em viver em áreas urbanas. A comparação entre os recursos existentes na cidade e os escassos no rural provavelmente contribui para que a emigração seja cogitada como uma alternativa para estes indivíduos. Ainda em relação à representação do rural, a preocupação com a continuidade do modo de vida comunitário-familiar, manifestada principalmente pela primeira e pela segunda geração, favorece a associação desse grupo geracional ao conjunto de significados que retratam a avaliação dos recursos (sociais e naturais) do território, visto que, possivelmente, este grupo tem atuado como

contra-força à ideia de migração contemporânea no grupo e se posicionado expressivamente em favor da permanência no meio rural.

Os *usuários-cidade*, por sua vez, estabelecem com o objeto cidade uma relação marcadamente instrumental. Embora a imagem de “centro dos recursos” possa sugerir uma possível idealização do urbano, a análise dos processos de ancoragem indica que os indivíduos que participam da elaboração dessa representação de cidade não se identificam com esse contexto. Compõem essa imagem do objeto *cidade* os indivíduos que possuem como valores centrais aqueles que se organizam em torno da ideia de *comunalidade* (valores comunitários-endogrupais), os que não recomendam o modo de vida na cidade e aqueles que afirmaram já terem sofrido preconceito por serem reconhecidos como pessoas do meio rural. Destaca-se ainda que a geração associada a essa representação de cidade é principalmente a primeira, dado que a referida representação fortalece a interpretação desse grupo geracional como defensor do modo de vida rural.

Focalizando exclusivamente os *clusters* referentes ao segundo e ao terceiro princípios organizadores das representações sociais (Tabela 6), pode-se constatar que, no rural, os *críticos-rural* estão vinculados à avaliação dos recursos enquanto que, na cidade, estes [os *críticos-cidade*] se associam ao julgamento do modo de vida citadino representando-o como negativo. Já o modo de vida rural é significado de forma positiva pelos *engajados-rural*, sendo destacada a sua organização social comunitária. A cidade, mais uma vez, é afastada: os *usuários-cidade* retratam os serviços necessários aos cidadãos rurais, estabelecendo uma relação utilitária e impessoal com este espaço (“fazer

o que tem que ser feito e vir embora”). Esse tipo de relação entre as dimensões *sociabilidade* e *instrumental* parece indicar a construção do seguinte sistema interpretativo: “Somos felizes no meio rural e o que não é bom por aqui é culpa da cidade. Por sua vez, lá na cidade eles têm os recursos que nos faltam, mas a vida deles é ruim”. O resultado dessa equação avaliativa, cuja lógica apresenta-se regida por princípios identitários, parece previsível: a predileção endogrupal prevalece.

A representação social, a partir de sua abordagem não consensual (Doise, 1992, 2002a), é compreendida como um conjunto de pontos de vistas divergentes que, regidos por determinados princípios gerais, compõem a “espinha dorsal” da representação (Rateau, 2004). A partir deste quadro conceitual, a análise das diferentes modalidades de ancoragem sobre os objetos de representação de *rural* e *cidade* possibilitou a identificação de núcleos semânticos particularizados formando representações específicas sobre cada objeto, de acordo com as diferentes inserções dos integrantes da comunidade. As tomadas de posição individuais em relação aos significados associados a determinado objeto reforçam, portanto, a interpretação de que as “pessoas têm uma participação activa na construção das suas representações, tentando conferir um sentido aos grupos sociais a que pertencem” (Amaral, 1997, p. 316).

Tendo em vista o carácter identitário dos princípios organizadores estudados, é importante destacar que as variáveis relevantes à elaboração das representações de *rural* e *cidade* foram justamente aquelas que se apresentaram envolvidas na relação campo-cidade. Na análise da ancoragem social dos referidos objetos, a variável sexo, por exemplo, não foi significativa à constituição do campo representacional, confirmando a

proposição de Doise e Devos (1999) de que “quanto mais um nível de categorização é saliente, mais os outros níveis tornam-se ocultos” (p. 15 – tradução nossa). Neste sentido, é possível supor que as categorizações endogrupais foram minimizadas, tornando o grupo “mais homogêneo”, a fim de estabelecer mecanismos simbólicos mais eficazes de distinção em relação ao exogrupo citadino. Sobre essa necessidade de elaboração de uma imagem de distinção intergrupai, Vala e Lima (2002) esclarecem: “a percepção de semelhança de valores, crenças ou atitudes entre grupos constitui uma ameaça à identidade desses grupos. Consequentemente, será a percepção de semelhança, e não a percepção da diferença, que pode facilitar a discriminação intergrupai” (p. 185).

Por fim, cabe ressaltar que os resultados apresentados reforçam a interpretação de integração entre os processos de identidade e representações intergrupais (Breakwell, 1993; Doise, 2002a, 2002b; Tajfel, 1982, 1983; Vala, 1997). Sobre as funções das representações encontradas para o grupo rural, é importante resgatar as hipóteses moscovicianas (Moscovici, 2005): (a) segundo o *interesse* do endogrupo rural, as representações foram elaboradas favorecendo o seu posicionamento no campo de significação, selecionando elementos que o qualificaram de maneira positiva e à cidade foram associados elementos que a desfavoreciam no plano das relações simbólicas de poder; (b) a fim de assegurar a condição de *equilíbrio* interno, especialmente fragilizado pela ausência de alguns recursos, a imagem endogrupai foi supervalorizada em contraposição à cidade, caracterizada como “centro dos recursos”, mas portadora de um modo de vida ruim, afastando a possibilidade de identificação dos membros do grupo rural com a sociabilidade urbana; e (c) a função das representações como sistema

interpretativo, que seleciona e processa as informações que chegam do ambiente externo, *controla* a realidade dos indivíduos em relação ao grupo de pertencimento. Expressão desta última função é o processo de ideologização dos objetos *rural* e *cidade*, como contextos de pertencimento e de oposição, respectivamente, o qual ficou evidente através da análise geracional. A transmissão de elementos que promovam a identificação com o endogrupo e o afastamento da cidade, por meio de representações dicotômicas e polarizadas, parece fundamentar o processo de socialização. Através das representações sobre os dois universos, rural e cidade, a distintividade do endogrupo poderá ser reforçada e se tornar mais complexa e mais forte em função de experiências que indicam a existência de preconceito ou da migração malsucedida. As referidas representações confluem para a elaboração de estratégias do grupo rural que visam preservar o modo de vida da comunidade e garantir a sobrevivência de sua sociabilidade através das novas gerações.

Considerações finais

O estudo versou sobre a composição do campo representacional de rural e cidade a partir da análise das ancoragens psicológica, social e psicossocial. A proposição teórico-metodológica apresentou-se como recurso apropriado à investigação dos significados que concorrem à elaboração do campo semântico das representações abordadas, uma vez que favoreceu a identificação não apenas do seu conteúdo interno, mas fundamentalmente dos princípios que confluem e articulam significados em torno da experiência e da história dos indivíduos e de seus grupos (Doise, 1992, 2002a, 2002b). Assim, neste estudo, considerando que os objetos em questão guardam profunda

relação com a caracterização do próprio grupo rural, partiu-se do *sujeito da representação* a fim de conhecer os *significados que constituem sua realidade*, processo que retorna a análise ao ponto de partida, coração do fenômeno social vivido pelos integrantes da comunidade rural, qual seja, a construção de sua *identidade social*.

Os resultados do estudo mostraram como o pertencimento geracional, a existência de expectativas relacionadas à migração, a vivência exclusiva no campo ou o fato de já ter vivido em áreas urbanas, bem como a experiência de preconceito e os valores vinculados ao rural, participam da elaboração de representações sociais de *rural* e *cidade* com diferentes matizes. Foi possível constatar que quanto menor a experiência de contato com a cidade, mais figurativa e simplificada é a representação dos dois objetos; por sua vez, quanto maior a comparação campo-cidade, especialmente a partir de situações conflitivas vivenciadas, mais elaboradas (avaliativas e afetivas) tornam-se as representações dos referidos objetos, denotando a importância do conflito para a construção da identidade social do grupo.

Entre as possíveis questões decorrentes das análises e resultados evidenciados, permanece a indagação direcionada à categoria sexo, abordada no processo de ancoragem social das representações. Conforme dados apresentados, essa variável não contribui de forma significativa à elaboração das representações de rural e cidade, sugerindo a dissolução do posicionamento dos indivíduos a partir dos grupos masculino e feminino em favor da categoria rural, saliente no processo estudado. Neste sentido, seria interessante o investimento em novos estudos que focalizassem, com maior nível

de detalhamento, os processos de categorização endogrupais baseados na categoria sexo e sua relação com a identidade do grupo.

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. (2003). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de exclusion sociale. In *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713-737.
- Amaral, V. (1997). Níveis de análise da ancoragem das representações sociais da inteligência e do seu desenvolvimento: Das posições sociais objectivas às identidades sociais. *Análise Psicológica*, 2(15), 305-317.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(02), 183-190.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Berti, C., Pivetti, M., & Melotti, G. (2008). Dal “public understanding of science” allo “scientific understanding of public”: rappresentazioni sociali del progetto genoma umano. *Psicologia sociale*, 2, 283-306.

- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Breakwell, G.M. (1993). Integrating paradigms, methodological implications. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp. 180-201). London: Clarendon Press-Oxford.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Clémence, A. (2003). L'analyse des principes organisateurs des représentations sociales. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 393-410). Paris: Puf Fondamental.
- De Rosa, A. S. (2003). Le “réseau d’associations” – une technique pour détecter la structure, les contenus, les indices de polarité, de neutralité et de stéréotypie du champ sémantique liés aux représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d’étude des représentations sociales* (pp. 81-117). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Deschamps, J. C. (2003). Analyse des correspondances et variations des contenus de représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d’étude des représentations sociales* (pp. 179-199). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189-195.

- Doise, W. (2002a). *La forza delle idee – rappresentazioni sociali e diritti umani*. Bologna: Il Mulino.
- Doise, W. (2002b). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., & Devos, T. (1999). Identite et interdependance: pour une psychologie sociale de l'union europeenne. *Psychologie et société*, 1, 11-27.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1995). *Rappresentazioni sociali e analisi dei dati*. Bologna: Il Mulino.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre o preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Lebart, L., Morineau, A., Becue, M., & Haeusler, L. (1994). *SPAD-T - Manuel de l'utilisateur*. Saint-Mondé, France: Cisia - Centre International de statistique et d'informatique appliquées.
- Lloyd, B., & Duveen, G. (1990). A semiotic analysis of the development of social representations of gender. In G. Duveen, & B. Lloyd (Eds.), *Social Representations and the Development of Knowledge* (pp. 27-46). Cambridge: C.U.P.
- Mainwaring, S. (2004). *A igreja católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Marková, I. (1999). Sur la reconnaissance sociale. *Psychologie et société*, 1, 55-80.

- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais – as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mazzara, B. M. (1996). Relazioni interetniche e costruzione sociale del pregiudizio. In B. Zani (Org.), *Le dimensioni della psicologia sociale* (pp. 237-277). Roma: La Nuova Italia Scientifica.
- Moscovici, S. (2005). *Le rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Moscovici, S., & Doise, W. (1992). *Dissensi e consensi – una teoria generale delle decisioni collettive*. Bologna: Il Mulino.
- Palmonari, A. (1995). *Processi simbolici e dinamiche sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Palmonari, A. (2009). A importância da Teoria das Representações Sociais para a Psicologia Social. In A. M. O. Almeida, & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 35-49). Brasília: Thesaurus.
- Panzutti, N. P. M. (2006). *Mulher rural – eminência oculta*. Campinas/SP: Editora Alínea.
- Pereira, A. S. L. S. (2004). *Representações sociais do homossexualismo e preconceito contra homossexuais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Goiás.
- Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 447-460.

- Rateau, P. (2004). Organizing principles and central core of social representations empirical hypothesis. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56(1), 82-92.
- Romanelli, G., & Bezerra, N. M. A. (1999). Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. *Paidéia*, (FFCLRP-USP, Ribeirão Preto), 9(16), 77-87.
- Santos, I. E. (2006). *Homem idoso: vivência de papéis durante o ciclo vital da família*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Speltini, G., & Palmonari, A. (1999). *I gruppi sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Stropasolas, V. L. (2004). O Valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), 253-267.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais I*. (AMANCIO, L., Trad.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. (AMANCIO, L., Trad.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *O Conhecimento do outro e a construção da realidade social* (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária.

- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7-29.
- Vala, J., & Lima, M. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação, cultural e racismo. *Análise Social*, 37(162), 181-207.
- Wachelke, J. F. R., Camargo, B. V., Hazan, J. V., Soares, D. R., Oliveira, L. T. P., & Reynaud, P. D. (2008). Princípios organizadores da representação social do envelhecimento: dados coletados via internet. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 107-116.

DAS CATEGORIAS AOS GRUPOS SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS GRUPOS URBANO E RURAL

Resumo

As reflexões que conduziram o estudo focalizaram a relação entre a elaboração do campo representacional e o processo de identificação social, referentes à ruralidade e à urbanidade. Este propósito serviu-se de dois objetos que integram as categorias sociais de interesse e os grupos sociais vinculados, *pessoas do rural* e *pessoas da cidade*. Os *corpora* de dados, processados através do *software* EVOC-2003, foram coletados por meio da técnica da associação livre a partir de entrevistas com 200 integrantes de quatro gerações de uma comunidade rural, com idades entre 07 e 81 anos. Os resultados indicaram que as representações sobre o endogrupo estão fundamentadas em estereótipos positivos, enquanto que as representações sobre o exogrupo retratam a imagem dos citadinos como negativa, dinâmica que sugere um campo valorativo sustentado na ideologia, respectivamente, de um grupo com valores humanitários *versus* um grupo referenciado por valores capitalistas. Discute-se a função identitária do campo representacional para a manutenção da identidade social positiva do grupo rural.

Palavras-chave: cidade; grupo social; identidade; representação social; ruralidade

FROM CATEGORIES TO SOCIAL GROUPS: SOCIAL REPRESENTATIONS OF URBAN AND RURAL GROUPS

Abstract

This study was guided by reflections centred on the relation between the elaboration of the representational field and the process of social identification, in relation to rurality and urbanity. Two objects, which are part of the relevant social categories and their related social groups, *rural people* and *city people*, were utilized to this end. The corpora of data, which was processed using EVOC-2003 software, was collected from interviews with 200 members, representing four generations of a rural community, and aged between 07 and 81 years old, by means of free association. The results indicated that representations of the ingroup are based on positive stereotypes while representations of the outgroup reflect a negative image of townspeople, a dynamic which suggests an evaluative field supported by the ideology of, respectively, a group with humanitarian values as opposed to a group identified with capitalist values. The function of the representational field in maintaining the positive social identity of the rural group is discussed.

Key words: city; social group; identity; social representation; rurality

DE LAS CATEGORÍAS A LOS GRUPOS SOCIALES: REPRESENTACIONES SOCIALES DE LOS GRUPOS URBANO Y RURAL

Resumen

Las reflexiones que condujeron el estudio focalizaron la relación entre la elaboración del campo representacional y el proceso de identificación social, referentes a la ruralidad y a la urbanidad. Este propósito se sirvió de dos objetos que integran las categorías sociales de interés y los grupos sociales vinculados, *personas del rural* y *personas de la ciudad*. Los *corpora* de datos, procesados a través del *software* EVOC-2003, fueron recogidos por medio de la técnica de la asociación libre a partir de entrevistas a 200 integrantes de cuatro generaciones de una comunidad rural, con edades entre 07 y 81 años. Los resultados indicaron que las representaciones sobre el endogrupo están fundamentadas en estereotipos positivos, mientras que las representaciones sobre el exogrupo retratan la imagen de los ciudadanos como negativa, dinámica que sugiere un campo valorativo sustentado en la ideología, respectivamente, de un grupo con valores humanitarios *versus* un grupo referenciado por valores capitalistas. Se discute la función de identidad del campo representacional al mantenimiento de la identidad social positiva para el grupo rural.

Palabras claves: grupo social; identidad; representación social; ruralidad

Introdução

No contexto social contemporâneo a ruralidade como expressão identitária tem provocado um forte debate sobre o destino das comunidades camponesas e dos indivíduos que se identificam com o modo de vida rural (Albuquerque, 2002; Stropasolas, 2006), visto que os “modos de vida urbanos tornaram-se padrões de existência social largamente partilhados” (Costa, 2002, p. 18), influenciando na forma como as pessoas conduzem suas vidas e favorecendo o surgimento de novas sociabilidades.

Naiff, Monteiro e Naiff (2009), em investigação sobre as representações sociais de agricultor e de camponês para estudantes no contexto universitário, constataram a associação do primeiro à ideia de atraso e pobreza, e a do segundo à modernidade e integrado aos novos recursos produtivos. Concluem o estudo indagando sobre “como os que ainda se identificam como camponeses estão vivenciando este momento histórico, principalmente pelas estratégias de influências minoritárias... utilizadas como resistência às tentativas de aniquilamento identitário em curso” (p. 226). Henri Tajfel, ainda na década de 1950, se propunha uma indagação semelhante: considerando que os indivíduos buscam manter uma autoimagem positiva de si, mecanismo que se realiza no contexto grupal, como os grupos minoritários mantêm sua identidade social positiva? Esse questionamento tem profunda relevância para a análise das relações sociais na atualidade, pois como discute Costa (2002), argumento também compartilhado por Burity (2001) e Souza (2008), nos deparamos com um paradoxo identitário:

à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de

comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se (Costa, 2002, p. 15).

É o que constata Cerqueira (2000) em uma comunidade rural portuguesa, Silva (2004) em comunidades de assentamentos rurais no Brasil, Almeida (2006) no campesinato do Mato Grosso do Sul e Cantarelli (2006) nas comunidades rurais tradicionais. Estes trabalhos evidenciam a participação ativa dos grupos sociais considerados de “*status inferior*” e o processo que empregam na elaboração e preservação de sua identidade social. Como analisa Moscovici (2009), “as minorias até então passivas reclamam sua autonomia, tornam-se minorias ativas” (p. 672), constituindo-se em um fenômeno que reivindica uma abordagem psicossocial. A teoria das representações sociais apresenta-se então como estratégia analítica e metodológica adequada para o conhecimento do objeto que nos desafia no presente estudo: o imaginário social vinculado à realidade rural no contexto da cultura comunitária.

Reconhecida como ferramenta teórico-metodológica de grande relevância para o campo de produção científica acerca de diversos objetos sociais, a teoria das representações sociais (Jodelet, 2001; Moscovici, 2003) tem contribuído largamente para a compreensão do pensamento social expresso na rede simbólica dos grupos e objetivado nas relações e práticas cotidianas. No que concerne às representações sociais como sistemas de interpretação da realidade, Vala (1997) ressalta que:

os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas

representações que se autoposicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as representações sociais. Quer dizer, por um lado, as representações sobre a estrutura social, enquanto variável independente, suscitam sistemas de categorização ou grupos sociais; mas, por outro, as representações sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior dessas categorias ou grupos sociais (p. 381).

É a partir deste processo de construção, apropriação e funcionamento dos sistemas representacionais, e considerando que as representações intervêm “em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupal” (Cabecinhas, 2004, p. 2-3), que devemos considerar a manifestação de identidades mobilizadas pelas categorias e grupos sociais de pertencimento. Os grupos fronteiriços ao endogrupo revelam-se como elementos de contraste fundamental neste processo. Oposição e complementaridade são a matriz onde tomam forma a identidade e a alteridade que orientam as relações entre os grupos sociais. A análise de Jodelet (1998) esclarece:

O outro, como “não-eu”, “não-nós”, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características opostas às aquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior, em termos de tipificação desvalorizante e estereotipada do diferente. Nessa construção se movem interesses que servem à comunidade, no interior da qual se define a identidade (p. 51).

Vinculada à chamada *grande teoria*, a abordagem estrutural das Representações Sociais (Abric, 2001, 2003a, 2003b) tem fornecido bases conceituais apropriadas ao

tratamento e à análise de dados no intuito de identificar os significados e a estrutura da representação social, possibilitando a sistematização do campo representacional e a análise comparativa entre dois objetos ou de um mesmo objeto abordado em diferentes grupos. Esta perspectiva fundamenta-se na hipótese de que o campo estrutural de uma representação social organiza-se a partir de um núcleo central, caracterizado pela memória coletiva, comporta os valores dos grupos sociais e reflete a base compartilhada da significação de determinado objeto, que tem nas condições sócio-históricas sua matriz de produção (Pecora & Sá, 2008). O núcleo central tem por função gerar ou transformar os demais significados, além da função organizadora que determina o tipo de ligação entre os elementos que compõem o campo representacional de determinado objeto (Sá, 1996). Para entender esta dinâmica, conforme explica Galli (2006), é necessário considerar o valor simbólico e o poder associativo da representação, uma vez que “evocar um objeto remete necessariamente aos elementos centrais de sua representação, da mesma forma em que a evocação destes elementos nos retorna ao objeto” (p. 45 – tradução nossa). A vinculação entre os elementos centrais e o objeto de representação é, portanto, uma ligação sempre de natureza simbólica. Enquanto o núcleo central tem como propriedade essencial a estabilidade, o sistema periférico é mais flexível, tendo as seguintes funções, de acordo com Flament (2001): (1) prescrever comportamentos e tomadas de posição por parte dos indivíduos, (2) possibilitar uma personalização das representações e dos comportamentos associados, e (3) proteger o núcleo central, contribuindo para sua estabilidade e resistência a mudanças. Todavia, ainda que as representações sociais sejam consensuais graças ao núcleo central, os elementos da periferia indicam a incorporação da variabilidade individual ao sistema, a

partir da história e experiência dos indivíduos, atualizando e dando mobilidade ao campo sem, contudo, comprometer o conteúdo e a estrutura da representação.

Estas reflexões conduziram o estudo para a investigação das possíveis relações entre o campo representacional e o processo de identificação social, tendo como referências as categorias sociais ruralidade e urbanidade, para membros de uma comunidade rural. Para tanto, procuramos identificar os elementos de representação que constituem as representações sociais de *pessoas do rural* e *pessoas da cidade*, cuja função é integrar os grupos sociais às categorias de pertencimento.

Método

Participantes

A amostra foi composta por 200 moradores de uma comunidade rural, distribuídos entre quatro grupos geracionais com 50 participantes cada, de acordo com seguinte distribuição etária: quarta geração: idades entre 07 e 12 anos; terceira geração: idades entre 15 e 25 anos; segunda geração: idades entre 35 e 45 anos; e primeira geração: indivíduos com 60 anos ou mais, sendo que neste grupo a idade máxima foi de 81 anos. A seleção dos participantes para cada grupo geracional se baseou em dados censitários da comunidade coletados durante pesquisa anterior ao presente estudo.

Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Todos os integrantes da terceira e quarta gerações eram solteiros, da segunda geração casados (98%) ou divorciados (2%) e da primeira geração casados (82%) ou viúvos (18%). Informamos que o sexo foi considerado apenas para equilibrar a

distribuição dos participantes nos diferentes grupos geracionais, não sendo uma variável de interesse para a análise dos dados.

Procedimento de coleta dos dados

As entrevistas foram realizadas individualmente nos diferentes espaços da comunidade (escolas, botecos, igrejas, praças, associação/cooperativa e unidade de saúde) ou nas residências dos próprios participantes, conforme previamente acordado. Apoiados na Resolução do Conselho Federal de Psicologia acerca da realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, avaliamos que o estudo ofereceu risco mínimo aos participantes, uma vez que os procedimentos não sujeitaram os mesmos “a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas” (Conselho Federal de Psicologia, 2000, p.4). De todo modo, após serem informados dos objetivos e dos procedimentos, todos os participantes (no caso da quarta geração, os seus responsáveis) assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisas científicas.

Instrumentos e procedimento de tratamento dos dados

O instrumento de coleta dos dados consistiu em um roteiro de entrevista estruturado, conforme técnica de associação livre (Abric, 2003b), contendo três tópicos de informação: (1) dados sobre a identificação do participante, (2) questões de associação livre (*o que você pensa, sente ou imagina quando eu falo...*) para *pessoas do rural e pessoas da cidade*, e (3) questões de contextualização das evocações (*por que é assim*).

O conjunto de palavras ou expressões vinculado a cada objeto, obtido por meio da associação livre, foi processado através do *software* EVOC-2003 (*Ensemble de Programmes L'Analyse dès Évocations*) (Vergè, 2000). Este programa fornece um quadro com quatro quadrantes nos quais é possível identificar os elementos mais significativos do campo representacional, posicionados de acordo com sua importância na estrutura do objeto representado, segundo critérios de frequência e ordem de evocação. O quadro é sistematizado da seguinte forma: a parte superior esquerda refere-se ao núcleo central (itens mais frequentes e mais prontamente evocados); a inferior esquerda (elementos com menor frequência e mais prontamente evocados, também conhecida como zona de contraste) e superior direita (elementos com alta frequência e menos prontamente evocados) formam a primeira periferia ou a periferia próxima e, finalmente, a inferior direita (itens menos frequentes e menos prontamente evocados) compõe a segunda periferia ou a periferia distante (Abric, 2003b; Sá, 1996). Os dados provenientes das justificativas do conteúdo evocado foram categorizados segundo as orientações da análise categorial temática, como sugerido pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2002, 2003), e os dados sócio-demográficos foram sistematizados por meio de procedimentos estatísticos descritivos.

Resultados e discussão

A distribuição das evocações concernentes aos objetos *pessoas do rural* e *pessoas da cidade*, segundo as gerações do grupo rural encontra-se na Figura 1.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS DO RURAL										REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS DA CIDADE									
➡ Média da ordem média de evocação ➡																			
Média das frequências ➡	Primeira geração																		
	< 2.8				≥ 2.8				< 2.9				≥ 2.9						
	Λ 11	Amigas	16	2.50	(+)	Boas	11	2.90	(+)	Λ 08	Diferentes	11	1.90	(-)	Não convivência	09	3.11	(-)	
		Trabalhadoras	17	2.41	(+)	Solidárias	19	3.26	(+)		Esnobes	11	2.54	(-)					
		Unidas	11	2.72	(+)				Individualistas		12	2.50	(-)						
	< 11	Agricultoras	10	2.50	(+)	Comunitárias	07	3.85	(+)	< 08	Preconceito com rural	10	1.80	(-)	Consumistas	07	3.71	(-)	
		Simples	08	2.00	(+)	Convivência	09	3.00	(+)					Pensa dinheiro	07	3.85	(-)		
		Tranquilas	09	2.66	(+)	Livres	07	4.14	(+)		Ricas	07	2.85	(-)	Pobres	07	3.42	(-)	
						Nosso jeito	09	2.88	(+)										
						Sustentável	07	2.85	(+)										
	Segunda geração																		
	< 2.8				≥ 2.8				< 2.9				≥ 2.9						
	Λ 14	Amigas	20	2.60	(+)	Solidárias	21	3.00	(+)	Λ 09	Diferentes	12	2.16	(-)	Individualistas	09	3.33	(-)	
		Convivência	14	2.57	(+)	Trabalhadoras	14	3.42	(+)		Esnobes	12	1.91	(-)	Preconceito com rural				
		Simples	19	1.94	(+)				Preconceito com rural		17	2.23	(-)						
	< 14	Boas	10	2.70	(+)	Comunicativas	09	3.22	(+)	< 09	Não convivência	06	2.66	(-)	Desconhecidas	06	4.16	(-)	
		Igualitárias	09	2.77	(+)	Comunitárias	09	3.66	(+)					Não amigas	06	3.50	(-)		
						Unidas	07	3.14	(+)					Não solidárias	07	4.00	(-)		
	Terceira geração																		
	< 3.0				≥ 3.0				< 2.9				≥ 2.9						
Λ 12	Amigas	13	2.69	(+)	Nosso jeito	12	3.83	(+)	Λ 09	Esnobes	10	2.22	(-)	Preconceito com rural	11	3.36	(-)		
	Simples	14	2.35	(+)	Solidárias	12	3.00	(+)					Mais estudo	06	3.66	(-)			
	Trabalhadoras	19	1.89	(+)				Diferentes		06	2.16	(-)							
< 12	Agricultoras	07	2.28	(+)	Comunitárias	08	3.12	(+)	< 09	Individualistas	07	2.57	(-)	Pobres	07	4.00	(-)		
	Alegres	10	2.10	(+)	Convivência	09	3.22	(+)					Racistas	06	3.00	(-)			
	Tranquilas	07	2.71	(+)				Pensa dinheiro		06	2.00	(-)							
								Vaidosas		06	2.83	(-)							
								Veste moda		06	2.50	(-)							
										Vida agitada	07	2.85	(-)						
Quarta geração																			
< 2.8				≥ 2.8				< 2.9				≥ 2.9							
Λ 11	Agricultoras	11	2.36	(+)	Solidárias	11	3.36	(+)	Λ 10	Consumistas	10	2.00	(-)	Esnobes	10	3.33	(-)		
	Boas	20	1.57	(+)				Ricas		14	2.50	(-)	Perigosas	10	3.37	(-)			
	Trabalhadoras	16	2.37	(+)								Pobres	12	3.75	(-)				
< 11	Alegres	07	2.00	(+)	Brincalhonas	09	3.22	(+)	< 10	Preconceito com rural	13	2.92	(-)						
	Amigas	09	2.77	(+)	Estuda	07	3.42	(+)		Más	08	1.75	(-)						
	Educadas	10	2.70	(+)	Roupa velha	07	2.85	(+)		Vaidosas	09	2.88	(-)						
	Tranquilas	08	2.25	(+)															

Figura 1: Análise hierarquizada das associações livres para os termos indutores *peessoas do rural* e *peessoas da cidade*. Na sequência de apresentação dos dados: termo evocado – frequência absoluta – média da ordem média de evocação - polaridade. Foram condensados nesta Figura os quadrantes referentes às *peessoas do rural* e *peessoas da cidade*, especificados segundo as quatro gerações investigadas.

Embora ambos os objetos tenham apresentado tanto elementos valorados negativamente quanto positivamente, ressaltamos que em função da saliência dos significados vinculados aos mesmos, após o processamento do banco de dados o *software* EVOC manteve nos quadrantes apenas elementos positivos para *pessoas do rural* e negativos para *pessoas da cidade*. No banco de dados inicial já se podia notar para o primeiro objeto a predominância de elementos avaliados como positivos (primeira geração, 94.84%; segunda, 94.50%; terceira, 87.64%; e quarta, 94.02%) e para o segundo, majoritariamente, elementos avaliados como negativos (primeira geração, 81.53%; segunda, 87.40%; terceira, 75.20%; e quarta, 67.62%).

Os elementos provavelmente nucleares da representação social de *pessoas do rural* são *agricultoras, amigas, boas, convivência, simples, trabalhadoras e unidas*, sofrendo variações em relação à distribuição e presença no sistema central dos grupos. Ao observador externo pode parecer que tal imagem refere-se a uma realidade romantizada e idealizada pelo grupo. Todavia, considerando a função identitária da representação social que orienta a relação entre o rural e a cidade, a defesa do grupo de pertencimento atua como diretriz dos elementos evocados para caracterizar o endogrupo. Devemos considerar ainda a força da cultura comunitária que mobiliza as práticas coletivas e promove a integração dos membros do grupo rural. Em conformidade com Brown (1997, 2000) e Tajfel (1982a, 1982b, 1983), na comparação com o contexto urbano o grupo procura unidade para afirmar-se, selecionando o que há de positivo em sua história e vivência cotidiana e suprimindo o que poderia apresentá-lo de forma negativa e em desvantagem frente ao grupo urbano.

Embora o núcleo central das representações de cada grupo geracional não contenha os mesmos elementos, a análise de seu conteúdo permite interpretar que, em conjunto, são significados complementares cumprindo a função de comunicar uma imagem positiva de ser rural (Brown, 1997, 2000; Tajfel, 1982a, 1982b, 1983). O campo representacional é completado com os temas *solidárias, tranquilas, igualitárias, nosso jeito, alegres e educadas*, localizados na primeira periferia, e ainda *comunitárias, livres, sustentáveis, comunicativas, brincalhonas, estuda e roupa velha*, na segunda periferia. Chama a atenção o elemento *roupa velha* no quarto grupo geracional, que ilustra o tipo de vestuário mais característico da atividade agrícola, que, para esta geração, parece transmitir a ideia de informalidade entre as pessoas do território. Entre os demais elementos, não encontramos especificidades, o que evidencia uma forte coesão simbólica em relação ao significado deste objeto para o grupo rural. Assim, visualizamos este conjunto de dados como afirmação do vínculo com o modo de vida camponês, baseado no trabalho agrícola, no sistema comunitário e na forte convivência entre os membros do grupo, favorecendo a integração e o estabelecimento de práticas coletivas e facilitando a transmissão intergeracional.

A interpretação dos participantes acerca do que levaria as pessoas do meio rural a serem tal como foram representadas foi fundamentada em motivos que focalizaram: (1) o nível *individual* retratando atributos pessoais positivos ($f = 22$) – “Acho que porque quem nasce aqui na roça, já nascemos com o nosso jeito de roceiro. A gente não muda o nosso jeito para ir para a cidade. Somos pessoas boas e solidárias”; (2) a *família* como mediadora da formação das pessoas ($f = 75$) – “Desde que nasce, vai aprendendo de geração em geração. Você vai trabalhando e aprendendo que não pode fazer nada

sozinho, tem que achar o amigo pra te ajudar... vai aprendendo o certo. É por causa da educação que tem, vem do nosso povo mesmo, desde os pais. Lá na cidade não tem educação. Os pais da roça é que educa”, e (3) o próprio contexto rural através da *comunidade*, do modo de produção e do compromisso solidário entre as pessoas ($f = 76$) – “Vem do jeito do povo do lugar. Você topa um ambiente bom e agradável, você fica uma pessoa bacana, já é o jeito e o sistema do lugar. Me dei muito bem aqui, muito apoiado... só se no céu for melhor. Temos tempo, temos liberdade, somos autônomos. Isso facilita a gente a ter amigos”.

O contexto das comunidades tradicionais apresenta-se como realidade favorável ao desenvolvimento de relações sociais mais próximas e à mobilização de seus integrantes para projetos cotidianos compartilhados. Na realidade rural, a cultura comunitária favorece a convivência entre as famílias e pessoas do território, sociabilidade possibilitada também pela maior flexibilidade de tempo em função do modo de produção baseado na agricultura familiar (Moreira, 2005), o que permite o envolvimento em práticas coletivas e nas diferentes prioridades da vida local, conforme os elementos que compõem o campo representacional de pessoas do rural. No contexto das práticas coletivas, as atividades de interação vão dando contorno à identidade grupal e fortalecendo a identificação social de seus membros. É o que se constata em alguns estudos que discutem a construção de identidades a partir de contextos grupais ou de arranjos sociais segundo a cultura comunitária, como no caso de grupos ciganos (Souza, Bonomo, Livramento, Brasil & Canal, 2009), pomeranos (Bahia, 2001), japoneses (Suda & Souza, 2006) ou do candomblé (Rabelo, 2008).

Na esfera da unidade familiar, podemos destacar a importância de sua função socializadora para a transmissão de valores, crenças, normas e códigos afetivos como recursos simbólicos para a vida no grupo (Doise, 2002). Os mecanismos de socialização no território comunitário provêm os indivíduos de elementos para a simbolização da realidade dentro e fora do campo endogrupal, cumprindo a função de orientá-los nos diferentes contextos de interação social. As representações acerca dos objetos relevantes ao grupo (inclusive o próprio grupo como objeto representacional, como abordado neste estudo) tornam-se instrumentos-chave para a condução das relações intergrupais (imaginário refletido nos dados referentes ao objeto *peessoas da cidade*, como poderá ser verificado), visto que as representações são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22).

As evocações derivadas do termo indutor *peessoas da cidade* revelaram conflito entre os espaços de pertencimento rural e cidade, segundo o sistema interpretativo dos participantes. Os temas *diferentes* e *preconceito com o rural* indicam a comparação intergrupar, acompanhados dos elementos *esnobes*, *individualistas*, *consumistas* e *ricas*, que expressam crítica em relação ao modo de vida urbano, o qual estaria fundamentado em valores capitalistas enquanto o grupo rural se funda em valores humanitários (como pode ser conferido no campo representacional de *peessoas do rural*). A primeira periferia desdobra o sentido expresso no núcleo central – *pensa em dinheiro*, *vaidosas*, *vida agitada* e *veste moda* – e, como consequência dos valores anunciados no sistema central, sugere o estabelecimento de vínculos sociais fracos (*não convivência*), desigualdade social (*pobres*), além de adjetivações que caracterizam as pessoas da cidade como uma

ameaça (*más e perigosas*). A periferia distante concentra elementos que complementam a atribuição de sentido negativo ao grupo urbano (*desconhecidas, não amigas, não solidárias e racistas*), compondo um campo representacional que indica, claramente, a delimitação de uma fronteira simbólica entre os dois grupos.

As justificativas para as evocações provocadas pelo termo indutor *pessoas da cidade* também estiveram referenciadas nos níveis individual, familiar e contexto mais geral, este último tendo sido nomeado de “sociedade” ou “sistema”. Assim, explicam a constituição do urbano através: (1) do *indivíduo* cuja autoimagem estaria centrada na crença de superioridade, inerente aos citadinos ($f = 43$) – “Eles acham que o pessoal da roça é mais bobo, eles discrimina o pessoal da roça. Eu acho que é porque se trata mesmo da cidade e da roça, porque eles são da cidade e se acham melhor. Quando eles falam da cidade, parece que são poderosos, se acha melhor. Como se fossem superiores! Eles recebem as novidades primeiro, falam que a língua deles é culta e a nossa é jeca. É uma coisa sempre de cima para baixo... uma ideologia, sabe? Uma hierarquia que vai sendo passada”; (2) da *família* urbana como instituição que não proporciona formação adequada a seus membros ($f = 11$) – “Lá não tem orientação das famílias, é tudo largado. Não aprenderam nas famílias, o ambiente de lá é diferente”; e (3) da *sociedade/sistema* que atuaria como mecanismo de produção das características associadas às pessoas da cidade ($f = 96$) – “Talvez eles têm necessidade dessa aparência lá, e já no campo se prega mais a essência da pessoa. Porque os próprios modos de vida e o jeito de viver faz ser assim. A pessoa só por ser empregado, por ter patrão já faz a pessoa ter que ir se preparando. A questão do individualismo impossibilita a

solidariedade porque você tem que ver só o seu. O ser humano da cidade não nasce assim, mas o sistema lá não permite desenvolver outras características e modos”.

Os resultados apoiados nas representações sobre o exogrupo explicitam o processo de distintividade positiva do endogrupo, contexto em que a imagem do grupo tido como opositor é elaborada a partir de atributos valorados de forma negativa (Brown, 1997, 2000). Neste processo verifica-se o compartilhamento de um campo representacional polarizado (endogrupo positivo vs. exogrupo negativo), conteúdo que serve de substrato para a construção de tal dinâmica representacional. A tonalidade do processo de comparação vai sendo constituída gradualmente (de tranquilas a vida agitada ou de solidárias a não solidárias, por exemplo) envolvendo elementos destacados a partir do contato entre os grupos e em circulação na mídia (Figura 1). Ainda neste conjunto de dados, é interessante destacar que os mecanismos identificados pelos participantes como responsáveis pela profusão das características referentes aos citadinos (como inerentes aos indivíduos ou como fruto da formação familiar e societária) são interpretados como tendo sido corrompidos pela estrutura capitalista que rege a vida nas cidades, enquanto no meio rural esses mesmos mecanismos são estrategicamente percebidos como responsáveis pelos atributos positivos de seus membros.

Como processo associativo subjacente à comparação entre rural e cidade, o contraste entre ricos e pobres imprimiu uma segunda dimensão às temáticas que compõem o campo representacional estudado. A associação de pessoa da cidade à pessoa rica vs. pessoas do campo e da favela/pobres, expressa a defesa pelo grupo rural

da categoria *pobres*, interpretada como sendo constituída por pessoas do meio rural que, por impossibilidade de permanência no campo, tiveram que migrar para zonas urbanas formando/ocupando as áreas de periferia. Cavassani (1998) verificou semelhante processo de identificação em pesquisa com policiais. Segundo a autora, na base da recusa do uso de violência contra presos por parte de alguns profissionais encontrava-se o processo de identificação social. Embora estes policiais fossem formados em uma instituição cujo discurso dominante se fundamentava em práticas violentas, se solidarizavam com os presos provenientes de uma mesma inserção social, marcadamente de camadas mais pobres, vivendo a contradição entre a identidade do profissional policial e a identidade vinculada à sua categoria social de origem, tensão que gerava adoecimento entre os integrantes deste grupo. O processo de identificação social, neste contexto, “esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço” (Sawaia, 2001, p. 123).

Campos representacionais em comparação

Como representantes da realidade simbolizada (Abric, 2001, 2003a, 2003b), as representações sociais favorecem os estudos sobre os grupos sociais, permitindo sua abordagem a partir da dimensão psicológica de pertencimento (Brown, 1997, 2000; Tajfel, 1982a, 1982b, 1983), perspectiva que assumimos como referência chave à reflexão dos resultados. A análise semântica do campo representacional, a partir dos elementos constituintes das representações estudadas (Figura 1), sugeriu coesão

simbólica entre os dados dos grupos geracionais, fornecendo um imaginário compartilhado acerca das representações endo e exgrupais. Tajfel (1982a) explica que o contexto intergrupar conduz a um sistema simbólico conjugado, pois “quanto mais perto estamos da polaridade intergrupo... mais uniformidade haverá da parte das pessoas que pertencem a certos grupos, na sua conduta para com os membros do grupo-dos-outros” (Tajfel, 1982a, p. 16-17) e, seguindo esta orientação, mais os indivíduos que pertencem a outros grupos serão percebidos como uma *massa não diferenciada*, processo conhecido como *estereotipia*. Neste sentido, a fim de evidenciar a relação intergrupar expressa nas representações em análise, integramos os *corpora* de dados dos grupos geracionais compondo um único banco por objeto. A partir da análise hierarquizada das associações livres, realizada pelo *software* EVOC-2003, procedemos a comparação entre o sistema central e a periferia próxima dos objetos abordados, conforme Figura 2.

No sistema central das representações endo e exgrupais são destacados, respectivamente: o *trabalho* e a *agricultura* como práticas e valores do grupo rural, em contraste com a imagem da *riqueza* e do *consumismo*, status e valor que reforçam a associação de pessoas da cidade a pessoas ricas; as relações de proximidade entre os membros da comunidade (*convivência* e *amizade*), mediadas por práticas de solidariedade (*bondade*) que fortalecem a imagem do coletivo, enquanto na cidade prevalece o *individualismo* como referência de conduta, processo de distinção que se relacionaria ainda ao *preconceito* contra o grupo rural e, por fim, o eixo temático da *simplicidade*, que retrata o povo do campo a partir da condição de igualdade (na forma

de falar, de vestir e sem hierarquia sócioeconômica), em comparação com a caracterização das pessoas da cidade como *diferentes* e *esnobes*. A primeira periferia, estreitamente conectada aos significados do núcleo central, apresenta em oposição os elementos *solidárias* para as pessoas do rural e *não solidárias* para as pessoas da cidade, o que, segundo os respondentes, provocaria/manteria a condição de *pobreza* em determinados segmentos das sociedades urbanas. Os elementos *alegres*, *educadas* e *tranquilas* marcam o estilo do grupo rural, enquanto as pessoas da cidade são representadas como *vaidosas* e *vestem moda*.

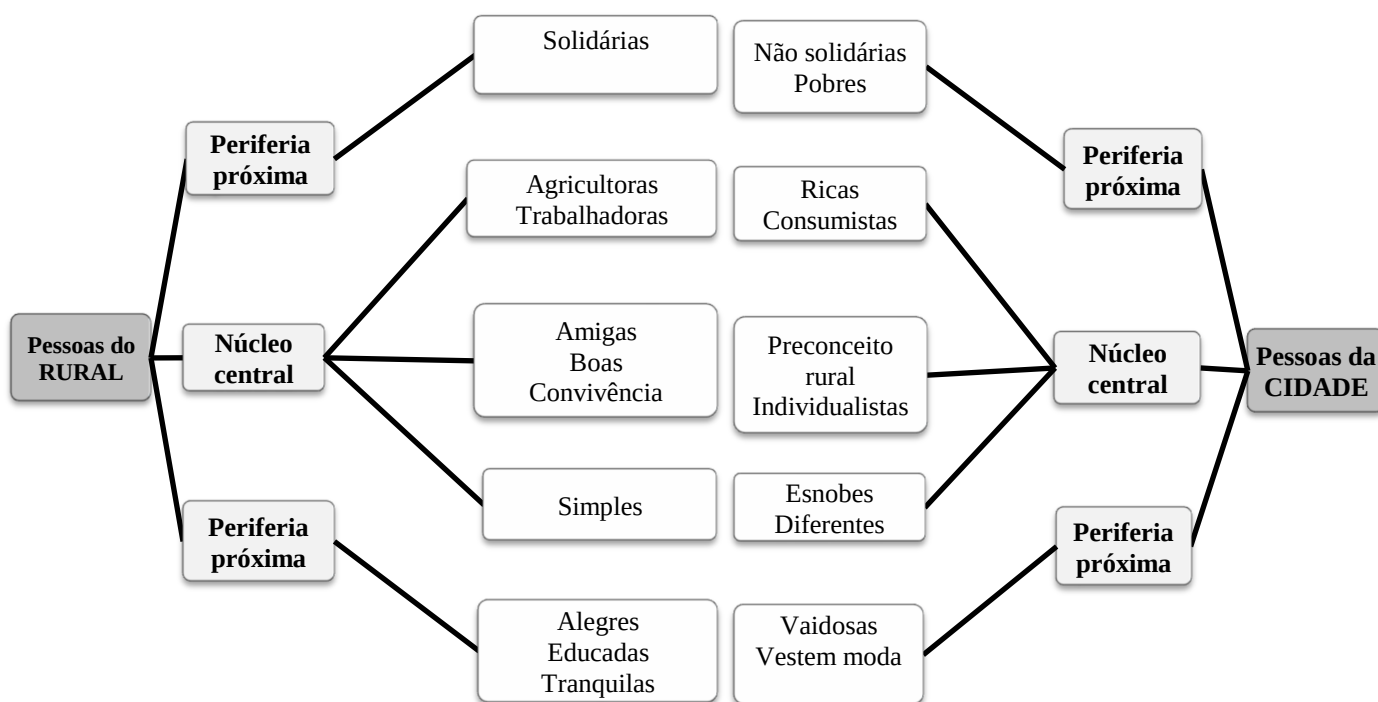


Figura 2. Esquema comparativo entre as representações sociais dos objetos *pessoas do rural* e *pessoas da cidade* a partir da análise hierarquizada das associações livres. Para o estabelecimento do quadrante de pessoas do rural: frequência limite = 36 e média de evocação = 2.9; e para o quadrante de pessoas da cidade: frequência limite = 20 e média de evocação = 2.9.

Entre as funções destacadas por Abric (2003a), a função identitária das representações sociais parece assumir a orientação central do conteúdo expresso nas representações investigadas. A Figura 2 indica o recrutamento de estereótipos para referendar a lógica de distinção grupal (Brown, 1997, 2000; Tajfel, 1982a, 1982b, 1983), sendo o endogrupo associado a estereótipos positivos e o exogrupo a negativos. De acordo com Mazzara (1997) e Sadiqi (2008), o termo estereótipo surgiu no contexto da tipografia por volta do século XVIII, referindo-se à reprodução de imagens impressas através de formas fixas, e foi introduzido no campo das Ciências Sociais pela primeira vez em 1922, pelo Jornalista Walter Lippmann, já com o significado de mecanismo de simplificação do mundo, um dos processos elementares da categorização social (Brown, 1997, 2000).

O conteúdo e a dinâmica do campo representacional estudado, especialmente no que se refere à representação do exogrupo, apresentam coerência com as características dos estereótipos apontadas por Mazzara (1997), *compartilhamento social*, *generalização* das características elucidadas e ainda *consistência* ou *rigidez* dos significados, posto que as representações dos grupos abordados têm, principalmente nos elementos do núcleo central, a expressão de sua saliência para o grupo respondente e guardam forte associação com as normas, as crenças e os valores que compõem o padrão sociocultural das sociedades, sendo, portanto, realmente mais estáveis ou rígidas (Abric, 2001; Sá, 1996). A análise amplia-se na possibilidade de discutir as funções de tais estereótipos para o grupo rural. Na concepção de Tajfel (1982a), os estereótipos têm, segundo a sua dimensão social, as seguintes funções:

(1) *Justificação social*, que para os chamados “grupos superiores” consiste na produção de ideologias para justificar o lugar de superioridade que ocupam, e nos grupos minoritários, como é o caso do rural, atua a ressignificação dos estereótipos negativos que lhes são atribuídos. O trabalho de elaboração de significados que representem positivamente o rural afasta a possibilidade de identificação com os estereótipos negativos (largamente divulgados e reforçados no imaginário social, especialmente através dos meios de comunicação), evitando que os integrantes do grupo se reconheçam como jecas, bobos ou feios, entre outros (Aleixo, 2004; Fressato, 2008; Oliveira, 2003), mas, ao contrário, ressaltem os atributos positivos de seu pertencimento, conforme conteúdo intragrupal inscrito nas Figuras 1 e 2;

(2) *Explicação causal*, cuja função é produzir explicações simples como estratégia de ordenamento da complexa dimensão social. Os resultados sugerem a atuação de dois sistemas valorativos distintos - o rural como humanitário e a cidade como capitalista - que se constituem na base interpretativa para a explicação e justificativa das práticas e representações adotadas pelo grupo, conforme evidenciado no conjunto de dados referente às justificativas das evocações (dimensão individual, familiar e societária).

(3) *Diferenciação positiva*, função que está claramente ilustrada na polaridade do campo representacional dos grupos como objeto. Esta função prevê, através da comparação intergrupar, o estabelecimento de duas esferas valorativas distintas, sendo o endogrupo associado à polaridade positiva e o grupo opositor a estereótipos negativos (Figura 1 – polaridade).

A dinâmica de discriminação social evidenciada pelos estereótipos dos grupos como objetos de representação confirma a existência de um processo de simbolização compartilhada pelos membros do grupo rural no contexto de comparação entre as categorias sociais ruralidade e urbanidade. É necessário, contudo, considerar a dimensão valorativa que mobiliza o campo de produção e difusão dos estereótipos, visto que são a expressão das crenças e valores de determinada cultura e sociedade (Sadiqi, 2008). Moscovici (2009), refletindo sobre o processo de discriminação social a partir dos estereótipos negativos relacionados a determinadas minorias, ensina: “Se formos além dos estereótipos ou dos preconceitos, descobriremos sob eles correntes do conhecimento e fórmulas do senso comum, conjuntos de crenças profundamente enraizadas na vida coletiva, mesmo em uma nação moderna” (p. 661).

Torna-se, portanto, uma tarefa necessária refletir sobre a força que mobiliza ou ativa a estereotipia entre os grupos, missão que integra a análise da busca pela proteção da imagem social positiva pelos membros de um grupo social (Tajfel, 1983, 1982b), bem como da posição político-ideológica que este ocupa na estrutura, imaginário e pensamento social em determinado contexto cultural, histórico e econômico. Em outras palavras, não basta *apenas* considerar as representações endogrupais como um dos mecanismos utilizados pelo grupo para arquitetar sua identidade social, mas é necessário identificar as tensões que explicitam a luta entre o hegemônico e o minoritário, matriz relacional que provoca conteúdo defensivo das minorias sociais, como é o caso da comunidade camponesa abordada. Quando, portanto, o grupo rural ressalta como valores que regem os modos de vida no campo aqueles fundamentados nos princípios

humanitários e elabora uma crítica ao modo de vida urbano como sendo referenciado pelos interesses do capital, lê-se uma resposta identitária ao mega-projeto de urbanização territorial, econômico e cultural que prevê como necessária a superação das expressões e vivências camponesas, bem como de diversas outras comunidades tradicionais, modos de vida identificados como obstáculo à instituição das sociedades modernas e integradas às metas e propósitos do capital.

Considerações finais

O estudo abordou a relação entre a elaboração do campo representacional vinculado às categorias sociais ruralidade e urbanidade e o processo de identificação social para membros de uma comunidade rural. Os resultados indicaram a constituição das representações sociais de *peessoas do rural* e *peessoas da cidade* apoiadas, respectivamente, na dimensão laboral, agrícola, da convivência e práticas de solidariedade entre as pessoas do endogrupo (atributos característicos do modo de vida comunitário rural) e da esfera capitalista, individualizante e portadora de preconceito em relação à realidade rural no que tange aos sujeitos urbanos, segundo as representações dos entrevistados. Os elementos de representações, neste sistema, atuam como formas de interpretação da realidade e das relações sociais em curso no domínio do grupo rural, fornecendo subsídios simbólicos para defesa e afirmação da identidade social vinculada à categoria rural.

O estudo evidenciou a relação de interdependência entre os objetos de representação social abordados, confirmando a condição basilar do processo de comparação entre grupos para a elaboração identitária (Brown, 1997, 2000, Tajfel,

1982b, 1983), a coesão simbólica entre as gerações da comunidade, o que sugere a eficácia da socialização para o processo de identificação social referente ao grupo rural, e, finalmente, a relação entre identidades e representações sociais como estratégia de análise fundamental à compreensão do complexo processo de construção das identidades dos indivíduos e grupos sociais, ratificando a proposição psicossocial de interpretação da realidade pautada na relação entre o indivíduo e o seu contexto sociocultural.

Conforme reflexões que embasaram o estudo, é importante resgatar que somos herdeiros de uma tradição acadêmica marcadamente urbana (Albuquerque, 2002) e que conhecemos ainda muito pouco sobre o como vivem, o que pensam e o que almejam os milhares de brasileiros e de brasileiras que compartilham um modo de vida rural. Apesar das previsões sobre o desaparecimento gradual dos grupos sociais vinculados à categoria rural (Stropasolas, 2006), ao longo do estudo pudemos constatar um movimento de afirmação da identidade rural que, no jogo simbólico de constituição do campo representacional endo e exogrupal, sublinha as singularidades positivas do grupo e as coloca em relevo frente ao modo de vida das/nas grandes cidades.

Diante de tais considerações, destacamos a relevância de se aprofundar o campo de estudo vinculado à identidade rural a partir da perspectiva do pertencimento psicológico ao grupo (Brown, 1997, 2000; Tajfel, 1982a, 1982b, 1983), contribuindo para a compreensão do arranjo político-ideológico característico do movimento de resistência e afirmação dos grupos sociais, especialmente os que estão à margem das sociabilidades hegemônicas. Dada a diversidade de contextos que expressam as ruralidades brasileiras (Moreira, 2005), enfatizamos ainda a necessidade de se pensar a

categoria rural a partir das diferentes realidades territoriais e simbólicas que dão contorno à imagem de uma ruralidade local. Por meio do resgate da memória do grupo, do estudo das práticas educacionais e de saúde, das crenças e tradições celebradas, enfim, das diversas dimensões que se misturam empreendendo um modo de vida àquela comunidade, descortina-se um campo de pesquisa rico e imprescindível ao desenvolvimento de políticas públicas em consonância com as demandas da população envolvida; convite que se impõe como desafio ao desenvolvimento de estratégias metodológicas que possam consolidar a ruralidade como um objeto de estudo também para a Psicologia.

Referências Bibliográficas

- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 155-171). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Abric, J. C. (2003a). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In J. C. Abric, *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Abric, J. C. (2003b). L'analyse structurale des representations sociales. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 375-392). França: Puf Fondamental.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(01), 37-42.

- Aleixo, A. C. V. (2004). A imagem literária de um sertão chamado Brasil. *Revista da UFG*, 7(01). Retirado de www.proec.ufg.br em 20 de janeiro de 2010.
- Almeida, R. A. (2006). *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP.
- Bahia, J. A. (2001). A “lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 69-82.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L’analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, n. 107. Recuperado em 30 de novembro de 2009 de <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/multiculturalismo.pdf>.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Cantarelli, J. (2006). Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In P. Scott, & R. Cordeiro (Orgs.), *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas* (pp. 279-299). Recife: Ed. Universitária da UFPE.

- Cavassani, S. M. C. (1998). *A utilização da violência na atividade policial: da insanidade coletiva à loucura solitária*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Cerqueira, C. (2000). Matança do porco, festa da matança e mudanças sociais na Serra do Barroso (trás-os-montes). In *IV Congresso Português de Sociologia* - Associação Portuguesa de Sociologia. Coimbra.
- Conselho Federal de Psicologia - Resolução CFP nº 016/2000. Retirado de: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumento/s/resolucao2000_16.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.
- Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 15-31.
- Doise, W. (2002). *La forza delle idee*. Bologna: Il Mulino.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 173-186). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Fressato, S. B. (2008). Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema. In J. Nóvoa & J. A. Barros (Orgs.), *Cultura popular: espaço de deboche e de resistência. Uma representação em tristeza do Jeca*. (pp. 183-199). Rio de Janeiro: Apicuri.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47- 67). Rio de Janeiro: Vozes.

- Jodelet, D. (2001). As representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet, *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Mazzara, B. M. (1997). *Stereotipi e pregiudizi*. Bologna: Il Mulino.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2009). Os ciganos entre perseguição e emancipação. *Sociedade e Estado*, 24(3), 653-678.
- Naiff, D. G., Monteiro, R. C., & Naiff, L. A. (2009). O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. *Psico-USF*, 14(2), 221-227.
- Oliveira, L. L. (2003). Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Pecora, A. R., & Sá, C.P. (2008). Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 319-325.
- Rabelo, M. C. M. (2008). Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares de Salvador. *Religião e Sociedade*, 28(1), 176-205.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

- Sadiqi, F. (2008). Estereótipos e mulheres na cultura marroquina. *Cadernos Pagu*, 30, 11-32.
- Sawaia, B. B. (2001). Identidade – uma ideologia separatista? In *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 119-127). Petrópolis: Vozes.
- Silva, M. A. M. (2004). *A luta pela terra – experiência e memória*. São Paulo: UNESP.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A. M., Brasil, J. A., & Canal, F. D. (2009). Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit*, 15(1), 29-37.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Suda, J. R., & Souza, L. (2006). Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES). *Psicologia e Sociedade*, 18(2), 72-80.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I.* Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II.* Lisboa: Livros Horizonte.

- Vala, J. (1997). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vergès, P. (2000). *EVOC – Ensemble de Programmes permettant l’analyse des évocations: manual version 2*. Aix-en-Provence: LAMES.

IDENTIDADE SOCIAL E DIMENSÕES IDENTITÁRIAS NO CONTEXTO RURAL COMUNITÁRIO

Resumo

Referenciada pelo aporte teórico-conceitual da Teoria da Identidade Social, a investigação desenvolvida objetivou identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias, provocados na relação intergrupar campo-cidade, a partir do pertencimento à categoria social rural. Foram realizadas entrevistas individuais com 200 integrantes de uma comunidade rural, distribuídos em quatro gerações. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro estruturado focalizando três núcleos de informação: 1). dados sócio-demográficos; 2). endo e hetero-descrições; e 3). identificação dos elementos que constituem as dimensões identitárias (cognitiva, avaliativa e afetiva). Os *corpora* de dados foram sistematizados por meio dos *softwares* ALCESTE e SPSS e da Análise de Conteúdo. Os resultados referentes às endo e hetero-descrições evidenciaram a elaboração da imagem endogrupal a partir de estereótipos com valoração positiva enquanto o exogrupo foi associado a significados negativamente valorados. A dimensão avaliativa indicou que o endogrupo organiza seu modo de vida orientado por valores comunitaristas e representa a cidade através de valores capitalistas. No que se refere à dimensão afetiva, esta forneceu os elementos-chave para a composição de um rural como *vida feliz* e a cidade como *vida triste*, coroando o trabalho de elaboração de uma imagem social positiva da comunidade e do pertencimento à categoria rural.

Palavras-chave: cidade; grupo social; identidade social; ruralidade

SOCIAL IDENTITY AND DIMENSIONS OF INDENTITY IN THE RURAL COMMUNITARIAN CONTEXT

Abstract

Grounded in the theoretical-conceptual contribution of the Social Identity Theory, the investigation aimed to identify the elements which make up the dimensions of identity, provoked by the intergroup relationship country-city, as a result of belonging to the rural social category. The data was collected through interviews with 200 participants taken from four generations of a rural community. The interviews were based on a structured script which focused on three main points: 1). socio-demographic data; 2). inner and hetero-descriptions; and 3). identification of the elements that constitute the dimensions of the identity (cognitive, evaluative and affective). The corpora of data was synthesised using SPSS software and Analysis of Content. The results in terms of the inner and hetero-descriptions showed an elaboration of the inner-group's image from the stereotype with positive values while in the hetero-description the out-group was associated with negative values. The evaluative dimension indicated that the inner-group organizes its lifestyle according to communitarian values and sees the city in terms of capitalistic values. The affective dimension provides the key element in the view of the life of the rural dweller as *happy* and that of the city dweller as a *sad*, crowning the work of elaborating a positive social image for the community and of belonging to the rural category.

Key-words: city; social group; social identity; rurality

Introdução

Como um tema bumerangue que sempre volta ao centro das reflexões que procuram compreender a organização de nossas sociedades, a identidade ganha especial importância em um contexto de globalização que favorece o confronto entre grupos sociais diversos, bem como a manifestação de categorias minoritárias que reclamam seu espaço de existência face à crescente pressão à hegemonia, marcadamente, instaurada pelos grupos dominantes (Burity, 2001; Cabecinhas, 2006; Souza, 2008).

Temas como migração, conflito étnico, manifestação das minorias sociais, violência, preconceito e exclusão social, fenômenos eminentemente constituídos no campo da diferença que resiste, têm recebido algum apoio analítico na Teoria da Identidade Social (TIS) (Souza, 2008). A TIS proposta por Tajfel (1970, 1974, 1982a, 1982b, 1982c, 1983, 1984) procura esclarecer a constituição da identidade no âmbito das relações intergrupais, enfatizando os processos que delimitam um determinado campo de identificação. Os conceitos fundamentais que contribuem para elucidar os processos identitários estão em um arranjo interdependente na dinâmica C.I.C.: categorização social – identidade social – comparação social (Hogg & Abrams, 1999; Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004).

De acordo com Rubini (2003), a seguinte questão-chave esteve subjacente à produção intelectual de Tajfel: “é possível identificar algumas das bases racionais que expliquem as discriminações intergrupais, a formação dos estereótipos sociais e do preconceito social?” (p. 189). A centralidade da proposição teórica tajfeliana para alguns autores seria, portanto, “determinar as condições mínimas para o aparecimento da

discriminação em favor do grupo de pertença” (Doise, 1982, p. 146), perspectiva que foi desenvolvida a partir do paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, 1970).

Os autores vinculados à chamada Escola de Genebra (Doise, 1984; Doise, Deschamps & Mugny, 1980) lançaram algumas críticas à proposta teórica tajfeliana inicial. Segundo esses autores, a TIS teria permanecido centrada nos aspectos cognitivos que regulam as identificações e diferenciações sociais, negligenciando os processos que se dão no âmbito situacional e estrutural das relações intergrupais. Em crítica mais recente, Doise (2002) sustenta que o “paradigma de Tajfel, no momento atual, é frequentemente assimilado a uma teoria de auto-categorização que não necessariamente evoca hipóteses de ordem societal (...) tal concepção da teoria da identidade social é insuficiente para dar conta das relações entre essas dinâmicas identitárias” (p. 29).

É preciso, todavia, resgatar a natureza psicossocial da TIS para não cometer o equívoco de reduzi-la a uma perspectiva meramente cognitiva de construção da identidade social pelos indivíduos em seus respectivos grupos de pertencimento. Em estudo recente sobre a identidade cigana, Bigazzi (2009) chama a atenção justamente para ausência de trabalhos que aproximem a teoria de sua proposta inicial: romper com a perspectiva individualizante e reducionista do indivíduo, visando lançar luz sobre os processos de significação que dão sentido à realidade social e, por conseguinte, à vida das pessoas. Segundo a referida autora:

Ironia é que o uso contemporâneo da tradição teórica da identidade social – assumindo simplesmente, por exemplo, como única hipótese a ser testada em laboratório que a mera divisão em grupos leve, necessariamente, à discriminação

intergrupais - conduz, geralmente, à mesma distorção e ao mesmo reducionismo contra os quais Tajfel argumentava em seu famoso capítulo sobre os experimentos no vazio (p. 36).

De fato, os próprios constructos da teoria, dinâmica C.I.C., apontam a relação indivíduo-grupo-sociedade como um arranjo indissociável e que deverá ser considerado para que se possa conhecer os processos que concorrem à elaboração de uma determinada identidade social.

Discorrendo sobre a *estrutura dos nossos modos de ver a sociedade*, Tajfel e Fraser (1979) destacaram, por exemplo, que os valores sociais e o consenso social são determinantes sociais da seleção e organização das informações provenientes do ambiente social, os quais contribuem para o processo de categorização social por parte dos indivíduos. Segundo os autores:

não há dúvida de que as nossas ideias sobre o que é belo e o que é feio são, em grande parte, determinadas pelo contexto social no qual essas se desenvolvem, e, assim, também pela fé religiosa ou política e as ideologias sociais (p. 329).

Para Tajfel (1972) a categorização é um processo que “serve para sistematizar e ordenar o ambiente social (...) é um sistema de orientação que constrói e define o lugar particular de um indivíduo na sociedade” (p. 293), processo que ocorre em uma sociedade específica que oferece as condições para a criação da própria realidade psicológica. Do processo de categorização, surgem categorias discriminantes de pertencimento, cuja elaboração tende a estabelecer o máximo de semelhanças internas à categoria e, por sua vez, a máxima distinção entre categorias opostas, favorecendo a

elaboração de espaços endo e exogrúpicos. Como processo complementar, é através da comparação social que os indivíduos mantêm sua autoimagem positiva, posto que associam o endogrupo a elementos positivos enquanto que os outros grupos são negativamente valorados. Para Cabecinhas e Lázaro (1997), a “identidade social é, em larga medida, relacional e comparativa” (p.2). Na comparação social opera, portanto, uma norma social genérica de favoritismo endogrupal ou uma norma etnocêntrica (Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971), que depende sempre da avaliação do indivíduo no que diz respeito à sua satisfação em relação à pertença grupal. Mas o que significaria pertencer a um grupo social? De acordo com Vala (1997),

a resposta a esta questão envolve actividades de comunicação através das quais são aprendidas ou criadas normas, símbolos, crenças e valores que tornam distintos os grupos que os indivíduos associaram à sua auto-imagem daqueles que eles dissociaram dessa mesma auto-imagem. Mas, porque estas normas, valores ou símbolos são o produto de uma comunicação real ou imaginária entre membros de uma categoria social, eles não relevam da simples reflexividade individual, mas de uma reflexividade grupal (p. 10).

Como *consequência* do pertencimento a um determinado grupo social, a identidade, conforme indicada por Tajfel (1982a, 1982b, 1983, 1984), consistiria naquela “parcela do auto-conceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social” (1983, p. 290), ou seja, procede do *reconhecimento* das categorias sociais às quais se pertence, bem como do *valor* e significado *emocional* que se atribui a essa pertença. Esta concepção tridimensional da

identidade social, postulada por Tajfel (1983), inclui, portanto, elementos cognitivos (reconhecimento de pertencimento ao grupo), avaliativos (atribuição de valência positiva ou negativa aos elementos que referenciam a pertença) e afetivos (gosto/não gosto).

No que se refere, de forma mais específica, às investigações focalizando o conceito de identidade social, a realidade constatada por Vala, Lima e Monteiro (1987), há mais de duas décadas, parece ainda não ter mudado muito, especialmente no contexto científico brasileiro. Os autores alertavam:

É no entanto forçoso reconhecer que os poucos resultados empíricos publicados (e. g., Brown e Williams, 1984) sobre a articulação entre a identidade social e as relações intergrupais são pouco claros e que as próprias operacionalizações do conceito de identidade (Oaker e Brown, 1986; Brown, 1986; Skevington, 1981; Brown e Williams, 1984) são pouco consistentes. Pensamos assim que o conceito de identidade, enquanto conceito nuclear da teoria de Tajfel sobre as relações intergrupais, deve ser objecto de um estudo empírico mais sistemático (p. 813).

De acordo com Álvaro e Garrido (2006), quatro contribuições atuais da teoria merecem destaque, reforçando a demanda por estudos que auxiliem no desenvolvimento e atualização do conceito de identidade social, quais sejam: (1) mediante a existência de conflito de interesses entre grupos, a identificação endogrupal favorece a hostilidade direcionada aos demais grupos sociais; (2) a confluência entre a identificação endogrupal e os sentimentos de privação relativa permitem compreender as ações coletivas mobilizadas para a mudança social; (3) os processos de categorização são, fundamentalmente, processos psicossociais que contribuem à manutenção da identidade

social e ao estabelecimento de sistemas de referência para as relações intergrupais; e, por fim, (4) a teoria da identidade social tajfeliana contribuiu para se pensar diferentes estratégias para a redução do preconceito e da discriminação intergrupar.

Diante de tais considerações, o presente estudo focaliza os processos de identidade social vinculados a um grupo rural. Conforme princípios elementares que orientam a constituição da identidade social pelos indivíduos, estes teriam a tendência de se identificar com os grupos de maior *status* social positivo (Tajfel, 1983). Neste sentido, torna-se uma questão relevante conhecer como os grupos que são representados socialmente de forma negativa, como o rural, por exemplo, (Campos, 2007; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009), manteriam sua identidade social positiva, já que as comunidades rurais em sua forma de organização social continuam existindo (Albuquerque, 1998, 2002), os movimentos sociais camponeses mantêm-se atuantes na luta pelos seus direitos (Pinto, Nascimento & Camino, 2003) e observa-se a reprodução social de sua sociabilidade alicerçado em um modo de vida propriamente rural (Bonomo & Souza, 2010).

Objetivos do estudo

A investigação desenvolvida neste estudo, a partir da abordagem dimensional da identidade social, fundamenta-se nos seguintes pressupostos da TIS: (a) nos três níveis de organização da identidade, quais sejam, afetos, valores e estereótipos, de acordo com a norma de distintividade social positiva, o favoritismo endogrupal será prevalecente; e (b) os elementos associados ao exogrupo, por sua vez, tenderão a se constituir por significados negativamente valorados, favorecendo a elaboração de uma autoimagem

social positiva pelos integrantes do grupo social. Apoiado nos referidos princípios, elementares à dinâmica que regula a construção do campo identitário, o estudo consistiu em identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias, provocados na relação intergrupar campo-cidade, a partir do pertencimento a um grupo rural.

Em face aos objetivos enunciados, cabe ressaltar o desafio de apreensão do campo semântico associado aos elementos de identidade, questão que reflete a própria complexidade inerente à *identidade* como fenômeno psicossocial, que também denuncia a escassez de estudos empíricos que focalizem seus aspectos constitutivos e de metodologias que auxiliem nessa tarefa de investigação e análise. De acordo com Monteiro, Lima e Vala (1991), essa dificuldade decorre, em grande parte, da “reduzida elaboração do constructo de identidade social, da insuficiência de clareza e de rigor na sua operacionalização” (p. 109), o que confere aos pesquisadores que se lançam neste campo de estudo a preciosa tarefa de desenvolver estratégias metodológicas aplicáveis, especialmente no que se refere aos trabalhos realizados no âmbito de análise dos *grupos naturais*, como é o caso do presente estudo.

Estratégias metodológicas

Participantes

A pesquisa foi desenvolvida com representantes de quatro grupos geracionais de uma comunidade rural, selecionados a partir de dados censitários captados em investigação anterior realizada na mesma localidade (Censo Comunitário Rural). Em cada geração foram entrevistadas 25 pessoas do sexo masculino e 25 do sexo feminino, totalizando 200 participantes, número que corresponde a 34,84% dos moradores da

comunidade. Os intervalos etários eleitos para a composição dos grupos geracionais procuraram respeitar a composição da população local, tendo como referência as informações fornecidas pelo *Censo Comunitário Rural*. A idade máxima e mínima dos respondentes foi de, respectivamente, 81 e 07 anos, compreendendo as seguintes faixas etárias, conforme a geração correspondente: 4ª geração (G4) entre 07 e 12 anos, 3ª geração (G3) entre 15 e 25 anos, 2ª geração (G2) entre 35 e 45 anos e 1ª geração (G1) 60 anos ou mais.

Todos os integrantes da 3ª e 4ª gerações eram solteiros, da 2ª geração casados (98%) ou divorciados (2%) e da 1ª geração casados (82%) ou viúvos (18%). O nível de escolaridade dos respondentes, segundo os grupos geracionais, foi distribuído da seguinte forma: *primeira geração* - 50% não escolarizados, 18% escolarizados e 32% possuíam até o primário; *segunda geração* - 2% não escolarizados, 6% escolarizados, 52% possuíam até o primário, 26% o ensino fundamental, 10% o ensino médio e 4% o ensino superior; *terceira geração* - 34% pararam de estudar (24% concluíram o ensino médio e 10% o ensino fundamental), 60% estavam cursando o ensino médio (93% em Escola de Pedagogia Rural) e 6% o ensino superior; *quarta geração* - 66% estavam cursando o primário e 34% o ensino fundamental.

Procedimento de coleta dos dados

Primeiramente, as famílias do território foram informadas acerca da realização da pesquisa através dos meios de divulgação local (na igreja durante o culto dominical católico), momento no qual foram esclarecidos os critérios de participação, bem como acordado que a pesquisadora entraria em contato com cada potencial respondente para

formalizar o convite e combinar posterior agendamento da entrevista em caso de concordância de participação no estudo.

A coleta dos dados foi realizada na própria comunidade rural, de acordo com a disponibilidade dos participantes e respeitando os locais sugeridos para a realização das entrevistas. Informamos que cada entrevista foi realizada individualmente, após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisas científicas, momento em que foram esclarecidos os objetivos e procedimentos para a realização do estudo, bem como dirimidas possíveis dúvidas referentes à pesquisa.

Instrumento

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro composto por três núcleos de informação: (1) dados sócio-demográficos (sexo, escolaridade, estado civil, idade e grupo geracional); (2) caracterização do próprio grupo (endo-descrição) e do grupo urbano (hetero-descrição) (Monteiro, Lima & Vala, 1991) a partir da atribuição de elementos que para o participante definissem os grupos (listar de três a cinco elementos). Ressaltamos que a referida questão associativa foi precedida da seguinte pergunta exploratória: “você se reconhece como pessoa rural ou urbana?”. Como todos os respondentes mencionaram que se reconheciam como *peessoas rurais*, manteve-se as questões “nós, pessoas rurais, somos...” e “eles, pessoas urbanas, são...” (Zavalloni, 1972) padronizadas para todos os participantes do estudo; e (3) dimensões identitárias: (DE – Estereótipos) listagem de cinco elementos que, prontamente, o participante associava ao objeto proposto, conforme técnica de associação livre (Abric, 1997, 2003;

De Rosa, 2003). Em seguida, (DV - Valores) pedia-se ao participante para justificar a associação de cada elemento evocado, compondo um sistema explicativo acerca dos significados vinculados ao objeto em questão, e, finalmente, (DA - Afetos), dimensão afetiva, que consistiu em atribuir um sentimento/afeto para cada um dos 5 sistemas DE-DV. Por último, a fim de verificar o favoritismo grupal, solicitou-se ao participante que atribuísse a cada elemento de DE, DV e DA polaridade positiva ou negativa. O procedimento de coleta dos dados referente ao terceiro núcleo de informação foi conduzido primeiramente tendo como objeto a *cidade* e, em seguida, o mesmo procedimento foi realizado para o *rural*, totalizando 15 elementos associados a cada objeto (por participante), com suas respectivas polaridades.

O conjunto de questões propostas visou focalizar a tríade de processos que envolvem o fenômeno identitário (aspectos cognitivos, avaliativos e afetivos), de acordo com a relação intergrupo estabelecida entre a comunidade rural e o urbano (Vala, 1997).

Tratamento dos dados

Para o conjunto de dados provenientes do núcleo de informação referente à caracterização sócio-demográfica dos participantes foram utilizados procedimentos da estatística descritiva (frequências absoluta e relativa). Os elementos resultantes da endo e da hetero-descrição grupal, por sua vez, foram submetidos à análise de conteúdo categorial (Bardin, 2002, 2003), segundo utilização de critério semântico de agrupamento/distinção. Por meio do método de rotação VARIMAX, realizado pelo *software* SPSS (Dancey & Reidy, 2006; Field, 2009), procedeu-se uma análise fatorial do conjunto de elementos obtidos através das questões associativas referentes às

dimensões identitárias. O método de extração de fatores consistiu na identificação de seus componentes principais. Ainda no que se refere ao *corpus* de dados derivado do terceiro núcleo de informação, o conteúdo referente à segunda dimensão (DV – dimensão explicativa/valorativa) foi submetido ao *software* de análise textual ALCESTE (Reinert, 1990), fornecendo informações complementares acerca da relação entre os objetos *rural e cidade*.

Resultados e discussão

Os resultados estão organizados da seguinte forma: (1) *caracterização endo e hetero-grupal*, na qual são descritos e analisados os elementos que para o grupo rural constituem a imagem social de seu próprio grupo e do urbano; (2) *dimensões identitárias: estereótipos, valores e afetos*, seção em que se identificou o conteúdo referente às dimensões cognitiva, avaliativa e afetiva do pertencimento ao grupo rural; e (3) *contextualização do campo identitário*, onde foram recuperadas as imagens dos objetos abordados segundo a relação intergrupal vivenciada pelos integrantes da comunidade.

Caracterização endo e hetero-grupal: a comparação intergrupal

Conhecer a tomada de posição dos indivíduos face aos grupos sociais é o primeiro passo para que se possa indagar sobre a carga simbólica que organiza o espaço que este ocupa na estrutura social e nas relações que estabelece com os grupos de contato (Brown, 1997, 2002; Doise, 2002). Nesta perspectiva, procuramos investigar, em um primeiro plano, se os participantes do estudo se reconheciam ou não como *pessoas rurais*, condição elementar para a proposição de uma investigação em

identidade social a partir da análise das relações intergrupais, no caso do presente estudo, orientada pela vinculação às categorias sociais campo-cidade.

Como informado anteriormente, todos os participantes do estudo se reconheceram como *pessoas rurais*. A partir desta informação, investigou-se a endo e hetero-descrição, tendo como grupo comparativo, o urbano. Na Tabela 1 são apresentados os elementos constitutivos da imagem endogrupal e a imagem que, para os participantes, caracteriza o seu grupo de oposição.

Tabela 1: Frequência absoluta dos elementos referentes à endo e hetero-descrição

	Nós, rurais, somos...	Eles, da cidade, são...
	Simples (f=83)	Metidos (f=18), vaidosos (f=17) e luxentos (f=16)
Elementos endo e exgrupais característicos (propriedades comparáveis)	Trabalhadores-livres (f=68) e nos sustentamos (f=15)	Empregados (f=32)
	Amigos (f=45), temos convivência (f=31), gentis (f=17) e acolhedores (f=15)	Não convivem (f=39) e não amigos (f=17)
	Solidários (f=51)	Individualistas (f=20), não solidários (f=20) e gananciosos (f=18)
	Bons (f=40) e legais (f=15)	Ruins (f=16)
	Tranquilos (f=19)	Apressados (f=20)
Elementos endo e exgrupais característicos (não pareados)	Felizes (f=30), honestos (f=22), lutadores (f=22), divertidos (f=14), inteligentes (f=13) e de família (f=11)	Presos (f=12)
Percepção da unidade interna	Unidos (f=22) e iguais (f=14)	Ricos (f=18), discriminam os pobres (f=10) e pobres (f=10)
Comparação entre os grupos	Somos rurais (f=37) e diferentes da cidade (f=11)	Preconceituosos com o rural (f=22), se acham superiores a nós (f=22) e diferentes de nós (f=16)

Nota: Listas de palavras mais frequentes ($f \geq 10$)

Em conformidade com a dinâmica das relações intergrupais sugerida pela TIS, o exogrupo foi associado a elementos negativamente valorados enquanto o endogrupo manteve sua imagem social afirmada e defendida através da atribuição de elementos positivos (Tajfel, 19982a, 1982b, 1983). Além da oposição entre a valência dos

elementos provenientes da endo e hetero-descrição, alguns significados puderam ser localizados em eixos comparativos, denotando a interdependência entre os sentidos atribuídos aos grupos em questão.

Acompanhando os resultados apresentados na Tabela 1, pode-se identificar três níveis de organização dos significados provocados pela comparação social mobilizada pelo corte do pertencimento ao rural (nós somos) vs. a pertença citadina (eles são), quais sejam, (a) *elementos endo e exgrupais característicos*, (b) *percepção da unidade interna* e (c) *comparação entre os grupos*. Os referidos níveis de descrição grupal denotam o seguinte processo de significação:

(a) variabilidade interna dos grupos em seu conteúdo, mas mantendo sua homogeneidade no que se refere à polaridade (positiva ao endogrupo e negativa ao exogrupo). Entre os elementos com maior frequência apresentados para a auto-descrição estão *simples, trabalhadores-livres, solidários, amigos e felizes*, sustentados nas relações de proximidade vividos na comunidade rural e ainda no modo de produção baseado na agricultura familiar, os quais evidenciam a elaboração de uma imagem positiva do grupo. Para o exogrupo, os elementos *não convivem, são empregados, não solidários, individualistas e apressados* conferem aos citadinos uma caracterização negativa e oposta à imagem endogrupal;

(b) síntese argumentativa que afirma a imagem de um grupo unido, justo e igualitário (iguais) para o rural, que visa se diferenciar da identidade atribuída à cidade, cuja representação apoia-se nos polos *explorador* (ricos) → *discriminam os pobres* ← *explorados* (pobres), caracterizando o grupo como desigual e contrário aos princípios coletivistas da comunidade;

(c) os dois níveis anteriores referem-se a elementos cuja significação destina-se à caracterização interna da organização de cada grupo. No conjunto de elementos denominado *comparação entre grupos*, por sua vez, (nomeação aplicada apenas para efeito de exposição dos dados, sendo o termo *comparação* tomado em referência ao produto e não ao processo, pois todos os elementos apresentados nesta seção apresentam-se como resultantes de um *processo de comparação* intergrupar), estão em evidência significados diretamente alicerçados na relação rural-cidade. Cabe ressaltar a conotação conflitual (*preconceituosos com o rural, se acham superiores a nós e diferentes de nós*) que sustenta este conteúdo, marcando a elaboração de um campo de forças que ampara e define a distinção entre os dois modos de vida (*somos rurais e diferentes da cidade*).

Tomados em conjunto, os elementos provocados na comparação *nós vs. eles* refletem o próprio processo de estereotipia através do qual uma determinada categoria/grupo é reduzida a um conceito simplificado e simplificador. A função deste recurso, baseado na configuração semântica prototípica que caracteriza o objeto, pode ser entendida como uma resposta categorial (Arcuri & Cadinu, 1998; Brown, 1997, 2002; Hogg & Abrams, 1999) ou uma representação endo e exogrupal, se considerada numa perspectiva de articulação com as representações sociais (Deschamps & Moliner, 2009). No caso da dinâmica intergrupar investigada a partir do imaginário do grupo rural este conteúdo cumpre a função de distintividade social, denotando a existência de um conflito que retrata o esforço do grupo para afastar a possibilidade de que seus membros venham a se identificar com o grupo urbano.

A partir dos resultados evidenciados, torna-se oportuno conhecer os mecanismos que sustentam a seleção e expressão dos estereótipos que compuseram o campo de diferenciação grupal (endo e hetero-descrição). O desafio que decorre desta questão, cuja investigação conduz o processo de análise à abordagem dimensional da identidade social, apresenta-se ainda maior quando considerada a ausência de um modelo conceitual e metodológico que se aplique à análise do fenômeno identidade de modo a integrar suas dimensões constitutivas (Monteiro, Lima & Vala, 1991).

Adotando o conceito de identidade social, tal como proposto por Tajfel (1983), procuramos conhecer, através de uma análise descritiva, os elementos que compõem as dimensões identitárias (afetiva, avaliativa e cognitiva) e que concretizam a identidade rural no grupo investigado.

Dimensões identitárias: estereótipos, valores e afetos

Do banco de dados inicial, foi realizada uma transformação na natureza das variáveis do estudo: as variáveis inicialmente qualitativas (elementos associados aos objetos em cada dimensão) foram transformadas em variáveis quantitativas (ordem em que a palavra apareceu em uma das 5 posições de respostas para cada dimensão – DE, DV e DA). No total, o estudo passou a ter 89 variáveis/elementos (44 para o rural e 45 para a cidade), cujas respostas eram: 0 (não citadas pelo indivíduo), 1 (citadas na primeira ordem), 2 (citadas na segunda ordem), (...), 5 (citadas na quinta ordem). Deste total, foram removidas do *corpus* as palavras que apareciam em menos de 10% dos indivíduos. A Tabela 2 apresenta o total de palavras (variáveis) utilizadas na análise fatorial: 32 para o objeto *rural* e 34 para *cidade*.

Tabela 2: Número de elementos utilizados nos *corpora* de dados de rural e cidade

Dimensão	RURAL		CIDADE	
	Palavras totais	Palavras > 10%	Palavras Totais	Palavras > 10%
1	20	14	21	14
2	14	12	13	12
3	10	6	11	8
Total	44	32	45	34

Os resultados referentes às dimensões identitárias são apresentados em três subseções: (1) composição do campo identitário, (2) análise fatorial: dimensões identitárias e suas tematizações, e (3) sistema dimensional DE-DV-DA em articulação.

Antes de apresentar o campo semântico de cada dimensão relativa ao *ser rural* e *ser cidadão* e as análises derivadas do referido conteúdo, algumas considerações preliminares no que se refere ao enquadramento analítico dos resultados obtidos são convenientes: (a) a presente pesquisa não consiste em um estudo exclusivo sobre valores, afetos ou estereótipos. O arranjo cognitivo-afetivo-valorativo foi investigado para que fosse possível identificar a base para os julgamentos feitos pelos participantes implicados na pertença social analisada. O referido conteúdo é, portanto, analisado em função dos constructos próprios da TIS, não tendo sido associada à análise dos resultados qualquer outra teoria complementar; (b) no que tange aos valores, estes foram investigados sem a utilização de escalas ou instrumentos semelhantes, podendo se considerar que foram evocados espontaneamente pelos participantes da pesquisa. Em decorrência disso, não há possibilidade de comparar ponto a ponto os resultados do estudo com aqueles produzidos especificamente para investigar classes de valores e a fidedignidade de escalas de mensuração.

1). Composição do campo identitário

Os elementos adotados como constitutivos dos *corpora* de dados para a análise das dimensões identitárias, após redução do material original obtido (conforme explicitado na Tabela 2), são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Composição do campo identitário – elementos por dimensão

DIMENSÕES	RURAL	CIDADE
DE - ESTEREÓTIPOS	Amigos	Ambiente desconhecido
	Autossustentável	Ameaça
	Comunidade	Compra tudo
	Convivência	Diferente do rural
	Família	Não gosto
	Lavouras	Perigosa
	Lazer	Pessoas ruins
	Liberdade	Pobreza
	Meu lugar	Preconceito com o rural
	Natureza	Prisão
	Organizações	Sem amizade
	Solidariedade	Sem natureza/destruição
	Trabalho	Serviços/recursos
	Tranquilidade	Tumulto
DV – VALORES	Comunalidade	Ausência de convivência
	Convivência	Ausência de justiça social
	Diversão	Baixa qualidade de vida
	Igualdade	Capitalista
	Liberdade	Concentração injusta de recursos para o rural
	Preservação ambiental	Concentração negativa de recursos para o urbano
	Qualidade de vida	Individualismo
	Religiosidade	Modo de vida oposto ao rural
	Solidariedade	Modo de vida que favorece a violência
	Sustentabilidade	Relações de trabalho produtivistas
	Tradição rural	Status/demonstração de riqueza
	Tranquilidade	Subordinação do espaço ao modo de produção
DA – AFETOS	Alegre/feliz	Incomodado
	Bem-estar	Injustiçado
	Gosto	Mal-estar
	Livre	Medo
	Seguro	Não gosto
	Tranquilo	Preocupado/confuso
		Preso
		Triste

Comparando os resultados apresentados na Dimensão DE (Estereótipos) com os elementos característicos da endo e hetero-descrição (Tabela 1), pode-se identificar proximidade semântica entre o conteúdo dos dois conjuntos de dados. Para o rural, verifica-se os seguintes elementos em comum: *amigos, autossustentável/lavouras, comunidade (unidos), convivência, família, lazer (divertidos), meu lugar (somos rurais), solidariedade, trabalho e tranquilidade*. Para a cidade, por sua vez, são compartilhados entre DE e “*Eles são*” (Tabela 1): *compra tudo (gananciosos, luxentos e vaidosos), diferente do rural, pessoas ruins, pobreza, preconceito com o rural, prisão, sem amizade e tumulto (apressados)*. A conexão entre DE e *Nós somos, eles são* demonstra empiricamente a utilização da estrutura prototípica como aquela empregada pelos indivíduos para circunscrever sua autoimagem social, função que, entre as três dimensões identitárias, estaria mais diretamente ligada aos estereótipos, embora também esteja nela implicado o arranjo afetivo-valorativo (Pereira, 2002).

Espelham-se ainda em DE, alguns elementos conectados semanticamente às demais dimensões (Tabela 3), o que sugere o imbricamento entre os componentes que concorrem para a elaboração da identidade rural para o grupo abordado.

No campo identitário atribuído ao rural estão projetados: em DE-DV: *autossustentável-sustentabilidade, comunidade-comunalidade, convivência-convivência, preservação ambiental-natureza e solidariedade-solidariedade*; e em DE-DV-DA: *liberdade-liberdade-livre e tranquilidade-tranquilidade-tranquilo*. A manifestação de um determinado significado nos diversos campos de constituição da dimensão identitária pode indicar a importância daquele elemento para a elaboração da imagem endogrupal.

Reforça-se, assim, a ideia de um modo de vida rural como autônomo e integrado no que se refere à relação indivíduo-ambiente (natural e social), um lugar de harmonia.

A imagem que foi reforçada em relação ao modo de vida citadino contrasta claramente com a composição dessa representação paradisíaca do rural. Em DE-DV: *pobreza-baixa qualidade de vida/concentração negativa dos recursos para o urbano, diferente do rural-modo de vida oposto ao rural, sem natureza-destruição/subordinação do espaço ao modo de produção, e compra tudo-status/demonstração de riqueza*; em DE-DV-DA: *perigosa-modo de vida que favorece a violência-medo*; e em DA: *não gosto*. Analisando os elementos que foram reforçados, no plano constitutivo dessa imagem, ressalta-se a oposição entre as bases que sustentam os significados dos dois campos, fortalecendo a interpretação de existência de um conflito intergrupar, elementar à emergência dos componentes simbolicamente significativos à composição da identidade social do grupo.

2). Análise fatorial: dimensões identitárias e suas tematizações

O resultado da análise fatorial referente ao conjunto de dados do rural indicou a presença de 14 fatores estatisticamente significativos, explicando 65,1% da variabilidade, e a análise fatorial relacionada à cidade, por sua vez, sugeriu a presença de 15 fatores significativos, explicando 65,8% da variabilidade (Tabelas 4 e 5).

A análise dos elementos presentes nas três dimensões de cada fator, para os dois objetos, favoreceu a elaboração de um sistema comparativo no qual se organizam os significados constituintes da identidade social *rural* segundo a comparação social

estabelecida (Tajfel, 1982, 1983). Para a comparação entre os fatores de cada objeto, utilizou-se critério semântico, o que possibilitou a identificação de antinomias como processo que mobiliza o conteúdo expresso pelo grupo (Marková, 2006). Resultantes da referida comparação, a aproximação entre os significados vinculados às categorias de cada objeto, com seus respectivos fatores, permitiu a identificação de quatro eixos temáticos: (1) *autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista* e (2) *desigualdade vs. igualdade* (apresentados na Tabela 4), (3) *familiaridade vs. não familiaridade* e (4) *vida triste vs. vida feliz* (dispostos na Tabela 5).

Na parte central das Tabelas 4 e 5 (Fatores extraídos e polaridade do campo) são apresentados os fatores provenientes da análise fatorial do *corpus* de informações referentes a cada objeto. Os elementos que constituem os fatores/categorias estão distribuídos de acordo com a dimensão a que pertencem (DE, DV e DA), estando acompanhados de seus respectivos valores referentes às cargas fatoriais. À esquerda constam os resultados relativos ao rural e à direita os relacionados à cidade.

A tematização dos significados que constituem o campo identitário ou a redução dos significados a categorias mais amplas que amparem o processo de simbolização em torno dos objetos abordados, possibilitou a identificação dos seguintes temas: modo de produção (Eixo 1), justiça social (Eixo 2) e domínio grupal (Eixos 3 e 4).

Tabela 4: Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial – comparação entre fatores dos objetos rural e cidade (Eixos temáticos 1 e 2)

RURAL							CIDADE			
EIXO	DIMENSÕES			FATORES EXTRAÍDOS E POLARIDADE DO CAMPO			DIMENSÕES			
	DE	DV	DA	FATORES	POLARIDADE	FATORES	DE	DV	DA	
1). Eixo autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista	Alegre/feliz (0.47)	Preservação ambiental (0.70)	Natureza (0.70)	Preservação da natureza (F2)	(+)	(-)	Destruição da natureza (F3)	Sem natureza/destruição (0.79)	Baixa qualidade de vida (0.73)	
		Qualidade de vida (0.80)		Vida saudável (F11)	(+)					
		Sustentabilidade (0.76)	Autossustentável (0.69)	Consumo autossustentável (F3)	(+)	(-)	Consumismo (F5)	Compra tudo (0.76)	Capitalista (0.63)	
			Trabalho (0.35)			(-)	Trabalho subordinado (F14)		Subordinação do espaço ao modo de produção (0.73) Relações de trabalho produtivistas (-0.48)	
2). Eixo desigualdade vs. igualdade	Bem-estar (0.29)	Solidariedade (0.38)	Solidariedade (0.74)	Igualdade (F1)	(+)	(-)	Desigualdade (F2)	Pobreza (0.79)	Ausência de justiça social (0.53)	
		Igualdade (0.78)				(-)	Poder interno desigual (F7)		Concentração negativa de recursos para o urbano (0.75)	
						(-)	Injustiça com o rural (F15)	Não gosto (0.62)	Concentração injusta de recursos para o rural (-0.43)	
		Comunalidade (0.79)	Comunidade (0.56) Organizações (0.52)	Comunidade (F4)	(+)	(-)	Individualismo (F10)	Pessoas ruins (0.81)	Individualismo (0.42)	

Nota: Entre parênteses os valores das cargas fatoriais de cada elemento de acordo com o fator correspondente.

O tema *modo de produção* (Tabela 4) apoia-se no eixo “autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista”. A segurança do domínio sobre a geração dos recursos essenciais à vida através da atividade agrícola e os recursos naturais disponíveis oferecem qualidade de vida aos moradores da comunidade, os quais associam o sentimento de alegria e felicidade a esse rural sustentável. A face oposta, constituída pela imagem de um território sem natureza e de consumismo acelerado na cidade, não foi associada à dimensão afetiva. Destaca-se neste conjunto de dados a presença dos valores opondo a sustentabilidade rural à ideia do urbano capitalista.

O tema da *justiça social* (Eixo 2), ainda na Tabela 4, focaliza as assimetrias sociais na cidade em contraste com a solidariedade e a comunalidade no campo, as quais permitem a equalização dos recursos internos de maneira melhor distribuída e mais igualitária, segundo a perspectiva dos participantes. A ideia de desigualdade na cidade, constituída a partir da imagem da pobreza e da associação dos cidadãos a pessoas ruins, mobiliza as três dimensões identitárias sustentada por valores como individualismo e falta de justiça social, o que provoca tristeza, afastamento (não gosto) e sentimento de preocupação/confusão nos membros do grupo, enquanto na dimensão afetiva do rural apresenta-se o bem-estar associado à condição de igualdade.

O *Domínio grupal* (Eixos 3 e 4 – Tabela 5) aborda aspectos da organização e modo de funcionamento dos contextos urbano e rural, aproximando o campo identitário da lógica endo e exogrupal. Este campo de significação é constituído pelos Eixos *Familiaridade vs. não familiaridade* e *vida feliz vs. vida triste*.

Tabela 5: Distribuição dos elementos por dimensão identitária a partir da análise fatorial – comparação entre fatores dos objetos rural e cidade (Eixos temáticos 3 e 4)

EIXO	RURAL			CIDADE					
	DIMENSÕES			FATORES EXTRAÍDOS E POLARIDADE DO CAMPO					
	DE	DV	DA	FATORES	POLARIDADE	FATORES	DE	DV	DA
3). Eixo familiaridade vs. não familiaridade	Seguro (0.56)	Convivência (0.74)		Segurança (F14)	(+) (-)	Insegurança (F1)	Ameaça (0.73)	Modo de vida que favorece a violência (0.75)	
	Gosto (0.74)		Liberdade (0.51)	Liberdade (F13)	(+) (-)	Ausência de liberdade (F4)	Prisão (0.69)		Preso (0.60)
	Tranquilo (0.74)			Tranquilo (F6)	(+) (-)	Medo (F6)	Perigosa (0.48)		Mal-estar (0.73) Medo (0.60)
		Tranquilidade (0.79)	Tranquilidade (0.82)	Tranquilidade (F5)	(+) (-)	Tumulto (F11)	Tumulto (0.80)	Ausência de convivência (0.70)	
4). Eixo vida triste vs. vida feliz			Amigos (-0.67) Família (-0.74)	Relações familiares e de amizade (F7)	(+) (-)	Vida triste (F8)	Sem amizade (0.45)	Modo de vida oposto ao rural (0.76)	Incomodado (0.63)
	Livre (0.42)	Diversão (0.69)	Lazer (0.57)	Vida feliz (F8)	(+)				
		Liberdade (-0.45)	Meu lugar (-0.82)	Meu lugar (F10)	(+) (-)	Lugar do outro (F9)	Diferente do rural (0.41) Preconceito com o rural (0.53)	Status/demonstração de riqueza (0.82)	
		Tradição rural (0.78)	Convivência (0.34) Lavouras (-0.36)	Ambiente familiar (F9)	(+) (-)	Ambiente não familiar (F12)	Ambiente desconhecido (0.47)		

Nota: Entre parênteses os valores das cargas fatoriais de cada elemento de acordo com o fator correspondente.

O Eixo 3 é composto pelas oposições *segurança vs. insegurança, liberdade vs. ausência de liberdade, tranquilo vs. medo e tranquilidade vs. tumulto*, os quais denotam a elaboração de um rural familiar em oposição ao urbano desconhecido, não familiar. Surge, assim, nessa imagem que concorre à elaboração da identidade social do grupo, o estabelecimento de um sistema de significados que referencia o dentro e o fora, o que faz parte e o que não faz parte, quem somos e quem não somos, processo que se vincula ao conteúdo expresso no eixo seguinte, como nos fatores *Meu lugar vs. Lugar do outro* (Eixo 4).

Complementar ao Eixo 3, o Eixo “Vida feliz vs. vida triste” (Eixo 4) reflete o modo de vida rural a partir dos laços sociais (familiares e de amizade), um espaço de domínio dos indivíduos, onde se tem liberdade para ir e vir, tempo para a realização das atividades e convivência com todos os moradores do território. A cidade ganha novamente a conotação oposta, neste caso, de um ambiente desconhecido, diferente do rural e que o discrimina, um lugar sem amizade e onde a vida é triste. Surge em relação a essa imagem da cidade o sentimento de incômodo. A função desse conjunto de significados é, sobretudo, de reforçar a imagem de que na comunidade rural se vive melhor, em um espaço previsível, seguro e tranquilo para se viver e criar os filhos. Através destes significados é tecida uma ideia de coletivo que dá sentido à vida dos membros da comunidade e que sustenta essa imagem de uma vida feliz.

O Fator 12 do objeto rural, *Religiosidade* (DV: religiosidade – carga fatorial: 0.83), e o Fator 13 do objeto cidade, *Serviços/recursos* (DA: serviços/recursos – carga fatorial: 0.71 e DE: Injustiçado – carga fatorial: 0.73), não apresentaram categorias de oposição e, em função disso, não foram projetados nas Tabelas 4 ou 5.

Essa condição exclusiva pode indicar não sua presença marginal na composição do campo identitário, mas sua participação fundamentalmente nuclear.

É importante recordar, neste ponto, que a organização grupal estudada consiste em uma Comunidade Eclesial de Base (abordagem específica do catolicismo). Neste sentido, entre os valores que contribuem para a elaboração da identidade rural, a *religiosidade* teria uma função não propriamente religiosa, como na proposta de classificação dos valores fornecida por Pereira, Camino e Costa (2005), mas, sim, pós-materialista (ainda segundo os autores), posto que integram as dimensões ética, política, social e religiosa no modo de vida comunitário (Souza, 2004), constituindo a estrutura-base na qual se apoiam os membros do grupo.

No que tange aos recursos/serviços, estes definem a própria relação campo-cidade tal como vivida pelo grupo abordado (ver seção: *Contextualização do campo identitário*). Consistem em elementos que são vistos como necessários ao modo de vida rural, uma vez que se referem a hospital, banco, cartório, lojas e farmácias, utilizados cotidianamente pelos integrantes do grupo rural, mas que estão concentrados no território urbano, o que equivale considerar a cidade como um contexto injusto.

3). Sistema dimensional DE-DV-DA em articulação

No intuito de conhecer como as dimensões identitárias se articulam em função da composição de cada objeto, os fatores foram projetados de maneira conjugada no Diagrama de Venn (Figuras 1 e 2), tendo como base as informações disponíveis nas Tabelas 4 e 5. Na Figura 1 são apresentados os fatores, conjugados

em função das dimensões identitárias, relativos à *cidade* e na Figura 2 os referentes ao *rural*.

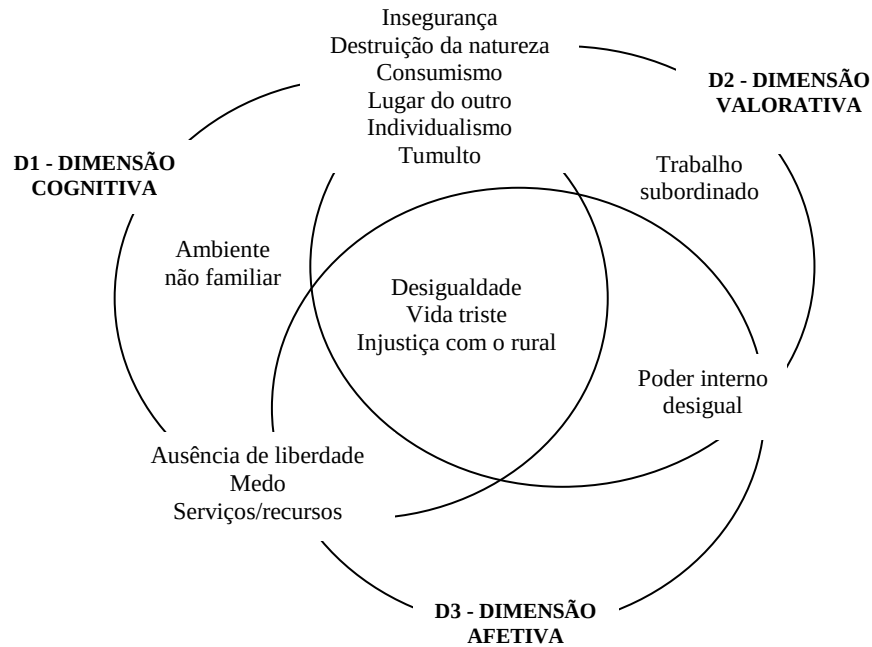


Figura 1: Sistema dimensional DE-DV-DA relativo à cidade (Fatores = 15)

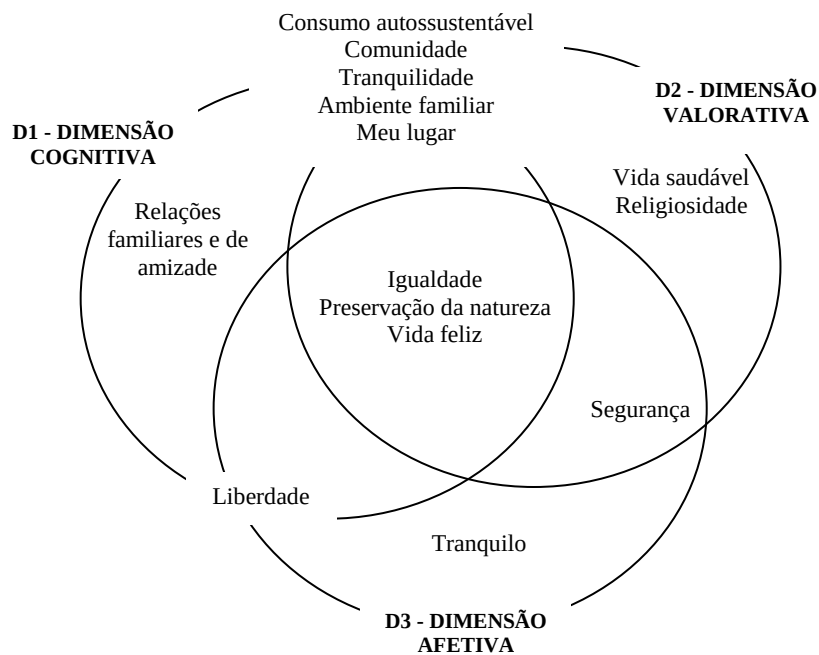


Figura 2: Sistema dimensional DE-DV-DA relativo ao rural (Fatores = 14)

Os fatores que são compostos por elementos das três dimensões ocupam a centralidade das Figuras (como *desigualdade* vs. *igualdade*), os que possuem duas dimensões ocupam espaços de dupla intersecção (DE-DV, DV-DA ou DA-DE) e os que são constituídos apenas por uma modalidade de dimensão foram projetados nas áreas específicas de cada círculo. Considerando a inexistência de parâmetros interpretativos consolidados, optou-se pela seguinte interpretação: os fatores que estão sustentados pelas três dimensões, possivelmente, contribuem mais fortemente para a definição do objeto. Entende-se, portanto, que os fatores que estão sustentados nas três dimensões compõem um eixo central, estruturador da identidade endo e exogrupal atribuída. É importante esclarecer, todavia, que essa premissa não significa desconsiderar a contribuição dos demais fatores, mas visa identificar no discurso grupal o que seria basilar à sustentação de sua identidade social.

Comparando o sistema central das duas figuras é interessante destacar a existência de um conteúdo oposicional, como pode ser conferido nas antíteses *igualdade* vs. *desigualdade* e *vida feliz* vs. *vida triste*. Aliados à *preservação da natureza* (rural) e *injustiça com o rural* (cidade), sugerimos que estes seriam os significados mais fortes ou representativos da identidade endo e exo atribuída, sustentados pelas três dimensões identitárias.

No que se refere às dimensões afetiva, avaliativa e cognitiva, é importante conhecer as modalidades da natureza do conteúdo que tais dimensões abordam, posto que envolvem diferentes relações entre o indivíduo e o objeto de significação. As dimensões DE e DV aproximam-se de um esquema representacional: Nós somos A e nossos valores são A' (representação endogrupal) e eles são B e os valores deles são B' (representação exogrupal). É construída, assim, uma imagem para os objetos (A –

B) revestida de uma dimensão que justifica e reforça a teoria elaborada pelos indivíduos ($A' - B'$). Na dimensão afetiva, contudo, o objeto é apropriado pelo indivíduo de maneira diversa: em relação ao sistema B-B' (cidade), a questão não consiste em saber *como ele imagina que os indivíduos urbanos se sentem em relação ao seu próprio grupo*, mas como ele (o participante) se sente em relação ao sistema A-A' e ao B-B'. Essa diferença marca a existência de um conteúdo que enraíza os estereótipos e os valores endogrúpicos e que ratifica a imagem exogrupal, claramente oposta à identidade que o grupo rural elaborou para si: uma vida feliz aos rurais e sua face contrária (mas complementar), a vida triste, esta destinada àqueles que não compartilham do modo de vida rural.

De acordo com Tajfel (1982b), uma importante questão a ser considerada acerca dos estereótipos que medeiam a diferenciação social e que favorecem o estabelecimento e manutenção da distintividade positiva, é que a identidade em suas dimensões cognitiva e avaliativa “fornece uma base para a compreensão da estrutura e direção da polarização em estereótipos e atitudes intergrupais” (p. 22). Como foi evidenciado ao longo dos resultados apresentados, existe uma polarização consolidada entre os significados atribuídos aos dois grupos, que, especialmente associada ao conteúdo referente à DV, assume claramente a função justificadora. Para Tajfel (1983), a fim de sustentar a imagem social positiva do endogrupo, são produzidas ideologias que *justifiquem* o lugar de superioridade do grupo (especialmente no caso dos grupos dominantes) e são ressignificados os elementos negativamente valorados associados ao endogrupo (processo identificado mais frequentemente nos grupos dominados/minoritários, como é o caso do rural).

A ideia de uma vida feliz no campo e de uma vida triste na cidade congrega e consolida, portanto, as estratégias dos indivíduos para a constituição da imagem social positiva de seu grupo, historicamente considerado como atrasado e sem cultura, sendo seus membros associados às clássicas caricaturas do jeca tatu, do caipira bobo e desprovido de conhecimento (Campos, 2007; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003; Vasconcellos, 2009). Em função desse conjunto de elementos subjacente à dinâmica intergrupar ruralidade-urbanidade, pode-se dizer que a eficácia da resignificação dos elementos por parte do grupo foi bem sucedida. Os indivíduos oferecem ao grupo rural uma imagem positiva (DE) e, em contrapartida, o grupo lhe oferece estabilidade emocional (DA) (bem-estar, segurança, tranquilidade, liberdade e felicidade), condição fundamental à própria existência humana (Pereira, 2002).

Na seção a seguir, é apresentada uma breve análise das narrativas dos participantes vinculadas à dimensão valorativa (DV). A referida seção visa fornecer alguns elementos que contribuem para a contextualização dos resultados até então apresentados, permitindo visualizar, no campo da relação entre os grupos, a manifestação do conflito que sustenta as identidades endogrupais e as atribuídas ao exogrupo, conforme anteriormente explicitado.

Contextualização do campo identitário

Das 400 UCI's (Unidades de Contexto Iniciais) processadas pelo programa ALCESTE-4.9 (cada unidade explicativa fornecida pelo participante, referente aos objetos abordados, é considerada uma UCI), houve um aproveitamento de 80.34% do *corpus* de dados original, tendo sido geradas 654 UCE's (Unidade de Contexto Elementar – fragmentação do *corpus* de dados segundo critérios de pontuação e

tamanho do banco de informações) (Camargo, 2005; Oliveira, Gomes & Marques, 2005). A Classificação Hierárquica Descendente (disposição das classes sugeridas pelo programa em forma de árvore – dendrograma), referente às justificativas dos respondentes acerca dos elementos associados aos objetos *rural* e *cidade*, foi sistematizada em 3 classes, “Eles e a cidade deles” (Classe 1) e “Nós e a cidade” (Classe 2) compondo o Eixo 1 “A cidade e suas faces”, e “Nós e o nosso rural” (Classe 3) a qual compõe o Eixo “O rural comunitário”. Para representar os significados presentes em cada classe foram selecionadas as palavras com qui-quadrado a partir do valor 8.0, conforme Figura 3.

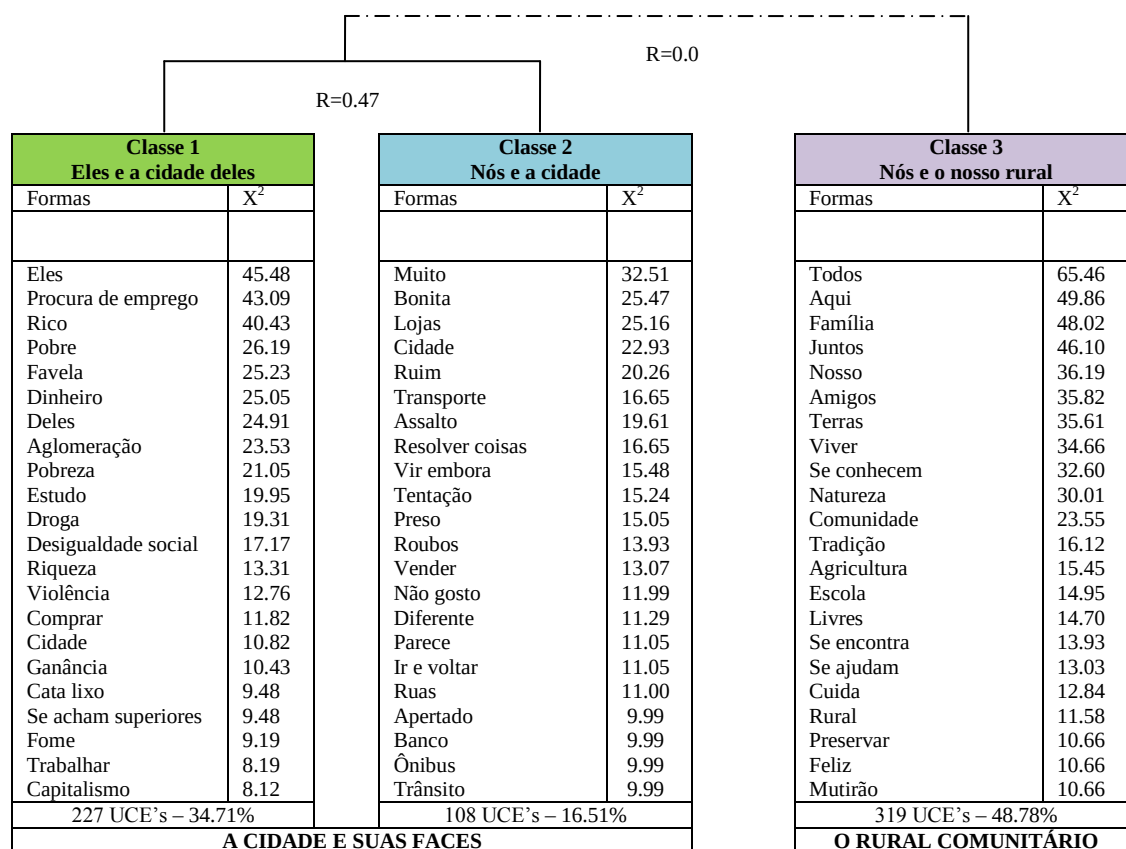


Figura 3: Classificação Hierárquica Descendente – Dendrograma das classes estáveis

Utilizando como referência as palavras e as UCE's características de cada conjunto semântico, a interpretação das classes como *representação*, conforme sugerido por Lima (2008), revela-se apropriada à reflexão dos processos que mobilizam o imaginário e a relação entre os grupos sociais. Adotando esta perspectiva, entende-se que as classes constituem um sistema integrado através do qual é possível reconhecer o “lugar comum” de um grupo ou comunidade, ou, em outras palavras, sua pertença e a trama sociocultural que a produz e a sustenta (Lima, 2008).

Com o objetivo de contextualizar os elementos apresentados nas seções anteriores, procedemos a análise das justificativas dos participantes em função da significação de cada objeto, tal como pensado pelo grupo.

No primeiro eixo, *A cidade e suas faces*, o contexto citadino como problema para si mesmo e para o rural reflete a centralidade dos elementos apresentados. Na Classe 1, *Eles e a cidade deles*, destaca-se o tema da desigualdade social, da violência, da aglomeração e de uma vida comprometida com o modo de produção capitalista. Manifesta-se uma dupla identidade atribuída aos citadinos: a do rico, que se acha superior aos rurais e em oposição ao modo de vida rural, e o pobre, o qual recebe a compaixão dos participantes, possivelmente evocando tanto o imaginário das CEB's, que evidencia a opção preferencial pelos pobres (Souza, 2004), quanto a história de êxodo rural que deixa margem para uma identificação dos marginalizados urbanos como “os nossos que se foram”. Os fragmentos ilustram:

Tudo é uma questão social. Se falta emprego e trabalho, a pessoa vai arriscar tudo na vida. ($\chi^2=24$). Os ricos acham que os pobres não aguentam trabalhar.

O pobre pede na rua, cata lixo para poder viver e não conseguem trabalho porque é pobre. ($x^2=24$).

A cidade é uma coisa onde muita gente não tem quase nada e poucos são muito ricos. É por causa do capital, do dinheiro. ($x^2=22$). Só uns tem. É a desigualdade na vida social. Tem drogas e ladrão. As pessoas têm muito dinheiro, mas nem todos. Os que não têm e foram pensando que iam ter, vão para a favela. ($x^2=22$).

Em *Nós e a cidade* (Classe 2), a cidade é retratada a partir do convívio dos membros da comunidade rural, possivelmente com a cidade de contato mais imediato, dado que possibilita uma comparação mais consistente entre os dois contextos por parte dos participantes. Fica evidente a reprovação da maneira como a cidade está organizada e também se manifesta o desconforto em ter que “passar por ela”, conforme UCE’s a seguir:

É muito frogodó, zuada, coisa essa. Lá é muita gente junta. Lá o trem é bagunçado, faz calor, é perigoso e tem coisa ruim. Nem gosto de ir lá. Tem muitas pessoas na cidade e isso gera muito movimento. Nem sei falar muito de cidade, porque não fico na cidade. ($x^2=30$).

Eles falam diferente e nem sei por que, não é igual. Lá não conhece ninguém, ninguém para se conhecer. Não tem nada na cidade, não tem para onde ir. A gente não está acostumado com a cidade. ($x^2=19$).

A Classe 3, *Nós e o nosso rural* (Eixo 2 O rural comunitário), reúne elementos que descrevem a vida na comunidade, como uma imagem síntese do que é a vida neste rural comunitário. Os participantes ressaltam significados que reforçam

a ideia de coletivo, de uma vida completa e feliz. Os trechos a seguir ajudam a entender essa imagem construída pelos participantes:

E bem tranquilo. O povo aqui participa. Todos aprendem a viver na relação, a viver bem com todos e se dedicar. Bom se ajudar. Igreja, famílias e convivência. Um vizinho canta... e tem a terra. A gente tem carinho, cuida. A gente trata bem, tem alegria em ter tudo aqui. A vida grita aqui, a gente se sente vivo. ($\chi^2=17$).

Você vê todo dia... é assim, todos se ajuda. Fazer as coisas na hora que quer. Você planta e colhe, reparte com o vizinho. Cuida da terra. Porque se tá tudo bem, tudo em ordem aqui, você tá feliz. Você pode ser quem você é. Sempre encontra a pessoa que você fala a mesma língua. Somos humanos. Porque as pessoas estão felizes pela forma de viver aqui e pelo que ela faz. ($\chi^2=15$).

As três classes juntas possibilitam montar um quebra-cabeça que comporta desde os elementos evidenciados nas dimensões identitárias, em um nível mais tópico dos significados que enraízam e sustentam a identidade rural, até os traços conflitivos que demarcam a relação intergrupar, orientados pelas categorias sociais às quais estão vinculados. É através da escassez de recursos e da falta de uma política pró-vida no campo eficaz que a imagem da Classe 3 (harmônica e completa) é constantemente ameaçada, condição que gera conflito e reforça uma resposta defensiva por parte do grupo rural, como a esquiva e a atribuição de elementos negativos à cidade (Classes 1 e 2), processo que se apresenta em consonância com os pressupostos da TIS (Tajfel, 1982a, 1982b, 1983).

Considerações finais

A principal contribuição do presente estudo consistiu em fornecer um quadro empírico referente às dimensões identitárias, perspectiva pouco explorada entre os pesquisadores que focalizam a identidade social. É importante ressaltar a necessidade de desenvolvimento de metodologias que contribuam para a apreensão e a análise do conteúdo referente às dimensões da identidade social de forma integrada, bem como o desenvolvimento da abordagem dimensional da identidade social, favorecendo a ampliação do corpo de conhecimentos que se tem produzido neste campo teórico.

A partir do aporte teórico-conceitual da TIS, procurou-se identificar os elementos que constituem as dimensões identitárias no contexto de comparação social campo-cidade entre membros de uma comunidade rural, caracterizada pelo modo de produção agrícola essencialmente fundamentada na agricultura familiar, na organização sócio-religiosa de acordo com modelo das CEB's e na estrutura social comunitária e familiar (Bonomo & Souza, 2010).

Os resultados evidenciaram o trabalho de elaboração dos integrantes do grupo rural a fim de compor uma imagem social positiva de seu grupo. Vale recordar que no contexto de pressão à hegemonia urbana, o modo de vida rural apresenta-se como forma de sociabilidade desfavorável à identificação social pelos indivíduos. É preciso, portanto, um esforço para se tornar este indivíduo rural tal como preconiza o grupo de inserção e ainda um segundo esforço para se manter rural no contexto das relações sociais extra-grupo. Eis a necessária troca simbólica entre grupo e indivíduo: o primeiro devendo munir o segundo de uma imagem social aceitável e o segundo representando seu grupo de forma positiva e atribuindo significados

negativamente valorados aos demais grupos sociais. Os saldos dessa relação consistem, fundamentalmente, em segurança, estabilidade social e psicológica, em um lugar no mundo, na estrutura social em que vivemos.

Cabe ressaltar, a partir dos resultados apresentados, a insuficiência de análise dos processos identitários apenas a partir dos componentes cognitivos, posto que, como foi possível verificar, concorrem de forma integrada a estes também as dimensões afetiva e valorativa. A análise dos processos identitários ganha maior força, portanto, quando considerada a partir da integração entre os componentes cognitivo, afetivo e valorativo bem como a partir do contexto sociocultural do fenômeno, pois a identidade é, sobretudo, um processo de resistência provocado na relação entre grupos sociais; é uma síntese das relações do indivíduo com o mundo, constituídas na interface com o coletivo mediado pelo grupo social de pertencimento.

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. (1997). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (2003). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In J. C. Abric, *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Albuquerque, F. J. B. (1998). Un espacio para la psicologia rural. In *II congreso Iberoamericano de Psicologia*. Madri, Espanha.

- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(01), 37-42.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social – perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Arcuri, L., & Cadinu, M. R. (1998). *Gli stereotipi*. Bologna: Il Mulino.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: Puf Fondamental.
- Bigazzi, S. (2009). *Gypsy representation – Gypsy identity*. European Ph.D. on Social Representations and Communication, University of Rome Sapienza, Rome/Italy.
- Bonomo, M. & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, n. 107. Recuperado em 30 de novembro de 2009 de <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/multiculturalismo.pdf>.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.),

- Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 183-214). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.
- Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (1997). Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste*, (Braga), 10(1), 411-426.
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. Em A. S. P. Moreira (Ed.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-540). João Pessoa: UFPB.
- Campos, J. T. (2007). Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. *Educ. Soc.*, (Campinas), 28(99), 589-606.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- De Rosa, A. S. (2003). Le “réseau d’associations” – une technique pour détecter la structure, les contenus, les indices de polarité, de neutralité et de stéréotypie du champ sémantique liés aux representations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d’étude des représentations sociales* (pp. 81-117). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Deschamps, J-C, & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Doise, W. (1982). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.

- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R.M. Farr & S. Moscovici (Eds.). *Social representations*. Londres: Cambridge University Press.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Deschamps, J., & Mugny G. (1980). *Psicologia social experimental*. Lisboa: Moraes Editores.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- Gonçalves, E. M. (2005). O Folclore na mídia de massa: Globo rural e aspectos folclóricos do homem do campo. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 3, 1-18.
- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S. & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups. *Small Group Research*, 35(3), 246-276.
- Lima, L. C. (2008). Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, 33, 83-97.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais – as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Monteiro, M. B., Lima, M. L., & Vala, J. (1991). Identidade social: um conceito chave ou uma panacéia universal?. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 9, 107-120.
- Nóvoa, J., & Fressato, S. (2007). Um caipira ingênuo e malicioso debocha da modernidade: representações no cinema de Mazzaropi. *Politeia: Hist. e Soc.*, 7(1), 187-203.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. S. Menin & A. M. Shemizu (Orgs.), *Experiência e representação social – questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-200). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, L. L. (2003). Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, 59, 232-257.
- Pereira, C., Camino, L. & Costa, J. B. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 16-25.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E.P.U.
- Pinto, R. M., Nascimento, K. F., & Camino, L. (2003). Identidade social e crenças coletivas nas lutas camponesas. Estudo de caso em Massaranduba, Paraíba. *Raízes* (São Caetano do Sul), 22(2).
- Pinto, R. M., Nascimento, K. F., & Camino, L. (2003). Identidade social e crenças coletivas nas lutas camponesas. Estudo de caso em Massaranduba, Paraíba. *Raízes* (São Caetano do Sul), 22(2).

- Reinert, M. (1990). Alceste, une methodologie d'analyse des donnees textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, Paris, 26, 24-54.
- Rubini, M. (2003). Henry Tajfel: dai processi di categorizzazione al pregiudizio sociale. In A. Palmonari & N. Cavazza (Orgs.), *Ricerche e protagonisti della psicologia sociale* (pp. 187-214). Bologna: Il Mulino.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.
- Souza, L. A. G. (2004). As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, 18(52), 77-95.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, p. 96-102.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (p. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Soc. Sci. Inf.* p. 65-93.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of inter-group relations. *Annual Review of Psychology*, p. 01-39.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Fraser, C. (1979). *Introduzione alla psicologia sociale*. Bologna: Il Mulino.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology*, 149-177.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32 (140), 7-29.
- Vala, J., Lima, M. L., & Monteiro, M. B. (1987). Conflitos intergrupais em contexto organizacional: problemas de investigação e de intervenção — estudo de um caso. *Análise Social*, 23(99), 801-814.
- Vasconcellos, D. V. (2009). *O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social*. Dissertação de Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Zavalloni, M. (1972). Social identity: perspectives and prospects. *Social science information*, 12(3), 65-91.

V - CONCLUSÕES

Iniciamos o presente estudo com a proposta de analisar o fenômeno da identidade social no contexto da cultura comunitária rural, tarefa que se mostrou apropriada à vinculação do campo empírico investigado ao eixo teórico-conceitual que visa articular identidade social e representações sociais.

Em função da complexidade inerente ao fenômeno *identidade* e da abordagem de um objeto que ainda não se consolidou na esfera da Psicologia, o rural, não partimos de hipóteses específicas, mas procuramos conduzir o estudo apoiados pela perspectiva exploratória de conhecer os processos psicossociais que concorreriam para a elaboração de uma identidade rural entre membros de uma comunidade tradicional. Cabe ressaltar que lidamos com uma categoria social que tem sido historicamente lançada à margem das sociabilidades valorizadas na atualidade e que, no imaginário social, equivale justamente à face antagônica e negada da modernidade e de sua personificação, o *ser urbano*, fato que favoreceu a interpretação dos processos e conteúdos a partir do aporte teórico-conceitual escolhido. Assim, a cidade e o rural assumem, no contexto de constituição das categorias sociais, uma relação de conflito, afirmação e negação de modos de existência, cujo impacto é sentido, sobretudo, nos grupos sociais minoritários que procuram, através de diferentes recursos simbólicos e objetivos, resgatar sua condição social de atores sociais, bem como sua dignidade. O fenômeno *identidade* revela, portanto, as relações de poder que tecem a nossa própria organização social (Sawaia, 2001).

Considerando que nosso objeto de estudo se constitui neste complexo campo de forças, elaboramos o quadro de investigação tendo como norte os processos de

identidade social. Conforme os estudos apresentados, a seguinte estrutura foi seguida:

(a) Representações sociais de *comunidade* - conhecer se os moradores do território escolhido se reconheciam como grupo social de pertencimento, ponto de partida elementar para o desenvolvimento de estudos na esfera da identidade e representações sociais;

(b) Representações hegemônicas e polêmicas – investigar o posicionamento do grupo rural frente à estrutura social hegemonicamente urbana;

(c) Representações sociais de *rural* e *cidade* – identificar os elementos que constituem o campo de representação referente aos objetos analisados (abordagem estrutural), conhecer a elaboração das imagens associadas aos objetos de representação (processo de objetivação) e os princípios que organizam as tomadas de posição dos integrantes do grupo frente às representações investigadas (processo de ancoragem);

(d) Representações sociais de *pessoas do rural* e de *pessoas da cidade* – conhecer a relação entre a elaboração do campo representacional e o processo de identificação social;

(e) Dimensões identitárias – identificar os elementos que compõem as dimensões identitárias (estereótipos, afetos e valores), manifestados na relação intergrupar campo-cidade, a partir do pertencimento à categoria social rural.

Os resultados evidenciados através dos estudos possibilitaram a apreensão de um conjunto de processos que se articulam compondo o fenômeno da identidade no contexto do grupo rural investigado, tal como foi possível conhecê-lo. A seguir,

procuramos fornecer uma síntese dos principais processos/conteúdos identificados segundo o arranjo representações - identidade.

Das representações de rural e cidade à identidade social: em busca de uma imagem social positiva

A representação dá vida aos objetos, permitindo que se integrem no nosso sistema de significação, circulando pelas conversações cotidianas, provocando discursos e práticas, tecendo as nossas relações sociais. Quando um determinado objeto social equivale ao próprio modo de vida dos grupos, todavia, os significados que o revestem e o constituem, o tornam ainda mais saliente, rico e complexo, o transformam no ícone do trabalho coletivo a ser empreendido em favor da preservação da imagem endogrupal.

A primeira imagem que possuímos do grupo rural investigado denota a composição da representação endogrupal de forma harmônica, desenhando um contexto paradisíaco e apazível aos seus membros. Foi possível observar que os principais elementos que compõem o campo representacional relativo ao objeto ‘comunidade’ foram *amizade, bom lugar, coletivo, igreja, famílias, lavouras, nosso modo de vida, solidariedade, religiosidade e união*.

A construção de um sentimento de pertencimento a esta comunidade, um sentido compartilhado de *comunalidade*, tornou possível a equivalência entre os conceitos de comunidade e grupo social, segundo a perspectiva adotada neste estudo (Speltini & Palmonari, 1999; Tajfel, 1983, 1984; Turner & Reynolds, 2001). Os significados associados ao grupo comunicam uma imagem completa, um lugar onde

se pode viver com tranquilidade e segurança, longe das ameaças que habitam o *além-fronteira*.

Com a introdução do objeto ‘cidade’, que historicamente assumiu a face oposta do rural, essa imagem endogrupal assume uma função mais defensiva. No mais das vezes, o objeto ‘cidade’ é considerado ameaçador por conter em seus projetos de desenvolvimento e expansão, marcadamente comprometidos com o mega-projeto da globalização (Burity, 2001; Souza, 2008), a urbanização dos territórios rurais. Nos aproximamos, então, de um campo de significação provocado pela comparação social entre duas categorias relevantes ao modo de vida do grupo, a saber: rural *versus* cidade.

As representações sociais de *rural* e *cidade* fornecem um campo epistêmico no qual se projetam o sujeito da representação e a representação do sujeito [o grupo rural]. Na Tabela 1, apresentamos uma síntese dos processos/conteúdo identificados na composição do campo representacional e na análise dos processos de ancoragem e objetivação.

Tabela 1: Representações sociais das categorias *rural* e *cidade*: campo de antinomias

	Representação social de rural	Representação social de cidade	Tematização
Campo representacional (Núcleo central) [A constituição semântica do objeto]	1). Agricultura/trabalho 2). Natureza 3). Tranquilidade	1). Comércio 2). Muitas casas, muitas pessoas, muitos carros, poluição e prédios 3). Tumulto e violência	1). Sustentabilidade 2). Natureza 3). Sociabilidade
Ancoragem (princípios organizadores) [avaliação do objeto]	1). Quase autossuficiente 2). Mundo natural 3). Vida feliz	1). Centro dos recursos 2). Mundo artificial 3). Vida ruim	1). Sustentabilidade 2). Natureza 3). Sociabilidade
Objetivação (Dimensão icônica) [A materialização do objeto]	1). Recursos próprios do rural (naturais/agricultura familiar) e também os que se localizam na cidade e são utilizados pelo grupo (hospital, lojas) 2). Natureza (árvores, animais, rios) 3). Ambiente familiar-comunitário	1). Comércio e indústria 2). Sem natureza e lixo/poluição 3). Tumulto, pobreza, vida corrida e estressante	1). Sustentabilidade 2). Natureza 3). Sociabilidade

Os dados projetados em conjunto favorecem a visualização de núcleos temáticos comuns que resultaram dos três estudos desenvolvidos, os quais focalizaram as representações sociais de *rural* e *cidade* a partir das abordagens consensual, não consensual e processual. A articulação dos resultados encontrados exige que ressaltemos que a tematização se repete nas três modalidades de investigação, manifestando-se através de três temas, quais sejam, sustentabilidade, natureza e sociabilidade.

Estes resultados indicam a existência de três conjuntos de significados autônomos, mas interdependentes, ou de três representações como ficou demonstrado no Estudo 5, onde foram analisados os processos de ancoragem psicológica, social e psicossocial. Nos níveis de investigação que focalizaram a constituição, a avaliação e a materialização do objeto, o tema *natureza* apresenta uma conotação mais figurativa e tal como a *sociabilidade*, no caso do grupo rural, mantém-se a expressão de uma imagem positiva, harmônica e completa. Contudo, é no conjunto de significados referidos ao tema *sustentabilidade* que reside a fragilidade do rural na comparação com a cidade. A ausência de parte dos recursos de que necessita para a sua existência, e a localização dos referidos recursos justamente em território citadino, impede os sujeitos de concluir a elaboração da imagem endogrupal de forma definitivamente sustentável, autônoma e completa. Vale ressaltar, neste ponto, a própria definição que o conceito de rural tem assumido em algumas áreas, como aquele que não é urbano ou não contém os recursos que seriam tipicamente do contexto citadino.

Ainda em relação ao tema *sustentabilidade*, se retomarmos o processo de suplementação verificado no Estudo 4, onde analisamos o processo de objetivação, o

conflito em torno da incompletude da imagem do rural fica ainda mais claro. Conforme demonstrado no referido estudo, o grupo rural realizou uma bricolagem dos significados disponíveis no campo representacional de rural e cidade, associando ao sistema icônico ‘rural’ elementos existentes no território urbano como hospital, lojas e supermercado. A cidade, por sua vez, foi valorada de maneira negativa nos três conjuntos semânticos.

A partir da identificação dos três temas comuns às modalidades de representação, somos conduzidos a uma inevitável indagação: que processos estariam sustentando as três representações evidenciadas?

Para ensaiar uma possível resposta precisamos: (a) recuperar as antinomias que constituem essas representações e (b) introduzir nesta discussão o conceito de *thêmata* como um recurso que pode auxiliar na interpretação dos processos evidenciados. É importante ressaltar, contudo, que o presente estudo não consistiu em uma investigação sobre os *thêmatas*, sendo aqui utilizado apenas como conceito complementar em função dos resultados encontrados.

De acordo com Marková (2003), um *thêma* é “uma unidade semântica de base presente no pensamento do senso comum, exprimindo uma oposição, como bem/mal, homem/mulher (...) Os *thêmatas* estão enraizados na cultura e são transmitidos pela linguagem, pela comunicação e pelo senso comum de geração em geração” (p. 234). O conceito apresentado por Moscovici (1992, 2003) e introduzido no campo conceitual da teoria das representações sociais foi utilizado originalmente pelo físico Gerard Holton (Oliveira & Junior, 2006) na tentativa de elucidar a origem do pensamento científico.

Como “oposições relacionais de base” (Marková, 2006), os *thêmatas* contribuem para a compreensão do processo de elaboração das representações sociais (Moscovici, 1992, 2003), manifestando-se por meio de antinomias, conforme verificado por Liu (2004) e Coutinho e Menandro (2009). Os *thêmatas* produzem famílias de representações sociais (Moscovici, 2003). Na acepção de Câmara Lima (2007), a partir da revisão de Marková (2000), é possível constatar

a existência de “*thêmata de base*”, implícitos na cultura e profundamente enraizados nos indivíduos e no pensamento social. Ela observa que a percepção, o pensamento, o saber, e a linguagem são de natureza oposicional; o que significa que eles são fundados a partir de *taxinomias*; como, por exemplo: “*moral / imoral*”, “*liberdade / opressão*”, “*simétrico / assimétrico*”. Uma vez que estas *taxinomias* são explicitamente formuladas no pensamento social, elas adquirem significações diferentes segundo os diferentes grupos ou classes de indivíduos. Quando ativas, elas se comportam como *thêmata*, transformando-se em objeto de desejo, de temores, de ambições e de projeção identitária, tornando-se capazes de gerar representações sociais (p. 05).

Foi o que verificou Bortolini (2009) em seu estudo sobre as representações sociais de ‘pesquisa’ entre estudantes e professores. De acordo com a autora, a “*thematização* expressa o esforço do grupo para entender o significado que está no centro da questão. Por isso ela acontece só no grupo, mas não está explícita no discurso individual. Ela expressa a tensão presente na estruturação da representação” (p. 140).

Recuperando as antinomias que sustentam as representações sociais de rural e cidade, demonstradas ao longo dos estudos, a presença de tensão, conflito e oposição entre campo-cidade mostrou-se bastante clara. A partir das antinomias encontradas sugerimos a atuação de três thêmatas de base que, ao que parece, são também estruturantes da própria organização social em que nos inserimos (Marková, 2006).

A Tabela 2 sistematiza as informações obtidas.

Tabela 2: Composição do campo thêma – representação social

Thêmas evidenciados nos resultados	Thêmatas de base	Utilização dos thêmatas	
		Hegemonia urbana	Grupo rural
Sustentabilidade	Comunismo vs. capitalismo	O homem rural não tem ambição e está fora da cadeia de produção, é atrasado e sem cultura. O homem urbano é civilizado, intelectualizado, refinado e atualizado em relação aos avanços da tecnologia.	Dominamos a natureza e conseguimos produzir da terra. O nosso trabalho é livre e não temos patrão. Vivemos em comunidade, temos mutirões e todos se ajudam. A ausência de alguns recursos no meio rural é culpa da cidade que detém o poder e nunca chega nada aqui. Na cidade, eles só pensam em dinheiro, comprar, andar na moda e não se conhecem, não convivem e não se ajudam. São individualistas.
Natureza	Natureza vs. cultura		Nós temos qualidade de vida e respeitamos a natureza. Eles vivem na artificialidade e poluem o meio ambiente. Estão destruindo a vida.
Sociabilidade	Selvagem vs. civilizado		Nós somos felizes, nos respeitamos, vivemos de maneira tranquila. Eles têm uma vida ruim, uma vida triste: violência, droga, tumulto, correria e estresse. Quem é o selvagem e quem é o civilizado?

Nota: A lógica de descrição em “Utilização dos thêmatas – grupo rural” foi baseada no conteúdo das falas dos próprios participantes.

Na perspectiva do grupo, portanto, o selvagem, não é o jeca, é o citadino; a tristeza, não é do jeca, é do citadino; o ignorante, não é o jeca, é o citadino, pois o homem rural sabe viver: respeita o meio ambiente, produz da terra seu sustento, vive em comunidade com os demais. Selvageria seria aquela das cidades, onde tem

violência, desigualdade social, ricos e pobres, ausência da natureza e de convivência entre as pessoas. A lógica grupal reclama, então, para o homem rural o *status* de homem-civilizado-capaz.

Na formulação dos estereótipos negativos associados aos rurais, podemos visualizar a dimensão política da imagem a serviço das ideologias dominantes das quais partem poderosos mecanismos que justifiquem sua posição de superioridade e a condição inferior a que o outro é lançada. O estereótipo do homem do campo como analfabeto é um bom exemplo: a pessoa rural é ridicularizada como aquela que fala errado (o Chico Bento, da história em quadrinhos, é um bom representante), mas não se estabeleceu ainda uma política educacional eficaz que permitisse à juventude rural o acesso a escolas, como é também o caso de tantos outros recursos negados. Soa uma interpretação do homem rural como desprovido naturalmente de inteligência, interpretação que resulta da ausência de uma análise realista e crítica sobre o contexto desfavorável, em termos de recursos, a que os rurais têm sido historicamente lançados. Entre os nossos entrevistados foi frequente o pedido de desculpas pela linguagem que utilizam, bem como a expressão do receio de não conseguir entender as questões, como uma entrevistada que fez uma novena e promessas a Nossa Senhora pedindo que a ajudasse na hora da entrevista. A argumentação era sempre a de que não tinham estudado e que não poderiam nos oferecer um conteúdo de qualidade.

Este processo de redução da condição humana e potencialmente capaz dos rurais pode ser entendido, em parte, pela análise de Joffe (1995): “Ainda que diferentes grupos, em uma sociedade, tenham diferentes ‘depositários’ para acusar, a ideologia dominante da sociedade tende a propagar imagens de alguns grupos

específicos como o seu ‘outro’ total” (p. 315-316). Eis a face perversa dos processos de identidade a serviço da exclusão, condição que tem sido criticamente analisada por Souza (2004): “Se acreditamos que as ações do homem no mundo dependem de categorizações e se as categorizações implicam em diferenciação (tanto positiva quanto negativa) dos objetos sociais (...) é impossível pensar em relações sociais que ocorram ao largo de processos de exclusão” (p. 64).

Tal como evidenciado nas representações das categorias *rural* e *cidade*, o conteúdo relativo às representações endo e exgrupais também denotaram a presença de antinomias, como *agricultoras/trabalhadoras* vs. *ricas/consumistas* ou ainda *simples* vs. *esnobs* (rurais vs. citadinos). Das categorias aos grupos sociais, as representações sociais de *pessoas do rural* e *pessoas da cidade* permitiram a aproximação do processo de significação ao plano das relações intergrupais (Brown, 1997, 2002; Doise, 2002b), ratificando a elaboração das dimensões identitárias fundamentalmente através de oposições relacionais (Marková, 2006). No caso das dimensões identitárias os temas encontrados consistiram também na *sustentabilidade* (modo de produção) e *sociabilidade* (domínio grupal), sendo o primeiro constituído pela categoria-antítese “autossustentabilidade vs. modo de produção capitalista” e o segundo tema formado por “familiaridade vs. não familiaridade” e “vida feliz vs. vida triste”. O tema *natureza*, encontrado nos resultados referentes às representações sociais de rural e cidade, foi incluído em *sustentabilidade* (no conjunto de dados das três dimensões identitárias), qualificando o modo de produção rural como mais próximo ao sistema da agricultura familiar (produção em pequena escala, subsistência familiar) e em oposição às metas do capital que se organizariam em função da produção em grande escala e crescente consumismo na cidade.

Um terceiro tema, identificado no arranjo das dimensões identitárias, consistiu na *justiça social*, núcleo de significados que se organizou a partir das oposições “igualdade vs. desigualdade” e que se aproxima do conflito e resistência do grupo segundo a estrutura de poder *minoritário vs. majoritário*, dado que poderia indicar a presença de mais um thêmata *Dominantes vs. dominados*, também identificado por Câmara Lima (2005) em seu trabalho sobre as representações sociais da ‘redução do tempo de trabalho’ na França. O referido tema, justiça social, define a opção preferencial pelo modo de vida comunitário, baseado em relações de solidariedade entre os membros do grupo, em oposição a uma organização social cuja hierarquia de poder interno (ricos e pobres) e a ausência de valores coletivistas, impossibilitariam a constituição de modo de vida compartilhado tal como vivido no rural.

Defendemos nesta tese a ideia de que a identidade rural, tal como apreendida pelos recursos conceituais e metodológicos utilizados neste trabalho, se constitui por meio de um processo de antinomias provocadas no contexto de comparação social campo-cidade. De fato, a interdependência da relação eu-outro/nós-eles tem sido enfatizada por diversos autores, inclusive, encontrando-se na própria base conceitual da identidade e das representações, conforme ressaltam Tajfel e Moscovici em momentos históricos distintos:

um indivíduo sente, pensa e comporta-se numa variedade infinita de situações através da vida, com base na sua identidade social, criada pelos vários grupos de que é membro, e com base na sua relação com a identidade social dos outros, enquanto indivíduos, ou *en masse* (Tajfel, 1982b, p.41);

quando pensamos na relação entre o Eu e o Outro, este não é concebido como aquele que não é como nós, que é diferente de nós. O outro é, ao mesmo tempo, o que me falta para existir e aquele que afirma de outra maneira minha existência, minha maneira de ser... E isso, não porque ele é diferente de mim, mas porque ele é meu duplo, minha imitação segundo certos modos específicos e, em última análise, destruidores (Moscovici, 2005, p.12).

Uma questão-chave que nos acompanhou ao longo do desenvolvimento deste trabalho consistiu em procurar entender *como os indivíduos no contexto da hegemonia urbana ainda se identificam com o modo de vida rural, ou, em outras palavras, como estes mantêm sua identidade social positiva?* Precisamos compreender como a significação dos elementos simbolicamente relevantes ao campo de elaboração identitária pelo grupo são constituídos em seu universo representacional, tarefa que avaliamos ter sido evidenciada através do desenvolvimento deste estudo.

Como *unidade de contrários*, articulando oposição e complementaridade (Marková, 2006), a identidade revela-se como resistência, estabilidade e transformação. No arranjo a seguir (Figura 1), apresentamos uma esquematização do processo de ressignificação e afirmação identitários, tal como verificado no conjunto de processos evidenciados através dos estudos desenvolvidos a partir de nossas análises.



Figura 1: Ressignificação identitária: um processo dialético

A tese urbana sobre o rural, motor de conflito (conforme evidenciado no estudo sobre representações hegemônicas e polêmicas), atribui ao rural a imagem $A^1_{(-)}$ [*roceiros, bobos, caipiras, pobres, burros, jeca tatu*, etc.]. O grupo rural, contudo, rejeita a tese urbana (antítese) e não se identifica com a imagem social atribuída à sua categoria. Nega, portanto, a tese urbana $A^1_{(-)}$. A estratégia defensiva (negação e afirmação) que resulta da tensão existente na relação tese/antítese provoca a seguinte resposta: afirmação da imagem endogrupal positiva $B_{(+)}$ (*Nós somos simples, trabalhadores livres, amigos, solidários*, etc.) e devolução ao urbano da imagem A que lhe foi originalmente atribuída, contudo, não exatamente a mesma imagem; o efeito de elaboração, processado pela lógica identitária em seu princípio de antinomias, forneceu uma imagem espelho, oposta e complementar a B (*Eles são metidos, empregados, não amigos, não solidários*, etc.). A identidade rural se constitui, portanto, na síntese negação/afirmação – $A^2_{(-)}/B_{(+)}$, sendo $A^2_{(-)}$ a face oposta e complementar a $B_{(+)}$, núcleo processual das antinomias projetadas das representações sociais dos objetos, bem como das dimensões identitárias em seus níveis afetivo, cognitivo e valorativo.

De acordo com a proposição tajfeliana, o conflito entre grupos é gerado e mantido em função do constante risco de identificação e não porque estes são propriamente diferentes. Na realidade, as muralhas da *diferença* são erguidas e reforçadas pela possibilidade de *igualdade* (como processo de identificação), assumida, no contexto intergrupar, sob a conotação de *ameaça*. É nesta perspectiva, de *busca pela distintividade social*, que atua a memória da comunidade como ideologia grupal na transmissão e conservação dos elementos de identidade. Este processo implica, sobretudo, o controle da transformação do modo de vida da comunidade como mecanismo que visa evitar a mobilidade social (êxodo rural) ou a própria desintegração do grupo. Todavia, entendemos que a conservação não pode ser totalmente rígida; é preciso negociar a mudança e manter certa flexibilidade, fundamentalmente, em relação às novas gerações, pois, como discutido anteriormente, a identidade porta contradições e luta de forças que estão na base de sua própria constituição.

Tendo em vista a resignificação do campo representacional/identitário (Figura 1), não é possível prever qual será a próxima dinâmica deste processo em permanente construção, pois tudo se relaciona e se transforma. É necessário considerar, portanto, as relações intra e intergrupais, bem como a estrutura social mais ampla e o momento histórico vivido. Evidencia-se, contudo, o esforço do grupo para que as novas gerações deem continuidade ao modo de vida da comunidade e preservem sua identidade social, processo que tem sua eficácia já em exercício por meio das antinomias, como constatamos nos dados concernentes à quarta geração do grupo rural.

Em relação ao processo apresentado, parece ser importante ressaltar que não foi possível desenvolver uma análise dialética aprofundada, tarefa que nos desafiará em futuras análises. O que foi possível, no enquadramento do trabalho tal como desenvolvido, foi identificar e descrever as antinomias apontando sua função na constituição da identidade social estudada, ou seja, demonstrar o processo.

Considerando o arranjo teórico-metodológico utilizado no desenvolvimento desta Tese, acreditamos ainda que foi possível demonstrar: (a) as vantagens ao se abordar o fenômeno *identidade* a partir da articulação entre a Teoria da Identidade Social e a Teoria das Representações Sociais. O estudo permitiu a verificação empírica desta possibilidade de diálogo entre as referidas teorias; (b) os ganhos ao estudar o fenômeno a partir de diferentes níveis de análise, respeitando sua complexidade, questão que nos coloca no campo de integração entre métodos diversos (abordagem multi-método). A partir do conjunto de estudos desenvolvidos, foi possível refletir sobre a investigação/interpretação do fenômeno de maneira fragmentada, limitação a qual têm estado submetidos diversos estudos, principalmente por razões metodológicas; e, finalmente, (c) a relevância de a Psicologia considerar a *ruralidade* como objeto de estudo, posto que este, sobretudo em sua dimensão identitária, apresenta-se como um fenômeno contemporâneo saliente, provocado pela tensão entre o modo de vida das comunidades tradicionais e os ‘novos’ padrões de existência que se fortalecem e se multiplicam a partir do ideal de *homem moderno, urbano e civilizado*, assumido como contraponto ao modo de vida rural.

Para finalizar, vale destacar ainda, no que se refere à abordagem da Teoria da Identidade Social, os ganhos e a importância de se investigar, sempre que possível,

os "grupos naturais", na medida em que se constituem e se encontram em um laboratório social onde podemos encontrar os conflitos da "vida real", que certamente possuem força diferente dos conflitos artificiais planejados em situação controlada. Em função dessa perspectiva de investigação, foi possível demonstrar empiricamente a interdependência *indivíduo – grupo de pertença – categoria social - relações intergrupais - estrutura social*, contribuição que se apresenta importante especialmente no que se refere à ruralidade como objeto de estudo para a Psicologia, ampliando a ainda escassa produção de conhecimento que se tem desenvolvido neste campo de investigação e auxiliando no reconhecimento do modo de vida dos grupos sociais camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (2000). *Funções e medidas da Ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Abric, J. C. (1997). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 155-171). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Abric, J. C. (2003a). De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In J. C. Abric, *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 13-19). Ramonville Saint-Agne: érès.
- Abric, J. C. (2003b). L'analyse structurale des representations sociales. In S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 375-392). França: Puf Fondamental.
- Albuquerque, F. J. B. (1998). Un espacio para la Psicología rural. In *II congreso Iberoamericano de Psicología*. Madri, Espanha.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(01), 37-42.
- Albuquerque, F. J. B., & Pimentel, C. E. (2004). Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 175-182.
- Albuquerque, F. J. B., Souza, F. M., & Martins, C. R. (2010). Validação das escalas de satisfação com a vida e afetos para idosos rurais. *Psico* (PUCRS. Impresso),

41, 86-93.

- Aleixo, A. C. V. (2004). A imagem literária de um sertão chamado Brasil. *Revista da UFG*, 7(01). Recuperado em 15 de dezembro de 2009, de www.proec.ufg.br.
- Amâncio, L. (1997). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 287-308). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Andrade, M. A. A. (1998). A identidade como representação e a representação da identidade. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Org.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 141-149). Goiânia: AB editora.
- Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 211-226.
- Beltrão, K. I., & Camarano, A. A. (2000). *Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda Metade deste século*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.
- Bengoa, J. (2003). 25 años de estudios rurales. *Sociologias*, 10, 36-98.
- Bigazzi, S. (2009). *Gypsy representation – Gypsy identity*. European Ph.D. on Social Representations and Communication, University of Rome Sapienza, Rome/Italy.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2010). Do território à cultura comunitária: representações sociais de comunidade. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 23, 1-50.

- Bortolini, M. R. (2009). A pesquisa na formação de professores: experiências e representações. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Breakwell, G.M. (1993). Integrating paradigms, methodological implications. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Eds.), *Empirical Approaches to Social Representations* (pp. 180-201). London: Clarendon Press-Oxford.
- Brown, R. (1997). *Psicologia sociale del pregiudizio*. Bologna: Il Mulino.
- Brown, R. (2000). *Psicologia sociale dei gruppi*. Bologna: Il Mulino.
- Brumer, A. (1996). Mulher e desenvolvimento rural. In C. Presvelou, F. R. Almeida, & J. A. Almeida (Org.), *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Edições da UFSM.
- Brumer, A. (2003). Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas. *Sociologias*, 10, 14-25.
- Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, n. 107. Recuperado em 30 de novembro de 2009 de <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/multiculturalismo.pdf>.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.

- Caiado, A. S. C., & Santos, S. M. M. (2003). Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. *São Paulo em Perspectiva*, 17(4), 115-124.
- Caiado, A. S. C., & Santos, S. M. M. (2004). *Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado de São Paulo*. In XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais. Disponível em: www.abep.org.br.
- Calari, R. O. (2002). *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA.
- Câmara Lima, L. (2005). *Les représentations sociales de la réduction du temps de travail : un système complexe*. Ecole des Hautes Études en sciences sociales, França.
- Câmara Lima, L. (2007). Articulação dos conceitos de «*Thêmata*» e de «*Fundos tópicos*», por uma abordagem pragmática da linguagem em psicologia social. In: na V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Brasília.
- Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio em Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In S. T. M. Lane, & W. Codo (Org.), *Psicologia social* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras.

- Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 17(48), 15-31.
- Coutinho, S. M. S., & Menandro, P. R. (2009). *A dona de tudo – um estudo intergeracional sobre representações sociais de mãe e esposa*. Vitória: GM Editora e Gráfica.
- De Rosa, A. S., & Mormino, C. (2000). Memoria sociale, identità nazionale e rappresentazioni sociali: costrutti convergenti. Guardando all'Unione Europea e i suoi stati membri con uno sguardo verso il passato. In G. Bellelli, D. Bakhurst, & A. Rosa Rivero (Eds.), *Tracce. Studi sulla memoria collettiva*. Napoli, Italy: Liguori.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Dedej, A. (2005). *La rappresentazione sociale della donna musulmana in alcuni quotidiani della stampa italiana*. Tese de Doutorado em Psicologia, Università degli studi di Genova, Genova.
- Del Priore, M., & Venâncio, R. (2006). *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Deschamps, J-C, & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social – Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Doise, W. (1989). *Livelli di spiegazione in psicologia sociale*. Milano: Giuffrè editore.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189-195.

- Doise, W. (2002a). *La forza delle idee – rappresentazioni sociali e diritti umani*. Bologna: Il Mulino.
- Doise, W. (2002b). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Deschamps, J., & Mugny G. (1980). *Psicologia social experimental*. Lisboa: Moraes Editores.
- Durham, E. R. (2004). *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Galli, I. (2006). *La teoria delle rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Garcia Júnior, A. F. (1989). *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Gómez, S. (2002). *La Nueva Ruralidad ¿Que tan nueva?* Chile: Ediciones de la Universidad Austral de Chile.
- Greenland, K., & Brown, R. (2000). In D. Capozza & R. Brown (Orgs.), *Social identity processes* (pp. 167-183). London: Sage Publications.
- Herrera, C. M., Valenzuela, F. L., & Bustamante, F. M. (2004). Educación rural y desarrollo local: la experiencia de la Universidad de Playa Ancha (1996 a 2004). *Revista Digital rural, Educación, cultura y desarrollo rural*. Recuperado em 14 de julho de 2008, de <http://educación.upa.cl/revistaerural/erural.htm>.

- Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. USA and Canada: Routledge.
- Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S. & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups. *Small Group Research*, 35(3), 246-276.
- Ianni, O. (2002). Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Sociologias*, 7, 176-187.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47- 67). Rio de Janeiro: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). As representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet, *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Joffe, H. (1995). Eu não, o meu grupo não – representações sociais transculturais da aids. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 297-322). Rio de Janeiro: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública – a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber – Representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Lane, S. T. M. (2001). Prefácio. In A. C. Ciampa. *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio em Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

- Lima, E. N. (2005). Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 41-63). Rio de Janeiro: DP&A.
- Lima, R. C. M. (2003). Identidades culturais e exclusão social. In Colóquio Comunicação e Exclusão Social. Disponível em: www.estacio.br.
- Linhares, A. A. C. (2004). Linguagem e identidade cultural caipira no município de Mossâmedes: por uma nova concepção acerca da linguagem caipira. *Revista da UFG*, 7(1). Disponível em: www.proec.ufg.br.
- Liu, L. (2004). Sensitising concept, themata and shareness: a dialogical perspective of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 34(3), 249-264.
- Llambí, L. (1995). *Globalización, ajuste y nueva ruralidad: una agenda para la investigación y el desarrollo rural*. Venezuela: Laboratorio de Estudios Rurales y Agrarios.
- Marková, I. (2000). Des *thêmata* de base des représentations sociales du SIDA. In C. Garnier (Ed.), *Les formes de la pensée sociale* (pp. 55-77). Paris: Presses Universitaires de France.
- Marková, I. (2003). Dialogical triads and three-component processes. In *Dialogicality and Social representations, the dynamics of Mind* (pp. 147-176). Cambridge: Cambridge University Press.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais – as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Minayo, M. C. S. (2005). Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis, & E. R. Souza. (Orgs.), *Avaliação por triangulação de método - abordagem de programas sociais* (pp. 19-52). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moreno, J. D., & Moons, T. (2002). Representaciones sociales, identidad y cambio. *Redes*, 10, 51-69.
- Moscovici, S. (1992). Themata e rappresentazioni sociali. In Conferenza Internazionale sulle Rappresentazioni Sociali, Ravello, Itália.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2005). *Le rappresentazioni sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Naiff, D. G., Monteiro, R. C., & Naiff, L. A. (2009). O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. *Psico-USF*, 14(2), 221-227.

- Nuvola, F. (2005). *Quando l'altro è uno straniero - Stereotipi e pregiudizi nella cultura giovanile*. Tese de Doutorado em Psicologia, Università degli Studi di Perugia, Perugia.
- Oliveira, B. J., & Junior, O. F. (2006). Uma conversa com Gerald Holton. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 23(3), 315-328.
- Pahl, R. E. (1996). The rural-urban continuum. *Sociologia Ruralis*, 6(4), 229-329.
- Palmonari, A., Cavazza, N., & Rubini, M. (2002). *Psicologia sociale*. Bologna: Il Mulino.
- Pereira, E. A., & Gomes, N. P. M. (2002). *Flor do não esquecimento – cultura popular e processos de transformação*. Belo horizonte: Autêntica.
- Pérez, E. (2001). Hacia una Nueva Visión de lo Rural. In N. Giarracca (Org.), *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO.
- Pinto, R. M., Nascimento, K. F., & Camino, L. (2003). Identidade social e crenças coletivas nas lutas camponesas. Estudo de caso em Massaranduba, Paraíba. *Raízes* (São Caetano do Sul), 22(2).
- Rocha, F. E. C., Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. A. P., Dias, M. R., & Marcelino, M. Q. S. (2009). Avaliação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: a intenção de pagamento do crédito. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 22, 44-52.
- Sá, C. P. (1998). A construção do objeto de pesquisa. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Santos, D. S. (2004). A figura do homem rural na literatura brasileira: alguns recortes. *Revista da UFG*, 7(1). Disponível em: www.proec.ufg.br.

- Saraceno, E. (1994). Recent trends in rural development and their conceptualization. *Journal of Rural Studies*, 10(4).
- Sauer, S. (2003). Movimentos sociais rurais em múltiplas dimensões. In *XI Congresso Brasileiro de Sociologia – UNICAMP, Campinas/SP*.
- Sawaia, B. B. (2001). Identidade – uma ideologia separatista? In *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 119-127). Petrópolis: Vozes.
- Sawyer, D., & Rigotti, J. I. R. (2001). Migration and spatial distribution of rural population in Brazil, 1950-2050. In 24th General Population Conference of the International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Salvador, Bahia. Disponível em: www.abep.org.br.
- Silva, G. (2000). *O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo*. 2000. Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia, Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo.
- Souza, L. (1995). *“Olho por olho, dente por dente”: representação de justiça e identidade social*. Doutorado em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2008). Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In E. M. Rosa, L. Souza, & L. Z. Avellar (Orgs.), *Psicologia social – temas em debate* (pp. 169-198). Vitória: UFES-ABRAPSO.

- Speltini, G., & Palmonari, A. (1999). *I gruppi sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, p. 96-102.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (p. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Soc. Sci. Inf.* p. 65-93.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Lisboa: Livros horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of inter-group relations. *Annual Review of Psychology*, p. 01-39.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology*, 149-177.
- Teixeira, E. (2002). *O local e o global – limites e desafios da participação cidadã*.

São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

Thomas, K. (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras.

Torrent, J. C. R., & Quintanar, H. S. (2004). Lecturas antropológicas para la ruralidad latinoamericana: diagnóstico del mundo rural. *Revista Digital e Rural, Educación, cultura y desarrollo rural*, 2. Recuperado em 10 de março de 2007, de <http://educación.upa.cl/revistaerural/erural.htm>.

Trindade, Z. A. (1996). Representação social: “modo de conhecer” no cenário da saúde. In Trindade, Z. A., & Camino, C. P. S. (Orgs.), *Cognição social e juízo moral* (pp. 45-59). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theory, themes, and controversies. In R. J. Brown, & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 133-152). Oxford, UK: Blackwell.

Vala, J. (1997a). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1997b). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7-29.

Wanderley, M. N. B. (1997). *O lugar dos rurais: o meio rural do Brasil moderno*. Caxambu, XXI Encontro Anual da Anpocs.

Wanderley, M. N. B. (2001). A Ruralidade no Brasil Moderno. Por un pacto social

pelo desenvolvimento rural. In N. Giarracca (Org.), *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* (pp. 31-44). Buenos Aires: CLACSO.

Williams, R. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista/ Fase 1 - Censo Comunitário Rural
PARTE I

FORMULÁRIO GERAL – FAMÍLIA

Território: _____ Família: _____

Número de membros: _____ (Se migraram) **De onde vieram?** _____

() Z. Rural () Z. Urbana Há quanto tempo moram na comunidade? _____

Por que vieram para esta comunidade? _____

Atividade econômica da família: 1ª: _____ 2ª: _____ 3ª: _____ [ordem de importância]

Renda familiar aproximada: _____ Afiliado ao sindicato rural? S () N ()

Casa própria? ____ Número de cômodos: ____ Geladeira: ____ Fogão a gás: ____

Fogão a lenha: ____ Freezer: ____ Televisão: ____ Dvd player: ____ Telefone: ____

Carro: ____ Trator: ____ Outros: _____

O que produz para a comercialização? _____

O que produz para a subsistência da família? _____

O que é mais difícil/complicado na vida de quem mora na roça? _____

O que você acha mais importante na comunidade? _____

Atividades na comunidade durante a semana: _____

Atividades na comunidade durante o final de semana: _____

Grupos existentes na comunidade: _____

Quais as festas/comemorações que existem na comunidade? _____

Tipo de comida? _____ **Quais tipos de música você gosta?** _____

Existe Posto de saúde: _____ **Sistema escolar:** _____

Assistência pública na agricultura: _____ **Acesso ao Hospital (como é):** _____

Você se preocupa em preservar o MA? _____ **O que você faz?** _____

Você utiliza remédios caseiros? Se sim, quais? _____

Outras informações sobre a comunidade/família que queira dar: _____

CENSO COMUNITÁRIO RURAL
PARTE II

Nº:

DADOS GERAIS – MORADORES

Nome	Relig.	Idade	Sexo		Loc. Fam.	Etnia	Est. Civil	Escol.	Escola Rural?	Profissão	Loc. Nasc.	Áreas urbanas?		Mora na casa?	Mora na comu.?
												Já morou?			
®			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		
			F	M								S	N		

Conhece pessoas da família ou da comunidade que atualmente vivem em área urbana? (nome, telefone, etc)

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista/Fase 2 - Representações sociais rural/cidade**Identificação do respondente**

Data: __/__/__ Família: _____ Geração: _____

1. Idade: _____ 2. Sexo: M () F () 3. Estado Civil: _____ 4. Filhos (nº): _____

5. Escolaridade: _____ 6. Religião: _____ 7. Profissão: _____

PARTE I: ASSOCIAÇÃO LIVRE8. O que você pensa, sente, imagina quando eu falo *cidade*:

1. _____ () positivo () negativo

2. _____ () positivo () negativo

3. _____ () positivo () negativo

4. _____ () positivo () negativo

5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que a cidade é assim? _____

9. O que você pensa, sente, imagina quando eu falo *rural*:

1. _____ () positivo () negativo

2. _____ () positivo () negativo

3. _____ () positivo () negativo

4. _____ () positivo () negativo

5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que o rural é assim? _____

10. O que você pensa, sente, imagina quando eu falo *pessoas da cidade*:

1. _____ () positivo () negativo

2. _____ () positivo () negativo

3. _____ () positivo () negativo

4. _____ () positivo () negativo

5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que elas são assim? _____

11. O que você pensa, sente, imagina quando eu falo *pessoas do meio rural*:

1. _____ () positivo () negativo

2. _____ () positivo () negativo

3. _____ () positivo () negativo

4. _____ () positivo () negativo

5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que elas são assim? _____

12. O que você pensa, sente, imagina quando eu falo *comunidade*:

1. _____ () positivo () negativo

2. _____ () positivo () negativo

3. _____ () positivo () negativo

4. _____ () positivo () negativo

5. _____ () positivo () negativo

Por que a comunidade é assim? _____

PARTE II: MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE

13. Você já morou na cidade? Se sim: Quanto tempo? _____ Onde? _____

Motivo de saída: _____

Motivo de retorno: _____

Recomendaria a alguém que saísse do meio rural para morar na cidade? () Sim () Não

Por quê? _____

14. Caso nunca tenha deixado o meio rural, você já pensou em ir para a cidade?

() Sim () Não Por quê? _____

15. O que faria você deixar o meio rural e ir para cidade? _____

PARTE III: ESTEREÓTIPOS

16. O que você acha que as *peças da cidade* pensam sobre as *peças do meio rural*?

Por quê? _____

17. Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser do meio rural? () Sim () Não

Se sim, qual a situação? _____

18. As peças do meio rural têm preconceito em relação às peças da cidade? _____

Se sim, qual? _____

PARTE IV: IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

19. Considerando as realidades *rural* e *cidade*, eu sou: _____

Nós somos: _____

Por quê? _____

Eles são: _____

Por quê? _____

PARTE V: VALORES SOCIAIS

20. Quais os valores presentes no meio rural você considera como os mais importantes para sua vida? _____

Como você aprendeu esses valores? _____

21. Quais valores você acha que as peças aprendem na cidade? _____

Como você acha que eles aprendem esses valores? _____

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista/Fase 2 – Dimensões afetiva e icônica

PARTE I

Conteúdo verbal das imagens de rural e cidade

1). Quando eu falo *rural*, qual a imagem que vem a tua cabeça... se você descrevesse esta imagem ou fizesse um desenho para representar o *rural*, como seria esta imagem?

2). E para a *cidade*, qual a imagem que vem a tua cabeça... se você descrevesse esta imagem ou fizesse um desenho para representar a *cidade*, como seria esta imagem?

PARTE II

Como se sente no rural e na cidade

a). Como você se sente quando está na cidade? _____
 _____ (+) (-)

Por que você acha que se sente assim na cidade? _____

b). Como você se sente quando está na no meio rural? _____
 _____ (+) (-)

Por que você acha que se sente assim no meio rural? _____

PARTE III

Três coisas boas do rural:

- 1). _____
- 2). _____
- 3). _____

Três coisas ruins do rural:

- 1). _____
- 2). _____
- 3). _____

Três coisas boas da cidade:

- 1). _____
- 2). _____
- 3). _____

Três coisas ruins da cidade:

- 1). _____
- 2). _____
- 3). _____

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista/Fase 2 - Evocações em rede

Objeto: cidade

Nº:

a). O que te vêm à cabeça quando eu falo <i>cidade</i> ?	Polaridade	b). De onde vem isso?/Por que é assim?	Polaridade	c). Quais sentimentos você associa a essa imagem?	Polaridade
a1). _____ _____ _____	(+) (-)	b1). _____ _____ _____	(+) (-)	c1). _____ _____ _____	(+) (-)
a2). _____ _____ _____	(+) (-)	b2). _____ _____ _____	(+) (-)	c2). _____ _____ _____	(+) (-)
a3). _____ _____ _____	(+) (-)	b3). _____ _____ _____	(+) (-)	c3). _____ _____ _____	(+) (-)
a4). _____ _____ _____	(+) (-)	b4). _____ _____ _____	(+) (-)	c4). _____ _____ _____	(+) (-)
a5). _____ _____ _____	(+) (-)	b5). _____ _____ _____	(+) (-)	c5). _____ _____ _____	(+) (-)

Objeto: rural

a). O que te vêm à cabeça quando eu falo <i>rural</i> ?	Polaridade	b). De onde vem isso?/Por que é assim?	Polaridade	c). Quais sentimentos você associa a essa imagem?	Polaridade
a1). _____ _____ _____	(+) (-)	b1). _____ _____ _____	(+) (-)	c1). _____ _____ _____	(+) (-)
a2). _____ _____ _____	(+) (-)	b2). _____ _____ _____	(+) (-)	c2). _____ _____ _____	(+) (-)
a3). _____ _____ _____	(+) (-)	b3). _____ _____ _____	(+) (-)	c3). _____ _____ _____	(+) (-)
a4). _____ _____ _____	(+) (-)	b4). _____ _____ _____	(+) (-)	c4). _____ _____ _____	(+) (-)
a5). _____ _____ _____	(+) (-)	b5). _____ _____ _____	(+) (-)	c5). _____ _____ _____	(+) (-)

APÊNDICE E – Termo de consentimento/Fase 1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Pesquisa: Censo Comunitário Rural (Etapa 1 da Pesquisa de Doutorado “Entre a Terra e o Asfalto: identidade e representações sociais em contextos urbano e rural”)
Pesquisador e responsável pela coleta dos dados: Mariana Bonomo
Orientador: Prof. Dr. Lídio de Souza
Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Justificativa e objetivo da pesquisa

Considerando a escassez de pesquisas científicas sobre a população rural no campo da Psicologia e diante da intensificação do fenômeno de migração campo/cidade/campo, a presente pesquisa tem como objetivo a caracterização do contexto rural em estudo, visando conhecer a organização comunitária rural e a composição sócio-demográfica do território investigado.

Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos

O Censo Comunitário Rural será realizado através de entrevistas com representantes das famílias da comunidade abordada. Será respeitada a família que não quiser participar da pesquisa. **Fica assegurado o anonimato do participante.**

Benefícios esperados

Os resultados da pesquisa serão divulgados através de participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação do corpo de conhecimento que se tem produzido sobre a população rural e suas formas de organização. Espera-se que os resultados da pesquisa possam gerar subsídios para a reflexão das políticas públicas produzidas para o *homem do campo* e também provocar maior interesse da comunidade científica na investigação dessa categoria social ainda tão pouco pesquisada.

Telefone para contato: 4009-2401 (Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES)

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____
RG: _____ Órgão Emissor: _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

Participante

Mariana Bonomo

APÊNDICE F - Termo de consentimento/Fase 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Pesquisa: Entre a Terra e o Asfalto: identidade e representações sociais em contextos urbano e rural

Pesquisador e responsável pela coleta dos dados: Mariana Bonomo

Orientador: Prof. Dr. Lídio de Souza

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Justificativa e objetivo da pesquisa

Considerando a escassez de pesquisas científicas sobre a população rural no campo da Psicologia e diante da intensificação do fenômeno de migração campo/cidade/campo, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a dinâmica dos processos identitários vinculados aos contextos urbano e rural entre moradores de uma comunidade rural do Estado do Espírito Santo.

Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos

A pesquisa será realizada através de entrevistas individuais com representantes de quatro gerações de um território rural do Estado do Espírito Santo, sendo 50 participantes para cada grupo geracional, totalizando 200 sujeitos para esta fase. Mediante o consentimento do participante, a entrevista será gravada e posteriormente transcrita na íntegra para processamento e análise dos dados. **Fica assegurado o anonimato do participante.**

Benefícios esperados

Os resultados da pesquisa serão divulgados através de participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, contribuindo para a ampliação do corpo de conhecimento que se tem produzido sobre a população rural e suas formas de organização. Espera-se que os resultados da pesquisa possam gerar subsídios para a reflexão das políticas públicas produzidas para o *homem do campo* e também provoque maior interesse da comunidade científica na investigação dessa categoria social ainda tão pouco pesquisada.

Telefone para contato: 4009-2401 (Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES)

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____

RG: _____ Órgão Emissor: _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

Participante

Mariana Bonomo

APÊNDICE G - Fragmentos do diário de campo

No momento das entrevistas algumas práticas que sinalizavam a hierarquia na família ou a estratégia de sua apresentação de forma valorizada ficaram bastante evidentes: quando o casal encontrava-se em casa, sempre o homem era escolhido pelo casal/família para participar da entrevista como o seu porta-voz, lógica que se mantinha até mesmo em sua ausência, pois quando a mulher era a respondente, esta sempre começava fornecendo informações sobre o marido. Na questão referente ao nível de escolaridade, no entanto, ambos os participantes começavam falando dos filhos, uma vez que estes apresentavam maior grau de escolaridade. (03 de março de 2007).

Hoje consegui fazer cinco entrevistas. Comecei bem cedinho e terminei ao cair da tarde. Os momentos de entrevistas são bem descontraídos. As pessoas sempre me recebem muito bem, com um cafezinho, falam um pouco da comunidade em geral, de algum evento em específico... o momento da fofoca é o ponto auge da conversa. Interessante que as pessoas aproveitam a minha circulação pela comunidade e entrada nas casas das famílias também para obter alguma informação sobre os demais membros da comunidade; ou seja, também sou convidada a participar do sistema de transmissão local de notícias. O importante é que, muitas vezes, não é que as pessoas queiram ter acesso ao conteúdo propriamente dito, mas ao revelar a informação sobre as pessoas do lugar damos prova de que nos importamos com elas e de que estamos participando da vida da comunidade, apesar de já ser conhecida pelas pessoas daqui. Isso é muito

positivo e certamente influencia o grau de confiabilidade que as pessoas depositam em mim. (05 de maio de 2007).

Estou preocupada com o procedimento de assinatura do Termo de consentimento pelos participantes. Pelo jeito das pessoas, percebi que os respondentes não estão à vontade para assinar o documento. Esse desconforto que poderia passar despercebido, porque as pessoas estão efetivamente assinando as folhas, nos revelou uma interessante relação com os desafios direcionados às “coisas da cidade”. A primeira preocupação era a de que “assinar aquele papel” pudesse prejudicar a aposentadoria de alguém da família no futuro (foi inclusive perguntado se o documento seria entregue ao Presidente do Brasil). Depois que confirmamos a existência desse incômodo, buscamos sempre esclarecer, ao máximo, do que, de fato, se tratava aquele registro a fim de amenizar qualquer desconforto. Muitas pessoas choravam quando eu lia o termo de consentimento e diziam sentir-se honradas por ter seu modo de vida apreciado em uma tese (algumas pessoas não sabiam o que exatamente isso significava, mas avaliavam que era algo importante). (20 de maio de 2007).

Entendi um pouco mais acerca do motivo do desconforto em relação ao termo de consentimento quando listei os momentos nos quais os documentos de identidade ou CPF são usados pelos membros da comunidade (obviamente, considerei aqueles preciosos comentários durante o ato de assinatura). As pessoas da comunidade, em sua maioria, pegam aqueles tão escondidos documentos (alguns já bem amarelados pelo tempo) quando precisam recorrer a um financiamento no banco, quando têm que lutar

por uma aposentadoria, quando alguém fica doente ou morre. Inclusive, muitos não possuem o RG porque o trabalho no campo impossibilita a conservação das digitais. Em suma, a utilização dos documentos está, geralmente, associada a eventos negativos e que têm a mediação da cidade. Pensamos, em certo momento do censo, em não utilizar o termo de consentimento, pois ficamos preocupados em gerar outras fantasias na cabeça de alguns moradores da comunidade (principalmente os da primeira geração) e que estes viessem a nutrir maiores preocupações em relação àquele papel que vai pra cidade e “sabe Deus o que será...”. Achamos, todavia, igualmente importante permitir aos participantes o exercício de uma experiência positiva e o direito de assinar a sua própria história. As vias do termo de consentimento, que permaneciam com os participantes, eram guardadas justamente na pastinha dos documentos, para muitos a primeira folha de papel que tão custosamente assinou e que certamente não lhe fará mal algum [muitos só sabiam assinar o próprio nome, alguns com a ajuda de um papelzinho que servia de referência para que desenhasssem seus nomes em uma segunda folha, outros careciam que eu ditasse as letras do seu nome, e outros ainda só tivessem esse registro com as digitais]. É relevante recordar ainda que a maioria dos acordos na comunidade é feito apenas verbalmente, seguindo os princípios da ética local. (05 de junho de 2007).

Hoje, dia 20 de novembro, fui até a escola da Cabeceira do Córrego da Areia. Lá entrevistei três crianças (três meninas). Consegui identificar mais três crianças (uma menina e dois meninos) que foram agendados para a próxima ida à escola. As entrevistas duraram em média 1 hora e 15 minutos. A realização da pesquisa na escola

mobilizou os alunos que prontamente se dispuseram a participar. Pela parte da tarde, entrevistei mais duas crianças, estas em suas próprias casas. Mais uma vez, constato a dificuldade em falar sobre a cidade. As crianças mencionam que nunca haviam pensado sobre o assunto. Quatro crianças me procuraram para responder novamente a entrevista, várias crianças disseram (depois do dia da coleta dos dados) que gostaram muito de participar. Todos os pais agradeceram nossa presença e falaram que foi muito importante para os filhos. (20 de novembro de 2007).

Hoje tínhamos agendadas três entrevistas na escola primária do Córrego do Jirau. Felizmente, o dia amanheceu com uma forte chuva, o que impossibilitou a atividade prevista. Mesmo com muita chuva, fui até a escola. Poucos alunos estavam presentes. Nenhum dos alunos agendados compareceu. Conversei com a professora, com os alunos que conseguiram chegar e depois realizamos uma entrevista na Escola Comunitária Rural. O dia seguiu com muita chuva e a comunidade estava muito feliz. Há quase oitos meses arrastava-se um tempo de seca devastadora, visível na paisagem local e nas conversas entre as pessoas da comunidade. Rezas pedindo a chuva e prosas de desânimo por causa do sol eram constantes durante os dias em que estivemos na comunidade. Deixamos o território neste mesmo dia, retornando para Vitória/UFES. Pela parte da tarde, era forte a movimentação dos moradores para plantar as mudas de café, entre outras espécies de plantas. A coleta foi encerrada com 23 entrevistas realizadas. (27 de novembro de 2007).

Fui à casa de Rosália ainda... marquei entrevista com ela e seu neto, Pedro. Enquanto proseava com ela, chegou um rapaz de uma comunidade da região, pedindo para ela

benzer sua coluna, a qual estava dolorida em função de uma brusca queda de um cavalo. Dei o meu “até logo” e continuei a jornada. Tomei uma carreira da cachorrada que quase me pegou. Que susto! A última entrevista do dia durou até às 8 horas da noite. Meu retorno foi guiado apenas pelas estrelas do limpo céu de janeiro e pela cantoria do Zezé de Camargo e Luciano, que vinha dos botecos. Consegui digitar algumas entrevistas ainda hoje, mas realmente estou cansada. O dia foi de muito sol e estou com as pernas doendo. É quase meia noite. Vou dormir porque amanhã é sábado e o dia começa cedo, na casa de Sr. Silvio & Dona Joana, e terminará tarde, com Sr. Sergio & Dona Carmela. (18 de janeiro de 2008).

Hoje o dia começou bem cedo. Marquei com Sr. Emanuel às 07h30min da manhã. Quando cheguei a sua casa, ele colhia lenha para a preparação do almoço. Sua mulher, Izabel, sofreu um acidente e há quatro meses está acamada. Sr. Emanuel participou da entrevista com muita empolgação, relembrou coisas do seu tempo, reviveu passagens preciosas de uma comunidade em seu início. Fiquei muito feliz com a entrevista. A coleta dos dados é um recorte de uma realidade tão rica, que confesso ficar com pena de não conseguir captar tudo e transmitir aos leitores a experiência que tenho vivido durante essa etapa do Doutorado. Os participantes têm sido muito generosos - têm permitido entrar em suas vidas, colher as informações pertinentes ao estudo, contar suas histórias, conhecer as mudanças acontecidas em suas vidas e de suas famílias. Quando encerramos a atividade, Sr. Emanuel me apresentou os novos moradores de sua casa: sabiás que resolveram aninhar-se na estrutura de sua varanda. Suas netas faziam

festa com o cachorro e desenhavam enquanto a entrevista era realizada. (03 de fevereiro de 2008).

O tempo de condução de todas as entrevistas tem sido maior do que o esperado. Nenhuma entrevista foi realizada com menos de uma hora. Isso alterou a programação total da coleta dos dados (...). Um dado interessante é que justifica a duração mais prolongada da entrevista é a dificuldade em falar da cidade. As pessoas dizem que nunca pensaram sobre a relação entre o campo e cidade. Os participantes argumentam que todos os dias estão vivendo essas questões, mas não param para sintetizar uma opinião mais elaborada sobre o assunto. As avaliações têm sido positivas sobre as discussões que a coleta tem gerado. (11 de fevereiro de 2008).

Responder a entrevista tem sido uma forma de valorização muito grande para as pessoas da primeira geração. Dona Amélia, por exemplo, era reconhecida pelas netas como me ensinando a fazer o meu trabalho da escola. Eu reforçava isso e ela ficava muito orgulhosa. Existe uma tradição local, típica da pedagogia rural, que os alunos vão até as casas daqueles que melhor conhecem determinado assunto e pedem ajuda a fim de obter material suficiente para seu trabalho escolar. Para a pessoa respondente é um reconhecimento do seu trabalho e motivo de muito orgulho perante o grupo local. Esses são um daqueles ganhos secundários da pesquisa. Eu também tenho aprendido muito com esse trabalho. As teorias têm se encontrado mais. Alguns conceitos estão se encaixando. Vejo também a importância de que o próprio pesquisador faça a coleta dos

dados, quando o estudo envolve essa complexidade de investigação. (14 de fevereiro de 2008).

Fiquei um bom tempo sem fazer diário. Percebi que embora muito rica e proveitosa, a coleta está sendo bem pesada fisicamente. Já emagreci três quilos. Não estou tendo fôlego para coletar os dados, digitar/transcrever e ainda fazer diário... aliás, sinto o conjunto de dados se avolumarem ao meu lado. Tenho percorrido a pé o território da comunidade e isso tem ajudado muito no que se refere ao contato com as pessoas e o próprio agendamento das entrevistas, mas tem sido cansativo, confesso. Neste exato momento estou a caminho de uma entrevista, percorrendo uma área de mata, muito bonita. Muitos passarinhos... Parei para descansar e senti vontade de escrever. Na verdade, queria registrar uma pergunta, que não sai da minha cabeça: será que outros pesquisadores da Psicologia também vão se animar a percorrer estradas pra registrar a história dos nossos rurais? (03 de abril de 2008).

Tem hora que dá um nó na garganta e dá vontade de chorar junto. Aprendi a beliscar o pé para tentar me distrair frente à emoção com algumas histórias de vida dessa gente guerreira. (13 de maio de 2008).

Tenho achado particularmente interessante a forma como as crianças se referem à cidade. Não sei explicar muito bem, mas durante todas as entrevistas sempre que estão falando da cidade o tom de voz muda, parece que estão contando uma história... Fiquei pensando que talvez, de fato, estejam contando histórias, a de seus pais e avós, que possuem uma imagem da cidade a partir da interação que estabelecem com esse

contexto e também da memória herdada dos que os antecederam. Assim, as crianças vão construindo sua interpretação sobre sua própria realidade e aquela que fica do outro lado, depois das fronteiras da comunidade que tão bem conhecem. (17 de junho de 2008).

Estamos em julho e a coleta está sendo concluída! Hoje fiz a última entrevista e tenho conseguido avançar muito na digitação dos dados. Tenho um mês para concluir a montagem de todos os arquivos porque em finais de agosto/início de setembro começará o estágio na Itália. Preciso registrar minha emoção em ver concluída a coleta, com 200 entrevistas individuais válidas para a segunda etapa. Foram muitas horas de coleta propriamente dita, muitos quilômetros percorridos a pé, bons momentos com as famílias (antes e depois das entrevistas) e uma sensação muito gostosa de ver o trabalho concluído. O instrumento funcionou bem e o material coletado parece ser muito rico. (27 de julho de 2008).

APÊNDICE H - Listagem das Teses e Dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil a partir da indexação das palavras *rural* e *psicologia*

ANO (f)	TÍTULO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	AUTORIA
1989 (2)	1). Por trás dos bastidores: uma análise de mensagens produzidas por organizações governamentais e não governamentais que trabalham com a mulher	Educação (Mestrado)	Abroway, M.
	2). Do detalhe ao talhe: dissertações - teses em comunicação rural - uma revisão 1978-1988	Comunicação Social (Mestrado)	Silva, G.
1990 (3)	3). Antônio Conselheiro - as fezes do ócio e a reação da sociedade	Psicologia Clínica (Mestrado)	Schulz, M. L. M.
	4). Mulher profissão professora: acaso ou necessidade (consta no sistema da CAPES também no ano de 1991)	Educação (Mestrado)	Carvalho, M. J. S.
	5). A representação social do trabalho alugado ou "com a enxada nas costas e o coração preso"	Serviço Social (Mestrado)	Veloso, T. M. G.
1991 (1)	6). Negociação da identidade profissional do psicólogo em um projeto multidisciplinar de ação comunitária rural	Psicologia Clínica (Mestrado)	Sipoli, L.
1993 (2)	7). A comunicação no processo de capacitação	Comunicação Social (Mestrado)	Correia, J. C. B.
	8). Transmissão - difusão da psicanálise considerações a partir do delineamento de sua presença nos cursos de psicologia da região do triângulo Mineiro - Brasil Central	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (Doutorado)	Romera, M. L. C.
1994 (1)	9). Representações sociais da psicologia e do psicólogo escolar por um grupo de professores das escolas rurais do DF: um estudo introdutório	Psicologia (Mestrado)	Trestini, R. L. C.
1995 (1)	10). Ensinando e aprendendo a língua escrita em escolas do meio rural	Psicologia da Educação (Mestrado)	Reis, R. M. C.
1996 (2)	11). Explorações em compreensão matemática: uma prática cultural recreativa onde emergem ambientes matemáticos	Psicologia Cognitiva (Mestrado)	Correia, M. F. B.
	12). A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em raízes do Brasil	Sociologia (Mestrado)	Monteiro, P. M.
1997 (4)	13). Famílias em cativeiro: uma negociação entre escravos e proprietários da fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1839)	História (Mestrado)	Hackenberg, C. C.
	14). Trabalho rural e produção familiar em centenário: trajetórias e perspectiva	Psicossociologia da Comunidade e Ecologia Social (Mestrado) (Área	Agostini, M.

		de conhecimento: Psicologia Social) (Mestrado)	
	15). O outro lado do aprender: representações sociais da escrita no semi-árido norte-rio-grandense	Educação (Doutorado)	Carvalho, M. R. F
	16). Atuação do professor de Português em situações de bilinguismo	Educação (Doutorado)	Paviani, N. M. S.
1998 (1)	17). Violência e crenças	Psicologia Social (Doutorado)	Lourenço, L. M.
1999 (1)	18). O relacionamento entre homem e mulher nos romances de Graciliano Ramos	Letras (Mestrado)	Nascimento, F. M.
	19). Educação e Modernidade em Pernambuco - Inovações do Ensino Público (1920-1937)	História (Doutorado)	Sellaro, L. R. A.
	20). Sofrimento psíquico e seca: drama de existência, de gênero e de classe	Saúde Pública (Mestrado)	Araújo, M. L. G.
2000 (5)	21). Alicerces do conto brasileiro	Letras e linguística (Mestrado)	Gallo, M. J.
	22). A dimensão educativa nas relações entre pesquisa - extensão rural - agricultura familiar: o caso do Projeto Silvânia	Educação (Doutorado)	Xavier, O. S.
	23). Lógica operatória e lógica das significações em adultos do meio rural: um estudo piagetiano e seu significado educacional	Educação (Doutorado)	Franco, S. R. K.
2001 (8)	24). Trilhos na lama - Bondes e modernidade em um Rio rural	História (Mestrado)	Branco, C. E. A.
	25). Agrotóxico - percepção de riscos dos horticultores do litoral norte de Natal-RN	Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado)	Almeida, C. V. B.
	26). A conciliação na justiça do trabalho como restrição dos direitos do empregado rural	Extensão Rural (Mestrado)	Gouveia, J. G. C.
	27). Perfil do usuário e sua perspectiva na utilização e na avaliação de unidades básicas de saúde, Uberlândia, MG, 1997	Clínica Médica (Mestrado)	Ramos, L. B. M.
	28). Identidade e desenvolvimento: Um estudo sobre a construção de conhecimento no quilombo, a partir de narrativas	Psicologia (Mestrado)	André, M. C.
	29). Uma história de alojamento do povo: análise psicossocial da trajetória de implantação e interrupção do programa de cidades saudáveis	Psicologia Social (Mestrado)	Cruz, M. T. S.
	30). Velhice e satisfação de vida em uma cidade rural	Psicologia Social (Mestrado)	Melo, S. C. F.
	31). A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas do nervoso no meio rural - uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos	Saúde Pública (Mestrado)	Levigard, Y. E.
2002 (5)	32). Liberdade e realização da pessoa numa comunidade tradicional: um estudo fenomenológico	Psicologia (Mestrado)	Drummond, D. M.
	33). As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais de adolescência e	Psicologia (Mestrado)	Martins, P. O.

suicídio entre adolescentes.		
2003 (6)	34). Condição de Saúde Bucal e Impacto na Qualidade de Vida dos Camponeses de Orizona - GO	Ciência da Saúde (Mestrado) Pereira, M. F.
	35). Os aspectos socioeconômicos e biopsicológicos da formação do trabalhador precoce em atividade penosa na zona rural brasileira	Educação (Doutorado) Cecílio, M. A.
	36). Professores alfabetizadores da rede municipal de Ituiutaba - MG - saberes e práticas	Educação (Mestrado) Cunha, T. R. S.
	37). Trem para Maracanaú: uma viagem em busca da identidade de lugar dos moradores de uma cidade reinventada	Psicologia (Mestrado) Mourão, A. R. T.
	38). Suicídio em população rural e urbana de pequeno porte	Psicologia (Mestrado) Sperb, I. W.
	39). Mitos familiares e escolha profissional: uma proposta de intervenção focada na escolha profissional à luz de conceitos da teoria sistêmica	Psicologia (Mestrado) Filomeno, K.
	40). Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do estado de São Paulo	Psicologia Social (Mestrado) Gomes, M. J. M.
	41). A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)	História (Doutorado) Araújo, D.
	42). Os Tribalistas da Nova Era	Ciências Sociais (Doutorado) Cavalcanti, F. V.
2004 (5)	43). Interação em sala de aula	Linguística (Mestrado) Serafim, E. M.
	44). A herança simbólica na produção da escolarização não-linear	Educação (Mestrado) Campos, I. F. A.
	45). Representações Sociais e Etnia: um retrato interdisciplinar de escola agrícola	Interdisciplinar em Ciências Humanas (Doutorado) Souza, M. S.
	46). Além das secas e das chuvas os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco	Psicologia Social (Doutorado) Cordeiro, R. L. M.
	47). Cooperativas de Trabalho? Via de Acesso à Organização do Trabalhador? Estudos de Casos	Gestão e Estratégia em Negócios (Mestrado) Menoce, S. C.
2005 (7)	48). A Escola do Chico Bento: Representações do Universo Escolar em Histórias em Quadrinhos de Maurício de Souza	Educação (Mestrado) Lemes, A.
	49). A questão dos “limites” em escolas de contexto urbano e rural e a atuação do psicólogo	Psicologia Clínica (Mestrado) Almeida, F. M. C.
	50). Tornando-se um assentado rural do MST: Uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo	Psicologia Social (Mestrado) Santos, M. A. C.
	51). Experiências de convivência com o semi-árido: adjutórios para (re) pensar a educação no campo	Educação (Mestrado) Braga, O. R.
	52). Análise da qualidade de vida de idosos - município de Teixeira-MG	Ciência da Nutrição (Mestrado) Pereira, R. J.
	53). Interação adulto-criança em situação de ensino-aprendizagem: um estudo baseado na	Educação Escolar (Doutorado) Bassi, S. H. F. F.

	psicologia de Vygotsky		
	54). Memórias de idosos analfabetos numa sociedade da escrita e da escola: táticas de sobrevivência no Sertão e em Fortaleza	Educação (Doutorado)	Paiva, V. M. B.
2006 (6)	55). Segmentação de marcas de fertilizantes utilizadas pelo produtor rural	Administração (Mestrado)	Junior, C. H.
	56). Foco de febre aftosa em Japorã, MS: reflexos em assentamento rural	Produção Agroindustrial (Mestrado)	Junior, G. S.
	57). A constituição do sujeito no âmbito do desenvolvimento tecnológico: identidade do pequeno produtor ou formação discursiva?	Administração (Mestrado)	Mendes, L.
	58). Estilos gerenciais e objetivos de produtores rurais da região Norte do Estado do Espírito Santo	Economia Aplicada (Mestrado)	Teixeira, M. B.
	59). Educación, Salud y Empowerment: las acciones educativas en el Programa de Salud de la Familia	Saúde Coletiva (Mestrado)	Caputo, M. C.
	60). Relação entre o limiar gustativo doce/amargo e a cárie dentária em escolares das zonas rural/urbana de Londrina-PR	Odontologia (Mestrado)	Furquim, T. R. A.
2007 (10)	61). Implicações dos processos sociais na implementação do plano de gestão ambiental em Mainarão	Ciências Florestais e Ambientais (Mestrado)	Soares, A.
	62). Perfil do envelhecimento de octogenários e nonagenários residentes em Siderópolis – SC	Ciências da Saúde (Mestrado)	Heluany, C. C. V.
	63). Processos identitários e suas vicissitudes em uma comunidade Quilombola	Psicologia (Mestrado)	Souza, E. M. S.
	64). Significados que as crianças atribuem aos seus direitos	Psicologia (Mestrado)	Santos, G. L.
	65). A escola normal regional de Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970	Educação (Mestrado)	Pinto, H. M.
	66). Perfil da língua escrita das crianças da Vila de Teotônio	Linguística e Língua Portuguesa (Doutorado)	Gabler, I.
	67). Do Arado ao Bordado: mudança no trabalho do homem do sertão	Psicologia (Mestrado)	Chagas, L. L.
	68). Adolescente com altas habilidades/superdotação de um assentamento rural: um estudo de caso	Psicologia (Mestrado)	Peraino, M. A. C.
	69). O papel do patrimônio histórico na construção do lugar: a igreja nossa Senhora de Fátima em Cascavel – PR	Geografia (Mestrado)	Feiber, S. D.
	70). Um estudo das crenças maternas sobre cuidados com crianças em dois contextos culturais do Estado de Santa Catarina	Psicologia (Mestrado)	Sachetti, V. A. R.
2008 (4)	71). Agricultura Familiar e Empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (cedejor) no Vale do Rio Pardo/RS	Desenvolvimento Rural (Mestrado)	Rudnicki, C. P. S.
	72). Processos de Exclusão/ Inclusão Social e Cidadania Ambiental.	Psicologia (Psicologia Social) (Mestrado)	Rodrigues, R. A.
	73). O olhar do idoso sobre a finitude: um estudo sobre as representações sociais da morte em idosos de uma cidade do sertão pernambucano	Psicologia (Mestrado)	Oliveira, S. C. F.
	74). Percepção do Câncer pelos proprietários e sua influência na terapia de cães (Canis	Medicina Veterinária (Patologia e	Azevedo, S. C. S.

	familiaris) com neoplasias malignas	Ciências Clínicas) (Mestrado)	
2009 (8)	75). Fatores de risco para saúde mental materna e o seu impacto sobre o estado nutricional infantil	Nutrição (Mestrado)	Paffer, A. T.
	76). A reforma psiquiátrica em montes claros: perspectiva histórica	Desenvolvimento Social (Área de conhecimento: Multidisciplinar) (Mestrado)	Mendonça, A. M. G.
	77). Geografias do drama humano: leituras do espaço em "São Bernardo", de Graciliano Ramos e "Pedro Páramo", de Juan Rulfo	Letras (Mestrado)	Marques, G.
	78). Adequação ergonômica de trator agrícola de média potência: construção e validação de um instrumento de avaliação a partir do constructo de conforto, segurança e eficiência	Engenharia de Produção (Doutorado)	Vilagra, J. M.
	79). As Lesões da Fluorose na Percepção de Jovens Residentes em Área Endêmica na Zona Rural de São Francisco, Minas Gerais	Ciências Farmacêuticas (Doutorado)	Castilho, L. S.
	80). Efeito da escola e indicadores psicossociais: uma abordagem com dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária	Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (Doutorado)	Brant, L. L. N. A. O.
	81). Representações Sociais da Necessidades de Saúde: construções intra-urbanas no município de Camboriú (SC)	Gestão de Políticas Públicas (Mestrado)	Winckler, M. G. S.
	82). Uma tradição viva: raízes para a alma - uma análise fenomenológica de experiências de pertencer em uma comunidade rural de Minas Gerais	Psicologia Clínica (Doutorado)	Araujo, R. A.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>. Para os anos de 1987-1988 e 1992 não foram encontradas Teses ou Dissertações a partir da busca com as palavras-chave *psicologia* e *rural*.

ANEXO A - Histórico da comunidade segundo seus moradores (1985)

O nome Jirau foi dado pelos primeiros moradores porque encontraram ali um Jirau de caçadores. A escolha da padroeira Nossa Senhora Aparecida, foi um ato de agradecimento das primeiras mulheres da comunidade.

1. Terra

Por volta do ano de 1950 Jirau era mata virgem, não havia moradores e as terras não tinham dono. Foi quando começou a chegar as primeiras famílias, vindas do norte e do sul. Do norte, vieram do lado de São Mateus as famílias Zordan, Bonomo, Boroto, Rosato, Pontara, Cafeu, Ribeiro, Felix, Cosme, Gregório, Vinhati, Aprijo dos Santos e Deolindo. Do sul, vieram de Castelo as famílias Locateli, Fiorini, Dalvi, Morelo, Javarini, Ribondi, Toneto e Gabriel. Todas as famílias vieram em busca de um pedaço de terra. Com o passar do tempo, chegaram ainda outras famílias, assim como também saíram algumas famílias. E agora, em 1985, a comunidade encontra-se com 119 famílias numa extensão de aproximadamente oitocentos alqueires de terra. Dessas 119 famílias, 92 são proprietários e 02 são meeiras. Ao longo desses anos houve um período de grande resistência contra as companhias reflorestadoras e, em seguida, ao Pró-alcool. Aqui sempre procuramos manter viva a idéia de sermos uma comunidade de pequenos proprietários. Por isso, ficamos solidários e demos apoio àqueles que lutaram e que lutam por um pedaço de terra para morar e trabalhar.

2. Evangelização

Em 1957 os primeiros moradores começaram a se reunir nas casas para rezar o terço com os mistérios e a ladainha. Nesses encontros foi despertado neles a vontade de

construir uma igreja, o que foi feito em pouco tempo. Em outubro de 1958 foi celebrada a primeira missa, e junto com a eucaristia os moradores celebraram o nascimento da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, Jirau. Com o início da comunidade, a reza dominical iniciava com o terço e os mistérios. Fazia-se a leitura do evangelho indicado pela folhinha do Sagrado Coração de Jesus e encerrava com a Ladainha. Havia o movimento da Liga Católica para os homens, apostolado da oração para as mulheres e a cruzada para as crianças. A Via Sacra era momento forte de reflexão na comunidade. A partir daí a renovação da igreja começou a ser introduzida na comunidade, e tinha continuidade com a visita do padre e através dos líderes que faziam os cursinhos de formação. Assim novos meios de evangelização foram introduzidos na comunidade como círculos familiares, encontro de jovens e casais e preparação para os sacramentos. Foi o início de uma nova conscientização que deu dificuldades para o povo começar a compreender o novo modo de ser igreja. Mas sempre guiados pela luz da palavra de Deus, lutamos pela caminhada como comunidade da Igreja de São Mateus. Neste ano de 1985 a nossa comunidade vai lutando e se firmando dentro da organização que favorece a caminhada. Por isso, os trabalhos foram distribuídos por equipes; cada equipe que lidera um trabalho, se organiza, estuda, planeja e realiza seu trabalho na comunidade. Os trabalhos desenvolvidos por cada equipe são colocados em comum nos encontros de liderança. No encontro da comunidade que se realiza aos domingos, antes do culto, é celebrado no culto os frutos da luta da caminhada. O livro de Rute acompanhado das reflexões da Igreja foi uma grande ajuda para a gente se sentir e se colocar como povo dentro da história e da caminhada do povo de Deus. Nem todos da comunidade foram atingidos,

por isso, é necessário maior preparação e mais dedicação da liderança. Para isso a comunidade conta com os cursos de formação oferecidos pela igreja dentro das diversas linhas de pastoral da igreja de São Mateus.

3. Mutirão

Era grande a solidariedade entre os primeiros moradores que foram chegando no Jirau. Se ajudaram transportando suas mudanças em mutirão nas costas e nos animais. Se ajudaram na construção das casas e na derrubada da mata para fazer as roças. Se ajuntaram para construir a igreja e a escola. Quando adoecia uma pessoa se ajuntavam para transportá-la na rede. Faziam junto os transportes das mercadorias, sobretudo do café. A estrada de carro, cavada de enxadão foi um duro trabalho que os moradores fizeram em mutirão. A idéia de se ajuntar em mutirão para fazer um trabalho continuou na comunidade através da construção de moradia quando foi necessário, na construção do salão comunitário, cemitério, galpão, escadaria, banheiro, reforma da igreja e da escola, no zelo do patrimônio da comunidade, na formação das equipes para organização das festas. Quando há necessidade, se faz mutirão na roça. Está organizado na comunidade o grupo de promoção humana, onde as pessoas se ajuntam para planejar e realizar trabalhos de crochê, bordados, flores, corte costura, higiene, alimentação, saúde, horta caseira e a arborização frutífera nas encostas no sentido de evitar a erosão e de reconstituir a natureza que o homem já destruiu bastante. E ao mesmo tempo, sentindo no grupo a experiência de aprender e ensinar. Com a chegada da energia numa parte da comunidade, o povo se organizou para a instalação dos transformadores e das redes nas casas. Fazendo concorrência em vinte firmas conseguindo, assim, uma diferença da metade do preço na compra, colocando, assim, a

energia ao alcance de todos. O mesmo ocorreu na compra dos eletrodomésticos, a comunidade repetiu o mesmo processo, e além de ter conseguido vantagem nos preços, teve a alegria de celebrar juntos mais uma experiência de vida. Ao longo desses anos, as famílias de nossa comunidade sempre estiveram solidárias umas com as outras. Estivemos solidários também com outros povos quando foi necessário, com apoio material e moral aos assentamentos com mutirão de alimentos e aração de terra.

4. Dízimo

No início da comunidade o povo não tinha nenhuma noção sobre o dízimo. Até mesmo porque a igreja usava outras formas de arrecadação para manter as despesas. A esmola, o leilão, as ofertas, as campanhas, a barraca, o bingo e outros foram meios usados para manter as despesas da comunidade até o ano de 1970. A partir daí, a igreja deu início a conscientização do dízimo como sinal de partilha. Alguns dos meios que existiam antes continuam ainda hoje. Como barraca e leilão durante as festas. Contudo, durante esses anos o sentido do dízimo cresceu na consciência do povo de nossa comunidade. Apesar de todas as famílias não serem atingidas e não contribuírem, o dízimo é bastante significativo principalmente nas colheitas. A comunidade vem fazendo um esforço no sentido de fortalecer a idéia e a consciência sobre o dízimo como sinal de compromisso, de participação, de partilha, de fé e de fraternidade. Com isso se elimina a idéia da esmola que não leva a nenhum compromisso, mas somente disfarça a injustiça. Entendemos também que o bingo é um grande instrumento de exploração através do mecanismo que tira do bolso de muita gente para dar a pouca ou seja para uma ou duas pessoas. Se encaixa perfeitamente na idéia do capitalismo concentrador.

5. Escola

Com a chegada dos primeiros moradores em Jirau, houve a necessidade de criar uma escola onde as crianças pudessem aprender a ler, escrever e a fazer contas. Os moradores reunidos em mutirão construíram a sala, e uma filha de família do lugar foi a professora. Mas o tempo foi passando, a comunidade foi crescendo e algumas idéias começaram a surgir no sentido de que seria necessário enviar os filhos para estudar na cidade. Felizmente essa preocupação dos moradores da comunidade foi solucionada de uma maneira mais satisfatória do que nós esperávamos. Foi quando em 1970 iniciou uma conscientização nas comunidades sobre um novo tipo de ensino de escola Família - EFA. Em 1971 mesmo sem o povo estar muito consciente, foi feita uma campanha e construído duas escolas, uma em Jaguaré (masculina) e outra em Nestor Gomes, São Mateus (feminina). As duas escolas começaram a funcionar em 1972. Da nossa comunidade entraram sete rapazes em Jaguaré e quatro moças em Nestor Gomes. Com o novo método de ensino dado pela EFA, envolvendo aluno, família, escola e comunidade, e com o aprofundamento da educação começaram a surgir algumas mudanças como transformação das duas escolas mista, valorização da terra e da agricultura, introdução de técnicas, abertura na família de pai para a filha, surgimento dos jovens na liderança, professora ex-aluna, e desapareceu a idéia do jovem ir estudar na cidade. 62 jovens de nossa comunidade já passaram pela EFA, sendo que 49 continuam na comunidade. Um é monitor de escola família, e doze são principalmente moças que com o casamento passaram para outras comunidades. Dez alunos de nossa comunidade estudam atualmente na EFA de Jaguaré. A organização da EFA está ligada às comunidades. Na nossa comunidade temos o grupo de educação para coordenar a

ligação entre comunidade e a escola no que se refere ao aprofundamento do ensino no meio rural, ao plano de estudo, as avaliações e programações, a participação nas comissões e a participação com o dez por cento do dízimo da comunidade na associação da EFA.

6. Lazer

Desde o início da nossa comunidade sempre houve muita diversão por aqui, às vezes, programada ou também improvisada. Nos encontros das famílias se contava muitas histórias, os jovens brincavam de passa anel e se cantava rodinha nos terreiros. A sanfona animava a dança, a fogueira clareava a dança de quadrilha e a brincadeira do amigo x. O futebol, a tourada, a gincana e a brincadeira de rasgar Judas, trouxeram muita animação para o povo. O gosto de cantar contribuiu muito para a boa convivência da nossa comunidade. Aqui se cantou muita canção italiana, muita moda caipira e muita canção popular em torno do violão. Com a entrada do disco e da fita gravada, entrou também a alienação na comunidade. O povo que cantava, que animava e que era sujeito da caminhada, por volta do ano de 1975, guardou o violão e ficou passivo. Se percebia a frieza da juventude que já não cantava mais, nem mesmo os cantos na igreja. Foi um tempo de acomodação, mas também de questionamentos que serviu para retornar tudo de novo. Por volta do ano de 1983 se percebia que muita coisa começava a mudar, era a lição de convivência que tava dando a volta por cima do comodismo. Essa afirmação foi concluída agora em 1985 quando analisamos que nenhum trabalho da comunidade foi alterado pela entrada da televisão. Percebemos que antes da televisão já tinha entrado nas famílias a visão de que a pessoa humana não é objeto para ser usado, mas que tem consciência crítica para o uso dos objetos.

7. Sindicato

Até o ano de 1967 não se sabia nada de sindicato por aqui. No ano de 1968 os políticos criaram o sindicato dos trabalhadores de São Mateus com finalidade assistencialista. A primeira diretoria permaneceu no poder até o ano de 1982, sempre em defesa dos patrões sacrificando a classe trabalhadora. No ano de 1981 deu-se início ao movimento sindical nas bases fazendo a conscientização dos trabalhadores de que sindicato não é assistencialismo, mas sim união da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos. O trabalho deu bons frutos, e no ano de 1982 a chapa de oposição foi vencedora. O assistencialismo continuou porque o sindicato é um órgão atrelado ao governo, mas ao mesmo tempo com a nova diretoria, lideranças e trabalhadores ligados ao movimento, o sindicato transformou-se numa bandeira de luta e num instrumento de libertação da classe trabalhadora. Não é bastante significativo o número de trabalhadores sindicalizados de nossa comunidade. Somos em 93 e estivemos firmes nas lutas pela retomada do sindicato. Até mesmo 10% do nosso dízimo é oferecido para o movimento. Apesar da luta muitos trabalhadores de nossa comunidade ainda não são sindicalizados. A nossa luta está somada a todos aqueles que lutam para que esse instrumento fique nas mãos dos seus donos e que somado a outros instrumentos faça crescer no meio dos homens a força libertadora que permite a todos o direito de viver dignamente.

8. Política

No início entre os primeiros moradores havia 11 eleitores na comunidade. No dia da eleição trocaram os 11 votos por um time de camisa. A comunidade foi crescendo, o número de eleitores foi aumentando e consciência política não existia. Por isso, os

eleitores continuaram votando nos candidatos indicados por políticos de fora. No ano de 1970 a igreja deu início a conscientização sócio-política que fez questionamentos com o povo no sentido de criar uma consciência nova de política como serviço ao bem comum. E se falava da descentralização do poder elegendo pessoas também do interior, da roça. Foi quando em 1976 a nossa comunidade com as comunidades vizinhas, escolheu e elegeu o seu vereador. Um bom passo foi dado no sentido de que a política não fosse carreira profissional. Para isso o candidato é indicado pelo povo e o seu mandato não será repetido para dar oportunidade de abertura, experiência e enriquecimento político. Na emancipação de Jaguaré a nossa comunidade esteve firme na luta. Após a emancipação, o PMDB, como partido que na época tinha maior força popular e maior crédito nas comunidades, discutiu com o povo um plano de administração que contou com a participação e apoio das comunidades. O plano era o seguinte: o município seria administrado por um conselho de 45 pessoas escolhidas pelas comunidades e bairros da cidade, mais os vereadores, vice-prefeito e o prefeito seria o coordenador do conselho. Primeiro: o conselho teria a função de elaborar o orçamento do município de acordo com as prioridades fornecidas pela população; Segundo: fiscalizar a aplicação do orçamento; Terceiro: avaliar e programar os rumos da administração. O conselho seria veículo de participação do povo na escolha de seu próprio caminho. O PMDB saiu vitorioso e após as eleições jogou por terra esse plano. Mas o plano não morreu, continua vivo através do MAP – movimento de ação política, uma organização iniciada por lideranças conscientes de todos os recantos do município, e com crescente participação e apoio popular. A nossa comunidade apoiou e

participou do plano administrativo com participação comunitária. Hoje a nossa comunidade continua apoiando e participando do MAP – movimento de ação política.

9. Festa da Padroeira

A festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida sempre teve sua finalidade na caminhada da nossa comunidade. No início se fazia festa para louvar a Nossa Senhora Aparecida. Com o passar do tempo a comunidade foi crescendo e com isso cresceu também de um lado os problemas e do outro lado os compromissos com a luta. E daí quando se aproximava o final de mais um ano percebia-se frieza no meio do povo. De repente, o início da organização da festa, em seguida, a festa, e os comentários da festa. Com isso um período de grande animação dentro da comunidade. Concluímos então, que a festa passou a ter uma segunda finalidade, que além do louvor a Nossa Senhora Aparecida, passou a servir de meio para refazer a luta e a amizade na comunidade. Na última festa da padroeira que fizemos em outubro deste ano de 1985, analisamos que para nós não teria mais sentido fazer a festa sem primeiro fazer uma análise do nível de compromisso e de luta da comunidade. Para isso refletimos dez pontos que achamos importantes, nos círculos familiares. Foram: evangelização e catequese, vivência dos sacramentos, família e grupo de casais, jovens, dízimo, culto, mutirão, escola, sindicato e política. Durante dois encontros da comunidade nas novenas foi colocado em comum o relatório de cada grupo. Foi um trabalho que serviu para analisarmos as falhas que tivemos durante o ano em cada um desses pontos analisados. E tudo aquilo que achamos que foi gesto positivo, ajuntamos e colocamos como ofertório na missa do domingo que foi para nós o momento forte da celebração dos gestos concretos da comunidade. A programação da nossa festa foi organizada dentro de uma dinâmica que

criou meios para o povo participar. Após feita a programação tudo foi dividido por tarefas e distribuído entre as equipes de maneira que quase todas as pessoas da comunidade trabalharam proporcionando um bom desempenho da festa. Durante as novenas, além dos dois encontros de avaliação e da celebração penitencial, houve também muita diversão e alegria no meio do povo. Cada noite de improviso se convidava um povo para cantar. De repente, apareceram cantores que o tempo não foi suficiente para todos. O leilão nas novenas também é uma diversão para o nosso povo. No domingo, além da celebração da eucaristia, o dia é preenchido com muita alegria, diversão e participação do povo através das corridas a pé, de bicicleta, a cavalo, corrida a pé para as mulheres e corrida para as pessoas que esteja completando 55 anos acima. Vários prêmios de incentivo são oferecidos pelo próprio povo. O bingo não foi feito. É uma idéia que a comunidade começa a descartar, pois achamos que tudo deve ter base e garantia no compromisso cristão. Por isso, aprofundamos na conscientização do dízimo. Concluindo que a festa bem feita pode ser um instrumento de ajuda para o engajamento das pessoas na comunidade.

10. Estágios

Até o presente ano de 1985, 116 pessoas de diferentes lugares estagiaram por um período de uma semana a um mês aqui em nossa comunidade. Tivemos aqui:

- um seminarista do Rio Grande do Sul;*
- uma jovem de uma favela do Rio de Janeiro;*
- um padre de São Paulo;*
- um agricultor de Santa Catarina;*
- uma jovem estagiária da EFA (Escola Família Agrícola) da França;*

- um jovem do movimento dos sem terra de Santa Catarina;
- um líder sindical do Paraná;
- um padre de Santa Catarina;
- quatro alunos de EFA-SETRU Amazonas;
- três alunos da EFA do Ceará;
- dezenove alunos da EFA-AECOFABA Bahia;
- treze monitores estagiários do centro de formação MEPES;
- quatorze alunos da EFA de segundo Grau de Olivania, Espírito Santo;
- cinquenta alunos das EFA's de Primeiro Grau, Espírito Santo.

Não foi somente pessoas de fora que vieram estagiar aqui, mas também pessoas daqui foram estagiar fora. Todos os alunos que passaram pela Escola Família estagiaram, uns em outros municípios aqui do estado, outros em outros estados, e ainda um esteve nas Antilhas/Guadalupe, e outro esteve na Itália. Esse intercâmbio, feito através dos estágios, sempre teve a finalidade de estudar outras realidades nos aspectos da terra, agricultura, êxodo rural, conhecimento dos princípios das EFA's, cooperativismo e associações, troca de experiências e técnicas, conhecimento do movimento sindical, análise de convivência, organização comunitária, análise de mentalidades nos aspectos social e político. Achamos que esse intercâmbio teve grande importância na caminhada da nossa comunidade porque deu abertura na maneira de ver e de pensar. Fez crescer a capacidade de analisar, ajudou a compreender a missão da comunidade como base da caminhada e fermento no meio do povo. Além das visitas normais dos padres, irmãos, do nosso bispo, de parentes e amigos, tivemos outras visitas que nos trouxeram alegria. Foram: um agricultor e um monitor do Senegal/África; nos últimos três anos recebemos

40 pessoas da Bahia entre alunos da EFA, agricultores, monitores e lideranças comunitárias; nos visitou 23 alunos das EFA's do sul do estado; 43 pessoas da paróquia de Conceição de Castelo, entre líderes comunitários e um padre. Nos visitou um padre do México. Nos visitou 42 pessoas entre lideranças e um padre de Vila Velha. Tivemos com muita alegria a visita de D. Eugenio bispo de Vitória – Veneto/Itália, que após ter se encontrado com nossa comunidade e sentido nossa luta, nos deu uma palavra de ânimo e de confiança, que a nossa caminhada é de igreja e guiado por Jesus Cristo.

As pessoas de fora ao lerem esse histórico, às vezes, podem pensar que por aqui tudo sempre foi um paraíso. Mas não foi bem assim. Aqui sempre enfrentamos os problemas e as dificuldades normais da vida. Procuramos sim manter a paz no coração, mas não descartamos os conflitos na maneira de ver e de pensar de cada um. Achamos que esse conflito é uma constante avaliação que corrige os enganos, que destrói as fantasias e o individualismo, e que abre espaço para a manifestação dos valores de cada pessoa e para o crescimento da comunidade.

Nota (1999) – a década de 80 e inícios da década de 90 foram marcados pelos conflitos agrários no qual a comunidade do Jirau esteve militantemente envolvida.